

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Turismo Cultural e Desenvolvimento

Cachoeira & Ouro Preto



Editora UFRB
Coleção Recôncavo

Turismo Cultural e Desenvolvimento: Cachoeira & Ouro Preto

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Américo Almassy Júnior

Celso Luiz Borges de Oliveira

Geovana da Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

Josival Santos Souza

Rubens da Cunha

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

Keila Machado de Medeiros

Wilson Rogério Penteado Júnior

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Turismo Cultural e Desenvolvimento: Cachoeira & Ouro Preto



Editora UFRB

Cruz das Almas - Bahia /2019

Copyright©2019 Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão, normatização técnica:

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Q3t Queiroz, Lúcia Maria Aquino de

Turismo cultural e desenvolvimento: Cachoeira & Ouro Preto / Lúcia Maria Aquino de Queiroz . -- Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

250 p.

Modo de acesso: < <https://www.ufrb.edu.br/editora/titulos-publicados>>

ISBN 978-85-5971-117-2 (e-book)

1. Políticas públicas 2. Turismo cultural I. Título.

CDD 338.4791

Ficha Catalográfica elaborada por: Ivete Castro CRB/1073



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – BA
Tel.: (75) 3621-7672
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora
www.facebook.com/editoraufrb

Às cidades de Cachoeira e Ouro Preto: pérolas brasileiras

Sumário

Introdução	11
Turismo, território e desenvolvimento	21
Modelos de gestão territorial do turismo	35
Modelo do <i>cluster</i>	36
Valor capital destino	40
Redes e turismo	44
Turismo cultural em Cachoeira	49
Edificações e monumentos	58
Organizações museológicas	60
Celebrações locais	66
Expressões culturais	72
Gastronomia	76
Atrativos naturais	76
Organizações locais	77
SETUR	77
IPHAN	80
UFRB	81
Turismo cultural em Ouro Preto	83
Edificações artísticas	92
Celebrações, Congo e Moçambique	97
<u>O território “periférico”</u>	104
Música, literatura e teatro	109
Manifestações culturais	112
Artesanato, artes plásticas e outros	120
Mais atrativos naturais	123
Organizações locais	124
STIC e COMTUR	125

SMCP e Conselhos de Cultura.....	127
UFOP.....	129
IFMG.....	130
IPHAN.....	131
FAOP.....	133
FIROP.....	134
ADOP.....	136
Convention &Visitors Bureau.....	137
ACEOP.....	137
Sistema FIEMG.....	139
AGTOP.....	140
ABIH.....	140
Outras Organizações.....	141
Plano municipal.....	142
Pesquisa direta e redes do turismo cultural.....	147
Pesquisa direta: resultados.....	150
Redes do turismo.....	170
Parcerias nas redes.....	170
Indicadores de Centralidade.....	173
Turismo e desenvolvimento: reflexões finais.....	203
Referências.....	211
Anexos.....	221
Anexo A – Relação dos entrevistados e datas das entrevistas por ordem alfabética.....	221
Outros depoimentos qualificadores.....	240
Anexo B – Relação dos entrevistadores/pesquisadores discentes por ordem alfabética.....	241
Sobre a Autora.....	243
Agradecimentos.....	245

Introdução

Atividade econômica e fenômeno social de caráter contemporâneo, o turismo tornou-se, nas últimas décadas, um campo de atuação cada vez mais amplo, articulado a setores como hospitalidade, agenciamento, transportes, comunicação, entretenimento, esportes, gastronomia e eventos. Sofreu, simultaneamente, os efeitos da globalização, da regionalização, segmentou-se, recorrendo aos diferenciais dos territórios na conformação das suas novas modalidades: turismo rural, cultural, religioso, de aventura, náutico, de negócios e tantas outras. Tornou-se um elemento fundamental na competitividade de centros urbanos, em especial, dos espaços privilegiados de concentração criativa, simbólica e produtiva.

O turismo bem gerenciado e planejado vem gerando um magnífico campo de oportunidades do ponto de vista da dinamização econômica e social de áreas urbanas, ou seja, com a atração de fluxos de capitais e pessoas, possibilita-se a rentabilidade social e econômica de expressivos investimentos públicos realizados pelas cidades, no cenário atual de carência de recursos e de intensa concorrência entre os espaços urbanos. Beneficiado por essas inversões, o turismo vem contribuindo para a manutenção e ampliação da competitividade urbana das cidades, situadas nos mais distintos pontos do planeta. Trata-se de solucionar desafios como a recuperação do seu patrimônio histórico-cultural e a sustentabilidade das suas áreas centrais, ainda que estas soluções não estejam isentas de críticas e sirvam, algumas vezes, como um alerta a não adoção de estratégias similares em outras realidades.

Hoje, diante das múltiplas funções e significados assumidos pelas cidades enquanto espaços de produção, de consumo, lugar simbólico de representações, de práticas de ócio para os seus habitantes e espaço consumido como produto turístico, já não se pode mais pensar em desenvolvimento urbano, políticas públicas e privadas, sustentabilidade e

requalificação de áreas históricas degradadas sem que o turismo seja contemplado no contexto de análise.

As expectativas para com o aprimoramento do turismo urbano são, muitas vezes, extremamente amplas e não apenas para as cidades situadas em países considerados em desenvolvimento e, portanto, mais carentes de alternativas econômicas. Também nos chamados países desenvolvidos espera-se advir do turismo o reequilíbrio da economia urbana, a geração de atividades novas e regeneração de áreas defasadas. Entretanto, como observa Jansen-Verbeke e Lievois (2002, p. 105), “[...] essa ‘injeção econômica’ não é, por definição, e certamente não será para todas as cidades, uma cura mágica [...]”. Ao contrário, para o turismo expandir-se e resultar em benefícios para as localidades e até mesmo, possibilitar a revitalização de áreas devastadas, será necessário um conjunto de fatores favoráveis como a presença de recursos para qualificar as atrações turísticas, capacidade financeira e interesse dos setores público e privado, investimento na formação de pessoal para a atividade, planejamento do seu crescimento e outras ações que, geralmente, não são de fácil obtenção ou execução.

Verifica-se, com uma maior frequência, em contraposição a esta ideia da regeneração proveniente do turismo, a expansão da atividade em muitas cidades, de forma desestruturada. Esse cenário gera dificuldades como: a substituição de funções urbanas tradicionais pela nova infraestrutura – hotéis, equipamentos de lazer e afins – por funções de entretenimento; o desequilíbrio do sistema urbano; significativos impactos sobre o ambiente urbano, o sistema de transportes, de abastecimento, de saneamento; maior atração da população de mais baixo nível de renda que migra em busca de oportunidades no turismo e, com isso, o crescimento da marginalidade e da violência, sobretudo em cidades de países periféricos; a contradição entre os interesses e a lucratividade das empresas de turismo e a comunidade residente.

Ouriques (2005,p.11-12) analisa a produção do turismo enquanto “fetichismo e dependência” e a considera como “objeto de desejo” em face

das desigualdades nacionais, ou seja, em muitas localidades brasileiras, seria capaz de minimizar problemas como o desemprego, escassez de recursos públicos municipais, a concentração de renda. Entretanto, para o autor, com a mercantilização excessiva de lugares ainda não intensamente inseridos no circuito do capital, ao invés de assumir esse papel, a referida atividade atua como um novo dominador, consome paisagens e transforma modos de vida.

Não necessariamente a busca por maior atratividade em centros urbanos e turísticos resulta em desenvolvimento local e esse fenômeno pode, ao contrário, aguçar as diferenças regionais, as existentes entre espaços internos e um centro urbano, privilegiar algumas áreas em detrimento de outras, comprometer o sistema ambiental, e diversas ações. Portanto, a produtividade favorável a maior poder de atração de fluxos de capitais, pessoas, pelos espaços urbanos, não depende exclusivamente das intervenções estatais, da ação empresarial, mas é também produto das especificidades de cada cidade e da forma como a sua produção social encontra-se organizada. Cumpre não esquecer as influências de movimentos externos às urbes, como os decorrentes do fenômeno da globalização, frente aos quais o poder de atuação de grande parte dos centros urbanos torna-se restrito.

No caso específico da melhoria da sociedade a partir do turismo, faz-se necessário considerar um conjunto de outros fatores, a exemplo da distância/custo/tempo de deslocamento entre o centro urbano e os principais mercados emissores nacionais e mundiais. Há ainda a concorrência vigente no mercado mundial de turismo, o interesse das operadoras de viagem, o desejo dos consumidores turistas, a efetividade do trabalho de promoção e captação de visitantes, intempéries climáticas, insegurança social e política, violência urbana, distâncias culturais, etc. Nesse contexto, a função das políticas públicas é buscar a superação de problemas econômicos, sociais, ambientais, isto é, atuar em prol da qualificação dos espaços urbanos e, portanto, não assumir caráter intervencionista, compensatório ou assistencialista. Mesmo assim, tais funções não asseguram maior capacidade de atração de fluxos de pes-

soas e capitais para o destino turístico, dado o poder de influência de outros elementos.

Num contexto de desafios, quando se quer compartilhar os benefícios do turismo entre os sujeitos nos centros urbanos, autoridades locais, de cidades dotadas dos mais distintos portes e níveis de renda, estão descobrindo essa atividade como instrumento oportuno para o progresso. Não obstante o modismo associado à temática da abordagem participativa e de serem ainda pontuais as experiências de novas formas de gestão integrada do turismo, vale ressaltar o possível desempenho de relevo da atividade turística na correção dos desequilíbrios espaciais, na valorização de áreas urbanas degradadas, no fomento à preservação do patrimônio cultural, na geração de novas oportunidades de trabalho e renda, enfim, diversos aproveitamentos. Cabe, nesse sentido, considerar a fundamental atuação do Poder Público na rede do turismo, em favor de seu fortalecimento e do incentivo à atividade.

Como discute Queiroz (2007), vem sendo gradativamente percebido o requerimento de um novo modelo de governança diante da competitividade dos espaços turísticos e da promoção do desenvolvimento local a partir do turismo. Assim, o Estado permanece ativo, entretanto, a gestão territorial da referida atividade realiza-se de forma distribuída entre o conjunto de agentes envolvidos no contexto – o *trade*, a comunidade, as organizações da sociedade civil. Apesar do Estado ainda comandar a atividade turística em muitas localidades – e em outras, se posicionar de forma praticamente ausente – já não possui mais condições para gerir sozinho os destinos turísticos. Essa forma de gerenciamento deve-se à falta dos recursos públicos, bem como à própria dinâmica do turismo a requerer maior atuação dos seus demais agentes participantes, para, conseqüentemente, as cidades ou outros destinos superarem problemas econômicos, sociais e ambientais.

Em tempos de questionamento do modelo convencional de gestão dos espaços turísticos, mudanças no comportamento do consumidor turista decorrentes, dentre outros fatores, de apelos midiáticos, impelem

a demanda turística a “valorizar” /consumir a diversidade e as particularidades do lugar¹, a sua cultura, os seus diferenciais em cenário de intensa competitividade global. Esse movimento faz o Ministério do Turismo, na segunda metade dos anos 2000, publicar *Turismo Cultural: Orientações Básicas*, com o objetivo de promover a segmentação do turismo com vistas à “redução da pobreza e inclusão social” (Brasil, Ministério do Turismo, 2010, p. 7). O Órgão vem colaborando na expansão de recentes modalidades de turismo associadas às cidades. Respaldo pela valorização das “novas experiências” e do território, compreendido enquanto o *locus* da realização da atividade turística, o turismo urbano adquire um novo impulso. Nesse cenário, a relevância da cultura na definição dos lugares e, mais especificamente, na composição de sua identidade, tem possibilitado o destaque do turismo cultural como um segmento em franca expansão, um dos significativos responsáveis pelo incremento da atividade turística mundial.

Com a crescente valorização da cultura pelo turismo, já em finais dos anos 1990, a Organização Mundial de Turismo divulgou o conceito de turismo cultural como equivalente ao segmento da “indústria do turismo” que enfatiza e potencializa as atrações culturais, como os museus, peças, músicas, práticas religiosas tradicionais e outras performances. (WTO *apud* BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 3).

A atividade do turismo cultural, em suas especificidades, envolve território, valores, construções simbólicas das comunidades onde se encontra, vem despontando como elemento propulsor para a consecução de um planejamento integrado, relaciona-se a adoção de novos mecanismos de gestão territorial, engloba, entre outras ações, a abordagem participativa na construção de políticas públicas e a constituição de redes de parcerias entre as diversas organizações e agentes do segmento. Entretanto, se por um lado, o turismo cultural tem promovido a regeneração de cidades, e, sobretudo, das suas áreas centrais, talvez, noutra aspecto, seja um dos segmentos turísticos que mais requer uma efetiva interação

1- Como afirma Giddens (1990), o lugar “é o ponto de práticas sociais específicas, que moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas” (GIDDENS *apud* S.HALL, 2002, p. 72).

entre os poderes público e privado, e também com organismos da sociedade civil que guardam interface com essa atividade. Essa interação tende a ser fundamental tanto para assegurar uma maior atratividade à cidade, o retorno aos capitais empregados, mas, sobremaneira, para evitar processos danosos à cultura e às comunidades locais, como gentrificação, espetacularização da cultura, perda de identidade, incremento da violência urbana, várias consequências.

O turismo cultural urbano tende a ser uma importante alternativa de atividade econômica para cidades dotadas de expressivo patrimônio cultural – material e imaterial. Assim como já enfatizado, a geração de novos negócios poderá contribuir com o incremento da renda local, com o aumento da oferta de empregos, ampliação da visibilidade nacional e internacional do território, e, até mesmo, quem sabe, com a preservação do atrativo central – o patrimônio cultural. De todo modo, essa perspectiva não significa, uma efetiva melhoria para as comunidades locais.

Quanto mais vulnerável econômica e socialmente a população do dado espaço urbano e turístico se apresentar, menores serão as suas chances de uma efetiva inclusão na atividade turística. Seus integrantes ocuparão empregos de menor qualificação, caso os ocupe, terão chances remotas de se tornar empreendedores, de presenciar melhorias na infraestrutura urbana dos locais onde residem, de não serem apenas espectadores de um processo de expansão econômica muito pouco ou nada includente. Essa percepção pode ser sustentada quando atenta-se para a parcela de habitantes de cidades consideradas como dotadas de expressivo patrimônio histórico-cultural, como Cachoeira, situada no Recôncavo baiano, e Ouro Preto, na região Central de Minas Gerais. Não em raras oportunidades, eles ignoram o crescimento advindo do turismo e não se sentem incluídos no processo, realmente excludente para muitos, apesar da capacidade de geração de empregos da atividade turística, ainda que, em geral, dotados de remuneração inferior àqueles oriundos da atividade industrial.

Mas, resistir à ampliação do turismo é, de fato, a melhor alternativa? Perceber ainda que, conforme expressão de Ouriques (2005, p.96),

“de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do ‘progresso’ que o turismo promete” deve ser motivação para descartar o turismo como possibilidade econômica? Talvez uma opção seja equipará-lo à agricultura, à mineração, aos demais segmentos industriais, ao comércio, aos serviços ou a qualquer outra atividade econômica, ou seja, verificar suas particularidades, desafios e oportunidades.

É preciso sublinhar aspectos como intensa escassez de recursos e de crise econômica no cenário atual e diante dessa situação, os gestores públicos das áreas urbanas com potencial para o turismo, dificilmente descartarão essa atividade enquanto possível fonte de ingressos públicos. Contudo, o grande problema não é esse. Muitos gestores consideram o turismo como prioridade, mas apenas no discurso ou nos documentos oficiais e isso é grave. Concomitantemente, embalados pelo modismo, pela influência da mídia ou até por motivos pessoais, como a busca de referenciais identitários – favoráveis ao crescimento do denominado “turismo étnico” –, os fluxos turísticos alcançam as cidades, especialmente, as cidades históricas e utilizam os seus recursos, mesmo tal atitude não sendo agradável para parcela da população. Quanto mais desordenada estiver a localidade, quanto menor a ingerência dos poderes públicos, menores as articulações entre estes poderes, a iniciativa privada e a sociedade civil, maiores serão os possíveis impactos negativos do turismo.

Recomenda-se, assim, que, caso desejem, pois também podem não desejar, as comunidades busquem potencializar ao máximo os possíveis benefícios dessa atividade e reduzir ao mínimo suas externalidades. Como defende Sharpley (2009, p. 179), “os destinos devem ser capazes de desenvolver e promover formas de turismo que melhor atendam suas necessidades e objetivos econômicos e de desenvolvimento.”

Na percepção desse debate, mais precisamente, a partir de anos de estudos e diálogos com agentes do turismo e comunidades, da importância do fortalecimento das organizações locais do turismo cultural, da sua rede de parcerias e das suas relações com os poderes públicos – caso se pretenda alcançar melhorias mais amplas com a expansão dessa

atividade –, apresenta-se aqui o estudo comparado das organizações do turismo cultural de duas cidades brasileiras consideradas detentoras de expressivo patrimônio histórico-cultural: Cachoeira/BA e Ouro Preto/MG. Além disso, analisa-se o perfil das organizações, investiga-se suas dificuldades e estratégias para enfrentá-las, verifica-se de que forma as políticas públicas estão contribuindo (ou não) para o seu desempenho, avalia-se, através da visão de entrevistados, a ação do Estado no desenvolvimento da economia do turismo cultural das cidades elencadas, levanta-se possíveis propostas para o segmento e caracteriza-se as redes de parcerias travadas por essas organizações e outras ideias.

O presente livro, fruto de pesquisa em estágio pós-doutoral efetuado na Universidade Federal de Minas Gerais, com apoio financeiro do CNPQ, não apresenta modelos e soluções pré-definidas para o turismo cultural dessas localidades. Como sabido, os territórios são individualizados e tentativas e experiências de importação e aplicação de modelos genéricos para mais distintas realidades podem ser procedimentos mal sucedidos. Nestas páginas, o que se quer é disponibilizar um panorama geral da atividade turística, dar voz a um conjunto de protagonistas que fazem o turismo cultural acontecer nesses espaços urbanos. Eles o conhecem bem, vivenciam a sua dinâmica e estão aptos a analisá-la porque contribuem tanto para o fortalecimento das suas próprias organizações, como, em decorrência, para o desempenho do turismo cultural das cidades investigadas.

Um importante questionamento pode ser realizado a princípio: Por que Cachoeira e Ouro Preto são trazidas para a cena desse debate? O que guardam em comum? E o porquê de uma análise comparada?

Cachoeira e Ouro Preto são cidades brasileiras com importante papel nos ciclos primário-exportadores do Brasil Colônia. A primeira com a economia da cana-de-açúcar e a segunda com o ouro. Essas atividades propiciaram a constituição de um valioso patrimônio edificado e imaterial. Graças, sobretudo, à estagnação da sua economia, essas cidades mantiveram seu patrimônio material, em que pesem as adversidades sofridas, desde a desatenção dos poderes públicos, intempéries climáticas

(como enchentes do rio Paraguaçu em Cachoeira e deslizamentos de terras em Ouro Preto), incêndios e roubos de peças sacras, expansão urbana desordenada, dificuldade da população para preservar seus imóveis, desconhecimento da sua importância histórica e demais fatores.

Cidades monumentos, cujo conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico é tombado pelo Iphan, embora Ouro Preto seja também reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Cidades cuja religiosidade, saberes e as práticas comunitárias favoreceram a constituição de um amplo conjunto de manifestações culturais – celebrações, ofícios e formas de expressão – também preservado, em parte, pelo declínio econômico. No entanto, vale mencionar expressivos problemas enfrentados para sua manutenção, dentre os quais, mais uma vez, a insatisfatória atenção governamental e, junto a esta, a escassez de recursos, os preconceitos e perseguições (como vivenciados pelos cultos de matriz africana, ainda que, em alguns casos, de forma velada).

Ouro Preto e Cachoeira guardam também em comum a diversidade de bens culturais de natureza imaterial de tradição africana. Em Cachoeira, dada a forte presença dos cultos de matriz africana e das celebrações e formas de expressão que com eles mantêm estreitos laços – como o samba de roda, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade – evidentes para o visitante que procura a localidade, não significa que sejam de todas de expressivo apoio governamental. Já em Ouro Preto, esse patrimônio, embora significativo, encontra-se ofuscado pelo marketing e ações direcionadas ao patrimônio edificado e pelo forte alinhamento da imaterialidade local às tradições católicas.

As cidades estão situadas próximas e quase equidistantes às suas respectivas capitais do Estado, sediam unidades de ensino superior federais, com relevantes impactos sobre o território e a socioeconomia local. Em síntese, Cachoeira e Ouro Preto são detentoras de aspectos semelhantes e de particularidades suficientes para uma leitura comparada, distanciada do objetivo de adjetivá-las. Neste livro, Cachoeira e Ouro Preto apresentam-se com suas experiências, elementos de convergência e diver-

gência, respeito a suas características ambientais, socioculturais, políticas e econômicas. Trata-se do conhecimento sobre caminhos desses espaços urbanos, um contributo para outros contextos brasileiros conceberem o turismo cultural como atividade econômica potencial ou de expressão.

Turismo, território e desenvolvimento

O desenvolvimento local é um fenômeno mais bem delineado em concepções teóricas – não uniformes –, mas detentoras de propósitos similares, quando comparado às práticas observadas nos distintos territórios. Se os seus objetivos mais óbvios forem compreendidos como a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, o aumento dos seus níveis de autoconfiança e organização (CHAVOYA; MORALES; RENDÓN, 2018) irá pressupor mudança e reconstrução social, valorização dos recursos do território, fortalecimento das suas instituições e organizações, das redes de parcerias travadas pelos atores locais. Em suma, tende a ser um processo individualizado que considera as características físicas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais de cada território.

Apesar dos desafios nos centros urbanos para ampliar o usufruto dos benefícios do turismo, autoridades locais, de cidades dotadas dos mais distintos portes e níveis de renda, estão descobrindo essa atividade como uma nova oportunidade para o desenvolvimento local que, por sua vez, não é visto a partir de uma definição global, um consenso entre os pesquisadores, estudiosos, políticos e pressupõe a adequação a um movimento fundamentalmente endógeno. Na leitura de Gonzales (*apud* QUEIROZ, 2007, p.53), provém “[...]da iniciativa da sociedade civil, vinculada a um território e a uma história concreta, fundamentada na valorização e utilização dos recursos locais com que conta, e que deve estar acompanhado de iniciativas institucionais de acompanhamento”, ou seja, vincula-se a algo além de simples crescimento econômico, combina-se com fatores sociais, ecológicos, culturais ou políticos de uma dimensão econômica (MOLINA *apud* QUEIROZ, 2007, p. 54).

Diante de um fenômeno tão complexo, indaga-se: poderá o turismo contribuir com o desenvolvimento, seja percebido em âmbito local, seja percebido em âmbito regional?

Essa é uma discussão antiga, iniciada no meio acadêmico, há longas décadas, com amplas contribuições das diversas correntes das

ciências sociais. Nos anos 1950, o geógrafo alemão Walter Christaller, priorizava a perspectiva locacional do turismo, considerava esta atividade como um possível meio para se alcançar o desenvolvimento econômico em regiões periféricas, dada a transferência de recursos das áreas centrais para as periféricas, fruto da atração de turistas desejosos por conhecer novas localidades, distantes e diferentes do seu *habitat* (CHRISTALLER *apud* SILVA, 2003, p. 18).

Vera Rebollo comenta o modelo de Christaller e chama atenção para o fato deste autor enfatizar na sua obra a dependência da evolução do espaço turístico em relação a três fatores chaves: as mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes; a degradação do meio físico e das infraestruturas e as mudanças das atrações originais naturais e culturais (CHRISTALLER *apud* REBOLLO, 1997, p. 234). Assim como Christaller, Vera Rebollo defende as possíveis contribuições do turismo para o desenvolvimento social e indica caminhos para evitar os decorrentes problemas da expansão dessa atividade em um território.

Conforme o estudioso, o desenvolvimento turístico pode ser concebido enquanto “um ponto de arranque para a correção de desequilíbrios espaciais”, haja vista a capacidade desta atividade “gerar processos de reorganização espacial, mediante a criação de infraestrutura e configuração de verdadeiros eixos de centralidade do território” (REBOLLO, 1996, p.89). O exercício dessa função pelo turismo irá requerer, primeiramente, o ultrapasse da visão do território como mero suporte e sua incorporação como principal argumento da oferta turística. Cumpre aliar esta nova percepção à planificação territorial da atividade.

Vera Rebollo (1996, p. 352-355) considera a ordenação territorial, do ponto de vista administrativo, com o propósito de desenvolvimento equilibrado sustentável de regiões e localidades, utilização racional do território e seus recursos, coordenação administrativa e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo, portanto, um instrumento preventivo indispensável à gestão do turismo. Defende a incorporação de três aspectos centrais na planificação turística: o completo convencimento da

robustez conceitual das propostas que serão implementadas; a aceitação de limites para a atividade a ser desenvolvida, de forma a evitar impactos territoriais irreversíveis; a definição dos níveis e tipos de impactos ambientais, econômicos e sociais aceitáveis no processo de desenvolvimento.

A determinação do papel do turismo no desenvolvimento regional condiciona-se, também, segundo Vera Rebollo (1997, p. 216), a outros aspectos como a estrutura produtiva da região na qual situa-se a atividade e a capacidade de financiamento interno do setor. Na sua visão, em destinos onde se observa uma integração entre desenvolvimento turístico e a estrutura produtiva local, tende a ser ampla a capacidade do turismo de gerar e redistribuir riqueza. Já quando este se expande em enclaves, sem grandes conexões com a economia local, os seus efeitos irradiadores tornam-se diminutos. Este autor chama a atenção para os riscos de consolidação a partir do turismo, de um processo oposto ao descrito por Christaller, da conformação de modelos de “desigualdade interespacial” ou de “hegemonia metropolitana”, fruto da dependência das regiões turísticas menos desenvolvidas, em geral, situadas em países do Terceiro Mundo, adotivas de um modelo de turismo de enclaves, sem grandes articulações internas para com os centros localizados em regiões desenvolvidas.

Outra visão favorável à relação turismo e desenvolvimento pode ser evidenciada na obra de Silva (2003, p. 62). Neste caso, o autor, considera a dependência do turismo em relação a um plano externo e defende o princípio que denomina de “territorialização turística”. Trata-se da valorização dos fatores endógenos do desenvolvimento, de forma articulada à ação dos fatores exógenos. Para Silva (2003, p.62), a ocorrência do desenvolvimento turístico concebido como “[...] um processo de mudanças que permita superar problemas e construir uma sociedade mais justa, com significativa redução da pobreza, e vivendo com mais qualidade de vida [...]” irá requerer a integração local-global. Assim, pressupõe-se tanto uma articulação com fluxos procedentes de outras localidades, como uma integração territorial, também compreendida como a capacidade de

organização social e política dos territórios – envolve um projeto social, a interação sociopolítica, de identidade e de laços de coesão – permitindo que:

[...] os lugares e regiões transformem suas vantagens comparativas, proporcionadas pelo seu capital natural e cultural, em vantagens competitivas, assegurando a continuidade do dinamismo e contribuindo para promover, com uma determinada autonomia, um efetivo desenvolvimento socioeconômico [...] (SILVA, 2003, p. 162).

Consoante os analistas que consideram os possíveis benefícios do turismo, mas apresentam adendos ou contribuições críticas à sua relação com o desenvolvimento, merece ainda menção o trabalho de Wilson Rabahy(2003). Em livro publicado sobre a temática, ele analisa o turismo como uma atividade econômica peculiar, porém, intimamente relacionada à renda, a outros fatores socioeconômicos, sua expansão não apresenta os resultados redistributivos esperados (Rabahy, 2003, p. 16-26). Para o autor, os impactos do turismo nas condições econômicas e sociais se manifestam de forma diferenciada conforme as características e tipicidade de cada localidade, e, em função do efeito multiplicador da renda, tendem a ser mais expressivos em países desenvolvidos do que naqueles considerados em desenvolvimento (RABAHY, 2003, p.55).

De uma forma geral, a relação turismo e desenvolvimento vem sendo enaltecida, referendada, criticada, mas não passou incólume perante visões mais negativas. Uma crítica contundente ao caráter produtor de dependência do turismo pode ser observada na obra de Ouriques(2005). Para ele, a atividade turística fetichista consiste no reforço do colonialismo. Ele chama a atenção para a visão sobre o turismo como extremamente benéfico e aponta a direção das críticas para sua massificação, indica o quantitativo de visitantes como problema a ser evitado, e, em dada medida, acredita ser possível conciliar a atividade, o meio ambiente e a sustentabilidade. Contudo, o autor relembra o lugar de inserção da referida atividade econômica: um sistema capitalista, reproduzidor da lógica do capital e, portanto, do enriquecimento privado, da exploração e da alienação.

Ouriques respalda sua análise na teoria marxista, define o caráter fetichista do turismo, intitulado por ele de “poderosa indústria das ilusões”, pela apropriação por parte deste setor, ao longo do processo produtivo, das paisagens naturais e construídas, “como objeto de consumo turístico, como se fosse uma característica a elas inerente” (2005, p. 20- 49). Na sustentação do caráter reforçador do colonialismo presente no processo de expansão da atividade turística em países periféricos, Ouriques recorre a teóricos como Bouhdiba (1981), Bonald (1984) e Krippendorf (1989). Na década de 1980, esses estudiosos já apontavam a relação conflituosa entre visitantes e visitados. Krippendorf (2005, p. 20-49) por exemplo, chega à percepção do último grupo como indesejado e ao mesmo tempo, necessário para o primeiro. Em síntese, para esse autor, o estudo do turismo necessita incorporar o contexto da mercantilização inerente ao sistema capitalista que implica no controle e apropriação pelo capital de “todos os aspectos da vida”, nos mais diversos espaços como a natureza, as construções históricas, manifestações folclóricas, fé religiosa, o tempo, o trabalho...

Embora instigante, inquietante e pertinente em muitos aspectos, o trabalho de Ouriques(2005) não apresenta alternativas para estudos que objetivam uma contribuição dessa atividade para o desenvolvimento local. No caminho trilhado por esse autor, talvez a saída seja a mudança de modo de produção, mas, essa é uma utopia mais ampla. Ao final de sua leitura, entretanto, ele faz uma consideração não realizada ao longo do trabalho: em várias periferias, pessoas e comunidades começam a se dar conta das contradições do turismo e iniciam formas de organização que podem ou não levar ao questionamento do seu caráter gerador de dependência e fetichismo. Apostase aqui em semelhante pensamento.

O turismo advém da perspectiva econômica capitalista e para obter maiores benefícios com essa atividade é preciso atenção das comunidades para a percepção de seus aspectos críticos. Fazem-se ainda necessários o fortalecimento das organizações, sejam estas do terceiro setor, sejam públicas ou privadas, a ampliação de suas parcerias e interações, a colaboração efetiva dos poderes públicos. Esse fortalecimento poderá

favorecer uma maior capacidade de resposta do território às mais diversas pressões e impactos da atividade, como o controle das unidades empresariais transnacionais, as mudanças nas manifestações tradicionais, hábitos e costumes em atendimento às demandas do turismo, dentre outros. Per si, esse processo não garante o desenvolvimento local. Há ciência disso. Em um sistema capitalista desigual e excludente como o brasileiro, as tensões e conflitos de interesse far-se-ão presentes. Mudanças na gestão da atividade podem não assegurar novas formas de desenvolvimento, mas podem contribuir para o seu alcance.

No seu livro *A Produção do Turismo Fetichismo e Dependência*(2005), é ainda Ouriques (2005, p. 69-88) quem apresenta um aporte fundamental para a temática em estudo, sintetiza a contribuição da produção científica para análise do setor e colabora para a abordagem da relação turismo e desenvolvimento, categorizada em quatro distintas correntes. A liberal, pautada em preceitos neoclássicos², vê a natureza como fator de produção, identicamente ao capital e trabalho, defende a atuação do Estado em prol dos interesses empresariais. Por sua vez, a do planejamento estatal concebe o Estado como principal promotor da atividade, via planejamento e/ou financiamento. Outrossim, a pós-moderna, pautada em um conjunto teórico diversificado, acredita no turismo e desconecta as suas características do contexto social no qual insere-se e, por último, há a corrente crítica, diferenciada das demais por não buscar o desenvolvimento pelo turismo. Dentro de uma visão antissistêmica e compromissada com as classes trabalhadoras, procura compreender a sua complexidade, correlaciona lugar, espaço, natureza e capital.

De forma semelhante à Ouriques, Faria (2017) também define quatro abordagens teóricas sobre as contribuições do turismo para o desenvolvimento, sinaliza a existência de elementos em comum entre estas e as denominadas teorias do desenvolvimento. Não se pretende aqui um

2- Chama-se a atenção para a anterioridade, na escola do pensamento econômico da Teoria Liberal em relação à Neoclássica. Embora ambas tenham alguns princípios semelhantes, seus contextos históricos de origem são distintos, assim como muitos dos seus objetivos. Ver: NUNES. *Uma Introdução à Economia Política*, 2007.

levantamento histórico amplo dessas teorias – esforço realizado por autores como Souza (1999) ou Faria (2017) –, mas registrar as mudanças nesse tratamento, viabilizadoras, hoje, de uma abordagem distinta da relação turismo e desenvolvimento local.

A primeira teoria da modernização, apresentada por Faria, concebe o desenvolvimento na esfera econômica como sinônimo de progresso a ser alcançado em etapas (ROSTOW apud FARIA, 2017, p. 45). Fruto da tentativa de aplicação de modelos de crescimento para os países então denominados subdesenvolvidos, no pós II Guerra Mundial, a decolagem econômica é percebida, nesta corrente teórica, como dependente da expansão de mercado, daí a ênfase ao comércio externo, à poupança interna e às externalidades (acúmulo e transmissão de conhecimento). O Estado assume papel central no modelo, através, sobretudo, da política fiscal, do apoio a investimentos produtivos, do aumento da poupança e da inovação (FARIA, 2017, p. 48).

No turismo, a corrente modernizadora, ainda seguindo a autora, defende o crescimento econômico através dos efeitos multiplicadores da atividade em âmbito local ou regional. Em dadas oportunidades, efeitos negativos desse crescimento são apontados, como os decorrentes da concentração de investimentos e gastos de divisas satisfatórios ao consumo turístico (FARIA, 2017, p. 66). Embora Faria não o tenha mencionado, Christaller é um dos autores que poderiam representar essa corrente, seja pelo período da sua obra, seja pela sua proposição de se alcançar o desenvolvimento econômico em regiões periféricas através do turismo.

A segunda abordagem apresentada por Faria (2017,p.50), a teoria da dependência – formatada nos anos 1960, na América Latina quando se percebe a inadequação do corpo teórico vigente para explicar o desenvolvimento enquanto um fenômeno de longo prazo – vem preconizar o subdesenvolvimento como derivado do desenvolvimento. A complexidade dessa corrente, compreendida em distintos eixos teóricos, com pensadores como Furtado, Prebisch, Cardoso, Gunder Frank e outros, e o respaldo da Comissão Econômica para América Latina e

Caribe (Cepal), como citado por Faria(2017,p.50), dificulta a sua síntese. A opção neste livro, identicamente à adotada pela autora de Um museu no meio do caminho (2017), será pelo destaque a Furtado³, autor cujo pensamento econômico centrou-se ao longo da sua carreira na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Quando da concepção do modelo de substituição de importações, em meados dos anos 1960, Furtado defende o desenvolvimento econômico como muito mais do que “simples crescimento econômico ou a acumulação de capital porque, além de representar o incremento da capacidade produtiva, implica também a irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade” (FURTADO apud MANTEGA, 1987, p.87). Essa sua visão social do desenvolvimento, posteriormente trabalhada e requalificada por autores como Amartya Sen (2010), será, em parte, reafirmada no atual milênio. Ao participar da III Conferência Internacional Desenvolvimento no Contexto da Globalização, Furtado sinaliza a importância dessas ideias e da defesa para os países chamados do terceiro mundo, em especial para o Brasil, da ampla participação do Estado na economia através de investimentos em setores estratégicos, da realização da reforma agrária, distribuição de renda e da crença no progresso técnico como um caminho para o aumento da produtividade e da mudança qualitativa na direção do desenvolvimento. Conforme seu pronunciamento:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento... No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Duas frentes seriam,

3- Há que se ressaltar que as passagens e a interpretação da obra de Furtado aqui citadas não necessariamente coincidem com o texto analítico apresentado por Faria.

no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda...não existe desenvolvimento sem acumulação e avanço técnico (FURTADO, 2004, p.4).

Em sua análise dos rebatimentos da teoria da dependência no turismo, Faria (2017, p. 67) ressalta sua proveniência de uma visão mais negativista da atividade. Segundo a autora, para os teóricos dessa corrente, em contraposição à percepção dos que compõem a citada modernização, o turismo não tem sido capaz de promover o dinamismo de países em desenvolvimento, ainda que estes tenham obtido êxito relativo com a atividade. A visão negativa do turismo pode ser um elo entre essa corrente e o estudo de Ouriques (2005). Já os teóricos da dependência apontam recomendações direcionadas à correção de rumos da atividade, como um maior envolvimento do Estado na sua promoção em países ou regiões consideradas subdesenvolvidas, integração a outras atividades no território, etc. (OURIQUES, 2005, p. 68). A crítica de Ouriques, como apresentada, estrutura-se de forma muito mais ampla e dificilmente encontra alternativas concretas no sistema capitalista brasileiro.

A terceira corrente, a neoliberal, em nome de uma maior e crescente produtividade, competitividade, lucratividade em mercados nacionais, regionais e mundiais, defende as liberdades relativas das atividades econômicas como fundamento para a organização e funcionamento de diversas formas de sociabilidade, incluindo empresas, corporações, conglomerados e as mais diversas instituições sociais. Respalhada em princípios como a liberação do poder estatal de empreendimento social ou econômico que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional, defende a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização de empresas, organizações e instituições governamentais (IANNI, 1998, p. 27-28).

Como definido por Faria (2017, p. 68-69), a aplicação da corrente neoliberal no turismo leva ao prevalectimento da ideia de inserção desta

atividade no mercado global, e, mais uma vez, o turismo internacional passa a ser visto como contribuição ao desenvolvimento de países chamados subdesenvolvidos. Esta percepção do desenvolvimento enquanto crescimento econômico, com o propósito de aumentar a capacidade produtiva do sistema capitalista via expansão de mercado, maximização do lucro empresarial, sem que a dimensão social esteja prioritariamente presente, assemelha-se à concebida pela teoria da modernização. O modelo neoliberal, entretanto, reveste-se com uma nova roupagem. Vê-se agora uma participação ativa das agências de fomento multilateral, ou seja, desde os anos 1960 essas organizações iniciam amplos investimentos na infraestrutura de países considerados menos desenvolvidos, visam ao suporte ao capital privado, geração de emprego e renda, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste brasileiro (PRODETUR-NE), implementado na década de 1990.

A última corrente apresentada por Faria, do desenvolvimento alternativo, na visão da autora, engloba diversos eixos teóricos, dentre os quais o desenvolvimento sustentável, com seus três pilares centrais: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Há ainda o desenvolvimento endógeno ou local, já mencionado e aqui adotado como uma referência fundamental por valorizar o território, a cultura local, os recursos locais, sem que as influências externas sejam ignoradas. Faria irá apontar críticas a esses dois campos teóricos. O primeiro, extremamente difundido a partir da sua introdução, na década de 1990, em distintos fóruns das Nações Unidas, esbarra, conforme a autora, em uma proposta pouco explícita em termos conceituais, defende a tecnologia como solução de problemas decorrentes do crescimento econômico. A crítica ao segundo, de acordo com Faria (2017, p. 63-64), insere-se em um contexto mais amplo compreendido no conjunto das teorias alternativas: controle excessivo do Estado, uso do conceito de sustentabilidade de forma ambígua, possibilidade de acirramento de conflitos entre estilos de vida de comunidades e aspirações a princípios universais como a democracia, etc.

A extensão das teorias alternativas à atividade turística, ainda segundo Faria, resulta em um conjunto de correntes defensoras do desenvolvimento humano e sustentável a partir do turismo, a exemplo do turismo sustentável, verde, ecológico, comunitário. Frente a esses teóricos, o Estado desempenha papel fundamental, junto com o setor privado e princípios como integração territorial, sustentabilidade cultural, turismo de pequena escala vêm a ser defendidos. Além das críticas da autora dirigidas a este corpo teórico, registradas anteriormente, concernentes, de modo específico, ao turismo, pontua-se também, através da citação de autores como Benevides (2002), Tisdell (2001) e Butler (1992), a presença desse grupo de ideologias preocupadas mais em atender o discurso de agências multilaterais do que com a proteção ambiental e a qualidade de vida dos anfitriões; a condenação ao turismo de massa e o enaltecimento da pequena escala sem a análise individualizada de casos específicos e até mesmo, o uso de múltiplos direcionamentos teóricos em uma única obra (FARIA, 2017, p. 69-71).

Essa breve síntese histórico-conceitual referendada na leitura de Faria (2017) propicia ratificar a ideia já apresentada da complexidade do desenvolvimento e, principalmente, as possibilidades do turismo desencadeá-lo. Uma alternativa possível ao tratamento dessa questão é, primeiramente, como comentado, evidenciar a percepção do turismo enquanto uma atividade econômica dentro do modo de produção capitalista. Paraphrasing Cañada e Gascón (*apud* FARIA, 2017, p. 98), trata-se de perceber que esta atividade pode trazer benefícios, contribuir para o desenvolvimento de uma região, mas gerar um conjunto de impactos negativos. O caminhar em uma ou em outra direção dependerá, em grande medida, do modelo de turismo desejado e da sua forma de gestão.

De modo geral, compreende-se aqui o turismo, e, sobretudo, o urbano cultural, como uma atividade econômica influenciada por um conjunto de fatores externos e internos aos destinos turísticos. Exemplos dos externos são as intercorrências resultantes das políticas econômicas nacionais e internacionais, interesses do mercado turístico global,

ditames da “moda” e seus reflexos nos ciclos dos produtos e destinos turísticos. Por seu turno, internamente, enquanto um fenômeno genuinamente territorial que envolve um deslocamento e, portanto, uma relação espaço-tempo-movimento que abarca uma prática social coletiva geradora de atividades e manifestações econômicas, com influência em todos os setores da vida coletiva, o turismo sofre o impacto das instituições, das mentalidades, concepções de identidade e até da ideia que a sociedade faz de si mesma (LAFANT *apud* REBOLLO,1997, p.51).

Diante desse caráter multifacetário e multissetorial do turismo, a atividade impacta o território e é por este impactado, estabelece estreitas relações com cultura, ambiente e recursos locais, não necessariamente consideradas positivas pelo conjunto dos agentes territoriais. Defende-se seu caminhar em direção a contribuições mais efetivas para o desenvolvimento que não poderá prescindir de formas de governança territorial⁴, nas quais esses agentes sejam os protagonistas da sua própria história. O território, reconhecido enquanto um espaço de poder, é onde instituições, organizações, Estado e sociedade civil certamente irão estabelecer formas de conflito e de cooperação, e poderão conceber e implantar modelos e mecanismos próprios de gestão e governança do turismo.

Como ressalta Sharpley (2009, p. 177-178), os destinos devem ser capazes de desenvolver e promover formas de turismo para melhor atender suas necessidades e objetivos econômicos e de desenvolvimento, seja tradicional turismo de massa sol-mar-areia, seja turismo cultural de baixo volume e alto valor ou outro definido. Os recursos específicos do destino são de propriedade do destino, compreendidos e percebidos de maneiras específicas pelo destino. Portanto, cabe ao destino decisões sobre quais

4- Citando Collets e Gilly (1999), Pires *et al.*, definem governança territorial “como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e com os atores institucionais-sociais e políticos através de ‘regras do jogo’. Media também a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das ações realizadas por atores ancorados no território” (PIRES *et. al.*, 2011, p.36).

recursos devem ser explorados para o turismo e até que ponto estes devem permanecer sob sua responsabilidade. Mais especificamente, cabe ao destino, aqui compreendido como o território⁵ de consumo e produção do turismo, definir como pretende desenvolver a atividade, quais modelos de gestão do turismo irá adotar e se irá adotá-los, se há intenção de aplicar conceituações exógenas baseadas em modelos já existentes ou construir o seu próprio referencial.

Ao longo das últimas décadas, alguns modelos de gestão do território turístico foram concebidos, aplicados em algumas realidades e difundidos como receituário para as mais diversas localidades, independentemente das peculiaridades de cada território. Obviamente, em muitos casos o êxito pretendido não foi alcançado. Diante desses modelos, cabe aqui analisar alguns selecionados: *Cluster*, *Capital Destino* e *Análise de Redes Sociais*. O próximo tópico foi assim confeccionado enquanto um subsídio para as discussões que possam ser travadas nos espaços territoriais estudados ou em outras. Bem assim, o propósito é analisar, com profundidade, a atividade turística, com vistas ao alcance de melhores resultados e contribuições para o processo de desenvolvimento local.

5- Unidade político-administrativa à qual Milton Santos acrescenta conteúdo e densidade. Ele a concebe como uma conceituação que agrega, dentre outros atributos: dimensão historicamente constituída, espaço de circulação de fluxos materiais e imateriais, fonte de identidade e condição para a reprodução da vida social, recurso e abrigo para diferentes agentes sociais, espaço de todos agentes sociais, campo de forças, dentre outros (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 173).

Modelos de gestão territorial do turismo

A concepção de modelos de gestão territorial do turismo inicia-se a partir de um novo posicionamento do Estado para com a atividade e conforme estudos da Organização Mundial de Turismo (OMT), alterações significativas, ocorrem, nesse sentido, nos últimos 40-50 anos. Quando o desenvolvimento do turismo desperta as atenções das autoridades nos mais diversos países, em torno dos anos 1960, ou antes, em algumas nações, os governos nacionais assumem o papel de principal ator, isto é, responsabiliza-se pela atração de investimentos, pela montagem da infraestrutura básica, por facilidades necessárias à abertura de novas áreas para o crescimento turístico. Nas últimas décadas, entretanto, a responsabilidade pelo crescimento turístico está, gradualmente, deixando de ser uma atribuição do Estado Nacional. A OMT aponta algumas razões para esta mudança:

1) uma decorrência natural do processo de descentralização que, em alguns países como Austrália, Canadá, Espanha, Alemanha, Índia e Malásia, tem resultado no incremento do poder de decisão dos Estados e Municípios; 2) a crescente preocupação e dificuldade enfrentada pelos governos, nos anos recentes, sobretudo no mundo ocidental, em justificar ao contribuinte o uso dos recursos públicos na sustentação e promoção do desenvolvimento turístico; 3) a pressão orçamentária vigente sobre o aparato governamental (OMT *apud* WTOBC, 2000, p. 11).

A redução da atuação do Estado no âmbito da atividade turística dá-se em um contexto no qual essa atividade vem a ser percebida como capaz de solucionar problemas socioeconômicos das mais distintas localidades do planeta, de atrair capitais necessários à requalificação e à ampliação da atratividade dos centros urbanos e turísticos. Esse movimento vem propiciando um cenário favorável às parcerias e às cooperações público-privado, bem como abrindo maior espaço para o surgimento de novos modelos, propostas e mecanismos auxiliares ao gerenciamento dos destinos turísticos.

Nesse conjunto é possível identificar proposições de reafirmação das estruturas vigentes, de novas formas de governança e também, aquelas concebidas devido ao crescimento dos impactos negativos da atividade, frente às promessas de amplos benefícios não alcançados e não necessariamente idealizadas tendo como referência um centro urbano. Nelas, a dimensão territorial pode assumir contornos definidos (âmbito municipal, regional, nacional) ou pode-se identificar a inexistência de um território delimitado (como na Análise de Redes Sociais). Algumas enfrentam ou enfrentaram o desafio de articular políticas que exigem a interação simultânea das instâncias locais e de decisões regionais, estaduais e federais. Todas objetivam o desenvolvimento do turismo e/ou o alcance de uma maior competitividade por parte dos destinos turísticos. Esses resultados, entretanto, são passíveis de questionamentos.

Modelo do *cluster*

Idealizado por Michael Porter, no final da década de 1970, em suas reflexões sobre a competitividade, o modelo do *cluster* pressupõe “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares” (PORTER *apud* QUEIROZ, 2005, p. 124). Conforme esta concepção, os *clusters* originam-se de iniciativas locais e as interações de empresas e instituições concentradas em áreas geograficamente precisas reforçam as vantagens competitivas dessas áreas e das entidades nessas localizadas. Para Porter, as vantagens competitivas definirão a capacidade de um *cluster* obter benefícios ou manter a atratividade a longo prazo e se expressam através da correlação entre as cinco forças de competitividade: entrada de novos concorrentes; poder de negociação com os fornecedores; rivalidade entre os concorrentes existentes; poder de negociação dos compradores e ameaça de substitutos.

Embora a referência para o seu modelo tenha sido o setor industrial, desde meados da década de 1980, Porter segue além da temática para discutir sobre as denominadas “indústrias fragmentadas” – presta-

ção de serviços, varejo, distribuição, fabricação de madeira e metal, produtos agrícolas, dentre outras – que nos anos 1990 incorporam o turismo, possíveis setores a desenvolverem *clusters*.

O modelo do *Cluster* propaga-se de modo expressivo entre os estudiosos da sua possível aplicação no turismo, a exemplo de Garrido que, em inícios do novo milênio, chegou a considerar este enquanto um dos modelos multiorganizacionais de melhor adequação à realidade da atividade turística. Para esta autora:

No turismo, pode-se considerar o *cluster* como um dos modelos multiorganizacionais mais apropriados para estruturação das regiões de destino, em face da natureza transdisciplinar experimentada pelo setor, aliada à necessidade de promover a concatenação e o estabelecimento de parcerias entre diversos sub-segmentos que formam o produto turístico, sejam empresas de pequeno, médio ou grande portes (GARRIDO *apud* QUEIROZ, 2005, p.126).

Conforme Garrido (2005, p. 127), os *clusters* surgem, em geral, de processos endógenos espontâneos, estimulados por antecedentes da cultura e história locais e existe dificuldade de criação destes aglomerados a partir de iniciativas externas. Apesar da inexistência de uma dependência desse modelo multiorganizacional em relação a uma ação estatal externa e planejada para sua criação, ele ressalta a importante função do Estado no apoio e fortalecimento das bases locais, aspecto fundamental para o sucesso dos *clusters*.

Em uma adaptação do modelo do *cluster* para o turismo, e agregando a este os princípios da “Economia da Experiência⁶”, o *World Tourism Organization Business Council* (WTOBC) define o *cluster* turístico como um espaço geográfico no qual a experiência turística acontece. Para o WTOBC, responsável pela formulação do modelo A.M.P.M. (*Attracti-*

6- “A economia da experiência”, conforme Pine II e Gilmore, compreende uma nova forma de ofertar valor ao mercado, baseada nas experiências e não mais em formas tradicionais, como as *commodities*, os produtos e os serviços. O valor econômico provém do valor atribuído por cada cliente à experiência vivenciada, a qual deve ser única e individualizada e torna-se mais valiosa à medida que também pode ser considerada como inesquecível. Sobre este assunto ver Pine II e Gilmore, 2000. In QUEIROZ, 2005, p. 133-138.

veness, Marketing, Productivity, Management), os aspectos centrais no incremento da competitividade dos destinos turísticos podem ser sintetizados como: atratividade, marketing, produtividade e gestão.

No modelo A.M.P.M., os *clusters* turísticos aditam os recursos e atrações turísticas à infraestrutura, equipamentos, serviços e outros setores de suporte, que integram, coordenam atividades e proveem os consumidores das experiências que eles esperam e escolheram vivenciar. Segundo esta concepção, a competitividade turística é realizada no local de destino, através do denominado “Diamante da Competitividade,” ou seja, um meio ambiente de negócios estimulante de uma renovada capacidade de inovação e de constante melhoria dos agentes envolvidos com o turismo; alta eficiência operacional na execução de atividades competitivas, e alto nível de produtividade na utilização dos recursos (WTOBC *apud* QUEIROZ, 2005, p. 130).

A aplicação do modelo do *cluster* e, sobretudo, desta formatação proposta pelo WTOBC, em países em desenvolvimento, pode significar um grande desafio, com amplas possibilidades de insucesso. A pressuposição de serviços e investimentos públicos eficientes, política turística, gestão competitiva, alto volume de demanda, elevada atratividade e produtividade pode estar distante da maioria das localidades situadas em países periféricos. Essa constatação, entretanto, não impediu a tentativa de aplicação do modelo do *cluster* em territórios com graves problemas sociais e com amplas deficiências de serviços públicos, como o estado da Bahia.

Como analisa Queiroz, para formular o projeto do *Cluster* de Entretenimento, o governo baiano contratou a empresa de consultoria americana Monitor Group cujo especialista em “estratégia e competitividade” e um de seus sócios fundadores era Michael Porter. Transportada para o turismo baiano a ideia do *cluster*, a Monitor, por sua vez, pretendeu “reunir todos os setores envolvidos com o entretenimento e não apenas o *trade* tradicional, para juntos, traçarem estratégias e projetos turísticos para a Bahia”. O *Cluster* Bahia se propôs a abranger assim, além do tradicional *trade* turístico, “as instituições de ensino e pesquisas formadoras

da mão de obra; atores da comunidade, investidores e sócios eventuais”, englobar, conforme as previsões da Monitor, 30 tipos de empresas. Naquele contexto, foram mencionadas inicialmente a superintendência do aeroporto, o Instituto de Hospitalidade, faculdades de turismo, blocos carnavalescos, museus, igrejas, lojas comerciais, empresas de eventos culturais e de transporte (QUEIROZ, 2005, p. 487).

O *Cluster* Bahia começou a operar em agosto de 2002 com objetivos centrais de desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em todo o Estado da Bahia; promover o turismo sustentável; mapear o inter-relacionamento entre governo e iniciativa privada; estimular a iniciativa privada e a livre concorrência; promover a conscientização da cidadania empresarial no setor privado, mobilizar a sociedade no sentido de engajamento em educação e hospitalidade e no reconhecimento do turismo como fator econômico relevante. A Monitor realizou apenas a primeira fase do trabalho e as demais etapas ficaram a cargo do próprio *Cluster* do Entretenimento e esse procedimento gerou um atraso no cronograma delineado inicialmente (QUEIROZ, 2005, p 491).

Diante de dificuldades de operar em um território extenso e diverso, logo no princípio, o *Cluster* Bahia alterou a proposta original de formação de um único aglomerado, incorporou a constituição de *sub-clusters* e *micro-clusters*. A maior parte das ações do organismo foi direcionada para a consolidação da OSCIP⁷ ou para o fortalecimento do “destino turístico Salvador”, objetivou desde a ampliação desse organismo, tanto em termos do número de associados, como do espaço físico ocupado pela sua sede, o aporte de novas tecnologias, a promoção de Salvador, a geração de novas oportunidades de negócios e outras.

Apesar de toda uma estruturação e um amplo trabalho da equipe de coordenação, foram poucos os resultados apresentados pelo *Cluster* de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia. Daquele contexto, pode-

7- O *Cluster* Bahia foi constituído enquanto uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

-se destacar a publicação do livro *Diretrizes Estratégicas para a Promoção de Salvador e Entorno*, em 2009. O material sugere a elaboração de um “plano de turismo moderno” para a capital baiana (PANROTAS, 2009). Talvez um dos significativos avanços desse organismo tenha sido a sua percepção, já presente no documento intitulado *Cluster Uma Visão Compartilhada do Futuro*, de 2004, da necessidade de mudar a sua postura isolacionista e firmar presença enquanto uma “instituição catalisadora”. Essa proposta, assim como o plano de turismo para Salvador, entretanto, não chegou a ser implementada. O não prosseguimento das ações do *Cluster* pode ser atribuído à falta de interesse da gestão pública estadual iniciada em 2007, à baixa adesão e motivação da iniciativa privada e aos problemas estruturais vivenciados pelo turismo baiano, relacionados ao quadro social do estado, às carências infraestruturais e outros fatores.

O exemplo da Bahia contribui para maior compreensão dos limites da aplicação do modelo do *cluster* em realidades similares, ou seja, em territórios com amplos problemas na gestão territorial do turismo e carências significativas no tocante à infraestrutura para a atividade ou aos serviços públicos essenciais aos residentes e visitantes. Pode-se alertar também quanto aos riscos da importação de modelos concebidos para realidades completamente distintas. Cumpre ainda evidenciar a necessidade de compromisso do conjunto de instituições, organizações e atores locais para com uma dada proposta de desenvolvimento do turismo, caso de real interesse e os possíveis perigos de um protagonismo estatal, sem ressonância local, sem continuidade pelo próprio organismo público propositor.

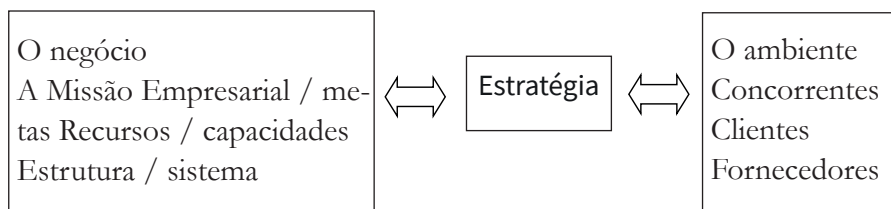
Valor capital destino

Richard Sharpley (2009) reconhece o turismo como um empreendimento eminentemente capitalista, percebe a inexistência de um desenvolvimento sustentável da atividade, e, assim, um forte distanciamento entre o discurso acadêmico e os desafios práticos embutidos no conceito. Ele apresenta a perspectiva de um modelo denominado Capital Destino, com vistas a oferecer uma estrutura mais apropriada para otimizar os

benefícios econômicos do turismo em um destino. Seu modelo, como argumenta, não pretende ser uma abordagem universal substituta ao desenvolvimento sustentável – este considerado por ele um *idealismo hipócrita* –, e, sim, uma plataforma para debates e pesquisas mais ampliadas sobre o tema. Conforme sua visão, o destino é compreendido como um capital que requer, como forma de aproveitamento dos seus ativos, a construção de uma estrutura alternativa para o desenvolvimento do turismo, incorporar tanto as necessidades e os recursos produtivos existentes, quanto a interação com oportunidades e desafios externos.

Embora reconheça a existência de diferenciações, Sharpley percebe o destino como um negócio ou uma corporação com várias unidades desse último. Para estabelecer sua direção estratégica, necessita realizar auditoria interna dos seus recursos, capacidades e competências essenciais e auditoria externa do ambiente competitivo. O modelo Capital Destino é construído com base em princípios similares aos observados em um modelo básico de gestão estratégica⁸ (Figura 1).

Figura 1 – Um modelo básico de gestão estratégica



Fonte: SHARPLEY, 2009, p. 180.

A percepção do valor capital do destino, como mencionado antes, está também presente no modelo A.M.P.M. da WTOBC, refere-se a manutenção e a melhoria dos recursos e atrações turísticas via estratégias

8- Dentre esses é possível citar a Matriz SWOT, técnica creditada a Albert Humphrey, da Universidade de Stanford, que nas décadas de 1960 e 1970, usando dados da Revista Fortune das 500 maiores corporações, estabeleceu um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão, com base em aspectos do ambiente interno (forças e fraquezas) e do externo (oportunidades e ameaças). Fonte: FGV ONLINE, 2018.

de gestão. O diferencial do modelo de Sharpley é o papel atribuído ao destino na definição e promoção de formas de turismo mais condizentes com as necessidades e objetivos econômicos e de desenvolvimento. Para o autor, o turismo não necessariamente leva ao desenvolvimento, principalmente quando este conceito atrela-se ao atributo da sustentabilidade, abrange, portanto, objetivos quantificáveis, expressos em indicadores como os de riqueza, alfabetização, educação, etc., e também intangíveis, como confiança e liberdade. Não obstante essas considerações, ele reconhece o elevado potencial do turismo para gerar benefícios econômicos derivados dos gastos dos turistas com produtos, serviços e experiências (SHARPLEY, 2009, p. 178).

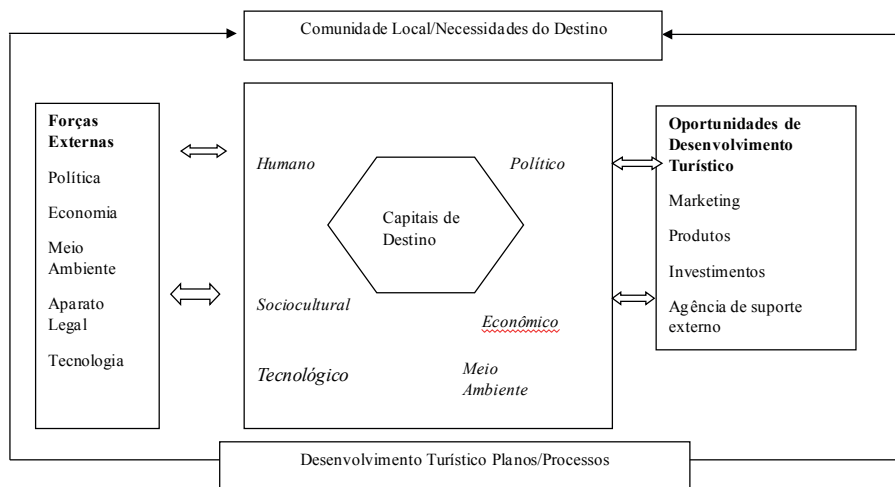
Para Sharpley, cabe ao destino o melhor aproveitamento possível dos resultados do turismo. À frente da condução do processo de expansão do turismo, o destino é quem deverá definir os recursos ou ativos a serem explorados e até que ponto estarão a serviço da atividade turística (Figura 2). Os princípios de sustentabilidade passam a ser estabelecidos localmente e não incorporados através da adoção de modelos externos pré-definidos.

Assim como nos demais modelos de planejamento, na sua proposta, o primeiro passo é também a identificação de metas e objetivos do desenvolvimento do turismo e, em decorrência, a declaração da missão do destino, observa Sharpley (2009, p. 181). Esta, entretanto, não pode dissociar-se da estrutura dos ativos existentes, da escala dos recursos que se pretende utilizar e da percepção do turismo como atividade econômica conforme atendimento de necessidades locais e, em alguns casos, também regionais e/ou nacionais.

A princípio, o imenso desafio do modelo proposto por Sharpley envolve a compreensão de quais serão os agentes do destino responsáveis pela definição do modelo de turismo a ser desenvolvido. O autor propõe que essa definição seja também variável, a depender das especificidades de cada destino. Em alguns casos, a coordenação do processo pode estar sob a responsabilidade do setor público, com um capital político mais expressivo para assumir a liderança; em outros, pode-se atribuí-la a es-

truturas institucionais, sistemas políticos predominantes ou à elite local. Assim como a sustentabilidade, o planejamento e o processo de tomada de decisões são vistos como inerentes a cada modelo.

Figura 2 – Modelo de Capital Destino para o Desenvolvimento Turístico



Fonte: Sharpley (2009, p. 181)

Embora comente que o seu modelo pode ser empregado tanto em estruturas mais democráticas como em outras, a definição do escopo do desenvolvimento do turismo, estratégica aos destinos turísticos, corre o risco, também neste método, de atender os objetivos de lideranças locais não necessariamente representativos do interesse de uma coletividade. Em dados casos, é possível, inclusive, essa coletividade ser responsável por parte expressiva dos ativos locais, principalmente no tocante ao patrimônio imaterial, e não lhe ser dada a oportunidade de definir os limites à exploração dos recursos locais, nem as possíveis oportunidades criadas e tampouco o destino dos recursos procedentes da atividade turística. Também, nessas circunstâncias, será o destino que estará escolhendo, ainda que os processos participativos e democráticos estejam pouco ou nada sedimentados. Apesar de muitas vezes ser difícil se desvencilhar da “certeza acadêmica” de que a intervenção de um especialista

externo pode levar a resultados mais favoráveis que os alcançados por quem vivencia e constrói a realidade do destino – o que não necessariamente se verifica – não há como negar o grande mérito de Sharpley de particularizar as distintas realidades e atribuir ao local a responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo.

Redes e turismo

A análise de redes sociais é aqui apresentada não enquanto um modelo de gerenciamento territorial do turismo, mas como um mecanismo auxiliar a este. Como sabido, nas redes sociais o território perde seus contornos, favorecem-se as interligações entre organizações, atores, localidades e outros, situados nos mais distintos pontos do planeta, apoiadas pelo paradigma da tecnologia da informação. Embora extrapole limites territoriais e não se constitua enquanto um corpo teórico unificado, o estudo das redes pode contribuir para a análise de organizações de um dado destino turístico, de suas parcerias, seus laços, fragilidades e forças sendo, portanto, um grande auxílio para se aprofundar o conhecimento da atividade turística territorial.

Como afirmam Wasserman e Faust (1994, p. 3), a noção de rede social e seus métodos de análise vêm atraindo considerável interesse e curiosidade dos cientistas sociais e comportamentais nas últimas décadas. Muito desse interesse pode ser atribuído ao foco multidisciplinar da análise de redes sociais que possibilita uma maior compreensão das relações entre entidades sociais, aspectos do ambiente político, econômico ou social da estrutura.

O crescimento da importância das redes sociais corrobora a percepção de pesquisadores, como Polany, quanto à submissão do econômico às relações estabelecidas na sociedade. Para esse autor, ainda que aparentemente os objetivos econômicos sejam preponderantes, o sistema econômico é dirigido por motivações não-econômicas, ou seja, por relações sociais que sustentam-no. Cada procedimento do processo de produção ou de distribuição atrela-se a um conjunto de interesses sociais

asseguradores de sua necessidade. Assim, na ação para salvaguardar sua situação social, as exigências sociais e seu patrimônio social o homem trava relações sociais (POLANY, 2000, p. 65), relações essas que a análise de redes busca compreender como suporte às mais diversas ciências sociais.

Em uma definição mais usual, redes sociais são estruturas abertas, compostas por indivíduos ou grupos conectados, passíveis à expansão e à integração de novos atores. Em uma rede, os nós ou atores podem ser representados como estúdios de entretenimento, sistemas de televisão a transmitir e a receber sinais na rede global, mercados de bolsas de valores, na rede de fluxos financeiros globais, campos de coca e papoula na rede de tráfico de drogas ou organizações do turismo cultural, em uma dada cidade histórica, a exemplo. As redes podem também ser vistas enquanto uma fonte de reorganização do poder no sistema capitalista, ou seja, a presença na rede e a dinâmica de cada rede, uma em relação às outras, passam a ser vistas como fonte de dominação e transformação da sociedade. As conexões que ligam as redes, a exemplo de fluxos de informação, financeiros e outros, representam os instrumentos privilegiados do poder, cujo controle está centrado nos principais conectores (CASTELLS, 2002, p. 565-566).

Extrapolando o seu conceito para as cidades, Castells argumentará que as megacidades são os verdadeiros “nós da economia global” responsáveis por concentrar as funções produtivas e administrativas do planeta, por deterem o controle da mídia, o poder político, sendo também capacitadas a criar e difundir mensagens. O autor observa, porém, que nem todas as megacidades podem ser consideradas centros influentes da economia global, quer dizer, podem atuar conectando amplos segmentos da população humana ao sistema global. Ademais: “[...] as megacidades não podem ser vistas apenas em termos de tamanho, mas como uma função de seu poder gravitacional em direção às principais regiões do mundo [...]” (CASTELLS, 2002, p. 492-495).

Na economia do turismo embora as megacidades tendam, em geral, a concentrar os fluxos de investimentos e visitantes, os lugares do-

tados de atributos simbólicos, de um elevado capital natural e/ou cultural que os particularizam e individualizam, ainda que situados em áreas urbanas sem grandes conexões à economia global, podem vir a alcançar uma dada atratividade. Para o turismo, as experiências e os lugares que as proporcionam são fundamentais e podem estar ou não localizados em “megacidades” ou interarticulados (ou não) em redes globais. Entretanto, em face das características da atividade turística cujo caráter é multissetorial, agrega setores e empresas diferenciados, alguns autores, a exemplo de Garrido (2002, p. 128), chegam a indicar nela a existência de um ambiente favorável à formação de redes interorganizacionais. Em reforço à sua visão, Garrido (2002, p. 129) cita Tremblay, autor que enfatiza a importância das redes interorganizacionais no turismo e propõe sua integração ao setor público, a fim de propiciar uma melhoria na qualidade dos serviços necessários ao turismo e também às comunidades receptoras que configurariam uma maior compreensão e integração às atividades turísticas.

Outra percepção favorável às redes aparece em leitura de Colin Michael Hall (2001, p.233) que as define como “arranjos de cooperação e colaboração entre organizações” e afirma não serem estas um fenômeno recente, mas sim a marca de organizações inovadoras já há algum tempo. A autora ressalta a importância dos relacionamentos de redes no trabalho de divulgação do turismo e, ao mencionar Buhalis e Cooper, aponta as possibilidades criadas pelas redes para as empresas de turismo de pequeno e médio portes, expressas através da reunião de recursos com a finalidade de aumentar a competitividade, a idealização de planos de *marketing* e gerenciamento estratégico, a redução dos custos operacionais e aumento do *know-how* (BUHALIS; COOPER *apud* HALL, C. M., 2001, p. 234).

Colin Hall (2001, p. 234-235) considera, apesar do crescente reconhecimento da importância das redes, a inexistência de um conjunto de fatores comuns que descreva e explique o seu desenvolvimento, uma vez que as condições que as originam são muito diversas. Para essa autora, “os arranjos de redes têm múltiplas causas e ‘trajetórias históricas’ varia-

das”. Em relação às dificuldades enfrentadas pelas redes, ela observa a dificuldade de estabelecer redes em áreas onde há lacunas de informações sobre os benefícios originados por essas associações, como na área do turismo. Também destaca a relevância do papel do Estado no surgimento de redes, cita a BIE⁹ e indica quatro papéis em potencial para o governo na criação dessas unidades:

- divulgação de informações sobre as oportunidades criadas pelas redes;
- estímulo à cooperação entre as indústrias por meio de associações setoriais;
- melhoria das redes existentes entre órgãos dos setores público e privado envolvidos em pesquisa e desenvolvimento, educação e treinamento;
- análise dos efeitos da estrutura legal e regulamentos existentes referentes à formação, manutenção e dissolução de redes relativas a outras formas de organização, como mercados e empresas (BIE *apud* HALL, C. M., 2001, p. 239).

Como forma de maximizar a contribuição das redes para as economias regionais, Colin Hall (2001, p. 240) propõe que “[...] os relacionamentos em rede passem de associações duais e grupos de organizações [...] para grupos de ação e redes formais”. Citando o exemplo de associações regionais de turismo vinícola na Europa, América do Norte e Austrália, observa a existência de vários estímulos em relação a esta mudança e mas indica o necessário para tais redes continuarem a existir. Em suas palavras, “[...] é importante que elas sejam conduzidas internamente e não mantidas pelo governo.” A autora pontua também a importância do planejador de turismo neste processo, o qual, na sua visão, tem por tarefa “[...] usar da argumentação e da persuasão para tentar estimular o desenvolvimento de redes [...].” Chama, por fim, a atenção para o fato de que:

nem todas as redes serão bem-sucedidas e deve-se reconhecer também que elas, como qualquer estrutura organizacional orientada para metas, também passarão por um ciclo de vida. Além disso, nem todas as empresas de uma determinada região quererão tornar-se parte de uma rede. Grandes feitos ainda poderão ser realizados por meio da criação dessas redes – que terão mais sucesso se operarem

9- Secretaria da Economia da Indústria da Austrália (HALL, C. M., 2001, p. 233).

em arranjos cooperativos do que teriam as empresas se atuassem *per se*. Finalmente, pode ser demorado criar redes e arranjos colaborativos e estabelecer a confiança entre os participantes, em especial se eles vêm de diferentes setores e culturas (Powell, 1990), uma situação que também reflete a forma pela qual as abordagens relacionais no planejamento turístico podem ser capazes de ajudar a solução de conflitos no setor (HALL, C. M., 2001, p. 240-241).

Este livro não se dedica a apresentar um modelo ideal para a gestão territorial do turismo a ser utilizado pelas cidades estudadas. Buscam-se mecanismos para que, a partir de um conjunto de experiências e proposições, haja novos elementos para reflexão sobre os caminhos adequados ao seu desenvolvimento turístico, bem como para maior conhecimento da realidade do turismo local. Na presente leitura, junto à apresentação de modelos de gestão territorial do turismo, optou-se por tratar da percepção de um conjunto expressivo de atores/organizações locais quanto às redes de parceria intraorganizacionais travadas, o papel dos poderes públicos nessas redes, na economia do turismo de Cachoeira e Ouro Preto. A análise de redes tornou-se um subsídio fundamental porque favoreceu o conhecimento de alianças entre as entidades locais e também com parceiros externos. De forma geral, privilegiaram-se os parceiros considerados pelas unidades entrevistadas como de relevo para a atividade que desenvolvem.

Acredita-se, ratificando o pensamento de Sharpley (2009), que cada localidade deve procurar estruturar o turismo da melhor forma que lhe convém, mas para isso, são necessárias auditorias internas, conhecimento de um pouco mais dos seus ativos, potencialidades e dificuldades. Assim, além da utilização do exame de redes sociais para diagnosticar as relações entre as organizações locais e do contato direto com os atores/organizações para detectar os desafios que atravessam suas avaliações quanto à atuação dos poderes públicos, faz-se a apresentação das cidades, traça-se um panorama geral do seu turismo cultural.

Turismo cultural em Cachoeira

A cidade de Cachoeira, considerada Monumento Nacional pelo Iphan, em 1971, com uma população estimada em 16.387 habitantes (Bahia, 2016) localiza-se a 111 Km de Salvador, capital da Bahia, no Recôncavo Baiano. Seu território ocupou posição de destaque em termos econômicos e políticos no Brasil Colônia, constituiu-se no principal centro de manufatura de exportação da Bahia, graças à produção de cana-de-açúcar e fumo. Após um período de intenso apogeu, Cachoeira, sede de um município criado por Ordem Régia em 09/01/1698, foi elevada à categoria de cidade em 13 de março de 1837. No final do século XIX, enfrentou a sua primeira crise econômica e perdeu parte expressiva da sua população. O agravamento dos problemas na agroindústria fumaqueira, a reestruturação do sistema viário estadual, com a marginalização do seu porto e da sua função de interligação entre as cidades do interior e a Capital, devido à implantação de um novo sistema de transporte rodoviário, foram fatores para Cachoeira – assim como outras cidades do Recôncavo baiano –, mergulhar em uma profunda crise, ficar isolada dos novos processos regentes da socioeconomia brasileira, deslocados para a região Sudeste do Brasil (QUEIROZ; SOUZA, 2009).

Após assistir, entre o século XIX e os anos 1940, à desorganização dos seus arranjos produtivos e a retração do tráfego intrarregional de pessoas, mercadorias e capitais, seja por via terrestre, seja por via flúvio-marítima, o Recôncavo Baiano, a partir daquele período, assume uma nova configuração territorial, com a perda das áreas de maior dinamismo econômico, como as cidades de Salvador e Feira de Santana, sendo considerado, no século XX, sinônimo de região decadente. Como parte desse conjunto, Cachoeira também adquiriu a condição, desde inícios do século passado, de cidade economicamente deprimida. Por um lado, a estagnação econômica trouxe inúmeros problemas para a cidade que, em tempos recentes,

apresenta baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social,¹⁰ em que pesem as intervenções do Programa Monumenta, a partir de inícios do novo século e os impactos da implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), em 2006. Por outro lado, encontra-se a preservação de um importante patrimônio cultural – material e imaterial –, isto é, valiosa matéria-prima para o desenvolvimento do turismo cultural.

De forma desconectada das políticas para o turismo, as primeiras intervenções públicas com vistas à salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional a contemplar Cachoeira foram iniciadas em 1938, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) inscreve nos Livros do Tombo alguns monumentos arquitetônicos da cidade, como o Conjunto do Carmo, composto pela Igreja do Carmo, Convento e Casa de Oração da Ordem Terceira (1938), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1939), Imóvel nº 34 na Rua Sete de Setembro (1941), Imóvel nº 17 na Rua Benjamin Constant (1943), entre outros. De forma geral, parte expressiva dos bens imóveis inscritos nos Livros do Tombo pelo Sphan, entre os anos de 1938 e 1967, era constituída por monumentos arquitetônicos, sendo prioritários os de arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e XVIII (WERKEMA, 2018).

No princípio da década de 1970, o organismo nacional de proteção ao patrimônio, já na condição de instituto, procede ao tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira. Esse ato, efetivado em 18 de janeiro de 1971, pelo decreto nº 68.045, consistiu na primeira política cultural na esfera federal voltada para esta cidade com vistas a salvaguardar a totalidade do acervo arquitetônico e a preservar a paisagem do entorno.

10- Em 2010 aproximadamente 41% dos domicílios de Cachoeira não apresentavam serviço de saneamento adequado. Naquele mesmo ano em torno de 17% da população municipal estavam abaixo da linha de extrema pobreza, com rendimento domiciliar *per capita* mensal inferior a R\$ 70,00. O Índice de Desenvolvimento Humano para o município ainda em 2010, embora superior ao ano 2000 (0,516), equivaliu a 0,647 (Bahia, 2018).

Quanto às políticas públicas direcionadas propriamente ao turismo do Recôncavo, estas foram iniciadas, ainda que timidamente, na década de 1960. Entretanto, só nos 1970 a região foi concretamente evidenciada nas discussões travadas e nas políticas públicas direcionadas ao turismo baiano, com a confecção do primeiro plano estadual de turismo, o Plano de Turismo do Recôncavo. Sob a responsabilidade das empresas de Consultoria e Planejamento – CLAN S.A e Oficina Técnica de Empresas e Ingeniería S.A – OTI e coordenação de Rômulo Almeida, o plano foi confeccionado após visita à Bahia da missão organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, em seu relatório, aponta o turismo como atividade econômica básica para a antiga região líder da economia baiana.

O Plano de Turismo do Recôncavo não foi implementado integralmente. O momento político-econômico adverso ao turismo, decorrente da confluência dos interesses estaduais e nacionais direcionados à implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, cujo projeto também estava a cargo de Rômulo Almeida, terminou por inviabilizar o programa de ação definido. Ainda assim, como registra Queiroz (2007), exerceu grande influência nas sucessivas gestões turísticas subsequentes à sua formulação. Vale ressaltar, porém, que os esforços públicos em prol da expansão desta atividade centralizaram-se em Salvador, com ações pontuais nos demais municípios do Recôncavo, voltadas, sobretudo, à constituição de equipamentos de suporte, a exemplo da implantação pelo Governo do Estado de meios de hospedagem em Cachoeira.

Na primeira metade dos anos 1980, cria-se um novo programa estadual, o Caminhos da Bahia e mais uma vez, o Recôncavo foi contemplado com investimentos pontuais direcionados ao setor de hospedagem. Posteriormente, os anos 1990 inauguraram uma fase de expressivos investimentos públicos no turismo baiano, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur-NE). Na Bahia, os investimentos dessa iniciativa concebida como de longo prazo, foram oriundos dos organismos financiadores oficiais – BID na qualidade de agente financia-

dor e Banco do Nordeste (BNB), agente financeiro nacional – e de outras instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Tesouro Estadual. Na primeira etapa do Prodetur, iniciada em 1995, mais da metade dos recursos aplicados (57%) foram concentrados na zona turística Costa do Descobrimento; a Baía de Todos os Santos (BTS), incluindo a Capital e os municípios turísticos do Recôncavo, recebeu cerca de 5,8% dos investimentos públicos, os quais foram canalizados, de forma acentuada, para a cidade de Salvador (QUEIROZ, 2007).

Na segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE II-BA), a Bahia recebeu recursos da ordem de US\$96 milhões, sendo US\$39 milhões provenientes de financiamento do BID, por meio do BNB e US\$ 56,5 milhões de contrapartida do Estado e da União, aplicados, principalmente, na melhoria das condições institucionais de infraestrutura e na expansão, qualificação da atividade turística. Nesta etapa do programa, concluída em 2012, não houve um projeto direcionado especificamente para o Recôncavo. A região foi contemplada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – do polo Salvador e Entorno, que além da Capital engloba as zonas turísticas da Baía de Todos os Santos (BTS) e Costa dos Coqueiros, e com ações gerais direcionadas ao conjunto das zonas inseridas no polo, como as de capacitação profissional e empresarial (Bahia, Setur, 2017).

Ainda na primeira década do século XXI, aproveitando a oportunidade de realização de um estudo financiado pelo BID com fins de promover o turismo cultural, sem contrapartida e sem desembolso de recursos financeiros, o Governo do Estado iniciou as negociações com este organismo internacional para a confecção de uma proposta de fomento ao turismo cultural na Baía de Todos os Santos. Cumprindo as exigências do Banco Interamericano, o estudo foi coordenado por uma empresa europeia, a italiana *Target Euro* que agregou consultores locais à sua equipe. Em 2008, com o apoio das secretarias estaduais de Cultura

(Secult) e de Turismo (Setur), foi confeccionado o Cultour, programa respaldado nos princípios da Economia da Experiência¹¹, tendo como proposição central o desenvolvimento do lazer criativo no Recôncavo baiano através de um conjunto de itinerários temáticos condensados em proposta denominada “Recôncavo baiano – Baía adentro – Rio Paraguaçu e Cachoeira.” (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 37).

A viabilidade operacional dos roteiros propostos pela Target Euro atrelava-se à realização de um conjunto de projetos de intervenção no espaço regional com vistas a sanar problemas como: deficiências da infraestrutura urbano-regional – estradas, saneamento, coleta de lixo, urbanização descontrolada, comprometimento ambiental; da superestrutura turística¹² – hotéis/pousadas, bares, restaurantes e outros serviços turísticos; depredação do patrimônio material; necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial, dentre outros. A resolução dessas questões, que implica em expressivos esforços das distintas esferas do poder público, do setor privado e da sociedade civil organizada, na existência de uma conjuntura econômica – inclusive no tocante ao crédito internacional, abalado pela retração da economia mundial – e política favorável, até este momento não se demonstrou exequível.

No período de 2002 até 2012, outro programa também financiado pelo BID, o Monumenta, desta vez, implementado em parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Unesco, possibilitou, dentre outras ações, a recuperação do patrimônio edificado de municípios do Recôncavo. Direcionado para Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUN) e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN) tombados pelo Iphan e situados dentro dos perímetros urbanos dos municípios, o Monumenta viabilizou a recuperação de diversos equipamentos. Dentre esses, edificações de conventos, igrejas, inclusive bens móveis e integrados, monumentos, casas com usos residenciais e institucionais, cine-teatro, ruas, avenidas e orlas fluviais. Além de tais ações, favoreceu a realização de cur-

11 - Sobre esse assunto, ver QUEIROZ, 2005, p. 78-84.

12 - Termo utilizado, na área do turismo, como equivalente a um conjunto de equipamentos e serviços turísticos (Ver LAGE; MILONE. *Economia do Turismo*, 1991).

sos de qualificação de mão de obra para o turismo cultural nas cidades de Cachoeira – núcleo urbano dentre os brasileiros beneficiados que recebeu o maior montante de recursos investido pelo programa¹³ – e São Félix, territórios interligados pela Ponte Dom Pedro II.

Após passar por tramitação na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ter sido submetido ao Senado para autorização da Operação de Crédito, o contrato com o BID para o Prodetur Nacional – Bahia foi assinado em 23 de abril/2014. O início das obras, entretanto, ainda encontra-se sem definição, tendo o BID aprovado o Consórcio Nippon/Cobrape/Ruschmann para indicar espacialmente uma nova roteirização ou requalificação de roteiro já existente, para a integração dos atrativos. A etapa seguinte, conforme divulgado pela Secretaria de Turismo, prevê licitação para obras físicas (Bahia, Setur, 2017). Também como parte das atividades do Prodetur Nacional – Bahia, está prevista a qualificação de 200 jovens e adultos dos municípios que serão beneficiados para atuarem no turismo náutico (Bahia, Setur, 2018). Já em 12 de fevereiro de 2019, o Governo do Estado promoveu reunião em Cachoeira, com representantes do segmento turístico, cultural e náutico do município, para realização da oficina inicial do projeto de construção coletiva da Rede de Turismo Náutico e Cultural da Baía de Todos os Santos. Neste mesmo mês, idêntica reunião foi realizada nos municípios de São Félix, Muritiba, Santo Amaro e Maragogipe. Entretanto, a ação ainda não está passível de ser avaliada, por se encontrar principiando.

Mesmo diante das iniciativas anteriormente relatadas, na Bahia, apenas em 2007 a gestão pública estadual divulgou oficialmente o segmento do turismo cultural como prioritário nas estratégias governamentais e posteriormente contemplou a BTS como região turística a ser notoriamente beneficiada. Foi assinado um novo contrato de financiamento entre o BID e o Governo da Bahia, o Prodetur Nacional – Bahia, programa concebido pelo Ministério do Turismo que destaca o turismo cultural

13- Foram investidos aproximadamente R\$ 40 milhões pelo Programa Monumenta, em Cachoeira, São Félix e Lençóis. Houve a restauração de cerca de 80 imóveis (Brasil, Programa Monumenta, 2014).

e o turismo náutico como segmentos prioritários, assim como as ações de fortalecimento institucional, qualificação de serviços básicos e gestão socioambiental nos destinos turísticos.

Com proposta técnica aprovada pela diretoria do BID em julho de 2013, o Prodetur Nacional – Bahia compreende um investimento de US\$ 84,7 milhões, sendo US\$ 50,8 milhões financiados pelo Banco Interamericano e US\$ 33,9 milhões correspondentes à contrapartida do governo da Bahia. A recuperação da Marina da Penha (Salvador), instalação de uma base náutica em Salinas da Margarida e do terminal turístico de Ilha de Maré, atracadouros em Cachoeira e Candeias, requalificação e plano de gestão do museu Wanderley Pinho, situado neste último município, além de 19 roteiros na BTS, inclusive Itaparica-Cachoeira são intervenções previstas nesse programa. A princípio, para Cachoeira, previa-se a instalação do Centro de Documentação e Memória da Cultura Negra do Recôncavo, mas este projeto foi excluído do rol de ações pretendidas. (Jornal Grande Bahia, 2018).

Basicamente, até este momento, dentre os resultados dos planos e programas para o turismo baiano, poucas foram as ações efetivas direcionadas para os municípios e cidades turísticas do Recôncavo, como Cachoeira. Apesar da importância de propostas como o Plano de Turismo do Recôncavo, o Prodetur – NE ou mesmo o Programa Monumenta, a exclusão parcial desta região das estratégias governamentais estruturantes efetivadas até os dias atuais na atividade turística da Bahia, resultou na restrita exploração do potencial turístico presente nos municípios e cidades que a compõem. Paralela a este fato, a estagnação econômica então vivenciada, resultou na marginalização, por muito tempo, de cidades turísticas do Recôncavo, inclusive Cachoeira, do processo de atração de investimentos turísticos ocorrido na Bahia, direcionado, sobretudo, para as áreas litorâneas.

Não se pode negar, de certo modo, o benefício desta exclusão porque livrou os municípios considerados turísticos na região de um modelo de turismo impactante, em termos culturais e ambientais, centrado

em grandes empreendimentos tendenciosos a estabelecer, muitas vezes, restritas relações com o local e trazem, assim, retornos econômicos e sociais pouco expressivos. Esse modelo foi adotado na Bahia durante muitas décadas. Noutro aspecto, não houve viabilidade para a definição de ações integradas e implantação de projetos direcionados ao turismo desta área, com ênfase especial no patrimônio histórico-cultural, elemento de ampla interseção entre as localidades do Recôncavo, o que poderia ter contribuído para o fortalecimento da atividade turística, e, quiçá, para o desenvolvimento regional.

Cachoeira, bem como outras localidades do Recôncavo, é, sem dúvida, um território rico em insumos fundamentais para o desenvolvimento do turismo cultural. Estudo realizado pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), em parceria com o Iphan, considerando o patrimônio cultural, e, mais especificamente, as referências culturais¹⁴, identificou e inventariou 215 referências, entre celebrações, formas de expressão, ofícios e saberes, lugares e edificações na cidade e zona rural do município (QUEIROZ, 2013).

Essas referências culturais, frutos de práticas e relações estabelecidas entre os habitantes e o território ocupado, configuram sentidos de identidade e pertencimento aos diversos grupos sociais, sendo partes constitutivas das suas vidas. São casarios, igrejas, sobrados, conventos, edificações construídas, sobretudo, entre os séculos XVII e XVIII, mas, também, saberes e práticas muitas vezes adquiridos intergeracionalmente, na lida cotidiana, que alimentam a alma, refletem a religiosidade, como os candomblés, propiciam momentos de lazer, como o samba de roda, e, em alguns casos, a exemplo dos ofícios da confecção artesanal de cerâmica, de instrumentos musicais e do preparo de iguarias típicas, viabilizam a sobrevivência humana.

Porque reflete a realidade do planejamento turístico e das políticas públicas direcionadas à cidade, o fluxo turístico de Cachoeira é

14- Referências Culturais são frutos de uma realidade social, ancoradas em um território específico, se expressam em objetos, práticas e lugares apropriados pelas comunidades na construção de sentidos de identidade, cultura e pertencimento (BRASIL, IPHAN, 2000, p.131).

ainda extremamente sazonal, com maior frequência nas festas e eventos locais, como o São João, a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, a Festa D'Ajuda, o Recôncavo Jazz Festival e a Feira Literária Internacional de Cachoeira (FLICA). São inúmeros os problemas vivenciados pelo turismo local: não há um plano institucional de marketing, a divulgação da cidade está atrelada, exclusivamente, aos eventos; inexistente material impresso gratuito para auxiliar o visitante a entender e interpretar o local e a região; pontos turísticos centrais, como igrejas e museus, não abrem aos finais de semana e feriados; a oferta de equipamentos de lazer, de entretenimento, de serviços de alimentação e de hospedagem é precária; os circuitos turísticos não são bem estruturados; são expressivos os problemas de segurança pública e poluição sonora e tantas outras situações podem ser mencionadas (DIAS, 2017).

Em síntese, o patrimônio cultural de Cachoeira – e igualmente o de outras localidades do Recôncavo baiano –, como é possível identificar nas ações (ou inações) governamentais direcionadas à cidade e região, constitui um potencial historicamente subaproveitado nas estratégias voltadas ao fomento do turismo baiano. A carência de informações quantitativas, produzidas pelos organismos de fomento ao turismo municipal ou estadual, dificulta uma mais precisa avaliação dessa atividade e uma análise da sua evolução na cidade de Cachoeira.

Compreendendo as empresas de turismo, os organismos públicos, privados, não governamentais, assim como os grupos culturais, formalizados ou não, enquanto organizações, conceito apreendido de texto de North (2018), a cidade de Cachoeira, embora detenha um turismo ainda incipiente, possui algumas destas unidades e também de ativos (recursos) que podem vir a ser melhor aproveitados em prol do desenvolvimento da atividade turística local. Vale mencionar, nesse sentido, o despontar de edificações, organizações museológicas, de cinema e audiovisual, celebrações e eventos locais, expressões culturais, a gastronomia, os atrativos naturais e outros.

Edificações e monumentos

Cachoeira, com seu estilo colonial, presente nas praças, ruas, becos, ladeiras, com os exemplares da arquitetura dos séculos XVII, XVIII e do Brasil Império, com sua religiosidade, os saberes e fazeres do seu povo, seus recursos naturais e potencial náutico é, sem dúvida, uma cidade dotada de um conjunto de ativos que pode ser utilizado pela atividade turística.

Em termos de edificações e monumentos, os destaques de Cachoeira ficam com a Igreja de Nossa Senhora D'Ajuda, obra seiscentista, primeiro templo construído neste território, pelos Dias Adorno, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário; a matriz de Nossa Senhora do Rosário, edificada entre 1693 e 1754, monumento de raríssima beleza, expõe os maiores painéis de azulejos portugueses da América Latina, além de belíssimo imaginário; a Estação Ferroviária, em estilo neogótico, guarda detalhes da arquitetura original e lembranças da época em que era a mais movimentada do interior baiano, de onde partiam diariamente trens de carga e de passageiros para o sertão. A Casa de Câmara e Cadeia, edificação dos séculos XVII e XVIII, construída na então vila de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira; de belas proporções, foi palco de importantes atos políticos da história local e nacional das lutas pela Independência da Bahia; atualmente, no pavimento superior, funciona a Câmara de Vereadores e a parte térrea abriga o Museu e Galeria da Câmara Municipal (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 63-66).

Uma das mais significativas edificações da cidade de Cachoeira é o Conjunto Arquitetônico do Carmo. Conforme Flexor (2007, p. 37-41), em finais do século XVII, ainda na condição de aldeia, o culto à Virgem do Carmo passa a integrar a vida religiosa de Cachoeira. Os carmelitas aportaram na Bahia em 1568, depois dos jesuítas e beneditinos, integravam a expansão das ordens religiosas que chegaram às terras brasileiras no primeiro século da colonização. As obras do primeiro convento carmelita de Cachoeira foram iniciadas em 1688 e, provavelmente, concluídas em 1692. Dada a inconveniência do local onde fora edificado, os

carmelitas, contaram com a colaboração da comunidade e com recursos procedentes da venda de capelas e sepulturas, edificaram o atual Conjunto do Carmo. A ausência de documentos impede o estabelecimento da autoria do projeto e data de início das suas obras, entretanto, a fachada da igreja, com um frontão cristado de chamas, reflete a influência chinesa perceptível no rococó português, com a inscrição do ano de 1773.

O Conjunto do Carmo é composto pela Igreja e Convento da Ordem Primeira e Casa de Oração e Capela da Ordem Terceira. Como lembra Flexor, as ordens subdividiam-se em Conventuais e Ordem Terceira. As Conventuais eram formadas pela Ordem Primeira, masculina e a Ordem Segunda, feminina e nestas, os seus membros faziam voto perpétuo, a exemplo das congregações religiosas. A Ordem Terceira, leiga e secular, obedecia à regra ou estatuto especial, consistia em uma associação de carácter assistencialista e sentido previdenciário, apoiava as pessoas carentes, fossem estes enfermos, idosos, inválidos ou mesmo em caso de falecimento. O edifício da Ordem Terceira possivelmente foi iniciado uma década após a construção da Igreja e Convento da Ordem Primeira, sendo os seus detalhes desconhecidos (FLEXOR, 2007, p. 61-64).

Durante o século XIX, o Convento do Carmo foi utilizado como quartel, escola, hospital, câmara, tribunal e até casa da moeda, época durante a qual quase todo o seu acervo artístico se perdeu e restaram apenas os azulejos e a decoração da sacristia. Em 1938, essa edificação e a Igreja do Carmo de Cachoeira foram tombados pelo Iphan. Posteriormente, já em inícios dos anos 1980, o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste deu um uso turístico a esses equipamentos que passaram a atuar, respectivamente, como meio de hospedagem e espaço de eventos. Ao contrário do Convento mantido no segmento de hospedagem, a Igreja transformou-se em um ocioso espaço para eventos. Após a intervenção do Programa Monumenta, na primeira metade dos anos 2000, a Igreja deixa de atuar enquanto espaço destinado a seminários e congressos, começa a abrigar eventos de menor porte, de mais estreita ligação com a comunidade local e a pousada diversifica seu público

atendendo à demanda de negócios, pedagógica, visitantes estrangeiros, nacionais e outros públicos (SILVA, L. E. P., ED¹⁵/2018).

Cumprir destacar, das edificações de Cachoeira, o Centro Cultural da Boa Morte, um conjunto formado por três sobrados, com capela, salão para eventos e exposições no pavimento superior, pequeno memorial na parte térrea com fotografias, casa de oração, galeria e textos sobre a história da confraria; a Casa de Ana Nery – nome de enfermeira que se destacou na Guerra do Paraguai – edificada entre os séculos XVII e XVIII; o Chafariz Imperial, monumento construído em 1827, com gárgulas de bronze, que abasteceu Cachoeira até a instalação da água encanada; a Igreja de Nossa Senhora do Rosarinho e Cemitério dos Negros, edificada em 1842 pelos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Sagrado Coração do Monte Formoso, na sua maioria afro-descendente ou africano legítimo e conhecida como Igreja do Rosarinho ou Igreja dos Nagôs; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, de 1795, com apenas uma torre com terminação piramidal herdada do século XVII, dotada de nave e capela-mor flanqueadas por corredores laterais e sacristias superpostas por tribunas, dentre outros (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 66-69).

Organizações museológicas

Em termos de equipamentos museológicos, Cachoeira dispõe do Museu da Ordem Terceira do Carmo, um museu de obras sacras com telas que retratam a paixão de Cristo, consideradas peças únicas do acervo sacro brasileiro, do século XVIII, com características orientais. Uma das forças locais da cidade nesse segmento, ainda extremamente carente de equipamentos de qualidade, é o Espaço Cultural Hansen Bahia, administrado pela Fundação Hansen Bahia, desde 1997. Multifuncional, este equipamento está localizado em um sobrado doado pela Prefeitura Municipal da Cachoeira, tombado pelo Iphan, em 1943, destinado à re-

15- As informações obtidas em entrevistas diretas serão indicadas, de agora por diante, pelo nome do entrevistado seguido pela expressão “ED” e o ano. A relação dos entrevistados, com as respectivas datas das entrevistas, encontra-se no Anexo A.

alização de eventos audiovisuais, exposições de linguagens contemporâneas ou mostras itinerantes, como a Bienal da Bahia. A parte superior do imóvel abriga sala para palestras, com capacidade para 100 pessoas, salas para estudo, oficinas ou cursos de curta duração, além de eventos. Na área térrea, situa-se o Museu Galeria, composto por mostras itinerantes de diversos artistas, exposições permanentes de Hansen Bahia, artista xilogravurista alemão que, em 1976, adquiriu a Fazenda Santa Bárbara em São Félix, onde montou um atelier de gravura, hoje sede do Museu Casa.

Na cidade, há ainda o Museu do Cinema, administrado pelo Instituto Roque Araújo de Cinema e Audiovisual, fundado em 2012, onde realiza-se trabalho educacional e de preservação da memória do cinema. A instituição apresenta um acervo coletado, com quase três mil equipamentos cinematográficos, com material datado de 1910, desde o primeiro projetor VHS, aos dias atuais, recebeu cerca de 50 mil visitantes, entre 2014 e 2017 e seu fundador, Roque Araújo, informa que o Instituto, desde 2017 vem assumindo despesas do Museu, outrora a cargo do município, através de convênio de parceria, vem apresentando amplas dificuldades para manutenção do espaço (ARAÚJO, ED/2018).

O audiovisual já trilhou uma extensa estrada em Cachoeira, retoma aos poucos seu dinamismo, vem alcançando projeção e conta, na atualidade, com a atuação da UFRB na formação de profissionais em cinema e artes plásticas. Esse segmento tem por marco o longa metragem *Montanha de Sete Ecos*, de 1964, seguido por outros longas também produzidos localmente, como *Jubiabá*, *Coronel Delmiro Gouveia*, *o Mágico* e *o Delegado*, *Cidade Baixa*, *Pau Brasil*, seriados como *Equador* e curtas metragens, a exemplo da *Irmandade da Boa Morte*, nos anos 1980, *Campo de Cultura* e tantos outros.

A cidade, que dispõe do Cine Teatro Cachoeirano, fundado inicialmente, em 12 de agosto de 1922 e reinaugurado em 2014, após 20 anos de desativação, conta com auditório com espaço para exposições no Centro de Artes, Humanidades e Letras/UFRB. Este espaço tem abrigado projetos cujo objetivo é a difusão cinematográfica brasileira, bem

como divulgar filmes africanos e da diáspora, como o Cine Clube Mário Gusmão. Há ainda produtoras locais de cinema. Alguns exemplos são a Travessia Filmes, uma produtora coletiva que funciona, segundo seu diretor, com cerca de 30 voluntários (SOUZA, A. A. S., ED/2018), e a Mulher de Bigode Filmes e Produções, direcionada a produzir e difundir produtos culturais realizados por mulheres e *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Quentes e/ou Questionadoras, Assexuadas e/ou Aliadas* (LGBT-QA). A organização sedia o Festival de Documentários Cachoeira Doc, que ocorre na cidade desde 2010, sob a coordenação de professoras da UFRB, em parceria com organizações nacionais e internacionais de países como Espanha e França (ANDRADE, ED/2018; FILHO S., F. R., ED/2018; TEIXEIRA, ED/2018).

No teatro, dança, música, demais linguagens artísticas, educação e preservação cultural ressalta-se a organização Núcleo Arte, atuante, sobretudo, com teatro de caixa, espetáculo de rua, dança, música, religião, artes plásticas, cinema e turismo “étnico-racial”, conforme descrito pelo seu gestor, Carlos Ferreira (ED/2018). Seu objetivo é “pesquisar, estudar e divulgar a história do Recôncavo baiano, no sentido de uma nova criação literária, com textos de teatros, fruto de pesquisas em arquivos públicos e narrativas culturais”. Registra-se ainda o grupo cultural EX 13 composto por 27 integrantes e intenciona promover a inclusão através da arte e da dança (SUZART, ED/2018). Por seu turno, a Opunu Vonzu, uma organização pública estadual, direcionada a crianças e adolescentes pretende, através da dança, “trabalhar com mente e corpo, fortalecer e empoderar pessoas do sexo feminino” (MASCARENHAS, ED/2018).

Em segmentos artísticos similares aos descritos anteriormente, sublinha-se a atuação da ONG Casa de Barro Ações Culturais direcionada para atividades destinadas a crianças, adultos, jovens e comunidades tradicionais, objetiva “promover o desenvolvimento humano e cultural de Cachoeira e cidades vizinhas a partir da arte e educação” (MAHIN, ED/2018). Cumpre mencionar a ONG Instituto Cultural Afro-Brasileiro, conhecida como Identidade Brasil, além de oferecer aos visitantes serviços de guiamento, hospedagem, gastronomia, comercialização

de artesanatos e *souvenires*, dentre outros, segundo Rosângela Cordado (ED/2018), presidente, realiza trabalhos de “divulgação da arte popular e incentivo as manifestações culturais do Recôncavo”. Já o Grupo de Apoio ao Menor Gota de Esperança (GAMGE), com forte papel social, atua junto a crianças, adolescentes, com esportes, dança e intenciona “trabalhar nas prevenções aos riscos sociais aos quais os jovens estão expostos” (MALUF, ED/2018).

Ainda nos segmentos de cultura, arte e educação, existe a Fundação Casa Paulo Dias Adorno, organização que agrega às áreas apontadas, o trabalho com festas, gastronomia, turismo rural, guiamento em roteiros turísticos, produção de artesanatos e outros. Ademais, seu propósito é desenvolver ações socioculturais contributivas para a melhoria da qualidade de vida dos contemplados, seja através dos conhecimentos adquiridos, da comercialização de artesanatos produzidos, de serviços prestados, de ações de empoderamento. Seu público-alvo é a comunidade de Cachoeira, sobretudo negros e pobres (JESUS, ED/2018).

Por sua vez, o artesanato, recebe reduzido apoio e incentivo dos poderes públicos, enfrenta dificuldades de comercialização, necessidade de melhorias na qualidade do produto final e é uma atividade pouco expressiva em Cachoeira. Entre seus produtores destaca-se a organização Artesanato da Família Santos. Alentícia Ribeiro (ED/2018), proprietária, ressalta enfrentar diversas dificuldades para atuar nessa área: captação de recursos, comercialização dos produtos, acesso à mão de obra qualificada, desenvolvimento de parcerias, conhecimento para realização de projetos, acesso a recursos públicos são mencionados. Já o artesão Raimundo Almeida (ED/2018) revela comercializar sua produção para turistas de diversas partes do mundo. Ele informou, quando da realização da entrevista, intencionar a mudança da sua organização para outra cidade, em função de inexpressivas vendas em Cachoeira. A dificuldade de comercialização foi também ratificada por Zé Cruz (ED/2018) que produz peças artesanais a partir de palitos de picolé e por Nedy do Rosário (ED/2018), proprietária da BN Artesanatos cujo público-alvo resume-se a “turistas de várias partes do mundo”.

Nas artes plásticas, Cachoeira é uma referência em escultores representativos da cultura do Recôncavo e da afirmação das matrizes africanas. Pode-se mencionar Davi Rodrigues Casais, ex-aluno de Hansen Bahia, de 1977 a 1978. Ele faz esculturas em ferro, papel *machê* e pinturas; nas horas vagas, atua como condutor de visitantes, produtor cultural, escritor e outros. Em entrevista ressalta a dificuldade de espaços para exposições em Cachoeira, ao tempo em que aponta os turistas e a comunidade local como seu público-alvo, registra preocupação quanto à necessidade de valorização do patrimônio cultural da cidade (CASAIS, ED/2018). Já Celestino Gama da Silva, o Louco Filho, de tradicional família de escultores, vende, sobretudo, para visitantes estrangeiros e considera a baixa atratividade deste segmento pelo turismo local como o grande desafio para a comercialização da sua arte (SILVA, C. G., ED/2018). Almir Oliveira da Cruz, conhecido como Mimo Escultor, cuja trajetória profissional está associada à da família dos escultores Louco (Boaventura da Silva Filho) e Maluco (Clóvis Cardoso da Silva), busca com o seu trabalho “passar sentimentos de dentro para fora, transmitir amor, carinho, arte.” Entre os temas expressos por ele em escultura estão orixás, santos, escravos e máscaras, amuletos de orixás, pilões, carrancas e santos, feitos sob encomenda para alguns terreiros. Ele vê turistas brasileiros como o seu principal público-alvo e na comercialização, o maior desafio da organização que gerencia: o Atelier do Mimo (CRUZ, J. C., ED/2018).

Na música, além do samba de roda, forma de expressão que junto à musicalidade agrega dança e performance dos grupos, ressaltam-se as filarmônicas, bandas de reggae, forró, coral africano, dentre outras. A filarmônica Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana, fundada em 10 de fevereiro 1870, pelos senhores de engenho, como *Orchestra da Ajuda*, é uma das mais tradicionais do Recôncavo baiano. Composta atualmente por 23 membros, objetiva, segundo o seu presidente, Carlos Franco (ED/2018), “contribuir com a sociedade local, fomentando a cultura e disponibilizando o serviço de formação de músicos.” Ele conta, além do grupo musical, com uma escola de música para formação de crianças e adolescentes.

Também fundada no mesmo ano da Minerva, porém, em 22 de novembro, a Sociedade Cultural Orpheica Lyra Ceciliana, inicialmente Sociedade Euterpe Ceciliana, nasceu na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, logo após o encerramento dos festejos em louvor a Santa Cecília, desde então, padroeira da organização. Seu maior articulador, primeiro regente e mestre de banda foi Manoel Tranquilino Bastos, mulato, abolicionista. A formação original da filarmônica agregava, predominantemente, negros e mulatos, unidos pela música e pelas causas abolicionistas. Hostilizada pela *Orchestra da Ajuda*, hoje Minerva Cachoeirana, criou-se uma rivalidade entre essas duas agremiações, inclusive com ações na justiça impetradas pela Lyra para reaver bens materiais usurpados pela entidade ligada à elite escravocrata de Cachoeira. Na atualidade, entretanto, essas filarmônicas participam juntas em diversos festejos locais, trocam a antiga rivalidade por apresentações de elevada qualidade musical. Assim como a Minerva, a Lyra trabalha com formação de músicos e conforme José Luiz Anunciação Bernardo (ED/2018), presidente da organização, seu objetivo é “despertar o gosto pela cultura e, especialmente, pelo gênero musical executado pela filarmônica”.

A reunião de duas tradições marcantes do Recôncavo da Bahia – Filarmônica e Reggae – deu origem à Orquestra Reggae Sinfônica Lyra Ceciliana composta por crianças e jovens músicos da Cidade de Cachoeira. Conforme o Maestro trompetista Flávio Santos (ED/2018), diretor da orquestra e da escola, essa organização também direciona-se à formação de jovens e qualificação de músicos, enfrenta dificuldades similares às indicadas pelas unidades entrevistadas: acesso a recursos públicos, captação de recursos, comercialização dos produtos/serviços. Ainda neste segmento, cabe mencionar a Filarmônica 25 de Junho, instituição cachoeirana sem fins lucrativos, fundada em 1897. A organização mantém uma escola de música com ensino gratuito e uma banda de música formada por jovens na cidade de Muritiba, próxima à Cachoeira: a Orquestra do Bala que, de acordo com seu diretor e músico Carlos Rodrigues (ED/2018), está voltada a “proporcionar ao povo o resgate da música e não deixar a cultura musical do Recôncavo morrer”.

Em termos das bandas musicais, os destaques ficam com a Morção Fumegante Produções Artísticas, dirigida pelo reggaeiro Sine Calmon (ED/2018). Ele aponta a carência de apoio ao reggae pelos poderes públicos locais. Há ainda o Quinteto Paulo e Léia que intenciona “criar um trabalho bem estruturado na área da música” (FIGUEIREDO, ED/2018) e a Tanú Forró, do cantor Atanagildo Santana (ED/2018), cujo propósito é “resgatar o forró, uma identidade nordestina, e levar a música e a poesia para as pessoas, encantando as noites do São João”.

Dentre os grupos musicais de matriz africana pode-se ressaltar o Gêze Nagô, também conhecido como coral africano. Herdeiro dessa tradição, dos ritmos da Irmandade da Boa Morte, dos ritos, saberes e sabores de Cachoeira, percorre o caminho da musicalidade dos lendários e saudosos Tincõas. Entre as décadas de sessenta e oitenta, se responsabilizou por uma das mais originais produções sonoras, fruto da música colhida nos coros da Igreja Matriz e nos cânticos dos terreiros de candomblé. Compõe-se de nove integrantes, com amplo currículo de apresentações em eventos culturais, tradicionais e religiosos, tanto locais como em todo território brasileiro e também no exterior, tendo como público-alvo o povo de matriz africana, simpatizantes, estudantes do segmento. Persegue como objetivo central, conforme Valmir Santos (ED/2018), idealizador e músico, divulgar e fomentar a música afro-brasileira. Para tanto, nos cerca de 14 anos de existência, vem promovendo oficinas, exposições, palestras, além da gravação de CD e apresentações musicais (SANTOS, V. P., ED/2018).

Celebrações locais

Com forte influência católica e das religiões de matriz africana, Cachoeira apresenta um amplo calendário de festas religiosas e populares, além de outros eventos, a exemplo da Festa Literária Internacional da Cachoeira (FLICA). Com celebrações realizadas ao longo do ano, o calendário de eventos inicia-se em janeiro com a Festa de Reis, prossegue até a Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte, em 8 de dezembro

e celebrações natalinas. Para este ano de 2019, o prefeito da cidade, Tato Pereira, destinou R\$ 4 milhões do orçamento municipal para festas, de um total de gastos previstos em R\$ 95 milhões, incluindo repasses de educação e saúde (Cachoeira, Recôncavo On Line, 2019). A contundente reclamação local, entretanto, é que os grupos culturais do município, como os de samba de roda, forró, reggae e outros são pouco prestigiados nos eventos públicos, com remunerações incompatíveis com as recebidas por grupos bem posicionados na mídia estadual e/ou nacional, que se apresentam na cidade, sobretudo, nos festejos juninos.

No conjunto das celebrações de Cachoeira pode-se ressaltar a Festa de Iemanjá, em fevereiro, organizada por sacerdotes e sacerdotisa do candomblé, através da Associação Cultural Yemanjá Ogunté (ACYO), contando, na atualidade, com o apoio da Prefeitura Municipal. Conforme Itanara Conceição dos Santos, presidente da ACYO, entrevistada para esse trabalho, o poder público deveria ter um olhar especial para a cultura local, apoiar não apenas eventos, mas, referências culturais como o samba de roda. Idealiza-se como projeto para Cachoeira, a implantação de uma Casa da Cultura, com shows, espaços para comercialização de artesanatos, para realização de aulas e oficinas e outros eventos; um espaço de promoção, valorização e difusão cultural (SANTOS, I. C., ED/2018).

Outro importante destaque dentre as celebrações de Cachoeira é a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, uma irmandade leiga, constituída em uma organização voluntária e independente. Conforme informações do IPAC, as confrarias católicas leigas se espalharam pela Europa durante a Idade Média, subdivididas em irmandades e ordens terceiras, com a finalidade central de servir aos desvalidos. Enquanto as ordens terceiras, já mencionadas, obtinham maior prestígio por agrupar ordens conventuais medievais, franciscanas, carmelitas e dominicanas, as irmandades, formadas por religiosos ou leigos se constituíam em uma extensão das corporações de artes e ofícios. No Brasil foram identificadas duas tendências quanto à segmentação das irmandades: aquelas divididas por

classes sociais e outras segmentadas conforme o ofício, cor da pele dos seus integrantes, dentre outros aspectos. Ambas atrelavam-se a um santo de devoção (BAHIA, IPAC, 2011, p. 25-30).

Na Bahia, as irmandades preferidas pelos homens pretos, em geral, invocavam Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga devoção do Brasil e São Benedito. Essas irmandades distinguiam-se também conforme a condição jurídica – homens livres ou cativos – e de acordo com um complexo de identidades étnicas. Nesse último caso, destacaram-se na Bahia, a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, formada por africanos da nação angola; a do Senhor Bom Jesus das Necessidades, por jejes; a de Nosso Senhor dos Martírios, exclusiva para homens e a de Nossa Senhora da Boa Morte, composta apenas por mulheres, ambas da nação ketu (BAHIA, IPAC, 2011, p. 36-38).

As fundadoras da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira são oriundas, possivelmente, de um importante reduto africano em Salvador, a Igreja da Barroquinha, nos idos de 1820. Diverge dessa informação proveniente da oralidade local, o historiador Luís Cláudio Nascimento. Ele cogita a ocorrência do deslocamento desse culto da capital para o Recôncavo em torno dos anos 1870, quando das lutas abolicionistas. Chegando em Cachoeira, as irmãs se instalaram na denominada Casa Estrela, ainda hoje, um local reverenciado pela Irmandade na sua procissão festiva (BAHIA, IPAC, 2011, p. 48-49).

Sem sede própria até os anos 1970, as irmãs foram agraciadas com um imóvel doado pelo Padre Fernando naquele período, sendo, entretanto, impedidas pela Igreja Católica de realizar suas celebrações na década de 1980. Em 1990, após atravessar muitas dificuldades com a tentativa de controle da organização e dos seus bens pela Igreja, a Irmandade recebe a doação de três sobrados, sendo um adquirido por um grupo norte-americano, outro pelo então prefeito e o terceiro pela advogada Celina Salla, assessora da instituição. Posteriormente restaurados pelo poder público, após apelo encabeçado pelo escritor Jorge Amado e sociedade civil, estes imóveis se constituem hoje em um amplo sobrado,

onde está instalado o Centro Cultural da Boa Morte, com o objetivo de “manter livre o legado da força da mulher negra no âmbito religioso, político e social”. Neste local as irmãs celebram anualmente a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, entre os dias 13 e 17 de agosto (SANTOS, V. P., ED/2018).

A Festa da Irmandade da Boa Morte atrai, a cada edição, um público significativo, dentre os quais estudantes da rede pública e particular, religiosos, turistas brasileiros e estrangeiros, com destaque para os negros norte-americanos que, em busca das suas “raízes”, migram para Cachoeira no período e participam dos festejos. Ressalta-se, entretanto, a falta de preparo da cidade durante esses dias. Existe dificuldade do acesso de visitantes aos mais diversos serviços, a exemplo de alimentos e bebidas. Outro aspecto merecedor de intensa atenção refere-se à gradual redução do número de irmãs, mulheres negras, idosas, que vão sendo acometidas pelas mais diversas enfermidades ou pelo falecimento.¹⁶ Essa situação pode vir a comprometer a continuidade desta Festa, um bem cultural de natureza imaterial registrado pelo Estado da Bahia, através do Decreto N°. 12.277, de 01 de julho de 2010.

Outra celebração local, considerada “genuinamente cachoeirana, feita pelo povo da cidade para o povo da cidade” (PELEGRINI, ED/2018), é a Festa de Nossa Senhora D’Ajuda, também reconhecida como “a maior manifestação popular religiosa-profana da cidade de Cachoeira, reunindo foliões de variadas classes sociais, que desfilam pelas ruas trajando fantasias, fazendo provocações, sátiras às autoridades e invertendo valores normativos cotidianos” (GONÇALVES, 2012, p. 7). Conforme Gonçalves (2012, p. 15), o culto à Nossa Senhora da Ajuda, padroeira dos donos de engenho, em Cachoeira, origina-se no ano de 1820, com atividades promovidas pela elite local na igreja, entretanto, só por volta de 1908 assume moldes similares ao que ocorre atualmente, com festa religiosa e comemorações populares.

16- Conforme a irmã Narcisca Cândida da Conceição, conhecida como mãe Filhinha, falecida, em entrevista ao IPAC em 2011, quando ingressou na irmandade eram 120 mulheres e na data da entrevista totalizavam apenas 20 (BAHIA, IPAC, 2011, p. 99).

Para o historiador e professor Anderson Pereira dos Santos (2017), a Irmandade de Nossa Senhora D’Ajuda nasce como representante de um grupo político elitista presente no poder e insatisfeito com a inserção dos negros na área cultural e econômica da cidade. Os festejos à santa compreendiam atos litúrgicos e a parte musical ficava a cargo da filarmônica Sociedade Lítero Musical Minerva. Como forma de participação, os negros, apoiados por exportadores e pelos industriais do fumo – grupos, à época, opositores aos líderes políticos – constituem a filarmônica Lyra Cecília, e passam a celebrar, também em novembro, a Santa Cecília, padroeira dos músicos. Inicia-se, assim, uma rivalidade entre esses dois grupos musicais, resultando em competições na frente da igreja acompanhadas por público admirador (QUEIROZ *et.al.*, 2017).

A festa alcança as ruas, ainda segundo o professor Anderson, na década de trinta, e, mais precisamente em 1938, com a intervenção do chefe da casa civil do governo Vargas, que libera a prática de manifestações religiosas da cultura negra, como o candomblé, o batuque dentre outras. Essas manifestações passam a ser evidenciadas na parte profana das festas através da presença dos povos de santo, ternos, cordões, batucadas, mascaradas, mandus (oriundos do candomblé), com intenções ritualísticas, etc. A partir daí, a Festa D’Ajuda, comemorada na segunda quinzena do mês de novembro, além da parte religiosa, assume um formato mais popular, incorpora blocos, fantasias máscaras, ternos, mandus e muitas críticas denotativas do descontentamento da população com relação às questões sociais de Cachoeira (QUEIROZ *et.al.*, 2017).

Não se pode deixar de considerar a grande expressividade, frente ao público local e aos visitantes regionais, dos festejos juninos de Cachoeira. Esses eventos também abarcam a Feira do Porto, tradicional feira de artesanato, produtos alimentícios, bebidas e outros e consistem na festa popular com maior montante de recursos públicos municipais. Apesar da participação dos grupos culturais da localidade, como o samba de roda, reggae, os tradicionais juninos, conhecidos como “forró pé de serra”,

mesmo sem grandes destaques, muitas vezes em palcos menores, horários de diminuta atratividade de público e até mesmo com equipamentos de som inferiores, nas últimas décadas, o São João de Cachoeira, com uma ampla programação realizada no mês de junho, vem prestigiando grupos de grande projeção midiática, cujos cachês tendem a ser mais expressivos que os recebidos pelos locais¹⁷.

Além dessas festas, Cachoeira também celebra a Independência, em 25 de junho, marco da participação da cidade nas lutas pela Independência da Bahia, em 1822; a festa de Nossa Senhora do Carmo; de Cosme e Damião; de Nossa Senhora do Rosário; de Santa Bárbara; de Nossa Senhora da Conceição do Monte; as diversas celebrações ocorridas nos mais de trinta terreiros de candomblé da localidade e outras.

No que se refere, especificamente, aos eventos empresariais, há que se destacar a Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica). Fruto de parceria entre a Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (Cali) e a iCONTENT, empresa pertencente à Rede Bahia, a Flica, na sua oitava edição, atrai estudantes, professores, leitores, de todas as faixas etárias, com destaque para os residentes no interior do Estado (MIRDA, ED/2018).

Conforme Mirdad, sócio da Cali e coordenador geral da Flica, a festa literária promove atividades como mesas literárias, a Fliquinha, direcionada ao público infantil, intervenções artísticas, lançamentos de livros, etc. Com a crise atual, o evento perdeu dois patrocinadores, e, dada a ausência de empresas com potencial para este fim, em Cachoeira, os novos patrocínios tornam-se difíceis, uma vez que as ações de responsabilidade social das unidades empresariais, dentre as quais o financiamento cultural, são direcionadas para os territórios afetados diretamente pelos seus negócios. O depoente ressalta a presença de muita gente atraída para

17 - Segundo informações do Recôncavo online, para o São João de 2019, o prefeito de Cachoeira, Tato Pereira, pagaria, em apenas duas atrações da festa junina da cidade um montante equivalente a quase meio milhão de reais. Luan Santana, uma dessas atrações, receberá R\$ 250 mil e Ferrugem, a outra, R\$ 170 mil (Cachoeira, Recôncavo on line, 08 de maio de 2019).

o evento, mas os serviços de atendimento aos visitantes em Cachoeira, sobretudo prestados pelos segmentos de hospedagem e alimentação, muitas vezes não são qualificados e esse cenário dificulta o retorno do público (MIRDA, ED/2018).

Expressões culturais

Forma de expressão cultural, popular, musical, coreográfica e poética, o samba de roda é um dos maiores “legados dos povos africanos de origem banto no Brasil, fruto da resistência de alguns sujeitos sociais, que lutaram para manter uma ligação com seus antepassados e preservar sua memória e tradições que vem sendo perpetuadas por várias gerações” (QUEIROZ, C.; ARAÚJO, 2015, p. 3). Inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão pelo Iphan, em 2004 e reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 2005, pela Unesco, o samba de roda domina a musicalidade do Recôncavo, faz-se presente nas diversas celebrações de Cachoeira, como a Festa da Boa Morte, de Nossa Senhora D’Ajuda e São João .

A Associação Cultural Dalva Damiana de Freitas, conhecida como Casa do Samba de Dona Dalva, protagonizou, juntamente com outros grupos, o processo de solicitação do registro do bem imaterial, também tem por objetivo preservar a memória do samba de roda tradicional e outras manifestações do Recôncavo baiano (FREITAS, ED/2018). Assim como grande parte dos gestores dos grupos culturais entrevistados para esse trabalho, Any Manuela, gestora da Casa de Dona Dalva, reconhece a organização como cultural, direcionada à preservação, atividade de ampla representatividade para os integrantes do grupo. Esses últimos têm as suas referências culturais como parte da sua vida, da sua identidade e não as percebe como atrativo turístico, ainda que estas exerçam ou possam vir a exercer, forte atratividade junto aos visitantes na cidade.

O samba de roda, assim como as atividades religiosas, as ações das irmandades e ordens terceira e tantas outras formas de expressão e manifestações culturais, dão sentido de identidade, de pertencimento a pesso-

as e comunidades que não as praticam por outra razão. Esse patrimônio imaterial torna-se um significativo atrativo para a economia do turismo cultural, mas a sua incorporação pela atividade, como afirma Sharpley (2009, p. 177-178), citado anteriormente, deve ser decidida pelo destino, ou seja, cabe aos diversos grupos, individualmente e na coletividade, a decisão sobre quais recursos devem ser explorados pelo turismo, dentre esses, as suas referências culturais, e até que ponto deve-se permitir o seu uso pela atividade turística.

A sambista cujo nome deu origem à referida organização, Associação Cultural, Dona Dalva Damiana de Freitas, é compositora e cantora brasileira, líder do Grupo de Samba de Roda Suerdieck e integrante da Irmandade da Boa Morte. Ela recebeu título de Doutora Honoris Causa pela UFRB, em 2012, em reconhecimento pelo seu amplo papel na difusão e preservação do samba de roda e outras expressões culturais do Recôncavo baiano. Filha de mãe charuteira e pai sapateiro, Dona Dalva iniciou sua atividade laboral muito jovem, com vistas ao sustento da família, na fábrica de charutos Suerdieck, em Maragogipe, administrada por imigrantes alemães, onde começou a sambar, nos salões de bolear fumos, abarrotados de mulheres operárias. Foi assim criado o Grupo de Samba de Roda Suerdieck que passou a ser presença constante nas comemorações religiosas de Cachoeira, com um traço peculiar: uso dos trajes das baianas tradicionais para as mulheres e de pequenas tábuas de madeira empregadas na produção de charutos para compor a percussão do grupo.

Dona Dalva, pioneiramente, levou o samba de roda para as ruas, em 1961, quando, aceitou o convite dos dirigentes da fábrica de fumo onde trabalhava. Ela se apresentou com o Grupo Suerdieck na tradicional festa da Nossa Senhora D'Ajuda. Ao longo da sua caminhada, Dona Dalva influenciou a criação de outros grupos de samba de roda e expressões culturais em Cachoeira, como o Terno de Reis Esperança da Paz, Terno das Baianas do Acarajé, Quadrilha da Terceira Idade e o Samba de Roda Mirim Flor do Dia. A Casa de Samba de Dona Dalva, espaço

cujo aluguel é pago por meio de contrato com a Prefeitura de Cachoeira, foi inaugurada no dia 22 de novembro de 2009, sendo utilizada para as apresentações do grupo Suerdieck e de outros grupos de samba de roda, além de abrigar palestras, oficinas e exposições (FADEL, 2016).

Outra expressão cultural de relevo em Cachoeira é a Esmola Cantada, grupo criado em 1959 para angariar fundos para a Festa da Santa Cruz, iniciada dois anos antes (MARQUES, L. C., ED/2018). Conforme Clarício Marques, maestro da Esmola Cantada e da Filarmônica Minerva, entrevistado por Clécia Queiroz, em 03/01/2019, no início das suas atividades, a Esmola realizava muitos bailes, festas, utilizava instrumentos como sanfona, cavaquinho, violão, banjo e percorria vários bairros e distritos do município de Cachoeira para angariar recursos para a festa. Hoje, entretanto, realiza apenas três saídas, e exclusivamente para três locais da cidade onde celebra-se a Santa Cruz.

Após ter paralisado suas atividades por um longo tempo, como afirma Clarício, ainda na entrevista concedida a Clécia Queiroz, através de iniciativa do vereador Carlos Lôbo, a Esmola Cantada retomou suas atividades e constituiu, posteriormente, a Associação Samba de Roda Esmola Cantada, presidida há doze anos por Luciana Marques. O grupo, cujos integrantes foram, por muitas décadas, exclusivamente da Ladeira da Cadeia, onde está situada a Igreja da Santa Cruz, foi se profissionalizando gradualmente, fazendo apresentação em áreas públicas da cidade, na universidade, dentre outros locais.

Hoje, com 23 integrantes, dentre sambadeiras e músicos, a Esmola Cantada realiza diversas apresentações em Cachoeira, em Salvador e em outros locais. Com uso de instrumentos de corda, como cavaquinho, violão, viola, percussivos, a exemplo de timbau, marcação, timba, pandeiro e triângulo, vem participando de encontros de samba, buscando sempre preservar sua identidade e atuar de forma profissional. Enfrenta muitas dificuldades para obter apoio local, não só dos poderes públicos, bem como dos veículos de comunicação e outros possíveis apoiadores. Ainda assim, o grupo gravou seu primeiro CD ano passado, vem difun-

dindo sua arte, possibilita donas de casa, lavradores e outros profissionais atuantes no conjunto concretizarem e demonstrarem ao público o seu rico potencial artístico.

Mais uma forma de expressão tradicional do Recôncavo e de Cachoeira é a capoeira. Percebida por muito tempo como uma luta marginal, a capoeira, ao longo da sua trajetória, projetou-se, alcançando o status de atividade que propicia as mais diversificadas experiências, interações, intercâmbios e fluxos. Adentrou os mais diversos espaços, como as instituições de ensino formal, áreas e equipamentos públicos e privados, requerendo novas demandas organizacionais, dentre as quais a constituição de novos elos entre as unidades produtivas, das unidades com outros agentes econômicos, e a expansão e internacionalização dos núcleos produtivos, os grupos e as associações¹⁸.

A capoeira compreende hoje um conjunto de atividades de produção, distribuição e circulação de bens, dentre as quais, a produção artesanal de instrumentos próprios desta prática, as oficinas ministradas por mestres, a confecção e comercialização de roupas e vestimentas, a produção musical e audiovisual relacionada diretamente aos grupos, a internacionalização das rodas e dos serviços dos mestres e as viagens realizadas pelos mais distintos grupos. A expansão dessa atividade para diversos países, sua capacidade de atração de fluxos de visitantes interessados na troca de experiências com mestres considerados mais tradicionais na formação de lideranças em várias nações, fortalece os grupos de capoeira e suas redes, beneficiando aos que dela participam e favorecem o turismo cultural.

Um exemplo explícito da nova dinâmica da capoeira é a Associação de Capoeira Muleketu, de Cachoeira. Conforme Jorge Nego Gomes Santos, coordenador geral e fundador, em entrevista para a composição deste livro, o Muleketu, criado em 2007, mantém parcerias com grupos culturais da França, Alemanha, Espanha, Suíça, Argentina, Inglaterra, dentre outros países. Estas parcerias se constituem em um apoio fundamental, além dos laços firmados com organizações públicas e privadas

18 - Ver Dimensão Econômica da Capoeira em Salvador: Cadeias Produtivas, Modelos de Organização da Produção e Internacionalização (BAHIA, OBEC, 2017).

brasileiras, para alcançar o seu objetivo de criar acesso gratuito e levar cultura e conhecimento à população. O grupo atende a aproximadamente 100 crianças, das distintas classes sociais, entre 04 e 17 anos. Jorge Santos é também fundador do grupo Samba de Criolo, uma organização cultural dedicada a difundir o samba e o pagode (SANTOS, J. N. G., ED/2018).

Gastronomia

Rica em temperos, ingredientes e sabores, a culinária do Recôncavo e de Cachoeira, exhibe fortes influências africana e indígena. Além dos pratos regados com azeite de dendê, leite de coco e gengibre, a maniçoba é uma iguaria típica do município, feita com a folha da maniva (planta da mandioca), feto de boi, mocotó, charque, toucinho e outros ingredientes.

No rol das bebidas típicas destaca-se a produção artesanal de licores, como a de Roque Pinto, em funcionamento há cerca de 100 anos. Este fabrico familiar, cujo conhecimento vem sendo passado de geração em geração, produz, em média, 20 mil litros de licor por ano, com, aproximadamente, 25 sabores, como o maracujá, café, ameixa, jabuticaba, graviola e o mais vendido, o de jenipapo, fruta típica da região (PINTO, ED/2018).

A feira livre e o Mercado Municipal são pontos tradicionais onde é possível apreciar a gastronomia local. Todavia, na atualidade, a feira encontra-se tomada por comerciantes de roupas, aparelhos eletrônicos, calçados e outros bens de consumo. O mercado oferece pouca estrutura para comercialização aos visitantes. Por outro lado, os restaurantes e barracas típicas, com algumas exceções, apresentam deficiências para atendimento a um público mais exigente, como apontado por Mírdad, coordenador geral da Flica.

Atrativos naturais

A cidade é cortada pelo rio Paraguaçu que percorre cerca de 500 km até sua foz na parte oeste da Baía de Todos os Santos e forma, antes

de sua desembocadura, a baía do Iguape. A esta paisagem de singular beleza somam-se diversas ilhas, algumas totalmente preservadas, outras habitadas e povoações, como Santiago do Iguape. O descuido com este monumento natural, entretanto, leva ao lançamento nas águas do Paraguaçu de efluentes domésticos “in natura”, industriais, oriundos do Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana, de praguicidas, à deposição de lixo doméstico e ao desmatamento nas suas margens e outras ações desencadeadoras dos processos erosivos no rio, assoreamento das suas calhas e poluição do manancial (QUEIROZ; SOUZA, 2009, p. 61).

Na composição da oferta turística local encontram-se ainda os meios de hospedagem, em torno de nove unidades; agências de viagem, como a Ideal 13 e a Vereda Flores, os condutores de barco, como o Sereia do Paraguaçu que realiza passeios turísticos fluviais, atende, sobretudo, a turistas franceses, italianos as unidades esportivas e outros (COSTA, ED/2018).

Organizações locais

O Turismo de Cachoeira, embora ainda incipiente, conta com algumas organizações locais de suporte direto ou indireto à atividade e identificamos as seguintes: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Setur), Instituto Nacional do Patrimônio Artístico e Cultural (Iphan) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

SETUR

No âmbito da municipalidade, Cachoeira dispõe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira que reúne, na sua pasta, a gestão da cultura e do turismo. Criada em 2005, com o desmembramento da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desportos, ao longo do seu período de atuação, foram instituídas instâncias de participação da sociedade civil, como Conferências Municipais de Cultura, constituição e consolidação do Conselho Municipal de Política Cultural e a Lei N.º 1.000/2014 que trata do Sistema Municipal de Cultura.

Segundo o anteprojeto do Plano Municipal de Cultura 2014/2024, elaborado pela Secretaria e – conforme registrado no documento – “resultante de debate entre o poder público e a sociedade civil”, dentre os desafios enfrentados pela atividade cultural no município ressalta-se a inexistência de uma Lei específica que lide com o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e com o Fundo Municipal de Cultura previstos na Lei Municipal N.º 1.000/2014. Outrossim, há necessidade de reequilíbrio na composição do orçamento municipal para a cultura, cujos itens com os maiores custos são os referentes aos eventos do ciclo cultural junino¹⁹, com melhor distribuição dos recursos disponíveis, a fim de viabilizar o conjunto dos projetos/atividades a ser desenvolvido e demais ações previstas.

Foram também considerados desafios da atividade cultural de Cachoeira o fomento às artes cênicas, garantia de apoio aos grupos remanescentes, incentivo ao surgimento de novos, ampliação de oferta de espaços para apresentações e oferta de cursos de capacitação e atualização aos interessados; a necessidade de transferência da Biblioteca Municipal Ernesto Simões Filho para outro local, dada a precariedade e inadequação de suas instalações; a criação de dois espaços culturais para exposições, eventos e outros: o Centro de Convenções Municipal e o Centro Cultural do Recôncavo; a qualificação da produção do artesanato; o fortalecimento das grandes festas populares, dentre outras (Cachoeira, Anteprojeto do Plano Municipal de Cultura, 2014).

No Anteprojeto foram propostos cinco programas estratégicos com o objetivo de valorizar a diversidade cultural, transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social; valorizar, difundir e preservar o patrimônio material e imaterial; promover a formação e

19- Posteriormente, na versão final do Plano Municipal de Cultura de Cachoeira esse parágrafo foi revisto, tendo-se divulgado que os eventos do ciclo cultural (Iemanjá, 13 de Março, Santo Antônio, São João, São Pedro do Iguape, Boa Morte, N, Senhora D’Ajuda, Natal de São Francisco, São Cosme e São Damião, Festa da Pechincha, Festa dos Evangélicos, Festa dos Padroeiros das Comunidades Rurais, Queima de Judas, Caminhada de Frei Galvão, Festa da Santa Cruz) e a promoção de eventos culturais somavam 70% do orçamento para a cultura, que, junto com o item pessoal (13%) deixavam apenas 17% livres para despesas com procedimentos culturais (Cachoeira, Diário Oficial, 2015).

qualificação de profissionais nas diversas linguagens artísticas, formação de plateia e intercâmbio cultural; modernizar e democratizar a gestão cultural do município. Em meio às propostas da estrutura administrativa do Plano, definiu-se a destinação de 5% do orçamento municipal para a cultura, garantindo a execução das políticas públicas para essa área (Cachoeira, Anteprojeto do Plano Municipal de Cultura, 2014).

Em 22 de setembro de 2015, em publicação no Diário Oficial, o Plano Municipal de Cultura de Cachoeira foi instituído, pela Lei N.º 1.140/2015, para o período 2015/2025, com proposta de revisão em 2020, e o Fundo Municipal de Cultura regulamentado pela Lei N.º 1.142/2015 (Cachoeira, *Diário Oficial*, 2015). Porém, com as mudanças no governo municipal, as proposições do Plano não vêm sendo implementadas como previsto. Novas diretrizes, entretanto, estão sendo adotadas pela municipalidade, a exemplo do lançamento do I Edital Municipal de Cultura, em 13/03/2019.

Para o turismo propriamente, não contemplado no Plano de Cultura, também na gestão passada, foi instituída a Política Municipal de Turismo Responsável, o Sistema Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo, através da Lei N.º 1.150 de 2016 (Cachoeira, PMC, *Diário Oficial*, 11/01/2016). Após um conjunto de ações efetuadas durante o mandato municipal concluído em 2016, como a realização de reuniões, definição do regimento interno, da Lei Municipal de Turismo, discussões sobre o planejamento estratégico para a atividade em Cachoeira, o Conselho encontra-se hoje praticamente desativado.

Em 11 de março deste ano, considerando que “os membros do Conselho não realizaram reuniões ordinárias durante os exercícios 2017/2018”, através do Decreto N.º 35/2019, o prefeito destituiu a atual formação e autorizou a Secretaria de Cultura e Turismo a, em um prazo de 45 dias, tomar providências legais para recompor o Conselho Municipal de Turismo de Cachoeira (Cachoeira, PMC, *Diário Oficial*, 2019). Em 29 de março de 2019, o Conselho de Turismo foi recomposto, atendendo às determinações da Prefeitura Municipal da Cachoeira.

IPHAN

A finalidade central do Escritório Técnico da autarquia federal em Cachoeira, segundo o então chefe desta unidade, Marcelo Santos de Faria (ED/2018), é a fiscalização e educação patrimonial. Atende à demanda proveniente de 104 municípios do Recôncavo e centro norte do Estado, com destaque para a cidade de Cachoeira que, no seu conjunto urbano, apresenta 32 bens protegidos, representando 30% de todos aqueles tombados pelo Iphan na Bahia. Uma das suas dificuldades mais expressivas, ainda conforme Marcelo Faria, é desmistificar o papel fiscalizador do órgão, muitas vezes interpretado, pelos residentes, sobretudo proprietários de imóveis da cidade, de forma equivocada. O Iphan busca desenvolver localmente outras atividades, a exemplo de cursos, seminários e oficinas e assim como em Ouro Preto, o tombamento de Cachoeira compreende o conjunto urbano arquitetônico, urbanístico e paisagístico do sítio.

Há cerca de um ano, criaram, na região, a Casa do Patrimônio que funciona de forma itinerante. Hoje, entretanto, as ações dessa unidade estão concentradas em Cachoeira, na sede do Escritório Técnico que disponibiliza o espaço para atividades promovidas pelos agentes culturais. Ainda de acordo com o Chefe do Escritório, o Iphan regional assume, também, o papel de apoiador institucional, auxilia na obtenção de carta de anuência, na realização de exposições, dentre outras ações.

Concernente ao patrimônio imaterial, a partir do ano de 2000, com o Decreto Lei N.º 3.551, de 04 de agosto, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e a consolidação do Inventário Nacional de Referências Culturais, houve um significativo aumento da demanda de proteção para os bens de natureza imaterial (BRASIL, IPHAN, blogspot, n.d.). Do total de 47 bens registrados como Patrimônio Imaterial do Brasil, seis deles encontram suas origens na Bahia, guardam ampla conexão com o Recôncavo baiano: a Festa do Senhor do Bonfim, o Samba de Roda do Recôncavo baiano, o Ofício das Baianas de Acarajé,

a Roda de Capoeira, o Ofício dos Mestres de Capoeira e a literatura de cordel (BRASIL, IPHAN, Lista de bens, n.d.).

UFRB

Autarquia criada pela Lei N.º 11.151 de 29 de julho de 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é fruto de desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Sua sede e foro situam-se na cidade de Cruz das Almas e a instituição consta de unidades instaladas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica, a UFRB é constituída em um modelo *multicampi* e seu objetivo principal é “explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo, bem como servir de polo integrador.” (BRASIL, UFRB).

O Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, instalado nos municípios de Cachoeira e São Félix, em funcionamento desde 2006, conta hoje com dez cursos de Graduação: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais e o Tecnológico em Gestão Pública; cinco Programas de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Mestrado em Ciências Sociais, Mestrado em Comunicação e o Mestrado em Política Social e Territórios.

Com uma oferta acadêmica que guarda interface com o turismo cultural, como os cursos de graduação em Museologia, Cinema e Audiovisual e Artes Visuais, projetos de extensão como o Cachoeira Doc, o Cine Mário Gusmão e outros, grupos de pesquisa e extensão como o de Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Cultura e Turismo, além dos cursos de mestrado e representações nos conselhos de Turismo e de Cultura, o CAHL vem ampliando, gradualmente, sua contribuição para com esta atividade. Contudo, em face das necessidades e demandas

regionais, há que se ressaltar a existência de um amplo espaço para a UFRB expandir a sua atuação nesse território. Essa instituição pode vir a desempenhar papel de relevo na realização de estudos, proposições e ações colaboradoras das articulações entre os atores culturais e turísticos de Cachoeira e do Recôncavo, atuar enquanto uma força propulsora à constituição de um território “turístico e cultural” na cidade, e em outros sítios da região, em defesa da sustentabilidade, da diversidade cultural, da inovação²⁰ e da inclusão social.

Quiçá a universidade, uma instituição relativamente recente, possa, com essas ações, intensificar o seu papel de fomento ao alcance de novos indicadores sociais e econômicos e de novos padrões de qualidade de vida das comunidades locais, agir em conformidade com a missão institucional com vistas a promover o desenvolvimento desta região. Nesse sentido, a implantação de um curso universitário de Turismo, demanda já efetuada pelo Conselho Municipal de Turismo de Cachoeira à direção do CAHL, em muito poderá contribuir com esse processo. Observa-se, inclusive, que este centro universitário chegou a confeccionar proposta para um Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo, mas, em decorrência de outras prioridades, este projeto não chegou a se concretizar. Não se pode deixar de registrar o momento adverso para as universidades brasileiras que, com a justificativa do ajuste fiscal, estão sofrendo cortes orçamentários, como decorrentes do Decreto N.º 9.725, de 12 de março de 2019, que extingue cargos ocupados por servidores públicos (BRASIL, *Diário Oficial da União*, 2019).

20 - Conforme Carvalho (2009), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, categoriza as inovações em turismo em quatro grandes grupos; inovação de produto, inovação de processo, inovação organizacional e inovação de marketing (CARVALHO *apud* ALVARES; LOURENÇO, 2011).

Turismo cultural em Ouro Preto

Em lugar topograficamente acidentado, nos contrafortes da Serra de Ouro Preto, a ocupar encostas e alguns poucos espaços planos, com implantação decorrente do descobrimento do ouro no interior do Brasil, gerador de uma nova configuração territorial para a economia primária exportadora instalada no país, situa-se o município de Ouro Preto. Distintamente do ciclo da cana-de-açúcar, desenvolvido em áreas litorâneas, a mineração marcou a interiorização da América Portuguesa e o ciclo do ouro inaugurou também uma nova forma de povoamento e domínio territorial, já não mais centrada na doação de glebas, e, sim, em invasões, ocupações guiadas pela busca do enriquecimento e permeadas pelos mais diversos conflitos (WERKEMA, 2018; FONSECA, 2003; STRAFORINI, 2007).

Com a instituição da Capitania de São Paulo e Minas pela Metrópole portuguesa, em 1709, iniciou-se o processo de criação das vilas. Vila Rica²¹ (Ouro Preto) foi uma das primeiras a ser concebida, em 1711, juntamente com a Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e a Vila Real do Sabará (STRAFORINI, 2007; FONSECA, 2003).

Diferentemente do observado no ciclo da cana-de-açúcar, no do ouro, a função de centro econômico da província e do sistema colonial não foi exercida pelo território mineiro, mas, sim, pela cidade do Rio de Janeiro que, desde o ano de 1700 passou a ocupar a função de porto central para escoamento do minério. Em 1763, esta cidade assume a condição de capital do Brasil, opção justificada pela tentativa da Coroa Portuguesa de manter o controle sobre a produção escoada e garantir a arrecadação de tributos.

A atividade econômica central implantada em Vila Rica guarda semelhanças e diferenças com a economia da cana estabelecida no Recô-

21 - O ano de 1698 marca o povoamento de Vila Rica pela ação do bandeirante Antônio Dias que chega à Serra de Ouro Preto, avista o Pico do Itacolomi e ao encontrar ouro atrai os mais diversos aventureiros (WERKEMA, 2018).

cavo baiano. Além do porte do capital requerido, e da forma de apropriação das terras, essas economias diferenciam-se pelo número e perfil das empresas. Na área açucareira, as unidades empresariais eram restritas numericamente e de grande porte. Já na mineração, caracterizavam-se pelo grande número de pequenas empresas. Enquanto a economia da cana-de-açúcar emerge em uma estrutura socioeconômica hermética, rígida, na qual o senhor de engenho era a figura central, havia amplas dificuldades para o homem livre prosperar, na sociedade mineira. Mesmo assim, existia uma convivência mais próxima entre o minerador e seus escravizados, resultante em uma miscigenação forçada (WERKEMA, 2018). Tanto na economia açucareira quanto na mineração, a forte presença da mão de obra escravizada foi um traço marcante, com o aporte de amplas contribuições para a matriz cultural local.

A circulação de pessoas e dinheiro necessários na mineração aurífera propiciou o crescimento do comércio, da urbanização, do mercado consumidor, o surgimento de prestações de serviços e outras atividades econômicas, além da construção de edificações referências da paisagem urbana de Ouro Preto na contemporaneidade. Toda essa movimentação, entretanto, dá-se simultaneamente ao intenso domínio exercido pela Coroa Portuguesa. Com taxações espoliativas do ouro e proibições quanto à implantação na Colônia de atividades industriais, o controle exercido pela Metrópole alimenta o conflito com a classe dominante local. O clima de insatisfação aguçado resulta no movimento conhecido como Inconfidência Mineira (1789) que deixa um grande legado para a cultura de Minas Gerais e ouropretana, em especial.

A fase áurea do ciclo do ouro é de curto tempo de duração e a exaustão do mineral, a partir de 1760, impulsiona a população a se dispersar e migrar da zona de mineração, ocupar novas fronteiras, principalmente no Sul e Noroeste do Estado de Minas Gerais. O início do desaquecimento econômico não é, entretanto, impeditivo do protagonismo de Vila Rica nos processos de Independência, República e na constituição de um aparato de educação superior²² fora do âmbito de uma

22 - Em 1839 é criada em Ouro Preto a Escola de Farmácia e em 1876 a Escola de Minas.

capital federal. Além das duas visitas de Dom Pedro I, em busca de apoio político, nos anos de 1881 e 1889, Ouro Preto recebe Dom Pedro II, mas a cidade já enfrentava a exaustão do ouro e ingressa em uma fase de intensa decadência econômica, após a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897 (WERKEMA, 2018).

A construção de Belo Horizonte trouxe amplas repercussões para Ouro Preto. A economia local, já em declínio, desaqueceu completamente. Houve a migração de parte expressiva da população – funcionários públicos, profissionais liberais, tantos outros – e a perda de cerca de 40% dos habitantes da cidade em dez anos. Casarios foram abandonados por famílias que deixaram o local e não mais possuíam condições e interesse de preservá-los. Em ruínas ou em mal estado de conservação, alguns imóveis foram invadidos, outros negociados a baixos preços. Mas a mudança da capital não propiciou apenas aspectos negativos. O patrimônio edificado e artístico de Ouro Preto pôde ser preservado dos possíveis impactos do crescimento econômico, manter a sua arquitetura clássica, assim como as artes da escultura e pintura, com predominância dos estilos barroco (o denominado barroco mineiro) e rococó.

Embora considerada inadequada para uma capital moderna, Ouro Preto, por conseguir manter elementos fundamentais da cultura de Minas Gerais e do Brasil, como as celebrações tradicionais de origem católica, a materialização do simbolismo de personalidades tidas como heroicas na historiografia nacional, como os inconfidentes, o culto a figuras de ampla expressão artística, como Aleijadinho e Mestre Ataíde, além, do seu casario colonial, passa a chamar a atenção daqueles que valorizam arte e cultura brasileira, como os modernistas. Em viagem para Minas, em 1924, personalidades engajadas na Semana de Arte Moderna, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, entre outros, participam de atividades religiosas e profanas e lamentam o estado de conservação de Ouro Preto e iniciam um movimento em defesa da sua preservação. Na década seguinte, a cidade é elevada à categoria de Monumento Nacional (1933), o Sphan inicia programa emergencial de con-

servação de edificações degradadas (1937) e procede-se ao tombamento da sua área urbana (1938).

A economia de Ouro Preto começa a reerguer-se em meados do século XX, a partir da atração de grandes empresas de exploração de minério de ferro, em sua maioria procedentes do exterior e da instalação, em 1952, de uma fábrica de alumínio na região sul da cidade, na Serra do Itacolomi. A exploração das jazidas de bauxita existentes na região, desde 1934, pela Alumínio do Brasil (Alcan), empresa de origem canadense, não apenas redinamiza a economia, mas promove uma reestruturação do espaço urbano. Para abrigar funcionários e dirigentes é constituído um novo e amplo bairro, a Bauxita, onde será implantado, em 1969, o campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ao mesmo tempo, a atração gerada pela expectativa de novos postos de trabalho no setor industrial e atividades correlatas ampliam a ocupação desordenada das áreas periféricas ao Centro Histórico.

A Alcan, durante 40 anos, responde por grande parte dos postos de trabalho existentes em Ouro Preto, chegando a ter 3 mil empregados diretos e indiretos, e por parte expressiva da receita gerada para os cofres municipais. A partir de 2008, perde condições de competitividade e é vendida para a multinacional Novelis. Por sua vez, essa indústria praticamente encerra as suas atividades em 2014 e produz, nos dias de hoje, apenas tarugo primário de alumínio (WERKEMA, 2018).

Ao desaquecimento da produção de alumínio somaram-se os impactos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana: deprimiu-se ainda mais a economia ouropretana. Estima-se, em Ouro Preto – onde a Samarco, empresa responsável pela barragem, também operava – a perda de arrecadação mensal referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pago pelas mineradoras, seja equivalente a R\$ 2 milhões: cerca de 17% dos tributos referentes à mineração recebidos por mês (TINOCO, 2016).

Conforme o Secretário de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto (STIC), Felipe Guerra, com a crise da mineração, a receita

do município, situada entre R\$ 27 e R\$ 30 milhões em 2014, ficou abaixo dos R\$ 20 milhões em 2017. Essa situação crítica levou o prefeito, Júlio Pimenta, em outubro de 2018, a anunciar a necessidade de realização de cortes na estrutura administrativa de forma a manter a máquina pública em funcionamento, com uma economia mensal em torno de R\$ 1 milhão. O agravamento da situação, em novembro de 2018, fez a prefeitura declarar estado de calamidade financeira do município (O Liberal (a), 2018, O Liberal (b), 2018).

Ouro Preto situa-se na Microrregião Central de Planejamento de Minas Gerais, distando cerca de 97 Km da Capital do Estado, com uma população de 74.659 pessoas em 2017. Foi a primeira cidade brasileira inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco – fato ocorrido em 1980 – e sua sede, concentra aproximadamente 87% dos habitantes. Essa titularidade não torna o turismo cultural sua principal atividade econômica, posição ainda ocupada pelo setor industrial. O município conta com algumas gestões municipais mais sensíveis do que outras à potencialidade local para o turismo e sendo assim, favoreceu-se de políticas e investimentos direcionados à atividade turística ou ao patrimônio histórico.

Cabe relacionar, algumas políticas para o turismo e benéficas à cidade mineira: as propostas do Circuito do Ouro, do Ministério de Turismo, da Secretaria Estadual de Turismo e da Estrada Real – programa gerido pelo Instituto Estrada Real. Essas iniciativas objetivaram estruturar e divulgar roteiros turísticos e potencializar a formação de parcerias e a co-gestão dessa atividade econômica (ÁLVARES; LOURENÇO, 2011). Destaca-se também o Programa Monumenta que investiu R\$ 10,7 milhões no patrimônio desta urbe, sendo 30% desses recursos contrapartida da municipalidade. Ademais, há a inclusão de Ouro Preto pelo Governo Federal entre os 65 destinos brasileiros indutores do desenvolvimento do turismo regional, contemplado, dentre outras ações, com estudos de competitividade turística (BRASIL, 2007).

Essas experiências, entretanto, não foram suficientes para promover uma alteração substancial no turismo local. A atividade turística de Ouro Preto defronta-se ainda com um conjunto de dificuldades, apesar

da presente busca de correção pela municipalidade de alguns aspectos considerados negativos à competitividade, nas avaliações do programa federal, cuja última versão é de 2015, e de alterações promovidas por atores e organizações culturais e turísticas. Da lista dos problemas apontados no estudo de competitividade turística e sanados, ressalta-se, no âmbito da municipalidade, a realização do Plano Municipal de Turismo, concebido pela atual gestão para o período 2017-2027²³. Em tempos recentes, tornou-se realidade a existência do fundo municipal de cultura, assim como a sinalização turística da área central da cidade, aspectos inexistentes e avaliados negativamente. No plano privado, o espaço urbano tem sido palco para uma intensa atração de empreendimentos turísticos dos mais diversos perfis, direcionados aos mais distintos segmentos de renda.

Grupos locais agenciam iniciativas de recuperação e fortalecimento do patrimônio imaterial, o de matriz africana, como os Congados e os trabalhos de roteirização e releitura da história dos escravizados na zona da mineração, desenvolvidos em antigas minas dentro do perímetro urbano, além da exploração dos recursos naturais e culturais dos distritos, a exemplo de Lavras Novas, Amarantina e São Bartolomeu. Essas atividades favorecem a diversificação da oferta local, cujo marketing ainda encontra-se centrado, sobremaneira, no patrimônio edificado. Ouro Preto é também cenário para realização de eventos culturais e esportivos, com destaque para o ciclismo, por empresas promotoras. Não em raras oportunidades, os projetos dessas organizações são aprovados por leis estaduais ou federais de incentivo à cultura ou aos esportes.

Talvez o fato da indústria responder, em 2017, por 86,4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) municipal e por 58,1% do valor adicionado (contribuição do setor ao PIB) do município no ano de 2015 – embora com retração de 42% no comparativo anual (Ouro Preto, ACEOP, 2018) –, explique o porquê de o plano municipal de turismo ser realizado tão tardiamente. Em Ouro Preto, as atenções dos gestores públicos municipais estiveram mais voltadas, historicamente,

23- O primeiro plano de turismo de Ouro Preto (1994-1996) foi confeccionado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

para o setor industrial. Reinava a compreensão de que, dado o expressivo patrimônio histórico-cultural existente não havia necessidade de esforços adicionais para a venda do destino. Como dizem alguns entrevistados, essa tese funcionou em dados períodos, entre as décadas de 1970 a 1990, quando a cidade era visitada por muitos artistas e intelectuais.

Hoje, porém, existem novos concorrentes, nacionais e internacionais, inclusive em regiões próximas. Ouro Preto não dispõe, sequer, de um calendário de eventos viabilizador de uma organização, programação das operadoras, agências, meios de hospedagem e visitantes. Com a crise econômica, parte da população atualmente desocupada passou a assediar excessivamente os turistas, com o argumento da venda de roteiros turísticos. Ademais, grupos culturais locais carecem de maior apoio da municipalidade para a permanência, manutenção e difusão da sua arte. Corre-se o risco de desaparecimento de grupos tradicionais, como ocorrido com o Viola de Folia, em funcionamento entre 1998 e 2010. Edificada em um terreno extremamente íngreme, Ouro Preto requer um plano de acessibilidade; parte significativa da demanda do turismo cultural é composta por adultos maduros e idosos, mas eles enfrentam graves problemas de locomoção na cidade e de acesso aos atrativos. O município, carece, além disso, de um trabalho de promoção institucional que divulgue seus atrativos, tradicionais e os ainda não consolidados, possíveis roteiros, eventos, enfim, o seu vasto patrimônio para o turismo cultural.

Em síntese, a cidade histórica, atravessou ciclos de auge e declínio nos seus aproximados 300 anos de existência. Desde a sua constituição como vila, enfrenta hoje uma situação crítica, fruto da crise nacional, da retração do seu setor industrial e dos problemas vivenciados pelo turismo, com reflexos para a socioeconomia local. Cumpre ressaltar, entretanto: as crises nem sempre trazem rebatimentos exclusivamente negativos, e, nesse caso, quiçá o desaquecimento do setor industrial contribua para o turismo de Ouro Preto vir a alcançar maior destaque no conjunto das ações municipais.

O turismo cultural cresceu lentamente na cidade mineira, como que seguindo os passos de quem se movimenta pelas suas ladeiras e mor-

ros e semelhante ao processo de expansão urbana, esse movimento ocorreu de forma não planejada. Após a redescoberta pelos modernistas na década de 1930, da construção do Grande Hotel nos anos 1940, Ouro Preto chega em meados dos anos 1950 com apenas três meios de hospedagem: o hotel projetado por Niemeyer, direcionado a um público de mais alta renda (o Grande Hotel de Ouro Preto), o hotel Toffolo e o Pouso Chico Rey, aberto em 1953 como uma pousada intermediária entre os dois equipamentos existentes (ARAÚJO, ED/2018).

Segundo relatos de Araújo, atual proprietário do Pouso Chico Rey, a sua avó, Dona Lili Ebba Henriette Correia de Araújo – uma senhora dinamarquesa, falante de cinco idiomas – dos anos 1960 em diante, passou-se a receber nesse equipamento, vários artistas, dentre os quais Cecília Meireles, Jorge Amado, Pablo Neruda, Jean-Paul Sartre e Vinícius de Moraes. A pousada já fez parte do Roteiro de Charme²⁴, mas defronta-se hoje com o alto custo de restauro do imóvel, situado em uma casa histórica original do século XVIII.

Como relembra Carlos Bracher, em documentário produzido por Blima Bracher, as décadas de 1960 e 1970 marcam os “anos dourados da arte em Ouro Preto”, momento no qual a cidade atraía um conjunto expressivo de admiradores e partícipes das artes. Lá moravam os pintores Ivan Marcet, Estevão, Ninita Moutinho, Nello Nuno e sua mulher Ana Amélia, a atriz Domitília do Amaral; além de Augusto Rodrigues e da poetisa Elizabeth Bishop, proprietários de casa na cidade (BRACHER, 2016).

Com toda essa atratividade para o segmento artístico, em meados dos anos 1970 Ouro Preto dispunha apenas de oito meios de hospedagem e 142 unidades habitacionais (Uhs), inicia um crescimento mais expressivo a partir dos anos 1980 (GRAMMONT, 2013, p. 105). Em 2018,

24- A Associação de Hotéis Roteiros de Charme congrega atualmente 70 Hotéis, Pousadas e Refúgios Ecológicos do Brasil. Fundada em 1992, como entidade privada sem fins lucrativos, seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e responsabilidade socioambiental. Na cidade de Ouro Preto hoje apenas a Pousada do Mondego integra o Roteiros de Charme (ARAÚJO, ED/2018).

o município contava com 180 meios de hospedagem e 5.500 leitos, sendo 90 na sede, com uma capacidade instalada de 3.200 leitos. A expansão e a diversificação da rede de hospedagem vêm sendo bastante expressivas; em 2017 mais de 20 hostels foram abertos em Ouro Preto, momento em que a rede de hospedagem local dispunha de 1.159 Uhs (Ouro Preto, STIC, 2017). Além dos meios de hospedagem, as repúblicas, residências públicas ou particulares, abrigos de estudantes da UFOP, hoje em torno de mais de 300 unidades instaladas na cidade, também hospedam visitantes em finais de semana (algumas residências particulares) ou durante eventos de maior demanda, como o carnaval e a festa do 12 de outubro, realizada para congregar alunos e ex-alunos da universidade federal (GUERRA, ED/2018).

O turismo de Ouro Preto caracteriza-se na atualidade pelo elevado número de excursionistas, visitantes da cidade por apenas algumas horas, hospedando-se em Belo Horizonte ou prosseguindo viagem em direção a outras cidades históricas da região, a exemplo de Tiradentes que vem atraindo um fluxo expressivo de pessoas com mais alto poder aquisitivo.

Conforme relatório mensal de pesquisa de demanda turística da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio (STIC) de agosto de 2017, Ouro Preto recebeu naquele mês um total de 34,8 mil turistas, realizando cerca de 2,6 pernoites. Desse conjunto 46% hospedaram-se em hotéis, pousadas, albergues e hostels, 45% não pernoitaram na cidade e 9% utilizaram outras formas de hospedagem. A taxa de ocupação mensal do setor de hospedagem situou-se em 46,2% e a injeção financeira do turismo na economia municipal equivaliu a R\$ 21,4 milhões de reais. Em idêntica pesquisa aplicada para o primeiro semestre de 2016, a STIC identificou que, naquele período, a cidade foi procurada por 152.857 pessoas, sendo 58% turistas e 42% excursionistas, com um gasto médio de R\$ 552,9 e injeção financeira de R\$ 84,5 milhões.

Os visitantes brasileiros que chegam à cidade mineira são procedentes, em elevado percentual, do próprio estado de Minas Gerais

(38,6%), seguido de São Paulo (14,6%), Rio de Janeiro (12,9%) e Bahia (4,7 %); os estrangeiros correspondem, em média, a 11,5% do fluxo no período, conforme a pesquisa realizada no primeiro semestre de 2016. Os turistas, em geral, buscam a cidade atraídos pela possibilidade de lazer/contemplação (39%), história/cultura (37%), visita a parentes e amigos (10%), eventos (6%) e outros.

Majoritariamente jovens e adultos, os visitantes de Ouro Preto possuem elevada escolaridade (48% com curso superior completo), são assalariados (28%), profissionais liberais (25%), funcionários públicos (20%), estudantes (19%) e outros. A faixa de renda familiar predominante situa-se entre 4 a 10 salários mínimos (38%); em seguida despontam as faixas de 2 a 4 SM (22%) e de 10 a 20 SM (19%). Além desse breve perfil do turismo, cabe registrar o conjunto de ativos existentes no turismo cultural de Ouro Preto, um expressivo diferencial da cidade.

Edificações artísticas

A herança dos tempos gloriosos da produção aurífera, impressa no conjunto colonial setecentista de Ouro Preto, apesar das adversidades, mantém unidade impressionante e singular. Casario, ruas, vielas, igrejas, capelas, museus, teatros, largos, chafarizes, pontes, etc., compõem um cenário propício aos que buscam a cultura e a história de Minas Gerais e do Brasil, bem como aos admiradores das artes e da beleza arquitetônica. Nove capelas, dez igrejas, treze museus, três centros culturais, sete chafarizes, três largos, duas pontes, três teatros – inclusive o Teatro Municipal Casa da Ópera, inaugurado em 1770, o mais antigo em funcionamento na América Latina – estão presentes na paisagem ouropretana.

No conjunto das igrejas, sobressai-se a de Nossa Senhora do Rosário, edificada pela Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos no século XVIII, considerada por especialistas como “a expressão máxima do barroco colonial mineiro” (LE MOS, 2017, p. 47). Bem assim, destaca-se a Igreja de Santa Efigênia, erguida a partir de 1733, intitulada por alguns como a “Igreja do Chico Rei”, a quem é atribuído popularmente o finan-

ciamento da sua construção. Também, sublinha-se a matriz dourada de Nossa Senhora do Pilar, de 1733, e, obviamente, a Igreja de São Francisco de Assis, eleita uma das sete maravilhas portuguesas do mundo e considerada a obra-prima do mestre Antonio Francisco Lisboa – o Aleijadinho.

Dono de uma arte completa compreendida na arquitetura, escultura, entalhe, especialista no trabalho com o cedro e a pedra sabão, a Aleijadinho atribui-se não apenas o projeto da igreja de São Francisco de Assis, mas o seu frontispício, púlpito, imagens sacras, lavabo da sacristia, riscos do retábulo do altar mor e outras artes. Essa construção esplendorosa retrata a maturidade do mestre Aleijadinho, em um momento de transição da sua obra – da estética barroca para o rococó (“barroco mineiro”) –, contou com a participação do mestre Manoel da Costa Ataíde, pintor responsável, dentre outras ações, pela decoração do templo, teto e painéis da nave e paredes da capela-mor (LEMOS, 2017, p. 50).

O barroco, estilo artístico surgido na Itália no século XVII, ganha uma nova roupagem e expressividade no Brasil, expandindo-se para além das artes plásticas, na literatura, música, teatro. Minas Gerais concentra significativa parte dessa produção artística, conhecida como “barroco mineiro” e como ilustre representante desse estilo, Aleijadinho trazia no sangue, a mestiçagem, na espiritualidade, uma forte devoção por São Francisco, santo a cuja ordem poderia ter integrado não fossem os elevados preconceitos raciais do Brasil oitocentista, em parte, ainda vigentes no século atual. A sua preciosa obra compreende um acervo de peças de arte sacra e documentos abrigados no museu Aleijadinho, compõe um circuito abrangente de três igrejas históricas de Ouro Preto: Nossa Senhora das Mercês e Perdões, Santuário de Nossa Senhora da Conceição e S. Francisco de Assis. Além das valiosas obras artísticas existentes em outros municípios mineiros, como Congonhas do Campo, Sabará, Tiradentes (LEMOS, 2017, p. 55).

O movimento da Inconfidência Mineira presenteou Ouro Preto com uma simbologia que encontra representações concretas no Museu da Inconfidência, na Casa de Gonzaga, na Casa dos Inconfidentes, na

Casa dos Contos, dentre outros. Este último, um espaço museológico instalado em um casarão do século XVIII, mantido pelo Ministério da Fazenda, serviu como cárcere para os inconfidentes, dentre os quais Cláudio Manoel da Costa, falecido em suas dependências e hoje abriga o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, com sala de fundição, senzala, além de coleção de cédulas e moedas.

A materialização da Inconfidência propicia à cidade receber permanentemente um expressivo público estudantil, jovem, vindo, em geral, em grupo, que movimentava o espaço urbano, restaurantes, traz vida e dinamismo para a cidade. Esses e outros visitantes interessados pela temática possibilitam a algumas organizações driblarem os momentos de sazonalidade do turismo. Os estudantes são ainda os responsáveis por mais visitas ao pioneiro Museu de Ciência e Tecnologia da Escola de Minas, também conhecido como Museu da Escola de Minas.

Em Ouro Preto, há outros espaços museológicos de expressão, como o Museu Casa Guignard, pertencente a uma unidade da Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, que, além deste, abarca os museus: Casa Alphonsus Guimarães, em Mariana; Guimarães Rosa, em Cordisburgo; Mineiro, em Belo Horizonte e Credireal, em Juiz de Fora.

Alberto da Veiga Guignard, trazido a Ouro Preto por Pedro Correia de Araújo, esposo de Lili Ebba de Araújo, do Pouso Chico Rey (ARAÚJO, ED/2018), foi pintor, professor, desenhista, ilustrador e gravador. Encantou-se pela paisagem das cidades históricas de Minas, especialmente Ouro Preto, tema de uma das suas obras de expressivo respeito e admiração. O acervo do Museu Casa reúne obras do autor, além de objetos por ele pintados e peças ilustrativas de sua vida, oferece visão ampla sobre a trajetória do mestre, um dos maiores pintores e desenhistas brasileiros do séc. XX. Como observa Fortes, então coordenador do espaço, Guignard é um dos poucos artistas com tamanho prestígio alcançado e não tem um catálogo da sua arte. Parte das suas obras encontra-se em coleções particulares. O projeto de catalogação foi iniciado com patrocínio da Petrobrás, mas, com a crise, foi suspenso o financiamento (FORTES, ED/2018).

Com ampla credibilidade na comunidade local, o Museu Casa Guignard vem estreitando laços com a cidade, através de oficinas, palestras, promoção de eventos e outras atividades. Essas ações ocorrem, por exemplo, na Semana Santa, na confecção de tapetes devocionais com serragem colorida, elaborado por artista convidado, na disponibilização de mostra temporária relacionada ao tema, para os quais, em dadas oportunidades, há a colaboração de empresários locais e responsáveis pelo coquetel, serviços hoteleiros, transporte, etc. Como mais um mecanismo, neste caso, formal, de viabilizar o financiamento dos projetos do Guignard foi criada a Associação de Amigos do Museu, através da qual o espaço tem a possibilidade de participar de editais e outras ações. Além dos benefícios aos residentes que ainda frequentam pouco os museus da cidade, e, em alguns casos, os desconhecem, as atividades promovidas pelo Guignard são mais um reforço à atração e permanência dos visitantes (FORTES, ED/2018).

A opção pela criação de uma associação de amigos do museu também tem sido adotada por outros espaços museológicos, como o Museu da Inconfidência. Esse equipamento, assim como o Casa Guignard, busca a promoção de oficinas e atividades atrativos de moradores, escolas locais – público ainda pouco expressivo – e visitantes (LUSTOSA, ED/2018). A iniciativa vem sendo cogitada pelo Teatro Casa Ópera, gerido pela municipalidade, não dispõe de autonomia financeira, dado que os recursos arrecadados são destinados ao Fundo do Patrimônio (Funpatri) e, posteriormente, rateados entre equipamentos e grupos culturais contemplados. Conforme Zulmira Martins, coordenadora do espaço, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto gerencia um conjunto de equipamentos culturais, como a Casa da Ópera; o Arquivo Público; Museu Casa dos Inconfidentes; Casa do Folclore; casas de cultura em cinco morros de Ouro Preto: Piedade, Alto da Cruz, Santa Cruz, Padre Faria, São Sebastião; Casa Bandeirista de Amarantina, além de apoiar bandas de música e festas nos distritos. Assim, diante do atual quadro de dificuldades financeiras da municipalidade, a criação da associação de amigos

poderá ser uma alternativa à manutenção do teatro, necessitado, dentre outras ações, de reforma de instrumentos, como o piano, troca de cortinas do palco, orçadas em 100 mil reais, e, até mesmo, substituição de lâmpadas queimadas (MARTINS, ED/2018).

Na área da museologia comunitária, um projeto exemplar em Ouro Preto refere-se ao EcoMuseu da Serra de Ouro Preto, coordenado pela profa. Yara Mattos da UFOP, desde 2005. Seu objetivo é o desenvolvimento local pela via do desenvolvimento dos capitais sociocultural, patrimonial e econômico da região conhecida como Serra de Ouro Preto. Essa última compreende os bairros de São Sebastião, São João, Santana, Queimada e Piedade. O EcoMuseu propõe fortalecer as comunidades através de oficinas, palestras e outras práticas valorizadoras da memória, do patrimônio, do saber-fazer, da identidade e do pertencimento desses grupos. Essa experiência museológica engloba equipamentos culturais como o Bar e Restaurante Cores, Flores e Sabores, conhecido como Bar da Nida, situado no morro São Sebastião, cujos gestores se apropriaram do conceito da museologia comunitária e hoje atuam como lideranças locais, contam com o apoio da igreja católica, associação de moradores do bairro, comércio local, etc. (MATTOS, ED/2018).

A partir da experiência do Ecomuseu, os grupos da Serra de Ouro Preto vêm se fortalecendo, se organizando, promovendo festas culturais, dentre as quais celebrações religiosas, como a festa de São Sebastião; feiras, a exemplo da “Feira de Quintais”, atividade mensal realizada no Bar da Nida. A atividade possibilita a comercialização de artesanatos, dentre outros produtos da comunidade e vizinhança, encontros, como o dos descendentes dos tropeiros da região que, desde 2014, realizam, anualmente, no mês de março, o Encontro dos Tropeiros da Serra de Ouro Preto. A participação de turistas durante esses eventos é ainda restrita, praticamente inexistente divulgação por parte de agências de turismo ou guias locais. O Bar da Nida, entretanto, consegue atrair um fluxo turístico mais expressivo, sobretudo nos dias dedicados a exposições, oferta de atrações musicais ou outras. Durante o Festival de Inverno, a divulgação

“boca a boca”, à ação de taxistas e a parceria com a UFOP ajudam a promover o espaço (ALVES, ED/2018).

Com um número tão expressivo de museus, principalmente para uma não-capital, Ouro Preto possui um Sistema Municipal de Museus (SMOP), instituído pela Lei N.º 305 de 07 de dezembro de 2006. Com o objetivo de sistematizar as atividades dos museus existentes no município, com a realização de um trabalho coordenado desses equipamentos culturais, o Sistema de Museus de Ouro Preto reúne um museu municipal, o Casa dos Inconfidentes; quatro federais: Museu da Inconfidência, Farmácia, Ciência e Tecnologia, Museu Casa dos Contos; dois estaduais: Museu Guignard e Museu do Chá; dois particulares: Oratório (Instituto Flávio Gutierrez) e Reduções; dois pertencentes à Igreja (Artes Sacras e Aleijadinho); uma OSCIP, Museu Aberto Cidade Viva, gerido pela Câmara das Mulheres Empreendedoras de Ouro Preto, grupo que contemplou a cidade com placas de sinalização de pontos históricos, definição de corredores, etc.; e um museu de administração comunitária, o EcoMuseu da Serra de Ouro Preto que não possui sede própria (BORGES, I., S., ED/2018). Em parceria com os museus da cidade, o SMOP vem promovendo diversos projetos e ações culturais, realizando oficinas, palestras e divulgação das atividades dessas instituições em diversas oportunidades, sendo considerado referência nacional (BRASIL, IBRAM, 2019).

Celebrações, Congo e Moçambique

A divisão da sociedade na área da mineração e agrupamento dos seus membros em irmandades e ordens terceiras foi ação fomentada pela Coroa Portuguesa, responsável por transferir a estas organizações uma série de atribuições sociais, jurídicas e religiosas. O procedimento possibilitou a Ouro Preto manter, até os dias de hoje, mesmo diante da redução da expressividade dessas unidades após a República, um conjunto de agremiações responsáveis pelos cultos e celebrações de origem católica. De forma geral, os negros associavam-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, os mulatos, à Irmandade de Nossa Senhora

das Mercês e Perdões, posteriormente ascendida à Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês. Os brancos pobres tinham direito a optar pela irmandade de sua agremiação, a do Nosso Senhor do Bom Jesus, a de Nossa Senhora das Dores e a de São Francisco de Paula. Os brancos ricos, grupo de maior acesso a escolha da entidade à qual deveria pertencer, preferiam as irmandades de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora do Pilar, de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antônio e de São Francisco de Assis (SANTOS, ED/2018).

A Semana Santa, principal festa do calendário religioso católico de Ouro Preto, é mantida, anualmente e em sistema de revezamento, pela paróquias mais antigas, Pilar e Nossa Senhora da Conceição. Essas igrejas se alternam na colaboração dos recursos necessários à celebração. As duas outras paróquias, de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz e de Cristo Rei, também realizam atividades litúrgicas, mas as cerimônias externas do Tríduo Pascoal (quinta, sexta e domingo da Ressurreição) são realizadas ora pela Paróquia do Pilar, ora pela de Nossa Senhora da Conceição. Respeita-se o revezamento de anos pares, sob responsabilidade da primeira, e ímpares, a cargo da segunda (COTA, ED/2018).

Os Conselhos Paroquiais e as irmandades organizam as cerimônias com a ajuda da comunidade e empresários, que colaboram com doações arrecadadas pelos paroquianos, e da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, responsável por pagar o toque das bandas de música, montar os palcos onde são realizadas as cerimônias externas e providenciar a iluminação, sonorização, aluguel de sanitários químicos, o material reciclado, a serragem, para a confecção dos tapetes de rua. Na noite do sábado que antecede o domingo de Páscoa, os tapetes são confeccionados, com a participação de turistas e supervisão de responsáveis de cada bairro, de forma a evitar discrepâncias, como uso de símbolos inadequados ou motivos diferentes dos temas religiosos. A cidade fica repleta de um público hospedado em hotéis, servidos também por restaurantes, em suma, movimentador da economia local (COTA, ED/2018).

Além desta celebração, há um santo ou uma devoção de Nossa Senhora a ser comemorado mensalmente em Ouro Preto. A exemplo, em janeiro comemora-se São Sebastião; outubro é o mês do Rosário. Não em raras ocasiões, celebram-se dois ou três santos em um único mês. Ouro Preto é uma cidade nitidamente católica e a fé dos devotos se expressa, dentre outras ações, pela presença de oratórios em muitas residências, pela frequência aos cultos e celebrações, pela manutenção das suas tradições.

Dentre as devoções à Maria uma de ampla expressão em Ouro Preto é o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, celebrado no segundo domingo de janeiro. Nesta cidade, assim como em outras do estado de Minas Gerais, os festejos do Reinado compreendem um conjunto de atividades constituídas de bênçãos, levantamento de Bandeiras, folguedos, tríduos, eventos gastronômicos coletivos (em geral, café da manhã e almoço), cortejo, coroação de reis e rainhas, missa, descendimento de Bandeiras e outros. Conforme Leda Martins (1997, p. 44), Nossa Senhora do Rosário representa uma divindade advinda das águas e para ela são organizadas as cerimônias cênico-rituais dos Reinados negros em Minas Gerais. É para ela, em sua devoção, que o congaideiro canta e dança.

Segundo relatos do primeiro Capitão da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, Rodrigo Alvarenga dos Passos, a primeira guarda de Congo de Ouro Preto foi organizada por Chico Rei, africano, rei de uma tribo no reino do Congo. Trazido ao Brasil no século XVIII, escravizado, conseguiu comprar sua alforria e a de outros conterrâneos e instituiu, possivelmente, o primeiro reino negro em Minas, na região de Vila Rica. Em fuga, membros dessa guarda se abrigaram na hoje região de Paula Cândido e proximidades, local de origem da família do atual Capitão, que suspeita ser o Congado de Chico Rei a raiz do de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Seu avô Francisco dos Passos celebrava o reinado, sendo iniciado pelo pai e transmitido ao filho João, que por sua vez, repassou-lhe a devoção, recorda-se Rodrigo. A prática

vem sendo transmitida na sua família seguindo uma hierarquia geracional há aproximadamente 200 anos e o depoente pretende manter a tradição através do ensinamento ao seu filho Otávio, hoje com um ano de idade (PASSOS, ED/2019).

As guardas de Congo, assim como a celebração do Reinado em Ouro Preto, atravessaram um momento crítico, isto é, paralisadas por um bom período, retomaram suas atividades há 10 anos, com a contribuição de um conjunto de pessoas e organizações, como professores da UFOP, Fórum da Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), famílias de antigos congadeiros e outros. Em 2015, dada a necessidade de constituição de uma guarda de Moçambique em Ouro Preto, parte dos componentes da guarda de Congo de Santa Efigênia passaram a integrar a guarda de Moçambique de N. S. do Rosário e S. Efigênia. Na tradição da história do Congado, o Moçambique representa o poder espiritual maior, sendo responsável por guardar as coroas, conduzir as majestades representantes dos reis negros no Brasil (SANTOS, D. A., ED/2018; GUARILHA, ED/2018; VALADARES, M. C., ED/2018; GUIMARÃES, ED/2018).

A necessidade de constituição de uma organização formal responsável pela gestão da parte material do Reinado conduziu à criação, há quatro anos, da Associação Amigos do Reinado de N. S. do Rosário e S. Efigênia (Amirei). Assim, enquanto o Congo e Moçambique cuidam da parte espiritual, a Amirei assume a responsabilidade pela limpeza, segurança, transporte, alimentação, além de possibilitar ao grupo participar de editais na área da cultura. Antes mesmo da constituição da Amirei, em 2011, com o projeto A Fé que Canta e Dança, a fundadora e atual presidente da Associação, contando com a colaboração de um professor da UFOP, ganhou prêmio oferecido pelo Crespial/Unesco, com projeto direcionado à realização de exposição itinerante em conjunto com representantes da guarda de Congo de N. S. do Rosário e S. Efigênia. (GUARILHA, ED/2018). Há três anos consecutivos, a Amirei aprova projeto no Fundo Estadual de Cultura (SILVÉRIO, K., ED/2018).

Contudo, a festa do Reinado mantém-se, sobretudo, pela devoção dos seus integrantes e da comunidade, participante ativa com doações.

Gente simples que comparece à festividade, com a sua presença, seu trabalho, com poucos recursos, porém, indispensáveis para a celebração a N. S. do Rosário e S. Efigênia. É certo que, sobretudo no domingo de encerramento do Reinado, quando há o cortejo pelas ladeiras do Padre Faria e de Santa Efigênia até a Mina de Chico Rei, no Antônio Dias, e, posteriormente, a subida das guardas de Congo por essas ladeiras íngremes, a PMOP, através da Secretaria de Cultura e Patrimônio, concede algum suporte, como transporte para guardas de outras cidades. Entretanto, a celebração é fruto, realmente, da intensa dedicação, doação e trabalho voluntário da comunidade (SILVÉRIO, K., ED/2018).

Os eventos do Congado contam, sobremaneira no cortejo, com a adesão e participação efetiva das diversas guardas de Congo, que, em retribuição e prestígio ao celebrante, fazem-se presentes no seu evento. Uma das grandes dificuldades enfrentadas por esses grupos é sensibilizar as municipalidades da importância dessas viagens e visitas. Não se faz uma festa de Congado com um único ou poucos grupos. A força da celebração está na união, na presença de todos louvando e agradecendo à Nossa Senhora. Solidariedade, cumplicidade e parceria entre os grupos são aspectos centrais para o sucesso dessa celebração. Mas, para isso, os governantes necessitam compreender a importância do Congado, apoiar essa forma de expressão cultural nas suas mais diversas necessidades, contribuindo para sua preservação.

O município de Ouro Preto tem cinco guardas de Congo: o Congo de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Graças (da APAE), a guarda do Alto da Cruz e a guarda do bairro Santa Cruz, na sede; nos distritos, há as guardas das comunidades de Santo Antônio do Salto e de Miguel Burnier, além do Moçambique, também na cidade. Esses grupos, junto à sua função religiosa, desempenham um expressivo papel social, contribuem para que muitas crianças e jovens que poderiam estar ingressando ou inseridas na marginalidade afastem-se desse caminho e encontrem apoio espiritual e emocional e novas perspectivas de vida nas guardas de Congo e no Moçambique.

Na última festa, realizada entre 06 e 13 de janeiro de 2019, comemorativa dos dez anos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, período de retomada da atividade, a programação compreendeu a Bênção ao Reinado, com missa na Capela do Padre Faria e levantamento das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. Também palestras, show do grupo Ofó que objetiva difundir a cultura das religiões afro-brasileiras, combater intolerância e racismo religiosos, bem como houve tríduos e missa de seu encerramento.

No domingo maior, acontece a Alvorada, momento de intensa força e espiritualidade, quando as guardas adentram a Igreja Matriz de Santa Efigênia, fazem suas saudações e saem de costas, mantendo-se de frente para o Santíssimo Sacramento. Em seguida, há a chegada e recepção às guardas visitantes, com café coletivo; o cortejo, com saída da Capela do Padre Faria em direção à Mina de Chico Rei para buscar o Reinado Congo de Ouro Preto, composto pela representação do Rei São Benedito e da Rainha Conga Nossa Senhora do Rosário; retorno à Capela do Padre Faria; bênção aos congadeiros de Ouro Preto e guardas visitantes; cortejo com as imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito em direção à Capela do Padre Faria; almoço coletivo. Ao final, há a Missa Conga no Adro da Capela com a participação dos congados visitantes, Pastoral Afro-Brasileira de Ouro Preto e grupo de animação Frutos da África, o descendimento das Bandeiras e encerramento.

As guardas de Congo e de Moçambique representam a força da cultura de matriz africana em louvor a Nossa Senhora. Não há necessariamente uma ligação entre as guardas e a religiosidade afro-brasileira. De forma geral, louva-se Nossa Senhora, como símbolo maior de proteção a sua Bandeira que segue à frente dos grupos, juntamente às Bandeiras de outros santos de devoção. Na guarda de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, conforme Rodrigo, o congado é ecumênico, seus integrantes pertencem às diversas religiões ou podem ainda ser não praticantes; entretanto, dentro do Congado reina uma única fé: Rosário de Maria (PASSOS, ED/2019).

Durante o domingo maior, em entrevista às guardas de Congo, em visita a Ouro Preto, a presidente da guarda de Congo Libertação, de Ituiutaba, Cláudia Luisa da Silva Almeida, revelou ser este um grupo firmado na umbanda, que tem como padroeiros o Espírito Santo e São Benedito e objetiva preservar a história, falar, cantar a riqueza e importância do negro no Brasil (ALMEIDA, ED/2019). Agnaldo de Oliveira Pereira, chefe dos Caboclos do Cerro, grupo de Congo existente há cerca de 300 anos, com 58 integrantes, também revela a existência de um guia da umbanda, mas afirma a individualidade religiosa de cada integrante (PEREIRA, ED/2019). Cláudia Aparecida Batista, Capitã da Guarda de Moçambique Luz Divina de Campos Altos, com 30 integrantes, expressa ser esta uma tradição familiar herdada do seu avô, em que os participantes podem ser católicos, do candomblé, da umbanda ou pertencer a outros credos, tendo a fé no Rosário (BATISTA, ED/2019).

Talvez o amplo preconceito racial existente no Brasil leve algumas guardas ainda a guardar receios de revelar os seus laços com a religiosidade de matriz africana. É possível que o mesmo preconceito também impeça um maior interesse da população e gestores públicos pelo Congado, uma manifestação popular extremamente singular, de ampla espiritualidade e força. Ainda no domingo 13 de janeiro, em diálogo com dois argentinos de Baía Blanca, participantes da celebração, ouviu-se o relato que estes, após terem visto o cartaz de divulgação do Reinado nas ruas de Ouro Preto, indagaram sobre a atividade no hotel onde estavam hospedados e não obtiveram informação; questionaram em outros hotéis e a situação foi similar. Por fim, na feira de artesanato do Largo do São Francisco, a conhecida “Feirinha da Pedra Sabão”, um artesão se dispôs a levá-los à casa da Rainha Conga da Guarda de Moçambique. Só assim conseguiram participar do Reinado.

Quem sabe se imagine que o público que frequenta Ouro Preto não aprecia esse tipo de manifestação popular. O Congado não consta em guias de turismo de Ouro Preto, a exemplo do editado pela Graphar,

2017, com introdução assinada pelo Secretário de Turismo, Indústria e Comércio. No material, a referida forma de expressão cultural é apenas agraciada com uma foto, sem legenda explicativa, na parte relacionada aos eventos da cidade. Não se percebe e valoriza a força das tradições, sobretudo aquelas com êxito de manter-se ao longo dos anos, frente aos fluxos de visitantes de localidades de turismo cultural.

O Congado ainda não é reconhecido como patrimônio imaterial, seja na esfera municipal e estadual, seja federal, mas segundo Kátia Silvério (ED/2018), busca-se este reconhecimento. Quiçá a partir daí, se possa ter ações de salvaguarda viabilizadoras do reconhecimento e da valorização dos detentores do conhecimento desta prática; a realização de oficinas, palestras, cursos, publicações e outras ações que possibilitem a transmissão, produção e difusão desta forma de expressão; por último, o apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como a ampliação do acesso dos grupos aos benefícios gerados pela preservação deste bem cultural também são cruciais.

O território “periférico”

O patrimônio edificado que possibilitou a Ouro Preto a titulação de “cidade patrimônio mundial” pela Unesco, é, sem dúvida, o grande atrativo da cidade. É o aspecto mais divulgado no marketing institucional e símbolo maior de representação desse núcleo urbano. Em reforço à pesquisa de demanda turística da STIC, apresentada anteriormente, diagnóstico de demanda turística da cidade de Ouro Preto, realizada pelo Núcleo de Estudos Avançados em Turismo (Brasil, UFOP/Nupetur), em 2006, já revela o interesse pelo patrimônio histórico-cultural como principal motivo da viagem para a maioria dos turistas (55,4%), seguido de visitas a amigos e familiares (12,9%) e negócios, congressos e convenções (9,4%). Entretanto, a história de Ouro Preto, e, sobretudo, a herança da mineração e dos povos escravizados na região, apresenta outros aspectos de relevo, inicialmente trabalhados na atualidade, com dificuldade, muitas vezes com carência de recursos e divulgação, etc., mas que já se

constituem em atrativos para o turismo. Dentre esses, cumpre ressaltar as minas de extração de ouro, hoje desativadas e abertas à visitação pública.

A Mina Du Veloso, localizada em antiga lavra da Mina do Coronel Veloso, compreende uma área em torno de 400 metros de galerias permeadas de história. Conforme Eduardo Evangelista Ferreira, gestor da mina, esta organização tem por objetivo mostrar o protagonismo do africano trazido forçosamente para o Brasil na diáspora. Para tanto, realiza eventos, exposições, palestras e visitação às trilhas, apresenta uma outra face dos negros escravizados e trabalhadores nas minas, majoritariamente. Oriundos da região da Costa da Mina, na África, difundiram no Brasil, sua riqueza cultural, sabedoria e o conhecimento prévio, milenar, em relação ao trabalho com a mineração (FERREIRA, ED/2018).

O Coletivo Du Veloso, integrado pelo gestor da mina, juntamente com Sidnéa Santos, sócia fundadora e outros, busca promover a educação para o patrimônio afro-ouropretano e vem articulando um projeto denominado Afroturismo Roteiro Ativista Ouro Preto. O objetivo é trabalhar uma nova vertente no turismo histórico-cultural, afastada do símbolo Modernista da cidade barroca, “pérola do barroco português no Brasil”, apropriado pelo turismo tradicional e correspondente a um território restrito que abarca a região do bairro do Antônio Dias, Praça Tiradentes e Pilar, o qual é denominado por este grupo de “Vila Rica”, em menção às primeiras ocupações da cidade. Como observa Douglas da Silva (ED/2018), parceiro no projeto, em dados momentos, esse “território turístico” expande-se, com a visitação de alguns poucos turistas ao bairro de Santa Efigênia e, em casos mais restritos, até o Padre Faria. Esse último foi o primeiro arraial a ser constituído na cidade e detém uma quantidade de informações que, em geral, as pessoas que a visitam não têm acesso.

Baseando-se na história oficial, o turismo da cidade concentra-se, assim, na Inconfidência Mineira, Guerra dos Emboabas, em personalidades como Aleijadinho, Filipe dos Santos, Tomás Antônio Gonzaga e Maria Dorotéia e outros, com referências aos negros, sempre dentro de uma temática de sofrimento, nunca abordando sua inteligência, cultura,

contribuições para a construção civil, mineração, etc. Em contraposição a esta visão hegemônica, o Afroturismo pretende trabalhar o turismo de Ouro Preto dentro da perspectiva africana, em um conceito intitulado “Outro Preto”. Nessa perspectiva, a herança desta matriz passa a ser valorizada, com novas leituras das paisagens, análise dos monumentos, visitas às minas enquanto ferramentas que comprovam como o conhecimento e a cultura dos escravizados ficaram escritos na estrutura da cidade. No momento da pesquisa, estimava-se para janeiro de 2019 um primeiro teste da aplicação prática do projeto, com a recepção e guiamento de um grupo de estudantes (SILVA, D. A., ED/2018; SANTOS, ED/2018).

Além da Mina Du Veloso, outras unidades encontram-se também abertas à visitação, a exemplo da Mina de Santa Rita e da Mina de Chico Rei. Esta última, redescoberta em 1950, outrora denominada Encardideira, segundo a tradição oral, foi adquirida pelo lendário Chico Rei, que nela trabalhou como escravizado, antes de comprar sua carta de alforria, durante o ciclo do ouro no Brasil Colonial. A mina compõe o cenário do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, sendo o local onde as guardas de Congo e Moçambique, descendo as ladeiras dos bairros de Padre Faria e Santa Efigênia, adentram o espaço, saúdam o espírito de Chico Rei, encontram e reverenciam os reis congos que, a partir daí, se incorporam ao cortejo em louvor à Nossa Senhora, retornando aos locais de partida.

Em reforço à percepção da exclusão – ainda que se considere parcial – da herança negra, do território externo à “Vila Rica,” da imagem oficial e de roteiros turísticos comercializados em Ouro Preto, Jefferson dos Santos, da Mina de Santa Rita, relembra a importância do Padre Faria para o barroco mineiro. No bairro, localiza-se capela de idêntico nome, erguida possivelmente em princípios do século XVIII. Observa a existência, nesse mesmo bairro, de um chafariz com imagem da negra Maria Isabel, considerada a primeira obra de Aleijadinho, homem pardo, filho de uma escravizada, mestre de reconhecimento notório, cuja obra é de suma importância ao patrimônio barroco mineiro.

Existe um descuido com o acervo dessa área, tida como periférica. A imagem não dispõe de cúpula de proteção e a capela, suntuosamente decorada no seu interior, em contraste com a simplicidade da sua planta, composta de nave, capela-mor e sacristia, torre sineira isolada e cruzeiro monumental, não tem, ao menos, um hidrante para emergência em caso de incêndio. O esquecimento desta parte da história de Ouro Preto pode ser também visualizado nessa área ao se constatar a presença de edificações abandonadas, como uma casa datada de 1712, e um muro construído por escravizados, atualmente com cobertura de concreto (SANTOS, J., ED/2018).

O núcleo formado por Padre Faria e Santa Efigênia abriga duas casas da cultura. A da última localidade, a Casa da Cultura Negra de Ouro Preto, foi reinaugurada recentemente, após a conclusão das entrevistas aqui apresentadas, já tendo sediado exposições como a de Zedu Monte, Religiosidade e Fé, realizada pelos Amigos do Reinado e pelo Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, com apoio da UFOP, entre 09 e 21 de janeiro deste ano. Esta Casa, aberta em 2010 como Centro de Cultura Afro-brasileiro, resultou de projeto desenvolvido e apresentado pelo Fórum da Igualdade Racial de Ouro Preto, o FIROP, também responsável pela captação de recursos para a obra, contando com a parceria da Associação de Moradores do Alto da Cruz (AMAC) na solicitação à municipalidade do imóvel para o seu funcionamento, e da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) na desapropriação do mesmo.

Viabilizado apenas o primeiro módulo do projeto, a Casa da Cultura funcionou até 2012 como mezanino para exposições temporárias. Em 2013, com a mudança na gestão pública, o espaço passa a servir à Paróquia de Santa Efigênia, que o utilizava como escritório paroquial. Dois anos depois, com a criação da Diretoria da Promoção da Igualdade Racial, inicia o seu funcionamento como Casa da Cultura do Alto da Cruz. Este projeto, também apresentado pelo FIROP à Câmara Municipal, objetivava reunir, em um órgão público, a responsabilidade por tratar a temática do negro em Ouro Preto, município que já dispunha de um Conselho

de Promoção de Igualdade Racial. Além das exposições, a Casa passou a oferecer aulas de capoeira, hip hop, encontros da temática afro-brasileira, com o congado, moçambique, etc.

Desde 2016, os grupos que frequentam o espaço na Santa Efigênia decidiram transformá-lo em Casa da Cultura Negra de Ouro Preto. Esta proposição foi acatada pela Câmara de Vereadores e desencadeada a partir da assinatura, em 2017, de convênio para captação de recursos entre a Fundação Palmares e a PMOP, com vistas à sua ampliação, com a conclusão dos outros dois módulos previstos no projeto inicial. Anteriormente sob guarda do FIROP e da AMAC, estimava-se, quando da pesquisa, que a gestão desse espaço passasse a ser realizada pelas entidades constituídas, principalmente as do Alto da Cruz, acrescentando a estas duas a Amirei, juntamente com a PMOP (FILHO, T., ED/2018; VALADARES, ED/2018).

A segunda Casa de Cultura, de Padre Faria, conforme Maria José de Azevêdo, antiga gestora, após um funcionamento ativo, entre 2004 e 2012, encontra-se hoje com suas ações bastante restritas. A organização servia de suporte para o Grupo Pastorinhas, religioso, composto por cerca de 46 crianças, em geral negras, de baixa renda. Com atividades durante todo o intervalo entre os dias 29 de novembro e 02 de fevereiro, sendo este último comemorativo a Nossa Senhora da Luz, o Grupo Pastorinhas, que já participou de abertura de carnavais, apresentações natalinas, eventos no Sesc Belo Horizonte, gravações para redes de televisão, etc., contribuía para o afastamento desse público da marginalidade. Ofertava cursos de bordado, boneca de tricô, em suma, possibilitava novas fontes de renda e auxiliava no resgate da autoestima dos participantes, sendo também uma base para importante evento local, a Festa do Café com Broa (AZEVEDO, ED/2018). Em face das mudanças na gestão municipal, da definição de novas prioridades e do afastamento da coordenadora, forte liderança no bairro, as atividades na Casa da Cultura de Padre Faria perderam apoio e incentivo, tornaram-se dependentes da ação de voluntários interessados em ministrar cursos, como de inglês ou na ofer-

ta de professores pela municipalidade para aulas de ginástica e biodança (AZEVEDO, M. J. G., ED/2018; CAMPO, A. ED/2018).

Música, literatura e teatro

Nem as oscilações sofridas na sua economia, nem a perda do papel de Capital de Estado, nem a falta de incentivos públicos, de apoio financeiro e outros, retiraram a efervescência cultural de Ouro Preto, também visualizada em áreas como a música, literatura, artes teatrais e outras. Esta cidade, a exemplo, é o berço da Orquestra de Ouro Preto, criada no ano 2000, por Rufô Herrera e Ronaldo Toffolo, associados a um grupo de instrumentistas que formavam o grupo Trilos e o Quarteto Ouro Preto. Nascida como Orquestra Experimental da UFOP, a Orquestra de Ouro Preto é composta por cerca de 20 músicos, podendo ampliar este número com convidados, a depender do repertório a ser executado. Seu diretor Artístico e Regente Titular é o Maestro Rodrigo Toffolo; a orquestra conta com patrocínio empresarial, realiza em torno de 78 apresentações por ano, dedica especial atenção à cultura musical da América Latina e às pesquisas e difusão do repertório da Escola Mineira de Compositores do século XVII. Dentre os seus projetos, criou o Núcleo de Apoio às Bandas, estruturado há dois anos, e encontra-se em elaboração o “Orquestra Jovem” direcionado à formação de músicos (SILVA, F. S., ED/2018).

Além da Orquestra, no município de Ouro Preto, conforme Flaviano Silva (ED/2018), existem dez bandas, como a Corporação Musical Senhor Bom Jesus de Matosinhos, conhecida como Banda do Rosário. Em funcionamento há 86 anos, esta banda se apresenta em festas tradicionais como o Sete de Setembro, o Dia 21 de Abril, Aniversário da Cidade (Oito de Julho), festa de Santa Cecília, Carnaval, recebimento de autoridades. Conta com contribuições da comunidade para algumas apresentações e remunerações da municipalidade em grandes eventos, muitas vezes, abaixo dos valores pagos a grupos de estilos musicais de maior apelo midiático, como bandas de Pagode ou Pop Rock. Essa banda

da tradição cultural de Ouro Preto mantém uma escola para formação de músicos e para o seu funcionamento, recebeu doações de instrumentos musicais de apoiadores da cultura local, como o atual Secretário de Cultura do Estado, Ângelo Oswaldo (GOMES, ED/2018). Além da Banda do Rosário, na sede municipal, existe outra banda tradicional, a Sociedade Musical Senhor Bom Jesus das Flores, popularmente denominada Banda Alto da Cruz. Vivenciando realidade similar à Banda do Rosário, o seu maestro observa que, em Ouro Preto, as bandas como um todo estão enfrentando dificuldades financeiras, com falta de capital para realização de projetos (BATISTA, ED/2018).

A dificuldade de manutenção dos grupos tradicionais impulsionou, em 2010, o encerramento do Viola de Folia, iniciado em 1998. Batizado em homenagem à Folia de Reis, uma manifestação cultural típica de Ouro Preto, o grupo nasceu em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Com viola, voz, rabeca, sanfona, contrabaixo acústico, cantoria tradicional, trajes típicos e músicas próprias trouxe as Folias de Reis e o Congado para o palco. No início as apresentações reuniam apenas poucas pessoas e o número foi ampliado gradualmente até esgotar a capacidade do Teatro Municipal. Realizavam-se shows nos municípios da Estrada Real, Parati, Rio de Janeiro, São Paulo e o grupo tornou-se uma referência em Ouro Preto, sendo o único tradicional da cidade a apresentar-se em palco.

Com projeto aprovado por duas vezes na Lei de Incentivo Estadual, a iniciativa contava também com o apoio da empresa Novelis que contratava apresentações mensais. Com a crise e corte de verbas pela nova diretoria da mineradora de alumínio e sem apoio dos órgãos públicos, o grupo passa a sofrer dificuldades até o encerramento (GOMES, ED/2018). Sem o Viola, as músicas das Folias de Reis e do Congado perdem o palco, e, com isso, várias pessoas que poderiam conhecer e emocionar-se com esta tradição musical de Ouro Preto também perdem a oportunidade de fazê-lo através da cantoria deste grupo.

Uma opção para as bandas de maior acesso junto ao público jovem tem sido a realização de shows em bares, repúblicas, festas de casa-

mento, formaturas e outros, a exemplo dos realizados pelas bandas K@SAHARA e Rosa Norte, que buscam direcionar as suas ações para essa clientela (BENTO, ED/2018; VIANA, ED/2018). Já o Grupo Candonguêro, outro destaque local, diferenciando-se por um estilo contemporâneo, respaldado na tradicional cultura ouropretana, conseguiu atravessar por várias gerações. Como estratégia para a venda dos shows e participação em editais, seus componentes criaram, a início, uma cooperativa. Posteriormente, constituíram outro organismo jurídico, o Instituto Candonguêro, que, a princípio, objetivava resgatar o carnaval, o circuito do samba, dentre outras manifestações, abrigando o Candonguêro e também a Orquestra de Ouro Preto. Os shows do Candonguêro se tornaram uma referência na região dos Inconfidentes; seu líder, sentindo a necessidade de representação política do grupo aceitou o cargo de Secretário de Cultura do Município e atualmente compõe a Câmara de Vereadores. Entretanto, o grupo, que já chegou a ter 11, 10 componentes, conta hoje com apenas sete integrantes (SILVA, F. A. G., ED/2018).

Outra organização cultural de Ouro Preto que também enfrenta dificuldades é o Grêmio Literário Tristão de Ataíde. Fundado pelo Padre José Pedro Mendes Barros, em 1938, como espaço de juventude, de caráter livre, mas com forte ligação à Igreja Católica, passa a ocupar diversas sedes na cidade até a década de 1990 quando, contando com muita ajuda, sua sede foi construída, passando a funcionar na Casa Alceu Amoroso Lima. Em 1999, com o falecimento do Padre Mendes, o grêmio assume a função cultural, com o foco na literatura, teatro, saraus, jograis, etc., trabalhando nas linguagens artísticas como centro difusor e de informação. Já tendo recebido exposições de mais de 60 artistas locais, o Grêmio Literário não tem conseguido manter, na atualidade, um volume expressivo de ações (LEMOS, 2017; OLIVEIRA, N. G., ED/2018).

As organizações teatrais não vêm conseguindo, igualmente, passar ao largo da crise econômica nacional e local, da inexistência de prioridade e de uma política eficiente para o turismo cultural de Ouro Preto.

A Estandarte Cia de Teatro, a exemplo, realizava anualmente o Festival Para Gostar de Teatro, já não consegue efetuar-lo há três anos por falta de recursos. Seus sócios vêm buscando inovar na área, a exemplo de Marcelino Luciano Ramos, o Xibiu. Ele realiza apresentações como contador de “causos”, histórias, efetua oficinas, inclusive para o público universitário, além de recorrer a outras fontes de recursos para sua manutenção (RAMOS, ED/2018).

Como mecanismo de fortalecimento das artes teatrais, os artistas criaram a Rede de Teatro de Rua, parceria que os permitiu obter premiação da Funarte. Hoje, entretanto, a rede permanece, os laços entre os membros estão mantidos, mas encontra-se enfraquecida, dada a atual conjuntura para as artes no país. Em entrevista, Benedicto Camilo Filho, também sócio da Estandarte e ator, reconhece a importância dos recursos disponibilizados pelos editais mineiros para a área da cultura, porém, critica o mecanismo de acesso aos recursos da Lei de Incentivo do Estado de Minas. Na sua visão, este possibilita a grandes empresários captadores, frequentemente externos à cidade, conseguirem, mais facilmente, viabilizar os seus projetos, utilizarem o espaço de Ouro Preto para sediar seus eventos, embora sem conexão com os grupos culturais da localidade (G. FILHO, B. C., ED/2018).

Manifestações culturais

No cenário das manifestações populares, o carnaval é um evento de grande expressividade em Ouro Preto, momento aglutinador de um número significativo de residentes e visitantes na cidade. São seis dias de desfiles de agremiações carnavalescas, com blocos caricatos, escolas de samba, carnaval infantil e uma programação diversificada. No denominado carnaval tradicional, nas ruas da cidade, pode-se destacar a atuação das Escolas de Samba, entidades tradicionais com significativa atratividade junto à população ouropretana. Conforme João Bosco Neves (ED/2018), presidente da Liga das Escolas de Samba de Ouro Preto (LESOP), quando as escolas desfilam, a Praça Tiradentes fica

repleta e, embora não tenha realizado pesquisa, estima que, durante o espetáculo desses grupos, cerca de 80% da assistência é formada por residentes na cidade.

A LESOP foi criada em 1982 com os objetivos de recuperar e manter a cultura do carnaval ouropretano, realizar, ao longo do ano, cursos, ministrar palestras, oficinas e travar parcerias, inclusive com a municipalidade, patrocinadora das Escolas no carnaval. Os efeitos desse trabalho podem ser sentidos, a exemplo, no aumento do número de Escolas de Samba de Ouro Preto. Eram quatro e, após a ação da LESOP passaram a nove. Apesar das dificuldades financeiras vivenciadas pelas Escolas – embora tenham apoio de diversas entidades, a exemplo do Movimento Negro –, contam, quase exclusivamente, com os recursos da PMOP para o seu espetáculo. As empresas financiadoras do evento momesco, em grande parte relacionada ao segmento de bebidas, patrocinam, em geral, os blocos universitários, dado o elevado consumo dos seus produtos pelo público jovem (NEVES, J. B., ED/2018).

Conforme o Secretário de Turismo, Indústria e Comércio, Felipe Guerra, o carnaval de Ouro Preto é pago, quase integralmente, por recursos oriundos de verba de patrocínio de uma cervejaria que apoia a festa desde 2011. O apoio da empresa de bebidas ajuda a viabilizar a infraestrutura com banheiros, palcos e treinamento de ambulantes (GUERRA, ED/2018). Para a gestão do evento, foi criada há cerca de dois anos, uma comissão, eleita através de participação em edital, publicado pelo Conselho de Turismo, que contempla representantes de entidades, dos blocos tradicionais e dos blocos estudantis e define diretrizes para a estrutura do carnaval.

Além das Escolas de Samba, no conjunto das entidades carnavalescas tradicionais, destaca-se o Clube Carnavalesco Zé Pereira dos Lacaiois. Sua fundação ocorreu, provavelmente, em 1867, sendo realizada por funcionários do Palácio dos Governadores, apelidados “Lacaiois”, em menção aos “puxa-saco” e “cartolas”, pelo grupo de frequentadores do clube carnavalesco de maior representação na cidade à época, o

“Machadinhos”. Segundo antigas crônicas, a rivalidade entre os dois grupos é um marco na história do carnaval da cidade, dando graça e alma ao evento. Hoje já não mais existe o antigo rival e o Clube dos Lacaio permanece no Carnaval de Ouro Preto através do Zé Pereira, um bloco carnavalesco que homenageia o responsável pela introdução dessa tradição portuguesa no Brasil.

A história do Zé Pereira, não sendo um consenso entre os estudiosos do período carnavalesco de Ouro Preto e do Brasil, apresenta outras versões. Um dos relatos trata da mudança do português José Nogueira Paredes para a cidade mineira, haja vista sua antiga residência no Rio de Janeiro, na época do Império, e sua atuação nos desfiles na terra de Minas Gerais, com instrumentos de percussão, caixa, bumbo, gaitas-de-foles, etc. Essa prática era característica das festas e romarias do Norte de Portugal e assim, ele vem trabalhar no Palácio do Governo, trazendo consigo o festejo tradicional. Há também aqueles estudiosos reconhecedores da influência lusitana, porém, argumentam que, no século XIX, qualquer agitação carnavalesca acompanhada de zabumbas e tambores era denominada Zé Pereira. Eles discordam da sua vinculação ao português José Nogueira (SANTOS, D. A., ED/2018; ARAÚJO, 2003; CUNHA, 2002; EDMUNDO, 1987; FERREIRA, 2005; MORAES, 1987).

O clube carnavalesco centenário enfrentou graves dificuldades, como o período de 1920 a 1937, quando a economia de Ouro Preto entra em declínio. Entretanto, a partir da criação do Centro Folclórico da cidade, pela Lei Municipal N.º 308, de 8 de maio de 1969, ao qual se mantém vinculado, passa a ser considerado núcleo central deste órgão, com sede própria, no bairro de Santa Efigênia. Ao longo do tempo, o Zé Pereira preserva suas características originais, desfila com bonecos tradicionais, Catitões, de grande porte, Carias, os pequenos diabos que com lanças tiram faíscas das calçadas, além da boneca baiana. Junto a estes, desfilam também personalidades históricas, como Sinhá Olímpia e Tiradentes (SANTOS, D. A., ED/2018).

Ainda dentre os blocos tradicionais da cidade de Ouro Preto consta o Balanço da Cobra e Sanatório Geral, do bairro Pilar; da Bandalheira e Vermelho e Branco, do Rosário; dos Chifrudos, do Taquaral; da Barra, de bairro com idêntico nome; Jesus é Bom a Beça e Liga Pra Rádio, do Antônio Dias; Candonguêro, da Rua São Francisco, dentre outros, como Adro Dum, Mo Fio, Expressão Soud, Gatas e Gatões, Os Conspirados, Os Fanáticos, Os Possuídos, Total Flex, Zero 20, etc.

As repúblicas, moradias de estudantes universitários, públicas ou privadas, também participam do evento com blocos carnavalescos próprios, que desfilam nas ruas da cidade, sendo alguns já tradicionais, como o Bloco do Caixão, da república Necrotério, Pirata, da república Nau sem Rumo, do Mesclado, da república Saudade da Mamãe e outros. Durante o período momesco, algumas repúblicas promovem um carnaval privado, em espaços fechados, ofertam pacotes pagos que incluem hospedagem, café da manhã, almoço, abadás de camarote, *open bar*, *open food*, com bandas contratadas, algumas dentre essas de expressão nacional.

A realização deste evento, atrai um número significativo de visitantes para a cidade, público, em geral, jovem, requer um intenso planejamento por parte das repúblicas que realizam uma ampla organização, com algumas unidades ocupando a função de gestoras e promotoras, responsáveis pelo evento, e outras de “casa de apoio”, hospedando visitantes. O lucro desta atividade patrocinada por empresas privadas chega a ser extremamente expressivo para algumas moradias estudantis, viabiliza gastos com reforma e manutenção dos imóveis ao longo do ano, e, em alguns casos, inclusive, possibilita remunerações significativas para o grupo gestor (BADARÓ, ED/2018; GONÇALVES, ED/2018).

Conforme pesquisa coordenada pela STIC, no carnaval de 2017, os visitantes que participaram do evento foram oriundos, em grande parte, do próprio estado de Minas Gerais (49,8%), seguido do Rio de Janeiro (17%) e São Paulo (16,4%). A média de idade dos visitantes esteve em torno dos 33 anos, enquanto a dos residentes, público também pesquisado, em 38 anos. Em termos de grau de instrução, 44,2% dos visitantes

possuíam curso superior completo; dentre os residentes, 26,9% concluíram o curso médio, e, em idêntico percentual, completaram a graduação universitária.

Participando, em média, três dias no evento, os visitantes se hospedaram em hotéis/pousadas (36,9%), Repúblicas (31%) e outros. Cerca de 52% pretendiam visitar algum atrativo durante o evento, em geral, igrejas (43,4%), museus (29,6%), cachoeiras (5,7%), centro histórico (4,7%) e outros. Dentre os visitantes, 64,2% participaram do evento pela primeira vez, enquanto 93,2% dos moradores já haviam tido esta experiência. Para 25,2% dos visitantes e 37,2% dos residentes esta edição do carnaval piorou em relação às anteriores. Na visão dos moradores na cidade, por estar mais vazia (27%), em função da crise econômica (22%), por ter poucas atrações (11%), etc. Para o público procedente de outras localidades, por estar mais vazio (32%), em função da chuva (11%), devido à organização (7%).(Ouro Preto, PMOP/STIC, 2017).

Outro evento amplamente significativo na atração de visitantes é o Festival de Inverno de Ouro Preto. Suas atividades iniciaram-se em 1967, conta com 51 anos de existência, mas encontra-se na sua 49ª edição porque não foi realizado em duas oportunidades. Já foi organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela PMOP e hoje está a cargo da UFOP e da Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto (FEOP), responsável pela movimentação financeira. Ocorre nos três campi da UFOP (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade).

Um grande desafio do festival, o primeiro de inverno no Brasil, vem sendo a captação de recursos para sua realização. Com a crise econômica, seus organizadores que conseguiam captar, entre 2006 e 2014, via leis de incentivo e através de empresas mineradoras, como Vale e Samarco, e das estatais Companhia Energética de Minas Gerais S.A (Cemig) e Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), um montante de 2 a 4 milhões de reais, desde 2017 não estão conseguindo fazer captação pela Lei Rouanet e pela Lei Estadual de Cultura. Evento cultural de larga importância, com curadoria de música

e artes cênicas e de artes visuais pela FAOP, curadoria de patrimônio do escritório do Iphan de Ouro Preto, curadoria infanto-juvenil e de tradições populares, em articulação com a comunidade, já serviu de palco para grupos hoje com reconhecimento nacional e internacional, como o Corpo ou Galpão. Dada a conjuntura adversa, precisou reduzir suas atividades, entretanto, em 2017, houve uma retomada, com uma extensa programação (KNUPP, ED/2018).

Para viabilizar o evento, a UFOP tem investido recursos próprios repassados pelo Ministério da Educação, que contemplam essa finalidade, e seus gestores estão recorrendo a novos mecanismos, como a possibilidade da curadoria submeter propostas, indicando programações, via edital; a inclusão na programação de projetos de produtores em andamento, alguns inclusive já financiados; articulação com o Conselho Municipal de Políticas Culturais; oferta de espaços pagos, como o Bar do Festival, explorado pela FEOP, com venda de bebidas e alimentação e programação específica, nos quais são cobrados valores simbólicos; realização de festival das artes dentro do evento e outros. Em 2018, em decorrência do Festival de Inverno, a taxa de ocupação hoteleira da cidade de Ouro Preto cresceu mais de 80% no período, além do movimento dos grupos e artistas locais (KNUPP, ED/2018).

Assim como o Festival de Inverno, Ouro Preto sedia uma quantidade expressiva de eventos, sendo cerca de 465 os apoiados pela Prefeitura Municipal anualmente, conforme informações do Secretário Felipe Guerra (ED/2018). Algumas dessas atividades são na área de esportes – segmento que vem adquirindo força na cidade –, sobretudo no tocante ao ciclismo. Como registra o ouropretano Kilder de Melo Silva, campeão brasileiro de *mountain bike* por quatro vezes e vice-campeão Pan Americano na mesma modalidade, 2018 foi o melhor ano para o esporte em Ouro Preto. Itabirito e Mariana também passaram a ser referência para essa modalidade esportiva. Apesar de não contar com apoio direto dos órgãos públicos enquanto atleta competidor, função que desempenha há 20 anos, relata que grandes empresas do segmento, sediadas em áreas

externas a Ouro Preto, realizam eventos localmente com o patrocínio da Prefeitura que, em contrapartida, viabiliza a participação gratuita dos esportistas da cidade nestes certames, contribuindo, assim, para o fomento desta prática (SILVA, K. M., ED/2018).

Primeiro atleta na modalidade de expressão em âmbito nacional, Kilder registra a curva crescente do ciclismo em Ouro Preto, visualizada, inclusive, no crescimento do número de lojas de esporte. Foi o pioneiro na implantação desse tipo de negócio na cidade e hoje já existem quatro unidades e diversos atletas e alguns deles recebem patrocínio de grandes empresas do segmento. Atribui a elevada atratividade de Ouro Preto nesta modalidade esportiva ao relevo da cidade, à diversidade natural e à proximidade de trilhas, mas relata que a Estrada Real, com ampla potencialidade para os mais variados esportes, é um produto mal gerenciado, com pouca infraestrutura (SILVA, K. M., ED/2018).

Outra prática que também promove diversos eventos em Ouro Preto é a Roda de Capoeira, símbolo de resistência, como mencionado, utilizada como defesa, tanto por escravos, quanto por libertos, considerada subversiva até a década de 1930 quando Mestre Bimba a apresenta ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, que a declara esporte nacional. A atividade está presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 160 países, com variações regionais e locais, criadas a partir de suas “modalidades” mais conhecidas, as denominadas “capoeira angola” e “capoeira regional” (BRASIL, IPHAN, n.d).

Em Ouro Preto, conforme o entrevistado Thiago Reis, contra-mestre da Associação Desportiva e Cultural Ouro Preto Capoeira Angola, existem três grupos: o da Associação, o Grupo Kalungué e o Grupo Cativeiro. A prática é também desenvolvida no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG de Ouro Preto), através do Projeto Capoeira na Escola, sob a responsabilidade da professora Laura Rocha. Além de proporcionar o acesso dos alunos do Instituto à prática, o Capoeira na Escola também objetiva realizar levantamento das organizações de capoeira em Ouro Preto e ofertar oficinas desta forma de expressão cultural em escolas públicas (REIS, ED/2018; ROCHA, ED/2018).

Ouro Preto sedia anualmente alguns eventos de Capoeira, e até agosto de 2018, haviam sido realizados três. Mas, os grupos que participam desta forma de expressão cultural enfrentam muitas dificuldades, de acesso a recursos, de condições para elaboração de projetos e outras. Para realização dos eventos, a exemplo, contaram com o apoio dos integrantes e de pequenas empresas locais, em itens como cessão de espaço, instrumentos, uniformes para crianças e outros. Como avalia Thiago, com a transformação do seu grupo em associação, transição em processo, espera-se um maior acesso aos editais públicos e, assim, um maior suporte para as ações (REIS, ED/2018).

Atividades culturais e de lazer, como a capoeira, estão sendo também realizadas por coletivos e associações, como AREDE, Associação de Cultura de Rua. A iniciativa vem promovendo diversos certames com forte cunho social, direcionados à inclusão de um público, em geral, marginalizado na dinâmica da sociedade capitalista. Com o objetivo de preparar e capacitar adolescentes e jovens nos setores de cultura, turismo e desenvolvimento social, AREDE articula-se com programas, como o Travessia, promove um conjunto de ações, algumas voltadas à formação profissional e outras ao fortalecimento da cultura das denominadas “periferias”, como aulas e apresentações de hip-hop (R.FILHO, T., ED/2018).

Com propósito semelhante à AREDE, no tocante aos objetivos sociais, a Organização Cultural Ambiental – OCA, entidade sem fins lucrativos, desenvolve o projeto Circo da Gente, atua nas áreas política e educacional voltadas à prevenção, ao fortalecimento de vínculos, à defesa da cidadania e à garantia de direitos. O programa da OCA é fruto de proposta de educação patrimonial da Vale do Rio Doce, iniciado em 2006, encerrado e reiniciado em 2009, já no formato de Circo Social. Dentre seus parceiros destaca-se a UFOP, responsável pela administração do imóvel onde está localizado o escritório da organização, do vagão sonoro e da lona de circo, através do programa Circula Trilho.

Em 2018, a OCA recebeu do Ministério da Cultura o título de ponto de cultura, condição que, segundo Atilana Fernandes, diretora,

poderá viabilizar maior participação em editais e qualificação do currículo da organização. Embora não seja seu objetivo central, a OCA promove eventos resultantes de trabalhos dos alunos, como o Bagagem de Circo (FERNANDES, ED/2018). Exatamente pela sua função social, esse projeto, mesmo desvinculado de cunho turístico, é de extrema importância para cidades históricas que objetivam o desenvolvimento desta atividade. As condições sociais de uma cidade são atributos centrais para a atração de visitantes. Não se pode pensar em desenvolvimento local se grande parte da população de uma dada localidade estiver relegada à exclusão e à marginalidade. As atividades culturais e lúdicas, por seu turno, além de contribuírem para o resgate da autoestima, fortalecem laços, preenchem a vida, criam novas esperanças e perspectivas.

Artesanato, artes plásticas e outros

O artesanato de Ouro Preto, importante fonte de renda para algumas famílias, destaca-se, dentre outras produções, pelos bordados, em geral, realizados por senhoras: as bordadeiras. A atividade conta com espaço fixo para comercialização dos seus produtos, a Casa de Gonzaga, onde está localizada a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio que, aos finais de semana, abre suas portas para exposições e vendas. Algumas dessas mulheres vêm buscando apoio em organizações como a FAOP e Sebrae para a realização de cursos, como de captação de verbas e empreendedorismo, visando ao aperfeiçoamento, à diferenciação e à comercialização da sua produção. Com esse intuito, Dona Maria José, artesã há cerca de 20 anos, criou um estilo próprio, bordando versos de poetas locais, frases, casarios, igrejas, santos, etc., em colchas, almofadas, panos de prato e outros, constituindo uma pequena organização que funciona na sua própria residência: Colcha de Versos.

Com o apoio da sua filha Kátia, especialista em história da arte, Dona Maria vem realizando exposições em congressos, pousadas, decorou hotel com as colchas, participou, em 2009, de Edital Público do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

(IEPHA), de duas mostras individuais e coletivas na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG – Ouro Preto). Através do Programa Mais Artesanato da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria de Cultura do Estado e Federação de Arte Mineira, conseguiu obter a Carteira Nacional do Artesanato. O documento permite acesso a empréstimo bancário, a descontos em grandes feiras de artesanato no país, a compra de material. Seus clientes principais são turistas em visita a Ouro Preto, de elevado nível de formação escolar que, conforme relata, constituem um público diferenciado, que conhece os poetas cujos versos borda. Seu trabalho é também divulgado e comercializado através das redes sociais, já tendo sido pauta para matéria da TV Minas. Ela reconhece que está começando a haver uma interação entre os atuantes na cultura em Ouro Preto, mas afirma a necessidade de sua intensificação (MOREIRA, M. J. M., ED/2018).

Para os artesãos que assumem custos de manutenção das unidades comerciais, a situação tende a apresentar maior dificuldade. Jacira Amorim, da Casa da Chita, a exemplo, revela que, há cinco anos, quando iniciou suas atividades comerciais, impulsionada pela grande procura dos bordados de chita na sua residência, trabalhava com um grupo expressivo de bordadeiras; hoje mantém parceria com apenas três senhoras. Com custos fixos elevados, necessita também remunerar guias de turismo para levarem os visitantes até o seu ponto comercial (AMORIM, ED/2018).

O maior centro de venda de artesanato em Ouro Preto localiza-se na Feira de Expositores do Lago de Coimbra, a conhecida Feira de Pedra Sabão do Largo de São Francisco. A resistência de alguns empresários locais, representantes políticos e outros que consideram-na inadequada para essa área, de elevado valor histórico, conduziu a Prefeitura Municipal a realizar projeto de remoção da feira para o Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto, no Paço da Misericórdia. Avaliando o espaço destinado como inadequado à exposição e à comercialização dos seus produtos, os artesãos que atuam na feira se organizaram e conseguiram 13 mil assinaturas para solicitar o seu registro como patrimônio imaterial de Ouro Preto. Até o

momento da conclusão das entrevistas, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (COMPATRI) não havia acatado o pedido oficialmente (UGALDI, ED/2018).

Repleta de artistas, pintores, escultores, fotógrafos e outros, de reconhecimento local, nacional e até internacional, Ouro Preto conta com diversas galerias de arte e iniciativas artísticas. Cabe ressaltar as dos artistas plásticos Carlos Bracher, Paulo Valadares, Milton Passos e Zuzu Trindade. Valadares, a exemplo, atua nas artes plásticas há 57 anos. Ele vende seus quadros a brasileiros e estrangeiros, interessados em obras de arte, realiza exposições na cidade, em museus como Casa dos Contos, Casa dos Inconfidentes e em diversas outras localidades (VALADARES, P. R., ED/2018). Com apenas quatro anos de galeria, Zuzu Trindade vem agregando um novo estilo, retratando a espiritualidade de Ouro Preto nas suas obras. Observa o grande potencial local para as artes e o turismo, mas aponta deficiências, como a ausência de associações que contemplem os artistas plásticos e a falta de compreensão por parte dos gestores públicos. Ele enfatiza a necessidade de articulação e fomento à ampla cadeia produtiva da atividade turística e cultural (TRINDADE, ED/2018).

Na fotografia, um importante destaque é Eduardo Tropaia, proprietário e gestor da Casa de Alfonso Atelier Fotográfico que leva o nome do poeta nascido nas suas dependências no final do século XVIII. Comercializando sua obra, sobretudo, para profissionais liberais da localidade e turistas, afirma que, em 50 anos, não conseguiu ver melhorias em aspectos da cidade de Ouro Preto relativas à preservação, cultura e turismo. Já participou durante 15 anos de conselhos locais, mas observa a descontinuidade das suas ações (TROPÍIA, E. A. M., ED/2018).

No audiovisual, a necessidade de um espaço de experimentação para realizar projetos e oficinas conduziu à criação da Macaca Filmes, em 2012. A organização objetiva registrar e desenvolver projetos culturais e mercadológicos. Inicia-se como um coletivo e, posteriormente, configura-se em um formato privado. A Macaca realiza documentários, participa de oficinas de audiovisual e também faz cobertura de eventos e outras

atividades. Segundo Eduardo Moreira (ED/2018), um dos seus fundadores, em Ouro Preto, quando a economia encontrava-se aquecida, os organismos públicos contratavam muitos grupos artísticos externos. Com a escassez de recursos, a demanda pelos locais foi ampliada. Ele registra a curta duração das organizações e atividades culturais da cidade, inclusive, no tocante às iniciativas dos coletivos, como um traço peculiar local e ressalta a importância dos projetos de extensão da UFOP no cenário.

Além do retorno à comunidade através dos projetos de extensão, atividade desafiante que requer, dentre outras ações, a dedicação de docentes para com este segmento universitário e a mobilização e compromisso do corpo discente, na área do audiovisual, a UFOP mantém, em parceria com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto (FEOP), o projeto educativo TV UFOP. Tendo a FEOP como concessionária e a UFOP como responsável pela verba de manutenção e contratação de pessoal, a TV UFOP, com sede em Ouro Preto, trabalha com pautas sugeridas pela instituição mantenedora ou procedentes da comunidade, desde que de interesse jornalístico. Captam-se recursos das Leis de Incentivo Estaduais e Federais, sendo a TV um transmissor do Canal Futura. Compreendendo a TV como um recurso importante voltado às comunidades de Ouro Preto e Mariana, divulgando projetos, ações, com conteúdos sobre a cultura da região e outros, Adriana Moreira, produtora entrevistada, reconhece a captação de recursos como um desafio expressivo da TV UFOP. Ela observa que, em Ouro Preto, o Poder Público necessita aglutinar os empresários em torno da profissionalização do turismo cultural, incluindo o comércio e os serviços públicos (MOREIRA, A., ED/2018).

Mais atrativos naturais

O município de Ouro Preto apresenta diversos atrativos naturais, como o Rio das Velhas, o Morro do Cachorro, a Serra de Itatiaia, o Parque Estadual do Itacolomi, o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas, o Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada

e o Parque Horto dos Contos. Propriamente na área urbana, encontra-se o Parque do Horto e o da Cachoeira das Andorinhas, nascente do Rio das Velhas, com 801 km de extensão, sendo o maior afluente do Rio São Francisco.

Como informa o Secretário de Turismo, Indústria e Comércio, o Parque das Andorinhas já conta com Plano de Manejo e Portal das Andorinhas, contratados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, via subcomitê Nascentes, e financiado com recursos advindos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. A execução deste Plano representará a garantia de proteção e preservação desta região, estratégica não apenas para o município de Ouro Preto, mas para toda a bacia hidrográfica do rio das Velhas, por abrigar suas principais nascentes (GUERRA, ED/2018).

Embora não propriamente na área urbana, o Parque do Itacolomi, com aproximadamente 7.500 hectares de montanhas e vales, acesso pago por não moradores de Ouro Preto e Mariana, é uma referência para visitantes da cidade em busca de atrativos naturais. De grande importância histórica e arqueológica, o sítio arqueológico do Morro das Queimadas, localizado na Serra de Ouro Preto, abriga vestígios de residências e serviços de mineração dos séculos XVIII e XIX e foi palco da Sedição de 1720, conhecida como Revolta de Felipe dos Santos. O Horto dos Contos encontra-se desativado e o Parque do Morro da Queimada em estado de abandono (ROCHA, ED/2018). Entretanto, como afirma o Secretário Felipe Guerra, a PMOP já captou os recursos necessários à abertura do Horto (GUERRA, ED/2018).

Organizações locais

Antiga capital do Estado de Minas Gerais, Cidade Patrimônio da Humanidade, Ouro Preto dispõe de um expressivo aparato institucional, não necessariamente constituído com vistas ao desenvolvimento do turismo cultural, mas que fornece suporte a este segmento. São secretarias

municipais, conselhos, fórum, institutos, universidade, agências de fomentos, associações e outros organismos cujas ações (e inações) interfiram na dinâmica do turismo local.

STIC e COMTUR

Na estrutura da municipalidade, o turismo cultural de Ouro Preto conta com o suporte da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC) e da Secretaria da Cultura e Patrimônio (SMCP). De acordo com o Secretário de Turismo, Felipe Guerra, Ouro Preto é uma cidade de elevado potencial para o turismo, e, embora a mineração ainda lidere a economia do município, cuja maioria da população (cerca de 80%) recebe até três salários mínimos, esta atividade já é a responsável central pelos empregos gerados na sede. Entretanto, como afirma, “o turismo em Ouro Preto é visto como lazer pela comunidade e não como atividade econômica; o ouropretano necessita se apropriar da atividade turística como fonte de desenvolvimento econômico e social, empreender, capacitar” (GUERRA, ED/2018).

Ainda conforme o Secretário Guerra, a Prefeitura está trabalhando para Ouro Preto ser uma cidade mais turística. Na atualidade, para que os destinos turísticos possam captar recursos do Ministério do Turismo, faz-se necessário estar em conformidade com as políticas federais e estaduais, integrar um circuito turístico, possuir um Plano Municipal de Turismo, uma Lei que regularize a atividade e um Fundo Municipal. Essas são condições cruciais e, de certa forma, impulsionadoras para diversos municípios turísticos brasileiros se organizarem na constituição, manutenção dos conselhos, participação de circuitos, confecção de planos e instituição de lei e fundo de turismo.

Ouro Preto faz parte do Circuito do Ouro, região turística composta por 15 municípios, com afinidades culturais, históricas e naturais, com grande proximidade geográfica, organizados em quatro roteiros: Entre Serras da Piedade ao Caraça – Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara e Catas Altas; Entre Cenários da História – Congonhas, Ouro Bran-

co, Ouro Preto e Mariana; Entre Trilhas, Sabores e Aromas – Rio Acima, Itabirito, Nova Lima, Sabará e Raposos; Entre Ruralidades e Personalidades – Itabira e Nova Era. Além de um requisito federal, o Circuito do Ouro viabiliza ações de fomento ao turismo na região, a exemplo da instalação de placas de sinalização com o objetivo de orientar os turistas nos roteiros propostos. Como resultado de parceria entre a Associação do Circuito do Ouro (ACO) e a empresa de cartões ELO, instalar-se-ão 170 placas em todos os municípios do Circuito, sendo nove em Ouro Preto, conforme três modalidades: de Transição de Roteiro, isto é, indica-se o caminho que leva a outro roteiro do Circuito do Ouro; de Mapa, que sinaliza o roteiro de visita e rotas que podem ser exploradas; e de Locais Estratégicos, com informações dos atrativos em proximidade da região do circuito turístico (GUERRA, ED/2018).

Concernente ao conselho, desde 1972, Ouro Preto conta com um Conselho de Turismo (COMTUR), sendo que a Lei em vigor é de 2011. Conforme Jorge Adilho Penna, presidente do COMTUR, este órgão colegiado, integrante do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria de Turismo, de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, possui atuação consultiva, a exemplo do seu papel na organização do carnaval, e deliberativa em algumas situações, como na administração do Fundo de Turismo (FUNTUR). Embora disponha de um comitê gestor próprio, o fundo, que movimenta a verba do ICMS turístico distribuído pelo Estado, está vinculado ao Conselho. Anteriormente à captação de recursos do ICMS, fato ocorrido pela primeira vez em 2017, o fundo era financiado com doações e dotações orçamentárias do município. Como reforço financeiro à atividade, desde a gestão passada vem sendo cogitada a criação de uma taxa de serviços a ser paga pelo hóspede. A Câmara consultou o Conselho de Turismo e houve concordância, caso a totalidade do recurso fosse direcionada ao Fundo, mas não se afirmou acordo nesse sentido (PENNA, ED/2018).

Como informa Adilho Penna (ED/2018), a atuação do Conselho depende de quem estiver à frente da pasta da Secretaria de Turismo;

caso não haja vontade política para a gestão democrática o Conselho não funciona; depende também dos representantes, visto que alguns não são assíduos nas reuniões do organismo. Quanto à elaboração do Plano Municipal de Turismo, uma das competências do COMTUR, conforme a Lei N.º 659, de 20 de junho de 2011, já é hoje uma realidade, já foi transformada em Lei.

Em artigo analítico do desenho institucional do COMTUR, Fabiana Nonato argumenta que, embora caracterizado por uma gestão paritária, o conselho é diretamente influenciado pela Secretaria, na medida em que esta é a responsável pelo suporte necessário ao exercício das suas funções, havendo uma concentração de poder no setor governamental. Registra a inexistência de consulta pública em relação à indicação dos conselheiros, a qual é realizada pelas entidades que o compõem, e posteriormente estes são nomeados pelo Poder Público Municipal, via decreto. As reuniões são pouco participativas, observando-se baixo empoderamento e mobilização, com uma média de duas deliberações por ano. Apesar dessas constatações, Nonato indica que o COMTUR pode ser considerado um importante espaço de poder e decisão, constituindo-se em uma ponte entre governo e sociedade (NONATO, 2017).

SMCP e Conselhos de Cultura

Entidade governamental com um amplo leque de atribuições que compreende desde fomento e apoio ao patrimônio imaterial, educação patrimonial, planejamento da cidade, arquitetura, urbanismo, restauro, e outros, a Secretaria Municipal da Cultura e Patrimônio tem como objetivo central, conforme o seu gestor, Secretário Zaqueu Astoni Moreira, fomentar, proteger, resgatar, preservar e valorizar a cultura e o patrimônio de Ouro Preto. Tendo como público-alvo os cidadãos e turistas visitantes da cidade, a Secretaria organiza ações como o Fórum de Governança Social, voltado para todo sistema da gestão pública; promove curso junto ao BNDES de fomento às atividades empresariais na cidade; participa de fóruns de qualificação junto ao Conselho Municipal de Política Cultural;

realiza fóruns territoriais de cultura, encontrando-se em elaboração, quando da entrevista, o plano municipal de cultura. (MOREIRA, ED/2018).

Na estrutura da SMCP, a Diretoria de Promoção Cultural, Patrimônio Imaterial e Igualdade Racial aglutina um conjunto de organismos de fomento à cultura e equipamentos culturais, a exemplo da Casa do Folclore, responsável pela preservação e manutenção do patrimônio cultural, registro do patrimônio imaterial, inventários e projetos; o Arquivo Municipal, espaço de memória, responsável pelo fornecimento de informação, inclusive para garantia de direitos sociais; o Teatro Municipal Casa da Ópera; o Museu Casa dos Inconfidentes e a Casa da Cultura Negra de Ouro Preto (NORONHA, ED/201; OLIVEIRA, H. A., ED/2018).

No trabalho de preservação e fiscalização do patrimônio a SMCP conta com a ação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, (COMPATRI) e do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). O COMPATRI foi instituído em 29/11/2002, pela Lei Orgânica do Município, com atribuições relativas à preservação do patrimônio cultural material e imaterial, assim como do patrimônio natural de Ouro Preto. O CMPC, cuja lei vigente é de 2012, tem por objetivo fiscalizar a política municipal de cultura e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FunCult. Conforme informação da Casa dos Conselhos, em finais de 2018, o CMPC encontrava-se em processo de recomposição (Ouro Preto, 2018). Segundo um conselheiro local, os conselhos municipais, seja na área da Cultura, seja na área do Turismo, ainda são pouco os ouvidos como principal ambiente de representação das atividades centrais. São elos de ligação que, por si só, não são suficientes para a articulação com a sociedade (KNUPP, ED/2018).

A existência de conselho de patrimônio é um pré-requisito para que o município tenha acesso ao ICMS Cultural em Minas Gerais (NORONHA, ED/2018). Este foi o primeiro Estado brasileiro a adotar uma lei estadual que estabelece políticas de proteção aos bens culturais locais, utilizando recursos do ICMS. Estimado através de uma pontuação que leva em conta a preservação e o cuidado com o patrimônio cultural, o va-

lor do repasse considera também a ocorrência de tombamentos federais e estaduais dos bens culturais nas categorias núcleos históricos, conjuntos paisagísticos, bens imóveis e bens móveis (COUTO, 2017).

Conforme informações veiculadas em meados de junho 2018, Ouro Preto atingiu, no ano passado, o primeiro lugar no ranking do ICMS Cultural, até a primeira revisão. Esta política atua como incentivo ao trabalho em prol da proteção dos bens culturais de natureza material e imaterial, possibilita, inclusive, novos investimentos. Entretanto, como mencionado, a Prefeitura de Ouro Preto declarou estado de calamidade financeira do município, em finais de 2018, devido à falta de repasse do ICMS pelo governo estadual (Ouro Preto, Ponto Final On Line, 2018), o que tende a dificultar as ações de incentivo e proteção do patrimônio cultural.

UFOP

A UFOP foi criada em finais da década de 1960, em um contexto de reforma universitária promovida pelo regime militar, que determinou a aglutinação dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no Brasil, em universidades ou federação de escolas. Em Ouro Preto, a partir do Decreto-Lei N.º 778, de 21/08/1969, as centenárias Escola de Farmácia e Escola de Minas deram origem à UFOP. Em 1979, deu-se início à ampliação da Universidade, com a incorporação dos cursos de formação de professores ministrados pela Universidade Católica de Minas Gerais em Mariana, cidade vizinha (SANTOS, A., 2015, p. 7-8).

Hoje são em torno de 44 cursos, 14 mil discentes de graduação e pós-graduação, 850 técnicos administrativos e mil docentes, distribuídos nos municípios de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, com maior concentração no campus Morro do Cruzeiro, na sede de Ouro Preto. Ainda na sede encontra-se também o campus Centro Histórico, composto por unidades administrativas, como Reitoria, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, museus, biblioteca de obras raras, centro de convenções, laboratórios e outros (SANTOS, A., 2015, p. 8-9).

A UFOP realiza um conjunto de projetos e atividades de extensão, além de possuir diversos equipamentos de lazer cultural e ofertar curso específico na área de turismo, que a aproxima da realidade do turismo cultural de Ouro Preto, além de outros correlatos, como de Museologia. Entretanto, como relata Marcos Knupp, Pró-reitor de Extensão da UFOP, as:

organizações, sobretudo do turismo, desarticuladas, esperam muitas vezes que as atividades e eventos sejam realizados por outros agentes. A Universidade tem muito a oferecer, mas necessita da atuação e envolvimento do corpo docente e discente para que as ações se efetivem, saiam da universidade e alcancem a sociedade (KNUPP, ED/2018).

Já o gestor e produtor cultural da Proex, Hugo Guarilha, registra a sua percepção de que ainda há pouca inserção da UFOP nas comunidades locais. Ele enfatiza o predomínio da visão sobre a extensão acadêmica como “aquela que leva o conhecimento às comunidades e não como a que cria espaços de diálogo, havendo uma necessidade de construção de uma horizontalidade” (GUARILHA, ED/2018)

Em síntese, apesar das articulações iniciadas no setor empresarial do turismo, comentadas adiante, e entre alguns grupos culturais e comunitários, persiste a necessidade significativa de aproximação entre os agentes do turismo cultural de Ouro Preto. Existe um amplo espaço a ser construído, um espaço mais horizontal, mais permeado por diálogos, trocas de informações e parcerias efetivas.

IFMG

Ainda na área educacional, Ouro Preto conta com o suporte do curso de gastronomia ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto (IFMG). Direcionado, sobretudo, aos estudantes de Ouro Preto, de outras localidades de Minas Gerais e também de outras regiões, o curso objetiva, conforme sua coordenadora, Luanda Batista Demarchi, formar tecnólogos em

gastronomia, com condições de exercer a atividade profissional de alta qualidade e em diferentes setores e segmentos sociais.

Com ofertas de cursos, oficinas, palestras, exposições e outros eventos, o curso de gastronomia tem dentre suas principais dificuldades a captação de recursos e a realização de parcerias. Para a coordenadora, falta um fortalecimento das comunicações e dos vínculos entre os agentes do turismo em Ouro Preto. As ações são realizadas de forma individual, carecendo de construções coletivas. Na sua visão, organismos como a Secretaria de Turismo, o COMTUR e o *Convention Bureau*, dentre outros, poderiam contribuir na melhoria desse processo (DEMARCHI, ED/2018).

IPHAN

O Escritório Técnico do Iphan de Ouro Preto (ETEC-OP) objetiva proteger, valorizar, conservar, promover o patrimônio cultural do município, realizar ações de licenciamento, fiscalização, educação patrimonial. Dado o expressivo patrimônio material do município, com 46 bens tombados, como o conjunto urbano da sede, o ETEC-OP apresenta um âmbito de atuação superior a algumas superintendências do Instituto. No tocante ao patrimônio imaterial, o Iphan registrou três bens em Minas Gerais, presentes na área de abrangência da Cidade Patrimônio Mundial: o Ofício dos Sineiros, o Toque dos Sinos e a Capoeira (SOUZA, A. H. M., ED/2018).

A história do Iphan com a cidade de Ouro Preto é bastante antiga, iniciada ainda na década de 1930, quando da instituição do Sphan. Uma relação nem sempre harmônica, nem sempre isenta de conflitos. Como registra Werkema, nos seus primórdios e por muitas décadas, o Iphan tinha como orientação a “imutabilidade da cidade colonial”, a manutenção de elementos construtivos e integrados compatíveis com a paisagem setecentista, o que levou à constituição do chamado “estilo patrimônio”. Com esse estilo polêmico, o Iphan buscava “uma homogeneização favorável a uma tipologia arquitetônica, tipicamente colonial, que

a ideologia modernista considerava mais autêntica ou verdadeiramente brasileira, e que ainda era dominante no conjunto setecentista de Ouro Preto” (WERKEMA, 2018, p.80-85).

Em uma leitura do período, Werkema (2018) compreende ter sido Ouro Preto um laboratório de aplicação do pensamento modernista que, na defesa do estilo colonial setecentista, contrapunha-se à evolução arquitetônica posterior ao século XVIII, mesmo tímida em função da estagnação econômica enfrentada pela cidade. Lia Motta relata que as poucas edificações novas, desde que dotadas de boa arquitetura, a exemplo do Grande Hotel, um projeto de Niemeyer, deveriam ser contemporâneas (modernistas) ou realizadas de modo a diluir-se no contexto antigo.

A partir da industrialização do alumínio e do ferro e da consequente expansão da cidade, o Iphan passa a ter uma reputação negativa, visto como órgão policial e intransigente, conduzindo a mudanças na sua forma de atuação. Dado o volume, a complexidade dos projetos, crescimento populacional, ocupação de morros, invasões desordenadas, a atuação do Iphan concentra-se, nos anos 1960 e 1970, no Núcleo Histórico. Esse território sofre os limites da escassez de recursos e da falta de apoio jurídico, apesar da cobertura legal dada pelo Decreto-Lei N.º 25, e as consequências da valorização das suas áreas, e, mais especificamente, das edificações de maior importância, com destaque para os monumentos religiosos (WERKEMA, 2018, p.80-89).

Hoje a preservação permanece um desafio para o organismo e para Ouro Preto, sobretudo, diante da especulação imobiliária e do próprio crescimento do turismo. Werkema(2018, p.88) sintetiza bem este processo, relata que algumas cidades históricas mineiras estão atentas para a transformação dos conjuntos históricos para o consumo cultural e turístico, mas em Ouro Preto “ainda falta planejamento integrado público e privado em torno da preparação para o pleno aproveitamento socioeconômico da cidade e sua principal vocação.”

Objetivando uma melhor relação entre população, urbanismo e patrimônio cultural imóvel, a UFOP, através do Núcleo de Pesquisa em

Direito do Departamento Cultural (NEPAC-UFOP), o ETEC-OP e o Ministério Público montaram um *Manual para quem vive em Casas Tombadas* (2018), lançado no segundo semestre de 2018. Confeccionado sob a forma de perguntas e respostas, o material apresenta um caráter pragmático, pretende esclarecer dúvidas ao proprietário, vizinho, gestor ou mero apreciador, quanto ao uso e preservação dos bens culturais edificados tombados e torna mais explícito para a população o seu papel protetivo (PAIVA, SOUZA, 2018).

FAOP

Organização vinculada à estrutura do Governo do Estado de Minas Gerais, a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), com sede no Complexo Cultural Casa Bernardo de Guimarães, cidade de Ouro Preto, tem por objetivo, de acordo com Sandra Fosque Sanches, diretora de promoção e extensão cultural, valorizar o patrimônio cultural e a arte em todas as suas dimensões (SANCHES, ED/2018).

Criada em 1968, a partir da sugestão do poeta Vinícius de Moraes, da atriz Domitila do Amaral, do escritor Murilo Rubião e do historiador Afonso Ávila, como espaço para produzir e absorver arte, a FAOP abriga, na sua sede, a administração e outros setores como a Galeria de Arte Nello Nuno, o Armazém dos Ofícios, a Biblioteca Murilo Rubião, o Memorial Presidente Pedro Aleixo, o auditório e as salas de multimídia. Além desses, é também responsável pela Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, formada por três núcleos: de Conservação e Restauração; de Arte, que mantém oficinas livres de arte, e o de Ofícios, que qualifica profissionais da construção civil para atuar em obras de conservação e restauração (LEMOS, 2017, p. 80).

Como registra Sandra Sanches, a FAOP é pioneira no Brasil no trabalho de restauro de patrimônio cultural, tendo atuado sozinha nessa área durante muito tempo. Já na preservação e difusão cultural, como algumas de suas atividades realizadas, a Fundação promoveu um circuito gastronômico e chegou a comercializar artesanato por período significativo. Entretanto,

desde 2015 houve um entendimento jurídico de que a comercialização não seria possível. A Diretora observa, porém, que os artesanatos, assim como as manifestações culturais do município de Ouro Preto estão, em significativa parte, situados nos distritos. Nesses locais, em geral, circula ônibus apenas uma vez ao dia e essa situação dificulta o artesão escoar o produto e que visitantes tenham acesso a estes e às manifestações, a exemplo da Festa de São Bartolomeu. A dificuldade de transporte termina, assim, por retirar o produto cultural de circulação, seja uma manifestação, grupo musical, seja artesanato ou outro (SANCHES, ED/2018).

FIROP

Com ação protagonista no resgate à Festa de Chico Rei e dos Congados, o Fórum da Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP) tem uma longa história de defesa da cultura negra em Ouro Preto, juntamente ao trabalho com as desigualdades e diferenças, a educação e valorização social. Conforme Márcia da Conceição Valadares, presidenta do Fórum, a ideia da criação do Movimento Negro na cidade foi iniciada em 1978. A partir desta data foram promovidas audiências públicas que resultaram na proposição do Fórum de Entidades para Consciência Negra no ano 2000, posteriormente instituído enquanto Fórum da Igualdade Racial de Ouro Preto, agregando os segmentos que sofriam discriminação e preconceito. Exemplo de ação empreendida pelo Fórum, em parceria com outros grupos, como o Congado, é a solicitação para mudança da inscrição em latim da Bandeira de Ouro Preto, de “Precioso, Porém, Negro”, para “Precioso Ouro Negro”. O fato concretizou-se através de Lei sancionada pelo então prefeito Ângelo Oswaldo (VALADARES, M. C., ED/2018).

Prosseguindo com as ações em defesa dos seus princípios centrais, o FIROP e o novo movimento a este articulado foram ganhando força e conseguiram restabelecer a Festa de Chico Rei, ocupar a Casa do Folclore, com atividades como Capoeira, Hip Hop e outros. Enfrentando resistências e dificuldades, tiveram participação fundamental na criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal

de Ouro Preto (NEAB/UFOP), do Núcleo de Educação Patrimonial e Étnico Racial na estrutura da Prefeitura Municipal (NEDER) e da Lei Municipal N.º 59/2005 que instituiu a disciplina História da África como obrigatória nas Escolas Públicas de Ouro Preto. A partir daí, foram criados coletivos, surgiram outros grupos, como o responsável pelo projeto da Mina Du Velloso.

Em uma cidade com 65% da população autodeclarada negra ou parda, esses organismos lutaram, na primeira década dos anos 2000, por cotas para afrodescendentes na UFOP; foram realizadas audiências públicas, dentre outras ações. Com o apoio do então reitor, porém, diante da resistência do Conselho Universitário, se conseguiu o direcionamento de 30% das vagas da universidade para a escola pública, possibilitando a ampliação do ingresso de alunos dessas unidades na UFOP. Criaram no Fórum a Diretoria e a Coordenação de Igualdade Racial. A Prefeitura cedeu um espaço para a Casa da Cultura Negra do Alto da Cruz da Ladeira de Santa Efigênia (VALADARES, M. C., ED/2018).

Conforme Adilson Santos, em seu livro *Os reflexos de Durban em Ouro Preto e sua repercussão na UFOP*(2015), onde faz uma ampla recuperação do histórico das políticas afirmativas em Ouro Preto, influenciada pelos ecos da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, e pelo papel fundamental desempenhado pelo Movimento Social Negro em Ouro Preto, representado pelo FIROP, após quatro anos de discussões, foi aprovada, em 2008, a Lei de Cotas da UFOP. Segundo a Resolução N.º 3.270 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que a normatiza, trinta por cento das vagas, em todos os cursos de graduação, deveriam ser ocupadas por candidatos que tivessem cursado integralmente todo o ensino médio em escola pública (SANTOS, 2015, p. 35). Embora não se tenha conseguido viabilizar as cotas raciais na UFOP, as conquistas do FIROP e demais grupos em defesa das ações afirmativas foram de expressiva relevância para o fortalecimento das organizações culturais de matriz africana em Ouro Preto.

ADOP

A Agência de Desenvolvimento Ouro Preto (ADOP) visa à melhoria do emprego e da renda do município, atuando em parceria com o setor empresarial. Com 40 parceiros, entre honorários e pagantes, a ADOP tinha como alicerce, segundo Gabriel Tropa, Coordenador do Comitê de Parceiros, as empresas Samarco, Novelis, Gerdal e Vale. A Samarco atravessava momentos difíceis, desde o rompimento da Barragem de Mariana. Já a Novelis, antiga ALCAN, estava praticamente desativada, após a extração durante anos do minério bauxita. Se a situação das mineradoras, principais parceiras da ADOP, já estava grave, tornou-se ainda mais difícil após o rompimento da Barragem do Feijão em Brumadinho, fato ocorrido em 25 de janeiro de 2019, que resultou em cerca de 165 mortos e 155 desaparecidos e no pedido de bloqueio de R\$ 6 bilhões da Vale, empresa responsável, atendendo a solicitações do Ministério Público Estadual (R\$ 5 bilhões) e do Governo do Estado de Minas Gerais (Globo.Com, 26/01/2019; Globo.Com, 11/02/2019).

Embora não seja a atividade prioritária, a ADOP atua no turismo cultural realizando cursos em parceria com o Sebrae, a exemplo dos direcionados ao conhecimento e elaboração de Plano de Negócios, cursos de capacitação de arrumadeiras, recepcionistas, etc. Em adição, a ADOP foi também responsável pelo projeto do Jardim Botânico, região que compreende um território que vai da rodoviária à igreja do Rosário e, em parceria com a Vale, administrou o “Vale dos Contos” – Horto Botânico. Com a crise do minério, entretanto, essa parceria que já durava cerca de 3 a 4 anos, sofreu descontinuidade. Conforme Tropa, o Horto, não priorizado pela municipalidade, deteriorou-se completamente.

A ADOP, agência que já chegou a receber medalha de honra por serviços prestados à comunidade ouropretana, atua também na administração do restauro de edificações, como ocorrido com o Paço da Misericórdia. A obra foi entregue em outubro de 2017 ao prefeito, como comentado, para a implantação do Centro de Artes e Fazeres, local para a mostra da culinária, gastronomia, artesanato locais, contribuindo para a

melhoria do emprego e da renda. A Prefeitura, contudo, deveria apresentar um plano de gestão para o espaço e essa expectativa não foi cumprida até o final da coleta de depoimentos presentes na elaboração deste livro (TROPPIA, G., ED/2018).

Em parceria com a UFOP, a ADOP administrou o Centro de Convenções da universidade por cinco anos, finalizados em outubro de 2018. A pedido da Universidade o equipamento, de grande relevância para a cidade, deveria passar a ser gerido por essa instituição a partir desse período (TROPPIA, G., ED/2018).

Convention & Visitors Bureau

Tendo como público-alvo organizadores de eventos e turistas em geral, o *Convention Bureau* (C&VB) objetiva contribuir para a diminuição da sazonalidade do destino Ouro Preto. No desenvolvimento desse trabalho, o organismo conta com diversos parceiros, a exemplo da Associação Brasileira de Hotéis Ciclo do Ouro, Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto, ADOP, Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, meios de hospedagem, produtora cultural.

Conforme Willian Magalhães Adeodato, Diretor Executivo do C&VB há dez anos, faz-se necessário um trabalho direcionado ao Projeto Ouro Preto 2040, o qual deverá compreender a transição da mineração e a pós-mineração, buscando-se alternativas para a sobrevivência de Ouro Preto após o esgotamento do ciclo minerador. Nesse cenário, o turismo, possivelmente, deverá inserir-se como alternativas principais para a cidade (ADEODATO, ED/2018).

ACEOP

Com 180 associados, a Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP) possui 84 anos de existência na cidade. Em parceria com organizações como AL-Invest, Sebrae, Máster Mind, Rede Cidadã, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sistema

Federaminas e Cooperativa de Crédito Financeiro, atua na área de treinamento, formação, missões e campanhas, orienta o setor empresarial quanto ao acesso ao financiamento e outras ações. Como registra Ercília Rocha de Lima, gerente, a ACEOP tem por objetivo fomentar ações entre os empresários, contribuir para melhoria do planejamento estratégico de vendas, formação técnica e especialização de colaboradores e empresários (LIMA, E. R., ED/2018).

A gerente da ACEOP observa a necessidade de se equacionar questões fundamentais para o desenvolvimento turístico. Dentre essas, o desconhecimento do morador em relação aos equipamentos culturais da cidade; a complexidade para o morador, o pequeno empresário quanto a seguir a normatização atribuída à preservação do patrimônio histórico, dado que os recursos que chegam para a cidade, para preservação do conjunto arquitetônico, muitas vezes não alcançam-no; os baixos salários praticados no turismo para funções como recepcionistas, guias, copeiras, etc., e os benefícios restritos para os empregados do setor, em geral atrelados a empresas pequenas, familiares, se comparados aos da atividade industrial.

Ercília Lima chama também a atenção para a falta de organização do receptivo turístico. As organizações prestadoras deste serviço chegam a trabalhar com grupos formados por até 90 pessoas, sem que as leis de trânsito sejam respeitadas aos finais de semana, feridas, com reflexos negativos perante o morador. Esse último não encontra outra opção a não ser deixar a cidade nos grandes eventos – apesar de manter laços profundos com Ouro Preto – que impedem-no de optar por outro local para residir; ele resiste morando na cidade (LIMA, E, R., ED/2018).

Por fim, Ercília enfatiza a necessidade de desenvolvimento de um projeto de resgate e preservação das atividades artísticas. Como relata, em Ouro Preto, a Igreja Católica foi historicamente um concentrador das artes; congregava vários artistas, artesãos, pintores, escultores que trabalhavam nas igrejas; uma mão de obra muitas vezes voluntária, que atuava por afinidade. Esse voluntariado por afinidade se dava, e ainda ocorre, também em outras organizações como o Zé Pereira dos Lacaio, as Esco-

las de Samba e até nos times de futebol, como o Guarani, que, inclusive, participava do Carnaval. As pessoas se reuniam por gosto, por afinidade.

Ainda conforme a gerente da ACEOP, a sensação de pertencimento é que mantinha as manifestações ativas. Na sua visão, hoje, entretanto, vê-se muita comercialização de práticas ligadas aos fazeres do dia a dia que se tornaram comerciais, perdendo o sentido do “gostar de fazer pelo prazer da realização; do viver voluntário”. Na religiosidade, a Igreja Católica vem perdendo espaço. Não sabe qual o projeto que resgataria essa relação prazerosa com as atividades artísticas, mas, afirma que este necessita ter uma leitura da profundidade, da perda de vínculos, da percepção de onde buscar e como resgatar o elo (LIMA, ED/2018).

Sistema FIEMG

Entidade privada existente há 80 anos, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Unidade Ouro Preto (FIEMG), atua de forma integrada em prol do desenvolvimento da indústria mineira, bem como para o fortalecimento do associativismo. O Sistema FIEMG é composto pelo Sesi – Serviço Social da Indústria, Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, IEL – Instituto Euvaldo Lodi, CIEMG – Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais e Instituto Estrada Real, entidades que oferecem serviços em diferentes áreas.

A FIEMG Ouro Preto, de acordo com Maria Tereza de Resende, supervisora administrativa, tem por objetivo fomentar a cultura, trazer exposições e servir à indústria, com destaque para a situada no município de Mariana, também atendida pelo organismo (RESENDE, ED/2018). Localizada em um prédio histórico cujas primeiras referências datam do século XVIII, que por muitos anos abrigou o Hotel Pilão, incendiado em abril de 2003, a FIEMG Ouro Preto, abriga o Centro Cultural e Turístico, constitui-se hoje em um espaço onde é possível reverenciar o patrimônio histórico restaurado e cultivar as tradições culturais da cidade (GRAMMONT, 2006) e entrar em contato com as artes contemporâneas.

AGTOP

Concebida entre os anos de 1973 e 1974 e registrada em 1978, a Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP) é presidida pelo guia de turismo Nelson Marcos da Silva, um dos seus fundadores. Com cerca de 15 guias associados, e contando, exclusivamente, com recursos próprios, oriundos da comercialização de mapa turístico, a AGTOP mantém em funcionamento um posto de atendimento diário ao visitante em busca desse tipo de serviço na cidade. Anteriormente à crise econômica nacional, os guias associados participavam de congressos culturais, que possibilitavam uma contínua atualização de conhecimentos. Hoje, entretanto, essa atividade está suspensa (SILVA, N. M., ED/2018).

Tendo por objetivo construir em Ouro Preto um quadro de guias profissionais, a associação tem como um dos seus desafios o exercício dessa atividade por pessoas sem a devida qualificação. Estas, em função da falta de oportunidade, passaram a atuar como guias, muitas vezes com uma abordagem inadequada frente ao turista e, não em raras oportunidades, prestando informações equivocadas (SILVA, N. M., ED/2018).

ABIH

A Regional da Associação Brasileira de Hotéis (ABIH) em Ouro Preto, como definida por Raimundo N. Saraiva Frazão, diretor, é uma organização voltada para aspectos relativos a empreendimentos hoteleiros, no tocante à administração, à estrutura física, legislação, treinamento, equipamento, etc., ou seja, trata de demandas pertinentes ao empreendimento hoteleiro “da porta para dentro”. Saraiva ressalta o número expressivo de organizações que atuam no turismo cultural de Ouro Preto, em torno de 15, como informa, mas observa que as parcerias estabelecidas localmente atravessam momentos de maior força e outros de estranhamento e prejuízos.

Na hotelaria, a exemplo, apesar do número expressivo de meios de hospedagem (180, sendo 90 na sede, conforme a STIC), a ABIH

Ouro tem apenas em torno de 25 a 27 associados. Sua gestão, iniciada há cerca de um ano, almeja que esse número chegue a 80 associados. Revela, entretanto: na atualidade, as atividades da ABIH estão relativamente paradas. Em momentos anteriores faltou empenho da organização para a captação de novos associados (FRAZÃO, ED/2018).

Outras Organizações

Ouro Preto mantém um amplo leque de organizações, empresas de turismo, organismos públicos, privados, não governamentais e grupos culturais, formalizados ou não, que dão suporte, direta ou indiretamente, ao turismo cultural podem ser mencionados. Nesse conjunto, além das já citadas, há que se mencionar os meios de hospedagem, bares, restaurantes, agências de viagem e outras. É importante registrar, entretanto, a diversidade da oferta local nos segmentos de bares, restaurantes e na área de hospedagem e a existência de um número significativo de agências de viagem.

Observa-se, porém: apesar do amplo leque de opções, sobretudo na área de hospedagem e alimentação, há atores locais que apontam o esgotamento de um ciclo no turismo cultural da cidade. A exemplo, o guia Edson de Melo Silva, conhecido como Guia Bolinha, com 49 anos de atividade profissional, tendo vivenciado o turismo cultural de Ouro Preto há longas datas, considera finalizado o período em que Ouro Preto assumia o papel de polo turístico, compreendido entre meados da década de 1960 até meados dos anos 1980, quando, na sua visão, esse destino entra em decadência.

O declínio da atividade, conforme o Guia Bolinha (ED/2018), pode ser percebido na mudança do perfil do turista, hoje caracterizado, na sua percepção, pelo baixo poder aquisitivo e baixo nível cultural. Para este profissional, o turismo é uma “área em que, se não estiver inovando, reciclando e estimulando, o local vai deixando de ser destino turístico, sendo superado por outros mais atraentes, mais interessantes.” Esse processo também denominado nas teorias de marketing como ciclo de vida do produto ou do destino turístico (KOTLER, ARMSTRONG, 1995).

Com a sua ampla experiência prática, Bolinha observa a cidade de Tiradentes, com uma população equivalente a cerca de 10% à de Ouro Preto, conta com aproximadamente sete mil leitos, contra menos de quatro mil na localidade aqui em foco. Afirmo que em Ouro Preto, cujo patrimônio histórico, na sua opinião, é consideravelmente mais expressivo, inexistente restaurante de alto padrão, estrelado. A cidade foi, assim, superada pelo destino concorrente, direcionado a um público de mais alta renda que apresenta ao menos quatro unidades com esse padrão.

Ainda segundo a análise do Guia Bolinha, Ouro Preto é destituída de política de turismo; os setores atuam de forma individualizada, com grandes falhas de comunicação. As instituições não discutem; o conselho municipal se reúne, as coisas debatidas não são divulgadas e resultados não aparecem. O empresariado necessita atualizar-se, atuar de forma proativa. Não existem, ao menos, folhetos para oferta ao turista, faltando, há mais de 20 anos, investimento expressivo em infraestrutura. Sintetiza informando que não aceita a maneira como a cidade vem sendo tratada: “no período colonial levaram o nosso ouro, agora o que ficou, a nossa história, está sendo destruída ou desvalorizada.” (SILVA, E. M., ED/2018).

Não se pode esquecer, entretanto, que o perfil do turismo a ser desenvolvido em uma dada localidade necessita ser discutido pela coletividade (SHARPLEY, 2009). Ela é quem deve decidir se objetiva um turismo de elite ou um turismo diversificado, não necessariamente massificado, com novos produtos, novas opções, para um público diverso, como parece estar começando a ocorrer em Ouro Preto. Cumpre ainda debater se é possível a convivência e, em que termos, entre as distintas modalidades de público. Nesse sentido, faz-se necessário fortalecer os espaços de diálogo e de participação da sociedade civil para que ela possa vir a atuar como protagonista nesse processo.

Plano municipal

A expansão da rede de hospedagem se dá a partir dos anos 1980, todavia o primeiro plano municipal de turismo de Ouro Preto foi desenvolvido em 2010/2011, sob a consultoria da Associação do Circuito do

Ouro, Instância de Governança Regional da qual o município faz parte (Ouro Preto, STIC, 2017). Já em 2015, deu-se início à sua revisão, finalizada no primeiro trimestre de 2017, em conformidade com as orientações do governo federal, através do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo. Concebido para um período de dez anos, o Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto (PMTOP) 2017-2027 é apresentado como um instrumento de planejamento e gestão estratégica das ações governamentais no turismo, com vistas ao desenvolvimento dessa atividade no município, através de uma gestão participativa envolvendo os setores público, privado e o terceiro setor.

No plano o Sistema Municipal de Turismo assume a função de articulação, gestão, fomento e promoção do turismo de Ouro Preto, tendo como integrantes a STIC, coordenadora e executora das ações; o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), instância de pactuação e deliberação; além de diversas instâncias consultivas e de articulação.²⁵ Constam, entre os instrumentos de gestão propostos, o próprio plano, na qualidade de documento orientador e o Fundo Municipal de Turismo, destinado legalmente à captação de recursos financeiros e fomento às ações no turismo.

Com uma ampla cobertura das demandas do turismo municipal, o Plano define programas e ações para as mais diversas áreas, de modo a propiciar um maior dinamismo desta economia. Observa-se, entretanto, a carência no Plano de uma definição do perfil de turismo pretendido para Ouro Preto, isto é, de estabelecer o perfil de renda que se intenciona atingir; de elucidar se a opção será por reduzir o número de excursionistas, ampliar ou reduzir o de turistas, incrementar as duas vertentes, aumentar ou não a demanda dos meios de hospedagem.

25- Dentre essas, a Associação Circuito do Ouro, Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores, Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais, Ministério do Turismo e entidades locais, a exemplo da ABIH Regional Circuito do Ouro; Ouro Preto Circuito do Ouro, Convention & Visitors Bureau; Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto; Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto; Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto; Sistema Municipal de Museus; Iphan (Escritório Ouro Preto).

É preciso definir competências para cada ação construída. Sem responsabilidades estipuladas e prazo de retorno definido, a execução dos programas e ações torna-se comprometida. Para além desses aspectos, vale decidir quais as fontes de recursos para cada programa e ação, os financiadores ou se o comprometimento ficará por parte da municipalidade, em grande parte das ações em que as parcerias não estão definidas. Cumpre ainda arregimentar resoluções sobre os valores orçados para os programas e ações: Qual o montante exigido para as ações de curto, médio e longo prazos? Haverá priorização entre essas ações? Quais os critérios? Esses são aspectos não explicitados no Plano.

Em novembro de 2018, o Plano havia sido aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo. Não se sabe se este foi efetivamente discutido com as comunidades locais e se expressa seus desejos e interesses para com a atividade turística.

Dado o perfil do turismo de Ouro Preto, em que a vertente cultural tem uma forte expressividade, faz-se necessária uma ampla articulação do planejamento turístico com o planejamento para a área da cultura.

Apesar da vasta oferta de produtos culturais, em geral de grande apreciação pelo público de faixas etárias mais elevadas, o turista que visita Ouro Preto tende a ser predominantemente jovem ou adulto. Talvez a temática da acessibilidade urbana e alguns equipamento públicos seja hoje uma dificuldade para o segmento de idosos. Os programas e ações dessa meta (Meta n.8 no Plano) necessitam de revisões nesta direção.

Ouro Preto concorre hoje com as mais diversas cidades, inclusive mineiras, que ofertam produtos similares. Existe um grande patrimônio material, reconhecido mundialmente, mas agregar-lhe novos elementos poderá propiciar retornos expressivos ao turismo local. Nesse sentido, cabe perceber, com mais nitidez, estes novos produtos, a exemplo dos decorrentes da cultura de matriz africana, como as minas e eventos nestas realizados, os roteiros de afro turismo em construção, a ação dos coletivos e grupos culturais. Incentivar a educação patrimonial é fundamental, apoiar os eventos, igualmente, mas os grupos necessitam de

ações de valorização e de preservação contínuas, de difusão, transmissão do conhecimento intergerações (como a realização de oficinas, cursos, etc.) e não apenas apoios pontuais, em períodos específicos. Já os atrativos e produtos de outros segmentos, como o turismo de aventura, rural, ecoturismo, além das ações que os contemplam, requerem uma efetiva incorporação à marca “Ouro Preto”.

Pesquisa direta e redes do turismo cultural

Esta publicação origina-se de pesquisa direta cujo objetivo foi analisar as organizações do turismo cultural de Cachoeira e Ouro Preto, conhecer o perfil dos seus gestores, os desafios e ações realizadas para o desempenho organizacional e suas avaliações em relação à importância e à atuação dos poderes públicos no turismo cultural. Parte-se da premissa de que os atores do turismo cultural tecem redes formais, aquelas emergentes de acordos, convênios, políticas públicas e instituições, ou informais, estruturadas a partir das interações profissionais na prática do cotidiano. Os respondentes da pesquisa foram convidados a traçar sua rede de parcerias, indicar os seus principais membros, aqueles considerados fundamentais para a atuação da organização que representam e com os quais trabalham ou colaboram frequentemente.

Além da indicação dos nomes, os respondentes foram solicitados a revelar o tipo de relação estabelecida com cada parceiro, compreendida conforme as seguintes categorias: fornecedor, produtor cultural, cliente, político, associação e sindicato, setor público, grupo religioso, empresa, organização cultural e outros apoiadores. Outrossim, coube-lhes indicar o grau da relação de acordo com a frequência (onde um é pouco frequente e cinco é muito frequente), o tipo de parceria (formal e informal) e se esta envolve repasse de recursos, troca de informação, aquisição de produtos/serviços, divulgação, apoio financeiro, projetos, editais públicos e outros. Esse procedimento foi decisivo para a elaboração da Análise de Redes Sociais, através dos indicadores de centralidade.

Inicialmente, em março de 2017, com a colaboração do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Cultura e Turismo da UFRB (Grupo Descut), coordenado pela autora da pesquisa, e, posteriormente, submetido ao crivo da orientadora, Diomira Faria, foi confeccionado o instrumento investigativo, um questionário com respostas fechadas (em sua maioria) e abertas. Após teste com uma organização

da área de alimentos e bebidas de Cachoeira, ainda naquele mesmo mês, reformulou-se o material.

A primeira entrevista, em cada cidade, foi dedicada à organização pública municipal responsável pela pasta do turismo; priorizou-se, em seguida, a Secretaria da Cultura, para o caso em que duas áreas não fossem geridas por uma única entidade. Esse gestor, ao responder o questionário, apontou as organizações mais representativas de cada segmento do turismo cultural, entre bares e restaurantes típicos, agenciamento, hospedagem, museus, organizações religiosas, transporte, confecção e comercialização de artesanato, licores, vinhos e outros produtos típicos, grupos culturais, filarmônicas, organizações promotoras de eventos, etc., as quais foram também investigadas. Assim, utilizando-se do método da Bola de Neve (*Snowball*), em que, sucessivamente, um ator entrevistado vai indicando outro, as entrevistas foram realizadas em cada cidade por um período de aproximadamente três meses.

Em síntese, sempre iniciadas com o gestor da Secretaria de Turismo, utilizou-se de um questionário padrão, e, a partir daí, com os gestores das organizações sucessivamente indicadas. As entrevistas foram realizadas entre abril e julho de 2018 em Cachoeira, com um total de 83 entrevistados e entre agosto e novembro do mesmo ano em Ouro Preto, com 111 entrevistados. Na primeira cidade, além da responsável pelo projeto, as entrevistas foram aplicadas por 14 discentes da UFRB, dos cursos de Serviço Social, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – e Artes Visuais, capacitados pela responsável e pela vice-coordenadora do Grupo Descut, a Assistente Social Sida da Silva. Ela também realizou uma das entrevistas. Observa-se a aplicação de uma das entrevistas desse sítio na cidade do Salvador, dada a conveniência para o entrevistado.

Em Ouro Preto, a maioria dos questionários foi aplicada pela autora deste trabalho, com a colaboração de duas estudantes de Economia da UFOP, igualmente capacitadas para a atividade. Nessa última cidade, foram também registrados alguns depoimentos qualificadores (sem adoção do questionário), para maior conhecimento da realidade local. Esses depoimentos adicionais realizados tanto ao longo dos meses de pesquisa de campo, quanto, especificamente, no mês de janeiro de 2019, não se

encontram inseridos no grupo das entrevistas efetuadas pelo método da “Bola de Neve”. No caso das entrevistas realizadas em janeiro deste ano, todas a cargo da pesquisadora responsável pelo projeto, quando da sua participação no Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, são relativas, exclusivamente, a essas celebrações e ao Congado.

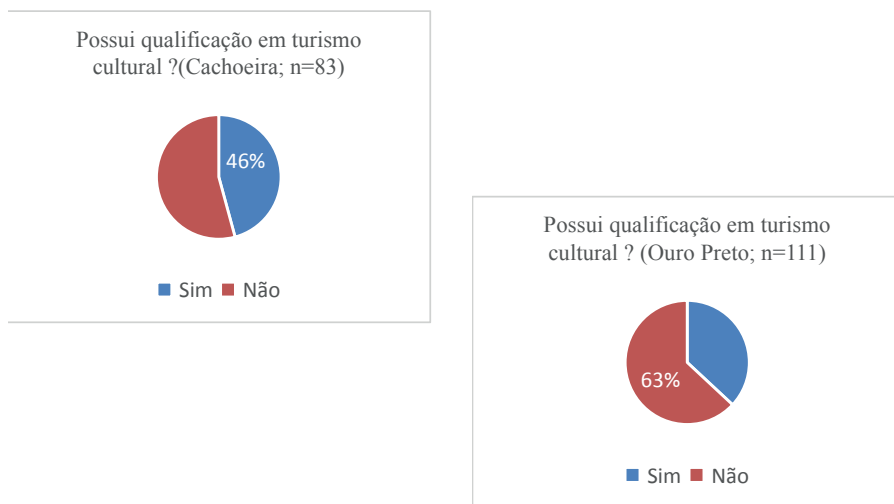
Observa-se que, em face do conteúdo avaliativo de algumas questões da pesquisa e, sobretudo, às referentes aos poderes públicos, de modo a se obter respostas mais fidedignas e menos compromissadas com o cargo ou função do entrevistado, foi garantido aos informantes, sigilo quanto as suas identidades, no tocante a estes aspectos analisados. Os entrevistados são citados, exclusivamente, quando se trata de alguma informação histórica ou pertinente à organização que representa, em geral, pública, associação de classe ou não governamental, ou ainda, ao turismo cultural local, mas que não o comprometa perante aos demais componentes da rede. Ressalta-se que, em alguns casos, o entrevistado pode desempenhar mais de uma função no turismo cultural. A exemplo, um gestor de um meio de hospedagem pode também gerir o Conselho de Turismo ou uma agência de viagem, um organismo de fomento ao turismo ou à cultura, etc.

De uma maneira geral, não se obteve negativas quanto à concessão das entrevistas. Apenas em Cachoeira, uma entrevistada solicitou o enquadramento do conjunto das suas questões avaliativas no item não respondeu e em Ouro Preto, uma organização recusou-se a preencher o questionário por considerar as indagações como excessivamente objetivas, distanciadas da cultura organizacional e por rezear a realização de avaliação em uma cidade de pequeno porte, com organizações que mantêm vínculos estreitos com os poderes públicos. Ainda na cidade mineira, cerca de duas entidades culturais não responderam aos contatos estabelecidos e dois meios de hospedagem desmarcaram a entrevista após agendamento. Apesar dessas ocorrências, considera-se o alcance pleno dos resultados, com superação, inclusive, das expectativas iniciais, isto é, houve excelente aceitação nas duas cidades investigadas.

Pesquisa direta: resultados

Conforme as informações levantadas, os entrevistados apresentam, de forma geral, um elevado nível de escolaridade, com curso superior completo (43,4% em Cachoeira) ou incompleto (71,8% em Ouro Preto). Quanto à cor/etnia, os negros predominam em Cachoeira (60,2%) e pardos, negros e brancos em Ouro Preto (32,1% cada, nos dois primeiros grupos e 29,4% no terceiro). Nas duas cidades, as organizações pesquisadas são, em maior parte, comandadas por homens (69,5% em Cachoeira e 56,8% em Ouro Preto), residentes na própria cidade (mais 90% nos dois casos) – Tabela 1. Em sua maioria, os gestores não possuem qualificação no turismo cultural (54% em Cachoeira e 63% em Ouro Preto) – Gráfico 1.

	Cachoeira (N=83)	Ouro Preto (N=111)
Escolaridade	n=83	n=110
Fundamental Incompleto	7,23%	1,82%
Fundamental Completo	2,41%	1,82%
Ensino médio	40,96%	23,63%
Superior Incompleto	3,61%	71,82%
Superior Completo	43,37%	0,9%
Outros	2,41%	-
Cor e etnia	n=83	n=109
Amarelo	-	2,75%
Branco	7,23%	29,36%
Indígena	-	1,83%
Pardo	27,71%	32,11%
Negro	60,24%	32,11%
Outros	4,82%	1,83%
Faixa etária	24- 81 anos	19 - 82 anos
Gênero (% de homens)	69,51%	56,76%
Gênero (% de mulheres)	30,49%	43,24%
Cidade em que reside	n=83	n=111
Cachoeira	91,23%	-
Muritiba	2,41%	-
Salvador	4,82%	-
São Félix	2,41%	-
Ouro Preto	-	99,01%
Belo Horizonte	-	0,9%

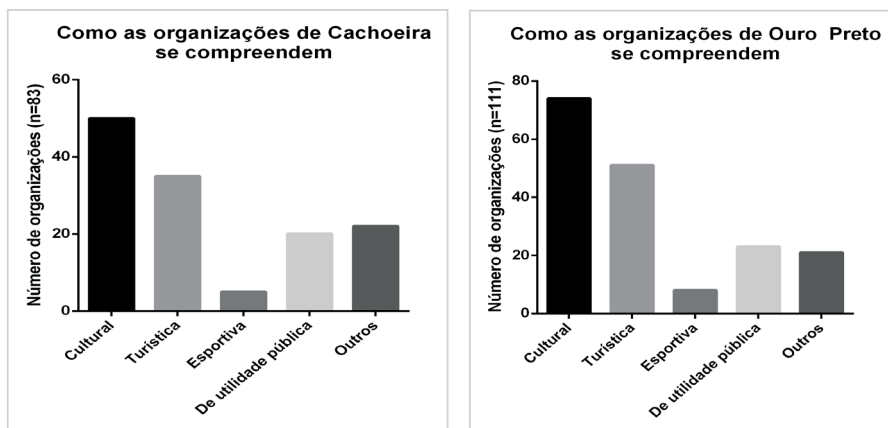
Gráfico 1 – Possui Qualificação em Turismo Cultural?

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

No perfil organizacional verifica-se que as unidades entrevistadas, localizadas em Cachoeira ou em Ouro Preto, compreendem-se como atreladas à área da cultura, mais intensamente, e à turística, seguidas por outras alternativas (Gráfico 2). Nas duas cidades predominam as entidades que atuam no turismo cultural exercendo atividades vinculadas, com maior destaque, à cultura e ao resgate (preservação/difusão) cultural, acompanhadas, em Cachoeira, pela gastronomia e hospedagem e, em Ouro Preto, pela dança e hospedagem (Gráfico 3). São, sobretudo, empresas privadas e associações, com um número médio de funcionários, equivalente a 8,4 na cidade baiana, e 17,4, quase o dobro, na mineira.

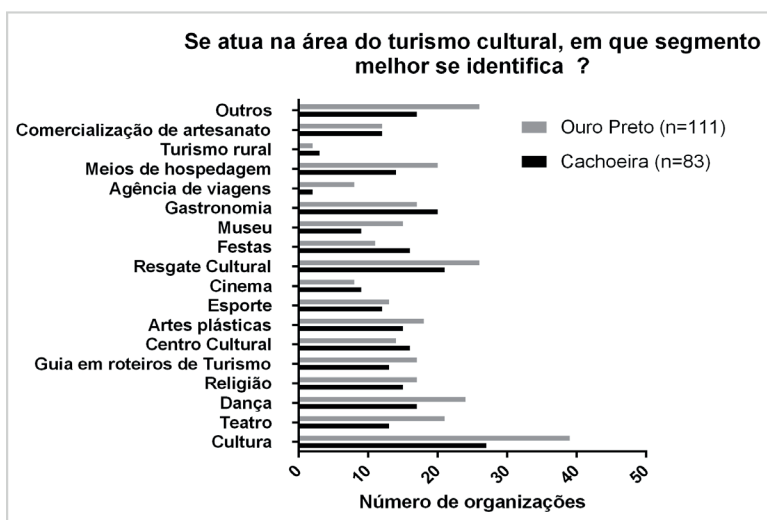
Em geral as organizações revelaram estar legalizadas, possuindo registro (83,8% das que responderam a este quesito em Ouro Preto, e 73,5% em Cachoeira). Quanto às atividades desenvolvidas, item que pressupunha a possibilidade de escolha de mais de uma alternativa, ressaltam-se, em Cachoeira, a realização de eventos (43,4%), oficinas e cursos (37,4% cada) e palestras (36,1%). Em Ouro Preto, predominam as exposições (43,2%), eventos, oficinas e palestras (39,6% cada) – Tabela 2.

Gráfico 2 – Como as Organizações se Compreendem



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Gráfico 3 – Áreas de Atuação



Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A principal dificuldade vivenciada pelas organizações pesquisadas é, destacadamente, a captação de recursos (para 69,9% em Cachoeira e 79,3% em Ouro Preto), seguida pelo acesso a recursos públicos (para

51,8% em Cachoeira e 64,9% em Ouro Preto). Em síntese, embora as organizações se deparem com outros entraves ao seu funcionamento, como acesso à mão de obra qualificada, conhecimento para realização de projetos ou desenvolvimento de parcerias, o acesso a recursos, sejam públicos ou procedentes de outras fontes, é o maior problema enfrentado. (Tabela 2).

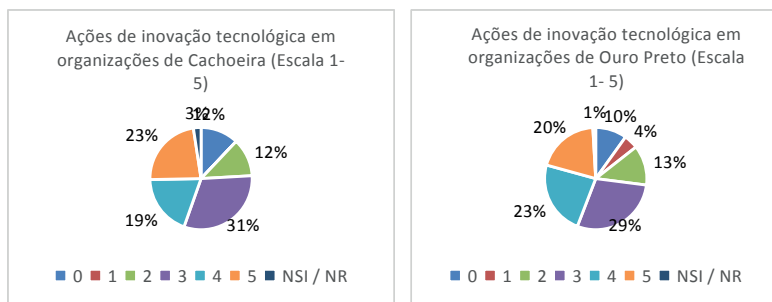
Tabela 2 – Perfil Organizacional e Dificuldades Enfrentadas

	Cachoeira (N=83)	Ouro Preto (N=111)
Quantidade de funcionários (média)	8,35	17,39
Tipo de organização	(n=78)	(n=110)
Associação	26,92%	31,82%
Cooperativa	2,56%	0,91%
Empresa privada	48,72%	45,45%
ONG	7,69%	3,64%
Organização pública estadual	2,56%	1,82%
Organização pública federal	3,85%	10%
Organização pública municipal	2,56%	5,45%
OSCIIP	1,28%	0,91%
Outras	3,85%	0%
Organização registrada (% de sim)	73,49% (61 de 83)	83,8% (93 de 111)
Atividades desenvolvidas (% de sim)		
Cursos	37,35%	25,23%
Eventos	43,37%	39,64%
Exposições	31,33%	43,24%
Hospedagem	15,66%	18,02%
Oficinas	37,35%	39,64%
Palestras	36,14%	39,64%
Trilhas de visitas	18,07%	16,22%
Outros	18,07%	19,82%
Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização?		
Captação de recursos	69,88%	79,28%
Comercialização dos produtos/serviços	39,76%	34,23%
Acesso à mão de obra qualificada	38,55%	40,54%
Conhecimento para realização de projetos	33,73%	31,53%
Desenvolvimento de parcerias	46,99%	42,34%
Acesso a recursos públicos	51,81%	64,86%
Relação com fornecedores	20,48%	10,81%
Dificuldade de captação de novos associados	18,07%	8,11%
Outras	25,30%	18,02%

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

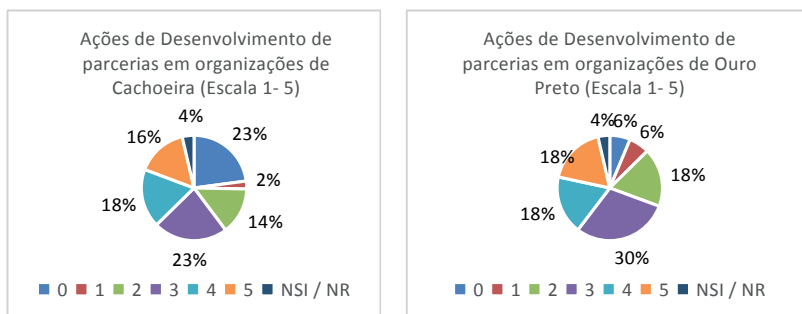
Em quesito referente às ações desenvolvidas pelos gestores com o objetivo de aprimorar o desempenho da organização foi solicitado aos entrevistados que avaliassem a utilização de ações – de inovação tecnológica, desenvolvimento de parcerias, qualificação dos gestores, qualificação de funcionários, conquista de novos mercados, captação de recursos públicos, busca de apoio político, participação em editais públicos ou de fundações e participação em plataformas de financiamento coletivo – indicando em notas de zero a cinco o seu grau de adoção de cada uma dessas atividades. Conforme o Gráfico 4, os resultados apresentados pelos espaços urbanos analisados são muito próximos, no que se refere ao uso da inovação tecnológica. Em ambos, cerca de 30% atribuíram nota três e, em torno de 20% as notas quatro e cinco, individualmente, à adoção desse procedimento. Observa-se, entretanto, que os informantes, em geral, associavam a inovação à introdução da tecnologia (informática, redes sociais, etc.) nos seus negócios e atividades.

Gráfico 4 – Ações de Inovação Tecnológica desenvolvidas pelo Gestor com o objetivo de melhorar o desempenho da organização



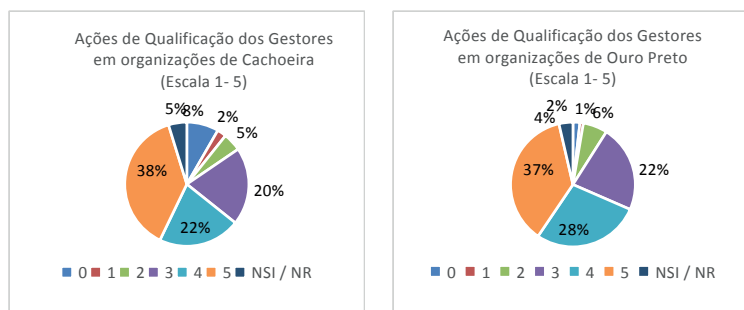
Fonte: Pesquisa direta, 2018

Quanto às parcerias observa-se que, em Cachoeira, 23% dos entrevistados indicaram não recorrer a este tipo de ação como forma de melhoria do desempenho da organização e, em idêntico percentual, atribuíram nota três às suas atitudes em prol desta iniciativa. Já em Ouro Preto, 30% avaliaram com nota três o seu esforço na busca de parcerias, 18%, individualmente, com notas 2, 4 e 5, e apenas 6% não adotam este procedimento (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Ações de Desenvolvimento de Parcerias Realizadas pelo Gestor com o Objetivo de melhorar o Desempenho da Organização

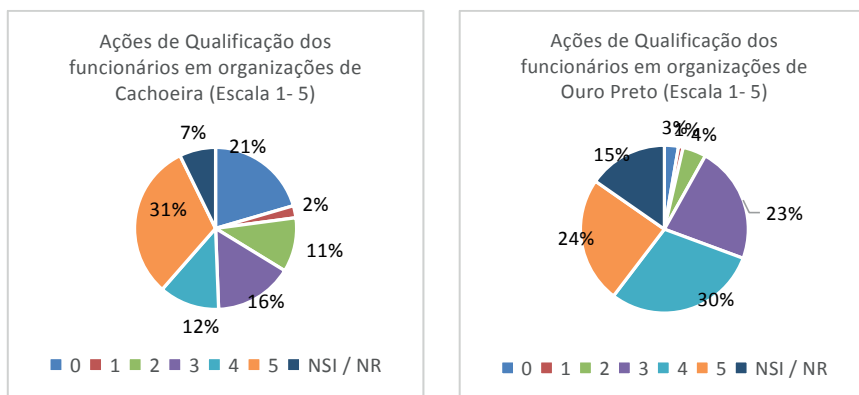
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A qualificação do gestor como forma de melhoria do desempenho organizacional foi avaliada em percentuais relativamente próximos nos centros urbanos pesquisados. Em ambos, o emprego das notas 5, 4 e 3 guardam proximidade. A elevada utilização das notas cinco e quatro (por 60% em Cachoeira e 65% em Ouro Preto) indica que os gestores percebem a relevância da sua qualificação nos resultados alcançados pela organização (Gráfico 6). No tocante a qualificação dos funcionários, na cidade do Recôncavo baiano, 21% dos gestores revelaram não adotar ações nessa direção; em Ouro Preto esse percentual cai para 3%. Nesta última cidade, 54% empregaram as notas cinco e quatro neste quesito, em face de 43% em Cachoeira (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Ações de Qualificação dos Gestores com o Objetivo de Melhorar o Desempenho da Organização

Fonte: Pesquisa direta, 2018

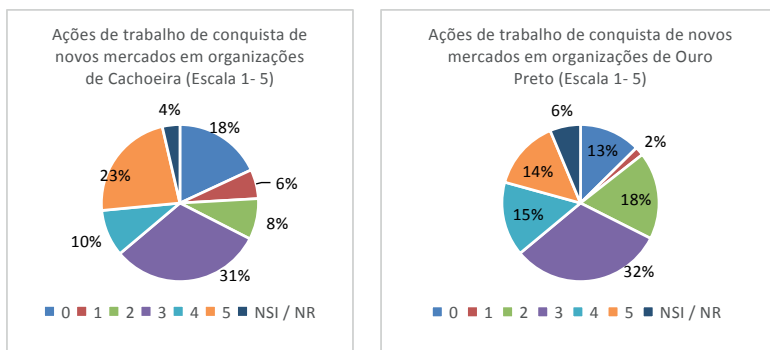
Gráfico 7 – Ações de Qualificação dos Funcionários com o Objetivo de melhorar o Desempenho da Organização



Fonte: Pesquisa direta, 2018

O trabalho de conquista de novos mercados, como mecanismo de melhoria do desempenho da organização, embora tenha recebido a nota três por cerca de 30% dos entrevistados nas duas cidades, não é adotado por 18% das organizações entrevistadas em Cachoeira e por 13% das pesquisadas em Ouro Preto. Possivelmente, em decorrência da ampla participação de unidades culturais na pesquisa, que, como já mencionado, não teve interesses mercadológicos como prioridade central (Gráfico 8).

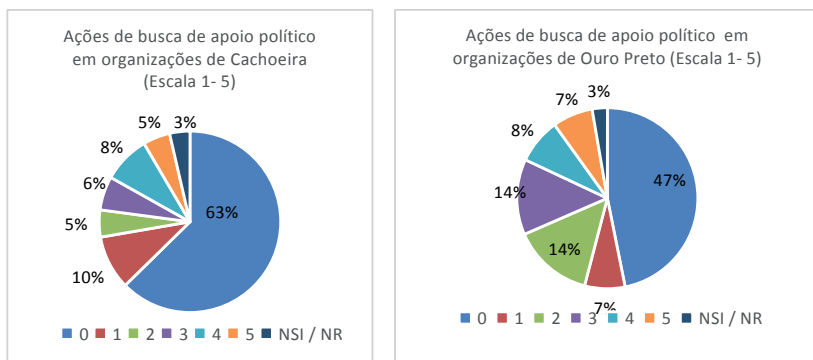
Gráfico 8 – Trabalho de Conquista de Novos Mercados com o Objetivo de Melhorar o Desempenho da Organização



Fonte: Pesquisa direta (2018)

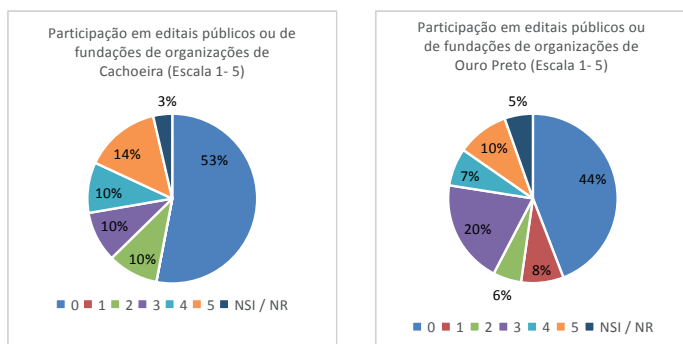
De uma forma geral, as entidades investigadas não recorrem à busca de apoio político para melhoria da sua organização (63% em Cachoeira e 43% em Ouro Preto). Embora a captação de recursos seja sua dificuldade central, estas unidades, também em percentual expressivo nas duas cidades (53% na primeira e 44% na segunda) não participam de editais públicos ou de fundações. Em adição, a maioria (75% na cidade baiana e 80% na mineira) não faz uso de plataformas coletivas de financiamento (Gráficos 9, 10 e 11).

Gráfico 9 – Busca de Apoio Político com Objetivo de Aprimorar o Desempenho da Organização.



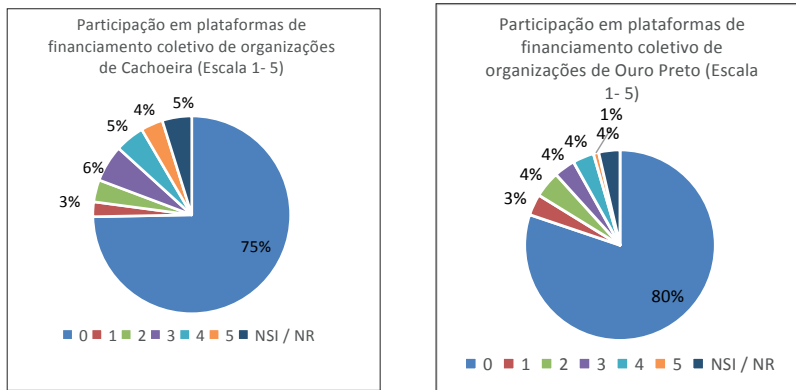
Fonte: Pesquisa direta, 2018

Gráfico 10 – Participação em Editais Públicos ou de Fundações com Objetivo de Aprimorar o Desempenho da Organização



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Gráfico 11 – Participação em Plataformas de Financiamento Coletivo com o Objetivo de Aprimorar o Desempenho da Organização



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Quando indagados sobre a importância da gestão pública para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais, os entrevistados, em sua maioria (78,3% em Cachoeira e 90,1% em Ouro Preto), atribuíram a este item a pontuação máxima (5). Embora os percentuais de relevância estejam relativamente próximos para as três esferas do poder executivo (municipal, estadual e federal), em Cachoeira, os entrevistados apontaram como mais importante nesse item a ação do poder público estadual (69,9%) e em Ouro Preto, do municipal (87,4%) – Tabela 3. Provavelmente, essa percepção justifique-se dada à tradição, de longas datas, de uma mais intensa atuação do governo do estado no turismo baiano, quando comparado às municipalidades.

Na avaliação da ação dos poderes públicos, nos últimos 10 anos, no turismo cultural da cidade, em uma escala de um (mínimo) a cinco (máximo), a maior nota dada pelos respondentes ao poder público municipal foi a três (27,7% em Cachoeira e 36,0% em Ouro Preto) e a maioria optou por notas de 0 a 3 (74,7% em Cachoeira e 72,1% em Ouro Preto). Na cidade baiana a nota três foi a preponderante na avaliação dos poderes públicos estadual e federal (37,4% e 25,3%, respectivamente). Já na mineira, 31,5% atribuíram a nota dois ao poder público estadual e 24,3% a nota três ao fe-

deral. Quando esta análise se restringe aos últimos cinco anos, em Cachoeira, a nota três foi a mais empregada individualmente e a maioria avaliou cada um dos três poderes com notas entre zero e três. Em Ouro Preto a nota que aglutina um maior número de indicações é a dois e a maior parte dos que responderam a esta questão utilizou notas entre zero e dois.

Na opinião do grupo em foco de análise, a existência de cooperação dos poderes públicos com as organizações do turismo cultural com o objetivo de aprimorar o desempenho da atividade é ainda muito restrita nas duas cidades. Em Cachoeira, a situação é avaliada mais negativamente; a nota individual de maior ocorrência na cooperação com os poderes públicos municipal e estadual é a dois (empregada, individualmente, por 22,9% e 21,7%, respectivamente) e com o federal, a nota zero (por 21,7%). Em Ouro Preto, a existência de cooperação com o poder público municipal foi avaliada com três por 35,1%; na avaliação do estadual houve coincidência entre as notas dois e três, apontadas, cada uma, por 24,3% e o federal com dois, por 25,2%.

Não se buscou aqui analisar a atuação de um gestor em especial, mas da gestão pública ao longo de um período. Daí a opção pela investigação de um tempo cronológico (10 e 5 anos) distinto da duração de uma gestão. Há que se observar que, tanto em Ouro Preto quanto em Cachoeira, aparece certo descontentamento para com as gestões públicas. Na primeira cidade esse descontentamento é mais notório quando a análise recai sobre o curto prazo (cinco anos), já em Cachoeira, dá-se quando se refere à cooperação dos poderes públicos com as organizações de turismo cultural.

Tabela 3 – Importância e Avaliação do Poder Público

	Cachoeira (N=83)	Ouro Preto (N=111)
Como avalia a importância da gestão pública no desenvolvimento de cidades/regiões turísticas e culturais? (% de maioria na escala 1 - 5)		
Como avalia a importância dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) para o desempenho do turismo cultural desta cidade?(% de maioria na escala 1 - 5)	maioria 5; 78,31% (65 de 83)	maioria 5; 90,09%(100 de 111)

PPM	maioria 5; 67,47% (56 de 83)	maioria 5; 87,39% (97 de 111)
PPE	maioria 5; 69,88% (58 de 83)	maioria 5; 68,47% (76 de 111)
PPF	maioria 5; 68,67% (57 de 83)	maioria 5; 70,27% (77 de 111)

Como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade nos últimos 10 anos? (% de maioria na escala 1 - 5)

PPM	maior nota individual 3; 27,71% (23 de 83) maior nota individual 0-3; 74,7%	maior nota individual 3; 36,04% (40 de 111) maior nota individual 0-3; 72,07%
PPE	maior nota individual 3; 37,35% (31 de 83) maior nota individual 0 a 3; 62,64%	maior nota individual 2; 31,53% (35 de 111) maior nota individual 0-3; 78,38%
PPF	maior nota individual 3; 25,30% (21 de 83) maior nota individual 0-3; 63,85%	maior nota individual 3; 24,32% (27 de 111) maior nota individual 0-3; 72,06%

E como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade, nos últimos 05 anos?

PPM	maior nota individual 3; 28,92% (24 de 83) maior nota individual 0-3; 77,12%	maior nota individual 2; 36,94% (41 de 111) maior nota individual 0-2; 53,16%
PPE	maior nota individual 3; 29,27% (24 de 83) maior nota individual 0-3; 66,27%	maior nota individual 2; 33,33% (37 de 111) maior nota individual 0-2; 54,95%
PPF	maior nota individual 3; 26,51% (22 de 83) maior nota individual 0-3; 71,08%	maior nota individual 2; 34,23% (38 de 111) maior nota individual 0-2; 57,65%

Em sua opinião, existe cooperação entre os poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) e as organizações do turismo cultural (OTC) com vistas a aprimorar o desempenho da atividade?

PPM	maior nota individual 2; 22,89% (19 de 83) maior nota individual 0-3; 65,05%	maior nota individual 3; 35,14% (39 de 111) maior nota individual 0-3; 74,78%
PPE	maior nota individual 2; 21,69% (18 de 83) maior nota individual 0-3; 62,65%	maior nota individual 2 / 3 ; 24,32% (27 de 111) maior nota individual 0-2; 52,25%
PPF	maior nota individual 0; 21,69% (18 de 83) maior nota individual 0-2; 55,42%	maior nota individual 2; 25,23% (28 de 111) maior nota individual 0-2; 54,96%

A pesquisa procurou também investigar as áreas de maior atuação do poder público no turismo cultural de cada cidade nos últimos dez anos. Para tanto, foi solicitada a cada entrevistado sua avaliação de um conjunto de itens com notas de zero a cinco. Na avaliação do *apoio público ao desenvolvimento e melhoria das organizações do turismo cultural*, a maior nota individual foi a três, atribuída em Cachoeira por 26,5% e em Ouro Preto por 38,7%. Essa nota predomina também nos itens *apoio ao desenvolvimento e/ou melhoria das atrações turísticas* (utilizada, em cada cidade, respectivamente por 34,9% e 41,4%) e no *apoio ao desenvolvimento e/ou melhoria das acomodações* (por 26,5% e 23,4%). Em todos esses três itens avaliados a maioria dos entrevistados optou por notas entre zero e três (Tabela 4).

Na avaliação da *proteção ambiental*, na cidade baiana, cortada pelo rio Paraguaçu, cujas margens e manancial apresentam acúmulo de dejetos e poluição, como mencionado, a nota individual mais elevada foi a zero (empregada por 38,6%) e a maioria (54,2%) optou por notas entre zero e um. Em Ouro Preto, onde se encontra um parque público desativado, o Horto dos Contos, conforme citado, a maior nota individual foi a três (39,6%), seguida da dois (18,9%). Quando confrontado esse item com a *preservação do patrimônio natural*, no núcleo do Recôncavo baiano, a maioria (56,6%) lançou mão das notas de zero a dois e o zero como nota individual mais elevada (20,5%). Na cidade mineira, o quadro do tópico anterior se repete, com a liderança do três (26%), seguido do dois (27,9%) – Tabela 4.

Na *recuperação e manutenção do patrimônio material* desses dois sítios protegidos por Lei federal, a nota três também predomina (empregada por 32,5% em Cachoeira e 30,6% no núcleo considerado Patrimônio da Humanidade), seguida pela quatro (utilizada por 19,3% no primeiro sítio e por 26,1% no segundo). Não se pode deixar de registrar o elevado percentual de pessoas que atribuíram nota zero a este item em Cachoeira (18,1%) e que utilizaram as pontuações dois e três em Ouro Preto (cerca de 50%). Assim, indica-se uma insatisfação significativa no primeiro caso e uma satisfação mediana, no segundo. Tais aspectos devem ser observados, sobretudo, con-

siderando-se tratar-se de áreas cujo conjunto urbano arquitetônico, urbanístico e paisagístico é tombado pelo organismo federal de proteção.

Na análise do *apoio às festas populares locais* observa-se no outrora centro produtor de açúcar, a predominância da nota três (26,5%), seguida da quatro (18,1%). No antigo núcleo aurífero, a quatro predomina, atribuída por 28,8% dos avaliadores, acompanhada pela três (26,1%). Ainda no tocante ao patrimônio imaterial, o *apoio às formas de expressão*, como o samba de roda, capoeira, congado, foi avaliado pela maioria com notas entre zero e três nas duas cidades (por 61,4% na primeira e 66,7% na segunda). Já a *patrimonialização dos bens culturais* foi mensurada por grande parte dos entrevistados (68,7%) com notas de zero a três em Cachoeira, cidade com expressivo número de bens imateriais tombados pelo Iphan – cerca de 670 edificações –, sede de um município com diversos bens imateriais registrados, pelos poderes públicos municipal, estadual e federal, como o samba de roda, a capoeira, o acarajé, a Irmandade da Boa Morte, a Festa D’Ajuda, terreiros de candomblé.

No que se refere ao patrimônio imaterial, especificamente, dado que o material foi analisado em tópico anterior, é possível que este resultado espelhe os reflexos pouco expressivos da patrimonialização para as organizações locais, à exceção das que lidam com o samba de roda e quiçá com outros bens culturais. Em Ouro Preto, sede de um município onde são registrados a capoeira, o toque dos sinos, a produção artesanal de doces do distrito de São Bartolomeu, a Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão do Cintra, um pouco mais da metade dos entrevistados (50,4%) atribuiu notas três e quatro a este quesito – Tabela 4.

No *incentivo à educação patrimonial* Cachoeira apresenta, mais uma vez, notas inferiores às identificadas em Ouro Preto. Cerca de 61% atribuíram notas de zero a dois na cidade baiana, enquanto na mineira 54% apreciaram este tópico com notas entre dois e três. Na *melhoria do trabalho de divulgação do turismo cultural* encontra-se resultado similar. Na primeira cidade 59,0% empregam notas de zero a dois e 55% avaliações dois e três na segunda. No suporte à comercialização dos produtos culturais, tópico que busca avaliar a atuação do poder público no auxílio ao transporte dos

grupos, na atração de pessoas para os eventos, etc., a nota dois predomina em Cachoeira, atribuída por 19,3% e a três em Ouro Preto (36,9%). Em ambos os casos é significativo o percentual dos que empregaram a nota zero a este quesito (19,3% na primeira cidade e 12,6% na segunda).

A atuação pública para a *melhoria da qualidade dos serviços* foi avaliada por 67,5% com notas de zero a três na cidade do Recôncavo baiano e por 66,7% com dois e três na mineira. Na *qualidade da mão de obra para o turismo* as notas dois e três predominam nos dois sítios históricos, sendo empregadas por 59% no primeiro e por 59,5% no segundo. Resultado similar é alcançado na avaliação da *infraestrutura urbano-turística*²⁶, em que as notas dois e três foram empregadas, respectivamente, por 55,4% e 64% dos entrevistados. Na *melhoria da educação e qualificação no município*, que engloba não apenas pessoas aptas ou inseridas no mercado turístico, mas a população, de uma maneira mais ampla, 71,1% utilizaram as notas de zero a três na cidade que sedia o Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB e 52,2% as dois e três no núcleo urbano onde se localiza unidade central da UFOP. No *aparato de segurança pública*, um aspecto da infraestrutura de grande relevo para a população residente e para os visitantes, o zero a dois volta a predominar na primeira cidade (adotado por 68,7%) e o três e quatro na segunda (59,5%). Na *saúde pública e condições sanitárias* 61,4% utilizam notas de zero a três em Cachoeira e 71,2% as dois e três em Ouro Preto – Tabela 4.

Na *ação pública visando ao fortalecimento das instituições locais* a nota dois predomina em Cachoeira e a três em Ouro Preto (empregadas, respectivamente, por 20,5% e 33,3%). Na *facilidade de investimento e financiamento* o zero destaca-se na primeira cidade (27,7%) e o dois na segunda (30,6%). Quanto ao *incremento da renda*, na cidade baiana o zero corresponde a 28,9% das respostas e o dois a 32,4% das assertivas na mineira – Tabela 4.

De uma forma geral essa questão, composta por esse conjunto de tópicos analisados, revela uma ampla insatisfação dos entrevistados para

26- A infraestrutura urbano-turística é composta pelos aparatos de comunicação, transporte, serviços de água, luz, saneamento, etc. (LAGE; MILONE, 1991, p. 53).

com a ação pública (federal, estadual e municipal) nos últimos dez anos, seja em Cachoeira, seja em Ouro Preto, porém, esta situação é presenciada de forma mais acentuada no sítio histórico da Bahia. As notas zero e um correspondem juntas a menos de 20% das indicações em apenas dois itens na primeira cidade – apoio às festas populares locais (18,1%) e infraestrutura urbano turística (15,7%); em todos os demais tópicos os mais baixos níveis de insatisfação são evidenciados em mais de 20% das respostas. Já na segunda cidade, só ultrapassam ou estão próximos aos 20%, sendo, portanto, os mais avaliados com as menores notas, os quesitos desenvolvimento e melhoria das acomodações (21,6%), qualidade da mão de obra (19,8%), infraestrutura urbano turística (19,8%), suporte para comercialização dos produtos culturais (21,6%), incremento da renda (28,8%), e facilidade de investimento e financiamento (27%).

Tabela 4 – Áreas de Atuação do Poder Público nos Últimos Dez Anos (em %)

	Cachoeira (N=83)							Ouro Preto (N=111)						
	Zero	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	NS/NR	Zero	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco	NS/NR
Apoio ao des. e/ou melh. das org.	13,25	8,43	20,48	26,51	12,05	8,43	10,84	4,5	11,71	23,42	38,74	14,41	2,7	4,5
Des. e/ou melh. das atrações turís.	12,05	8,43	16,87	34,94	10,84	9,64	7,23	3,6	10,81	18,02	41,44	21,62	2,7	1,8
Des. e/ou melh. das acom.	16,87	10,84	14,46	26,51	8,43	10,8	12,05	12,61	9,01	7,21	23,42	21,62	9,01	17,12
Proteção ambiental	38,55	15,66	18,07	8,43	3,61	8,43	7,23	5,41	9,01	18,92	39,64	13,51	7,21	6,31
Recup. e manut. do patrim. material	18,07	4,82	10,84	32,53	19,28	9,64	4,82	0	8,11	18,92	30,63	26,13	10,8	5,41
Apoio às festas pop. Locais	4,82	13,25	12,05	26,51	18,07	16,9	8,43	1,8	1,8	22,52	26,13	28,83	15,3	3,6
Preserv. do patr. natural	20,48	19,28	16,87	10,84	8,43	13,3	10,84	2,7	5,41	27,93	36,04	17,12	4,5	6,31
Apoio às formas de expressão	8,43	16,87	16,87	19,28	16,87	14,5	7,23	1,8	10,81	23,42	30,63	18,92	8,11	6,31

Qualidade de serviços	15,66	12,05	18,07	21,69	14,46	9,64	8,43	4,5	6,31	26,13	40,54	17,12	0,9	4,5
Qualidade da mão de obra	12,05	9,64	34,94	24,1	7,23	7,23	4,82	9,01	10,81	27,03	32,43	14,41	3,6	2,7
Saúde públ. e cond. sanit.	18,07	8,43	26,51	21,69	12,05	3,61	9,64	3,6	8,11	24,32	46,85	14,41	2,7	0
Incentivo à educ. patrim.	20,48	16,87	24,1	12,05	12,05	7,23	7,23	4,5	9,01	19,82	34,23	18,92	4,5	9,01
Incram. do aparato de segur.	18,07	19,28	25,3	16,87	9,64	4,82	6,02	1,8	4,5	19,82	36,04	23,42	9,01	5,41
Patrim. dos bens culturais	8,43	9,64	22,89	27,71	13,25	9,64	8,43	0,9	6,31	10,81	27,03	28,83	21,6	4,5
Melhoria da educ. e qualifi. no município	13,25	15,66	20,48	21,69	15,66	4,82	8,43	3,6	3,6	29,73	30,63	21,62	6,31	4,5
Melh. do trab. de divulg. do tur. cult. da cidade	19,28	13,25	26,51	18,07	10,84	7,23	4,82	2,7	12,61	23,42	31,53	19,82	6,31	3,6
Infra. urbano-tur.	7,23	8,43	25,3	33,73	8,43	10,8	6,02	8,11	11,71	27,93	36,04	9,01	3,6	3,6
Suporte para comer. dos prod. Culturais	19,28	20,48	15,66	18,07	9,64	3,61	13,25	12,61	9,01	22,52	36,94	11,71	2,7	4,5
Fortalec. Instituc.	13,25	15,66	20,48	16,87	10,84	7,23	15,66	2,7	9,91	21,62	33,33	16,22	8,11	8,11
Incremento da renda	28,92	15,66	21,69	15,66	7,23	0	10,84	11,71	17,12	32,43	17,12	7,21	4,5	9,91
Facilid. de invest. e financia.	27,71	18,07	24,1	13,25	1,2	3,61	12,05	9,91	17,12	30,63	13,51	7,21	6,31	15,32

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Por fim, a pesquisa buscou também ouvir da população entrevistada quais as principais propostas que indica para o turismo cultural de cada uma das cidades selecionadas. Nesse caso, o entrevistado poderia apresentar mais de uma proposição. Em Cachoeira, destino em que quase 40% das organizações pesquisadas indicaram ser a mão de obra qualificada uma das suas principais dificuldades, a proposição central é a *capacitação para o turismo cultural*, apontada por 11,3%. Em seguida, a melhoria da

estrutura e da oferta para o turismo cultural, com novas opções para os grupos culturais, através de ações de *melhoramento na segurança, sinalização, limpeza, estradas, equipamentos e serviços* (indicada por 6,8%) e da *implantação da Casa da Cultura e Mercado de Arte* (por 6,8%). Em idêntico percentual desponta também a *articulação em rede e união das empresas, organizações culturais e sociais e do poder público* e o *apoio e valorização do samba de roda*, Patrimônio Imaterial da Humanidade, *dos grupos e bens culturais* – Tabela 5.

Além destas, outras proposições foram lançadas no sítio baiano, como o *fomento ao turismo rural, ecológico e náutico, com melhor aproveitamento do rio Paraguaçu*, atrativo natural de relevo (por 6%), *definição de políticas e editais de fomento à cultura* (por 5,3%), *confeção e implantação do Plano de Turismo Cultural Participativo* (por 5,3%), *trabalho de educação patrimonial* (por 4,5%) e *divulgação do destino* (por 3,8%), além de diversas outras – Tabela 5. Observa-se que, apesar da dificuldade de acesso a recursos ter sido apontada como o principal problema enfrentado pelas organizações, estas propõem, em primeiro lugar, a melhoria do destino para o turismo cultural, acreditam, possivelmente, que esta alternativa trará maiores reflexos para o resultado geral da atividade e para os seus negócios e ações em particular, do que linhas de crédito que possam vir a ser oferecidas, mesmo com juros mais acessíveis.

Tabela 5 – Propostas Indicadas para o Turismo Cultural de Cachoeira

Propostas para Cachoeira		N.	%
Capacitação para o turismo cultural (trabalhadores, guias, comerciantes, gestores e outros)	15		
Implantação da Casa da Cultura e Mercado de Arte	9		
Articulação em rede e união das empresas, organizações culturais e sociais e poder público	9		
Melhoria da estrutura turística (segurança, sinalização, limpeza, estradas, equipamentos e serviços)	9		
Apoio e valorização do samba de roda, dos grupos e bens culturais	9		
Fomento ao turismo rural, ecológico e náutico, com melhor aproveitamento do rio Paraguaçu	8		
Políticas e editais de fomento à cultura	7		

Plano de Turismo Cultural Participativo	7
Trabalho de educação patrimonial	6
Divulgação do destino	5
Inventário Cultural	4
Apoio ao artesanato	4
Restauração do patrimônio material, incluindo o Mercado Municipal	4
Ampliar a captação de eventos de grande porte	3
Unir e ampliar a atuação dos organismos públicos	3
Ampliar a oferta de atrativos, sobretudo, noturnos	3
Apoio e proteção às casas de religião de matriz africana	3
Incentivo para hotéis e restaurantes	3
Estruturação de posto de informações turísticas	2
Confecção e publicação do calendário de eventos	2
Ampliação do diálogo dos empresários com o poder público	2
Revitalização do São João Tradicional	2
Absorção de profissionais de turismo pelo mercado local	2
Evento associado à cultura negra	2
Preservação ambiental	2
Abertura dos monumentos, inclusive nos finais de semana	1
Organização de roteiros turísticos	2
Outros	5
Total	133

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Em Ouro Preto, a proposta que angariou um maior número de adeptos foi a *articulação em rede, com criação de fórum de discussão e união das organizações culturais e turísticas e do poder público em prol do turismo cultural* (indicada por 10,4%). Percebe-se que nas duas cidades esta demanda desponta dentre as prioritárias. Em seguida aparecem citados, respectivamente, por 6,2% dos entrevistados, a *capacitação para o turismo cultural*, e não exclusivamente direcionada aos trabalhadores, mas, também aos comerciantes, gestores e outros; a *acessibilidade e mobilidade urbanas*, com ordenamento do trânsito e definição de áreas de estacionamento no núcleo central da

cidade, com destaque para a Praça Tiradentes; e a confecção de um Plano de Turismo Cultural Participativo com propostas de descentralização da atividade e articulação com outros setores.

Observa-se o desconhecimento de parte expressiva dos entrevistados quanto à existência de um plano de turismo realizado pela gestão atual; a preocupação com a acessibilidade, em um destino que apresenta um relevo íngreme, mas cuja oferta pode exercer um forte apelo junto aos visitantes de maior idade e o reconhecimento da necessidade de ampliar a qualificação das pessoas que atuam na atividade do turismo cultural. Outras proposições foram também mencionadas, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – Propostas Indicadas para o Turismo Cultural de Ouro Preto

Propostas para Ouro Preto	N.	%
Articulação em rede, criação de fórum e união das org. cult. e tur. e poder público em prol do tur. cult.	22	10,43
Capacitação para o turismo cultural (trabalhadores, comerciantes, gestores e outros)	13	6,16
Acessibilidade e mobilidade com ordenamento do trânsito na área central com destaque para a P. Tiradentes	13	6,16
Plano de Tur. Cult.Partic. com propostas de descentralização da atividade e articulação com outros setores	13	6,16
Trabalho de educação patrimonial e para o turismo	13	6,16
Diversificar a oferta – ecoturismo, turismo esportivo, de experiência (com base na mineração), pedagógico, festivais, inclusive gastronômicos, atividades aos domingos e à noite	12	5,69
União, apoio e fortalecimento do congado e demais grupos culturais	11	5,21
Capacitação e profissionalização dos guias de turismo	9	4,27
Capacitação e comprometimento dos gestores públicos	9	4,27
Empoderamento da comunidade local e democratização do acesso aos recursos públicos	9	4,27
Fortalecer os Conselhos de Turismo e Cultura, com funcionamento dos fundos setoriais	8	3,79
Melhoria da estrut. urbano-turística (segurança, saneamento, banheiros públicos, sinal. inform., transporte público, limpeza)	8	3,79
Realização de políticas públicas efetivas	7	3,32

Divulgação do destino como um todo e não apenas do patrimônio material	6	2,84
Linha de crédito para empreendedores e moradores em perímetro tombado e escritório público de engenharia e restauro a disposição para a população	4	1,90
Organizar novos roteiros turísticos, inclusive noturnos	4	1,90
Criação de uma autarquia municipal para gerir o patrimônio material	3	1,42
Capacitar organizações da sociedade civil, com cursos de gerenciamento, registro, prestação de contas, etc.	3	1,42
Ampliar orçamento e editais para atividades culturais e restauro	3	1,42
Contribuir para a independência financeira das organizações culturais	3	1,42
Fomento ao turismo comunitário	3	1,42
Educação ambiental e proteção às áreas naturais como o Horto	3	1,42
Ampliar e integrar a atuação da UFOP em atividades de extensão voltadas ao turismo cultural	3	1,42
Implantação de espaço para apresentações culturais	2	0,95
Capacitar para o empreendedorismo	2	0,95
Duplicação da BR 356 que interliga Ouro Preto à Mariana	2	0,95
Regularização e formalização das organizações do turismo cultural	2	0,95
Apoio ao artesanato	2	0,95
Ampliar e qualificar os atrativos	2	0,95
Continuidade das ações públicas independentemente do fim do mandato político	2	0,95
Confecção e publicação do calendário de eventos e atividades culturais	2	0,95
Trabalhar em Ouro Preto o turismo cultural de baixo impacto e evitar multidão	2	0,95
Criação de uma empresa pública de turismo com independência e autonomia	2	0,95
Geração de novas fontes de emprego	2	0,95
Projeto Ouro Preto 2040 transição da mineração e pós-mineração	2	0,95
Outros	5	2,37
Total	211	100,00

Redes do turismo

A análise de redes sociais (ARS) vem se expandindo acentuadamente na contemporaneidade. Para tal cenário, verificam-se, entre outros fatores, a sua capacidade da referida ferramenta conceber um mapa de interações entre atores e organizações, possibilitar uma mais ampla compreensão das relações, dos fluxos de comunicação e de intercâmbio de informações entre sujeitos, favorecer definições de estratégias de ação com vistas ao alcance de melhores resultados futuros. A interpretação dos grafos e indicadores via ARS viabiliza, assim, intervenções na rede, melhor gerenciamento de conhecimento, informação e aprendizagem organizacional (GOBBO, 2016).

Os grafos ou redes complexas, estudados, inicialmente, para resolução de problemas práticos, além de continuarem servindo como modelagem para questões de ordem prática, como a definição de trajetos urbanos com menor dispêndio de recursos, são atualmente empregados de forma ampla na representação de sistemas naturais e sociais. São utilizados também na análise das propriedades individuais e coletivas emergentes das interações entre elementos desses sistemas e com outros propósitos (CUNHA, 2013).

Como afirma Barabási (1999), por trás de cada sistema complexo há uma intrincada rede codificadora de interações de seus componentes. Uma rede se constitui, assim, em uma abstração desses componentes (chamados vértices) e suas relações entre si (denominadas arestas). As redes sociais, especificamente, são formadas por pessoas ou por organizações (aqui também denominadas atores, nós ou vértices), que podem estar atreladas a diversos tipos de relações, como parentesco, laços profissionais, localização geográfica, parcerias com os mais distintos propósitos.

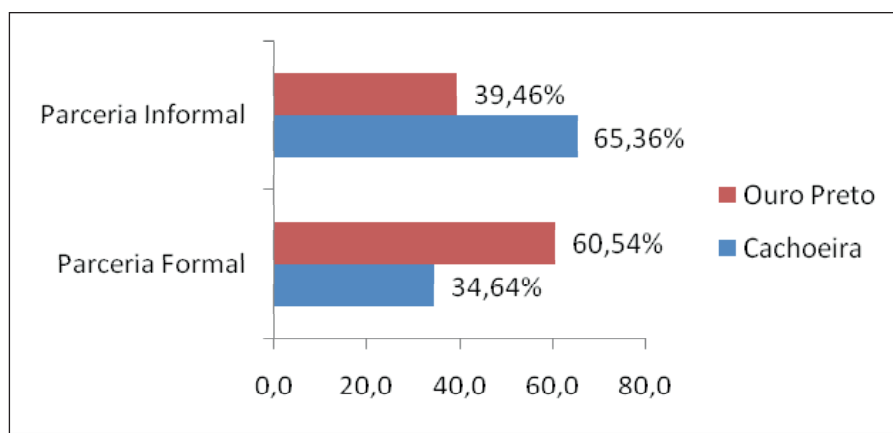
Parcerias nas redes

Na análise relacional das redes de parceiros das cidades de Cachoeira e Ouro Preto, compostas por fornecedores, produtores culturais, políticos, organismos do setor público, grupos religiosos, empresas, organizações culturais, associações, sindicatos, conselhos

e outros, antes de apresentar mais detidamente o estudo dos indicadores de rede, cuja opção é pelo uso dos indicadores de centralidade, são apresentados os tipos e perfis de parceiros.

Na análise do tipo de parceria travada, observa-se que, em Cachoeira, predominam as informais (65,4%) e, portanto, mais frágeis, destituídas de um suporte legal, e, em Ouro Preto, as formais (60,5%) – Gráfico 12. As parcerias formais em Cachoeira são estabelecidas principalmente com o setor público (26,8%), seguido por produtores culturais (21,3%) e por fornecedores (16,3%). Nas informais, predominam aquelas travadas com fornecedores (42,8%), seguidos à distância por empresas (10,6%) e grupos religiosos (10,2%). Em Ouro Preto, as parcerias formais, de forma idêntica à Cachoeira, também são constituídas, em maior percentual, com o setor público (32,1%). Em segundo lugar despontam as empresas (17,7%) e associações, sindicatos e conselhos (16,5%). Já as informais são realizadas com empresas (34%), que, em geral, ou estabelecem vínculos informais entre si ou apoiam as ações culturais, casos mais esporádicos, com o setor público (15,2%) e com organizações culturais (15,2%) – Tabela 7.

Gráfico 12 – Parcerias Formais e Informais no Turismo Cultural de Cachoeira e Ouro Preto



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Tabela 7 – Tipos de Parceiros no Turismo Cultural de Cachoeira e Ouro Preto

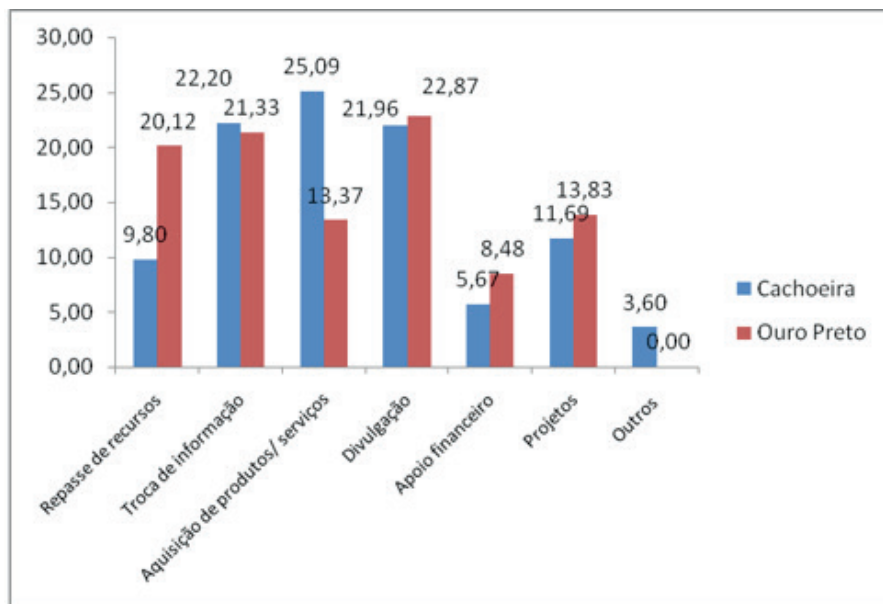
	Cachoeira		Ouro Preto	
	Parceria formal	Parceria informal	Parceria formal	Parceria informal
Fornecedor	16,32%	42,79%	13,29%	11,00%
Produtores culturais	21,34%	8,65%	3,16%	2,27%
Políticos	0,42%	1,11%	0,63%	1,62%
Setor Público	26,78%	5,32%	32,07%	15,21%
Grupos religiosos	8,79%	10,20%	3,59%	1,94%
Empresas	6,69%	10,64%	17,72%	33,98%
Organizações Culturais	8,79%	8,65%	10,55%	15,21%
Associações, sindicatos, conselhos	8,79%	4,88%	16,46%	11,33%
Outros	2,09%	7,76%	2,53%	7,44%

Fonte: Pesquisa direta , 2018

Quando investigadas as motivações para as organizações travarem parcerias, observa-se que, em Cachoeira ressaltam-se a aquisição de produtos e serviços (25,1%), troca de informação (22,2%) e divulgação (22%). Em Ouro Preto, a divulgação (22%), troca de informação (21,3%) e repasse de recursos (20,1%) – Gráfico 13 –, ou seja, as organizações procuram parceiros no sítio baiano porque necessitam de fornecedores, de intercambiar e de veicular informações, inclusive via virtual. No contexto mineiro, as razões são similares, à exceção dos fornecedores agregando os repasses, que, neste caso, não se tratam de recursos financeiros, mas, sobretudo materiais (empréstimo de sala, equipamento, veículo para deslocamento de grupos, etc.). Nas duas cidades, as organizações ainda estabelecem laços restritos para o desenvolvimento de projetos coletivos e, de forma ainda menos expressiva, para apoio financeiro. Essa situação certamente contribui para aguçá-la

dificuldade de acesso a recursos financeiros, apontada, como mencionado, enquanto principal obstáculo das unidades pesquisadas.

Gráfico 13 – Motivação para as Parcerias no Turismo Cultural de Cachoeira e Ouro Preto (em %)



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Indicadores de Centralidade

Conforme Wasserman e Faust (1994) a teoria das redes sociais é particularmente adequada para análise do intrincado encadeamento de relações, devido à sua capacidade de acessar, simultaneamente, conexões estruturais múltiplas e os relacionamentos representados por essas conexões. Para esses autores, existem vários tipos de redes sociais que podem ser estudadas, e a compreensão de cada uma delas requer o conhecimento dos elementos da sua estrutura, a saber: centralidade – princípio que permite medir o envolvimento de um ator na rede; autonomia estrutural – possibilita identificar ator que ocupa um buraco estrutural entre dois

atores com o qual está conectado; equivalência estrutural – detecta atores que ocupam posições parecidas; densidade – indica os atores que possuem fortes conexões uns com os outros; e coesão – indica um ou alguns atores que exercem poder sobre a rede (WASSERMAN; FAUST, *apud* GOBBO, 2016, p. 35).

A compreensão da centralidade, que constitui um dos primeiros usos da Teoria dos Grafos, possibilita a interpretação da rede social através da análise do comportamento dos seus atores. Esse comportamento pode ser percebido via métricas de centralidade de grau, também considerada como uma centralidade local, de proximidade ou de intermediação que permitem descrever a posição de indivíduos em termos de quão perto estão do centro da ação na rede, sendo, portanto, compreendidas como centralidades globais. Estudando centralidade e poder, Hanneman (2001) destaca a contribuição da perspectiva das redes para a análise de uma das propriedades fundamentais das estruturas sociais: o fenômeno do poder. Nesse contexto, a maneira como um ator está inserido em uma rede relacional, ou seja, a sua posição estrutural na rede, poderá lhe impor restrições ou ao contrário, gerar oportunidades não alcançadas pelos demais. Conforme Hanneman(2001,p.4-6) nessa lógica de vantagem estrutural, são observadas aproximações que enfatizam as propriedades de proximidade e distância como um recurso de poder nas redes sociais.

Apesar de argumentar com base na existência de várias razões pelas quais as posições centrais nas redes sociais podem ser compreendidas como posições mais poderosas, Hanneman (2001) chamará a atenção para o fato de que os analistas de redes descrevem seus enfoques mais provavelmente como descrições de centralidade do que de poder. Para tanto, utilizam métricas como centralidade de grau, de proximidade ou de intermediação que permitem descrever a localização de indivíduos em termos de quão perto estão do centro da ação na rede. Esse autor chama ainda a atenção para a modificação do enfoque de centralidade de grau proposta por Phillip Bonacich, que altera a concepção de vínculo direto entre centralidade e poder.

Enquanto o enfoque original de centralidade defende que atores que têm mais conexões são provavelmente mais poderosos porque podem afetar a mais atores, Bonacich (1987) defende que estar bem conectado a outros faz deste um ator central, porém, não necessariamente poderoso. Se o ator *i* estiver conectado a outros não bem conectados, estes dependerão de *i*, mas se *i* estiver conectado a atores poderosos (bem conectados) este não dependerão dele. Assim, quanto mais conexões o ator tenha com seu entorno, mais central ele será. Quanto menos conexões os atores do seu entorno tenham, mais poderosos eles tendem a ser (HANNEMAN, 2001, p. 7-21).

No caso específico das redes de Cachoeira e Ouro Preto, estas são consideradas como redes não dirigidas, ou seja, aquelas que envolvem reciprocidade nas relações de parceria, aspecto aqui investigado nas redes sociais das duas cidades mencionadas. Em redes não dirigidas, a conexão entre os vértices não tem uma direção. Se o ator (*i*) estabelece relação de parceria com o (*j*), o ator (*j*) também terá o (*i*) como parceiro. As métricas de centralidade de grau, proximidade, intermediação e centralidade geodésica serão aqui utilizadas como mecanismo de ARS, identificando os atores que se destacam pela preeminência das relações estabelecidas local ou globalmente, aqueles usualmente localizados em posição estratégica na rede, bem como os que possivelmente detêm o maior poder.

Centralidade de Grau (Degree Centrality)

A definição mais simples de centralidade do ator corresponde à ideia de que os atores centrais devem ser os mais ativos, os que detêm um número maior de ligações com outros atores da rede. O grau de um dado vértice ou nó na rede, aqui também denominado ator (label), corresponde ao número de arestas (edges) ou ligações adjacentes ao nó. Um ator com um alto nível de centralidade, medido pelo seu grau, é aquele envolvido em muitos laços, o que “concentra a ação na rede,”(WASSERMAN; FAUST, 1994), o que tem mais oportunidades e alternativas que os demais atores, porque tem mais opções, e, em decorrência, maior autonomia, o que o faz menos dependente frente a outros atores específicos, e, portanto, mais poderoso (HANNEMAN, 2001).

Tabela 8 – Centralidade de Grau na Rede do Turismo Cultural de Cachoeira - Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Grau (Degree)	Grau Normalizado
Casa de Barro	38	8,54
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT)	36	8,09
Muleketu, Associação de Capoeira	31	6,97
Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP)	31	6,97
Inst. do Patrimônio Hist. e Artíst. Nacional (Iphan)	28	6,29
Rádio Olha a Pititinga	23	5,17
Irmandade da Boa Morte	21	4,72
Casa do Samba	21	4,72
Cine Theatro Cachoeira	20	4,49
Fundação Hansen Bahia	20	4,49
Samba de <i>Criolo</i>	19	4,27
Pousada do Convento	18	4,04
Supermercado Pereira	17	3,82
Terreiro Ventura	17	3,82
Instituto Cultural Afro-Brasileiro (Identidade Brasil)	17	3,82
Prefeitura Municipal de Cachoeira (PMC)	17	3,82
Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (CALI)/ iCONTENT/Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	17	3,82
Grupo de Apoio ao Menor Gota de Esperança (GAMGE)	16	3,60
Licor Roque Pinto	16	3,60
Núcleo Arte	16	3,60

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

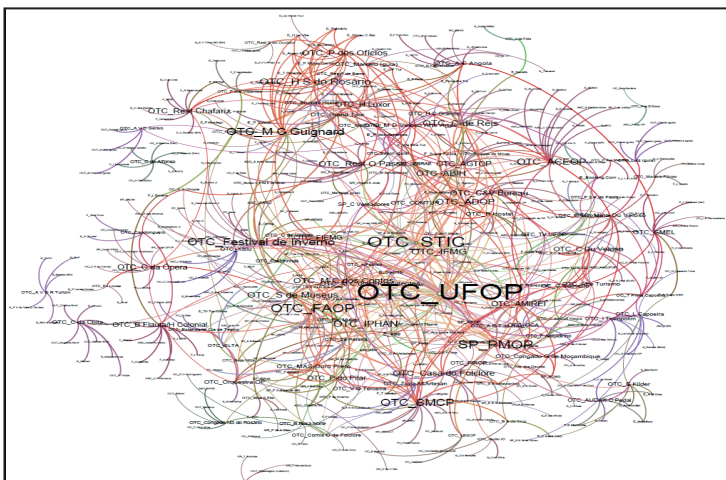
A centralidade de grau é uma métrica que possibilita identificar o número de contatos diretos que um ator mantém em uma rede, medir o seu nível de comunicação. É também considerada uma centralidade local indicadora de quão bem conectado o vértice está dentro do seu ambiente local. É calculada em termos do número de vértices a que um vértice particular é adjacente, ignora as conexões indiretas que ele possa apresentar.

Evidencia uma noção intuitiva de quão bem conectado o vértice está no seu ambiente local.

No caso específico da rede de parceria entre os atores do turismo cultural de Cachoeira, as organizações citadas são aquelas que apresentam um maior número de parceiros, as que travam um maior número de conexões na rede, sendo mais poderosas por serem mais populares. Assim, no conjunto dos atores do turismo cultural desta cidade, as organizações Casa de Barro, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Muleketu, ACTUP e Iphan podem ser consideradas como detentoras de posições vantajosas, tendo maior acesso a recursos da rede, atuando como intermediários entre outros nós e, portanto, apresentando menor dependência em relação aos demais vértices.

Em Ouro Preto a pesquisa direta permitiu construir uma rede não dirigida, com 453 atores (nós) e 742 arestas e cinco componentes conectados, ou seja, a rede possui quatro grupos (componentes) desarticulados do conjunto central (Figura 4). Distintamente de Cachoeira, os grupos dispersos em Ouro Preto possuem um número desigual de componentes (variando entre dois e seis). Também, nesse caso, será analisado exclusivamente o componente gigante que representa 95,6% do total de nós da rede.

Figura 4 – Rede de Parcerias no Turismo Cultural de Ouro Preto



Fonte: Pesquisa direta, 2018

O grau médio identificado na rede de Ouro Preto, de forma muito próxima à Cachoeira, é de 3,35, ou seja, também nesse caso vê-se que, em média, os atores estão conectados com aproximadamente outros três. Considerando a relação dos Top 20, os maiores índices de centralidade de grau foram observados na UFOP, conectada a 13,4% dos nós, STIC, 8,3%, PMOP e FAOP, 6,2% cada (Tabela 9). Optou-se por trabalhar a UFOP separadamente do Festival de Inverno – evento por esta coordenado – respeitando a indicação dos atores locais, uma vez que a gestão desta atividade envolve componentes de diversas organizações, dentre as quais a universidade.

Caso se adicione, entretanto, as conexões com o Festival de Inverno, a UFOP passa a responder individualmente por cerca de 18% dos vínculos da rede. Como visto, enquanto a universidade federal não aparece nos Top 20 em Cachoeira, em Ouro Preto é, destacadamente, o nó de maior relevo na centralidade de grau. Possivelmente, em função do mais curto tempo de funcionamento da UFRB (cerca de 12 anos), frente à UFOP e também dada à oferta de curso de graduação em turismo nessa última organização, bem como aos equipamentos culturais que coordena, como o Museu de Ciência e Tecnologia, o Museu de Farmácia e o Centro de Convenções.

Tabela 9 – Centralidade de Grau na Rede do Turismo Cultural de Ouro Preto
Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Grau (Degree)	Grau Normalizado
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	58	13,39
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	36	8,31
Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	27	6,24
Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	27	6,24
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio (SMCP)	22	5,08
Festival de Inverno	22	5,08
Museu Casa Guignard	22	5,08
Hotel Solar do Rosário	19	4,39

Associação Comercial de Ouro Preto (ACEOP)	18	4,16
Inst. do Patrimônio Hist. e Artíst. Nacional (Iphan)	18	4,16
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	17	3,93
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	17	3,93
Sistema de Museus	17	3,93
Restaurante Conto de Réis	17	3,93
Museu Casa dos Contos	16	3,70
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	15	3,46
Casa do Folclore	15	3,46
Restaurante O Passo	15	3,46
Pousada dos Ofícios	15	3,46
Convention and Visitor Bureau (C&V Bureau)	14	3,23

Fonte: Pesquisa direta (2018)

O estudo da centralidade de grau na rede formada por essas organizações propiciou identificar, em Ouro Preto, um maior poder exercido pelos organismos públicos, com expressivo destaque para a Universidade Federal, e instituições de fomento ao turismo. Esta cidade, apesar das dificuldades enfrentadas, possui um dinamismo muito superior a Cachoeira no tocante à economia do turismo. Em 2018, o turismo de Ouro Preto, como informado, contava com 90 hotéis e similares, número que se encontra em crescimento; a rede de hospedagem de Cachoeira dispõe hoje de nove meios de hospedagem.

Patrimônio da Humanidade, com o mais expressivo acervo do barroco mineiro, situada no Sudeste, a mais rica dentre as regiões brasileiras, Ouro Preto exerce um maior poder de atração para os visitantes e, como afirmado pelo Secretário de Cultura Ângelo Oswaldo, possui ampla vocação para o desenvolvimento do turismo (OSWALDO, ED/2018). Mas, diante da crise atual, algumas organizações locais, e, mais especificamente, dos ramos da hotelaria e gastronomia, constituíram uma rede para realização de trabalhos em parceria que, conforme entrevistados, já tem surtido vários efeitos, como uma “união e diálogo muito interessante para o grupo, uma relação mais próxima”.

Utilizando-se das redes sociais, a denominada localmente como *Rede*, uma organização ainda informal, possibilita a disponibilização de informações para os empresários e a comunidade. Além do apoio a alguns eventos, encontra-se em estudo pelo grupo a possibilidade de profissionalizar o planejamento e captação de eventos para a cidade. Dentre os seus membros, cinco compõem a relação dos 20 vértices de maior centralidade de grau na rede de Ouro Preto, ou seja, são os que detêm um maior número de conexões, os mais poderosos, dotados de maiores contatos.

Em Cachoeira, a análise indica que a atuação da Universidade Federal frente à rede do turismo cultural local ainda requer maior fortalecimento. A UFRB não aparece dentre os 20 vértices de maior centralidade de grau. A liderança dos Top 5 é ocupada por uma organização social que tem na cultura um grande vetor para a inclusão social e nos projetos, frutos, sobretudo, de editais, a sua grande fonte de financiamento. Ainda nesse grupo dos cinco aparece outra organização social cujos numerosos parceiros são, em maioria, organizações e atores estrangeiros. Esse aspecto lhe permite um mais amplo leque de conexões externas à localidade.

Outra distinção expressiva das redes das duas cidades nesta métrica refere-se ao fato dos Top 5 serem representados, exclusivamente, por organismos públicos em Ouro Preto, como unidades de fomento ao turismo e à cultura. Uma possível explicação refere-se ao papel já desempenhado pela cidade mineira na economia estadual e à sua condição de patrimônio mundial que a leva a contar com um aparato institucional mais bem aparelhado, como apresentado anteriormente, dotado de maior poder na rede e de mais elevada capacidade de estabelecer conexões com as organizações locais que conformam a atividade do turismo cultural.

Centralidade de Proximidade (Closeness Centrality)

A segunda visão da centralidade do ator, ainda segundo Wasserman e Faust (1994), é baseada na proximidade ou distância. Esta medida se concentra em quão perto um ator está posicionado em relação ao

conjunto de atores da rede. A ideia é que um ator é central se puder interagir rapidamente com todos os outros. No contexto de uma relação de comunicação, tais atores não precisam contar com outros atores para a transmissão de informações; eles as transmitem.

Citando Beauchamp (1965), Wasserman e Faust comentam que os atores que ocupam posições centrais em relação à proximidade podem ser muito produtivos na comunicação de informações aos outros atores. A visão de centralidade de proximidade depende fortemente de considerações econômicas; se os atores mais centrais, em termos de proximidade estiverem engajados na solução de problemas, com foco nos canais de comunicação, soluções eficientes, tempos reduzidos, boas oportunidades, baixo custo, maior eficiência e eficácia podem ocorrer a partir da existência de caminhos de comunicação muito curtos desses atores em relação aos demais (WASSERMAN; FAUST, 1994, p.184).

Como retratado por Wasserman e Faust, no estudo da centralidade de proximidade, Hakimi (1965) e Sabidussi (1966) afirmam que os nós centrais de uma rede estão próximos quando têm “passos mínimos” e se relacionam com todos os outros nós; portanto, as geodésicas, ou caminhos mais curtos, ligando os nós centrais aos outros nós devem ser os mais curtos possíveis. Essa explicação possibilitou equacionar a proximidade com a distância mínima: a centralidade está inversamente relacionada à distância. À medida que um nó se distancia mais dos outros nós, sua centralidade diminuirá, pois haverá mais linhas nos caminhos mínimos que ligam esse nó aos outros nós. Esse índice de centralidade está padronizado entre zero e um, e pode ser visto como a distância média inversa entre um dado ator e todos os outros atores. É igual à unidade quando o ator é adjacente a todos os outros atores; isto é, quando o ator está o mais próximo possível de todos os outros atores (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 184-185).

A centralidade de proximidade, assim como a de intermediação analisada a seguir, é considerada uma medida de centralidade global. Conforme Scott (*apud* PEREIRA; FADIGAS, 2016), um vértice é glo-

balmente central se ele se situa a distâncias curtas de muitos outros vértices, ou seja, se o vértice está “próximo” a muitos outros. Utilizando este indicador nas suas análises de poder nas redes sociais, Hanneman afirma que, neste caso, o poder provém do fato do vértice atuar como um ponto de referência para os outros atores e por ser o centro de atenção, cujos pontos de vista são levados em consideração por um grande número de atores. Para Hanneman(2001, p. 6), os atores capazes de alcançar a outros e os que são mais acessíveis por outros atores em longitudes de caminhos mais curtos têm posições favoráveis e essa vantagem estrutural pode ser traduzida em poder.

Na rede de Cachoeira os nós com mais rápido acesso aos demais, com um menor número de intermediários ou maior centralidade de proximidade são: Iphan, Casa de Barro, ACTUP, Fundação Hansen Bahia e Secretaria da Cultura do Estado da Bahia (SECULTBA) – Tabela 10. Nesse caso, à exceção da SECULTBA, os demais vértices, dentre os Top 5 nesse indicador, estão no grupo dos dez mais relevantes em centralidade de grau. Ressalta-se que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia aparece em décimo lugar dentre os Top 20, grupo composto por aqueles que têm maior independência na transmissão de informações na rede de parceiros.

Tabela 10 – Centralidade de Proximidade (*Closness Centrality*) na Rede do Turismo Cultural de Cachoeira

Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Closness Centrality
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,37
Casa de Barro	0,37
Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP)	0,36
Fundação Hansen Bahia	0,35
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULTBA)	0,35
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT)	0,35
Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (CALI)/iCONTENT/	0,35
Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	0,34

Casa do Samba	0,34
Grupo de Apoio ao Menor Gota de Esperança (GAMGE)	0,34
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	0,34
Pousada do Convento	0,33
Licor Roque Pinto	0,33
Prefeitura Municipal da Cachoeira	0,33
Irmandade da Boa Morte	0,31
Instituto Cultural Afro-Brasileiro (Identidade Brasil)	0,33
Jomar Lima (produtor cultural)	0,33
Supermercado Pereira	0,33
Instituto Roque Araújo	0,33
Pousada Labarca	0,33
Muleketu, Associação de Capoeira	0,32

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Em Ouro Preto, a UFOP e a STIC mantêm idêntica posição à verificada na centralidade de grau, ocupando, respectivamente, a primeira e segunda posições entre os vértices com maior centralidade de proximidade. O IFMG aparece como exceção no conjunto dos cinco primeiros colocados, sendo o único dentre os nós desse grupo que não consta na relação dos Top 20 em centralidade de grau. Também, neste caso, os cinco primeiros colocados são organismos públicos ou de fomento à cultura e ao turismo – Tabela 11.

Tabela 11 – Centralidade de Proximidade (*Closness Centrality*) na Rede do Turismo Cultural de Ouro Preto

Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Closness Centrality
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	0,41
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	0,38
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,37
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	0,36

Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	0,35
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH Regional	0,35
Circuito do Ouro (ABIH)	0,35
Sistema de Museus	0,35
Museu Casa dos Contos	0,35
Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	0,35
Associação Amigos do Reinado (AMIREI)	0,34
Restaurante Conto de Réis	0,34
Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP)	0,34
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	0,34
Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG)	0,33
Coletivo Du Veloso	0,33
Museu Casa dos Inconfidentes	0,33
Afro Turismo	0,33
Festival de Inverno	0,33
Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	0,33
Casa do Folclore	0,33

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Centralidade de Intermediação (Betweenness Centrality)

A centralidade de intermediação representa quantas vezes um fluxo do tipo geodésico (caminho mínimo) passa por um dado ator (i), medindo a quantidade de recursos da rede que este controla. Um ator torna-se central se estiver entre outros atores em suas geodésicas, implicando que, para ter uma elevada centralidade de intermediação, o ator deve estar entre muitos dos atores através de suas geodésicas (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 189).

Para Freeman (1977, p. 36), autor que nos anos 1970 propõe o uso da centralidade baseada na intermediação, um ponto é considerado central na medida em que está situado entre dois outros caminhos. Um ponto entre dois outros pode facilitar, bloquear, distorcer ou falsificar a comunicação entre os dois; pode mais ou menos completamente controlar sua comunicação. O autor chama a atenção, entretanto, para o fato

de que, se o ponto estiver localizado em algumas, mas não em todas as geodésicas, conectando um par de pontos, seu potencial de controle será mais limitado.

Ratificando a percepção de Freeman, da possibilidade de controle pelo ator em destaque na centralidade de intermediação, Hanneman (2001, p.7) ressalta que este terá mais ampla capacidade de negociar contatos com os demais atores, se beneficiando, e também de isolar atores ou prevenir contatos. Para este autor, a métrica de centralidade de intermediação é, assim, um terceiro aspecto de posição estrutural vantajosa para o ator que se encontra situado entre outros, constituindo-se em mais uma posição de poder. Na rede de Cachoeira, as posições mais vantajosas no indicador de centralidade de intermediação estão representadas pela Casa de Barro, ACTUP, SMCT, Iphan e pela Associação de Capoeira Muleketu, ou seja, embora em ordem diferenciada, exceto o primeiro lugar também sob a responsabilidade da Casa de Barro, pelos mesmos nós que ocupam as primeiras posições em centralidade de grau – Tabela 12.

Tabela 12 – Centralidade de Intermediação (*Betweenness Centrality*) na Rede de Atores do Turismo Cultural de Cachoeira

Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Betweenness Centrality
Casa de Barro	0,14
Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP)	0,13
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT)	0,12
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,11
Muleketu, Associação de Capoeira	0,11
Supermercado Pereira	0,08
Rádio Olha a Pititinga	0,08
Núcleo Arte	0,07
Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (CALI)/ iCONTENT/Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	0,07
Licor Roque Pinto	0,07

Pousada do Convento	0,07
Fundação Hansen Bahia	0,06
Cine Theatro Cachoeirano	0,06
Prefeitura Municipal da Cachoeira	0,06
Irmandade da Boa Morte	0,06
Feira Livre	0,05
Pousada Labarca	0,05
Pousada Casarão	0,05
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	0,05
Clube de Regatas do Paraguaçu	0,05

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Em Ouro Preto, mais uma vez, a liderança está a cargo da Universidade Federal, com grande destaque no indicador de centralidade de intermediação, seguida pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio. O Restaurante Conto de Réis é a primeira organização privada a aparecer no grupo dos Top 5 na cidade mineira. As empresas privadas Colcha de Versos, de artesanato, o Restaurante Bené da Flauta e o Hotel Colonial, esses dois últimos pertencentes à empresa Cecília Versiani Passos & Filhos Ltda., aparecem pela primeira vez dentre os Top 20 em um indicador de centralidade. Todos os demais vértices desse grupo estiveram presentes no conjunto dos 20 mais expressivos, seja na centralidade de grau ou de proximidade – Tabela 13.

Tabela 13 – Centralidade de Intermediação (*Betweenness Centrality*) na Rede de Atores do Turismo Cultural de Ouro Preto

Os 20 vértices mais expressivos no indicador	
Vértice	Betweenness Centrality
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	0,30
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	0,17
Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	0,14

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	0,10
Restaurante Conto de Réis	0,07
Teatro Casa da Ópera	0,07
Festival de Inverno	0,06
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio (SMCP)	0,06
Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP)	0,05
Coletivo Du Veloso	0,05
Museu Casa dos Contos	0,05
Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	0,05
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,05
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	0,04
Museu Casa Guignard	0,04
Colcha de Versos	0,04
Restaurante Bené da Flauta/Hotel Colonial	0,04
Restaurante O Passo	0,04
Hotel Solar do Rosário	0,04
Associação Comercial de Ouro Preto (ACEOP)	0,04

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Centralidade Geodésica ou de Bonacich (Eigenvector Centrality)

O enfoque da centralidade de Bonacich, prestando menos atenção a padrões mais locais, objetiva encontrar os atores mais centrais, com menor distância em relação aos demais, em termos da estrutura global ou geral. Essa métrica mede a importância do vértice na rede também pela importância de seus vizinhos. No seu cálculo são levadas em consideração não apenas as conexões de um dado ator, mas as conexões dos demais atores a ele conectados.

Como comentado anteriormente, Bonacich (1987) propõe um índice, a centralidade geodésica, em que o poder e a centralidade de cada ator dependem do poder de cada outro simultaneamente. Esse indicador expressa a possibilidade de identificar vértices com alta centralidade de

grau que possuem vizinhos com elevadas pontuações, ressaltando o poder do primeiro ator. Essa métrica considera o número de ligações diretas que um ator possui dentro da mesma rede e, simultaneamente, a centralidade dos atores a ele vizinhos, mostrando o grau de prestígio mais geral do primeiro ator. Esta é uma medida de influência: um escore elevado nesta centralidade indica a existência de vizinhos com escores também elevados (BORGATTI; FOSTER, 2003).

Comentando essa métrica Hanneman (2001, p. 24) sugere, entretanto, que o poder também poderá advir da conexão com débeis. Quanto mais conexões o ator (i) tenha com seu entorno, mais central ele tende a ser. Quanto menos conexões os atores próximos a (i) tenham com seu entorno, mais poderoso tende a ser o ator (i). Esta noção do surgimento do poder a partir de conexões com débeis, por oposição aos fortes, é interessante para o presente debate porque aponta para diferentes potencialidades que a posição dos atores na estrutura da rede pode lhes propiciar.

Na rede de Cachoeira, o Iphan, a SMCT, a ACTUP, a Fundação Hansen Bahia e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia são os vértices de mais elevada centralidade geodésica. Além de possuírem um mais amplo número de conexões, são também os que possuem maior prestígio e estão vinculados a vizinhos também dotados de maiores conexões – Tabela 14.

Tabela 14 – Centralidade Geodésica ou de Bonacich (*Eigenvector Centrality*) na Rede de Atores do Turismo Cultural de Cachoeira

Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vetor	Eigencentrality
Casa de Barro	1,00
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,95
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT)	0,83
Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP)	0,80
Fundação Hansen Bahia	0,75
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULTBA)	0,69

Casa do Samba	0,58
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	0,54
Muleketu, Associação de Capoeira	0,54
Irmandade da Boa Morte	0,53
Instituto Cultural Afro-Brasileiro (Identidade Brasil)	0,48
Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (CALI)/ iCON-TENT/Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	0,47
Prefeitura Municipal da Cachoeira	0,47
Grupo Afro Barroco Gêge Nagô	0,46
Grupo de Apoio ao Menor Gota de Esperança (GAMGE)	0,45
Pousada do Convento	0,44
Cine Theatro Cachoeirano	0,44
Davi Rodrigues (produtor cultural)	0,41
Terreiro Ventura	0,40
Licor Roque Pinto	0,39

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Em Ouro Preto, considerando os laços diretos do vértice na rede e, ao mesmo tempo, a centralidade dos vértices que o cercam, ou seja, o índice de centralidade de Bonacich, os nós de maior destaque permanecem sendo a UFOP e a STIC, posição idêntica à verificada nos demais indicadores, seguidas, nesse caso, pela FAOP, Iphan e Prefeitura Municipal de Ouro Preto – Tabela 15.

Tabela 15 – Centralidade de Geodésica ou de Bonacich (*Eigenvector Centrality*) na Rede de Atores do Turismo Cultural de Ouro Preto -

Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vetor	Eigencentrality
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1,00
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	0,61
Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	0,53
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	0,51
Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	0,46

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	0,40
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH Regional	0,40
Circuito do Ouro (ABIH)	0,39
Museu Casa dos Contos	0,37
Sistema de Museus	0,37
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	0,34
Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG)	0,32
Museu Casa dos Inconfidentes	0,30
Casa do Folclore	0,29
Paróquia do Pilar	0,28
Associação Amigos do Reinado (AMIREI)	0,28
Restaurante Conto de Réis	0,28
Museu Casa Guignard	0,27
Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	0,27
Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP)	0,27
Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões	0,26

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Síntese – Centralidade, Parcerias e Atores do Turismo Cultural das Cidades Estudadas

Em síntese, a centralidade de um vértice pode ser determinada por três atributos de centralidade: grau, proximidade e intermediação (FREEMAN *apud* PEREIRA; FADIGAS, 2016, p. 24). Em adição, as suas conexões com os seus vizinhos podem também ser analisadas pela centralidade geodésica. Como visto, a centralidade de grau propicia identificar os atores que têm mais conexões, medir suas atividades de comunicação. Os nós com maior centralidade de grau estão em posição vantajosa na rede, atuam como intermediários em relação a outros e são menos dependentes em relação a recursos.

A centralidade por proximidade é uma medida de independência ou eficiência/eficácia do nó, verificando aqueles atores que por estarem situados no meio da rede podem disseminar as informações de modo mais

rápido aos demais componentes da rede. A centralidade de intermediação identifica os atores que possuem maior controle na comunicação, podendo interromper a interação entre dois outros vértices. Por fim, a centralidade de Bonacic(2016,p.24) ou geodésica identifica atores/vértices com alta centralidade de grau que também têm vizinhos com altas pontuações.

A análise do *ranking* dos 20 vértices mais expressivos nos indicadores de centralidade, investigados em Cachoeira, confirma a forte presença da organização não governamental Casa de Barro, líder em todos os indicadores à exceção da centralidade de proximidade na qual ocupa o segundo lugar. Existente há cerca de 13 anos, a Casa de Barro, Cultura, Arte e Educação tem como coordenadora de projetos a mestre em Gestão Cultural, Luísa Mahin (ED/2018), entrevistada para esse trabalho. Ela revelou atuar com captação de projetos e participar ativamente de editais públicos. Conforme Luísa, o público-alvo da organização são crianças, adultos, jovens e comunidades tradicionais. A Casa de Barro desenvolve cursos, oficinas, palestras, eventos, exposições, além de promover a difusão de livros. Suas principais dificuldades enfrentadas, ainda de acordo com a entrevistada, são a captação de recursos e o desafio de agregar crianças da periferia nos projetos realizados.

Também com boas posições nos quatro indicadores de centralidade de Cachoeira destacam-se a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT), a Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Responsável pela gestão do turismo e da cultura a SMCT é uma empresa pública municipal com cerca de 20 funcionários diretos, atuando em toda a cadeia produtiva da cultura e do turismo e tendo a comunidade local como seu principal público-alvo. Na visão do gestor entrevistado, o Secretário Cleidson do Rosário (ED/2018), suas principais dificuldades estão atreladas ao desenvolvimento de parcerias, à unidade do *trade* turístico local e à divulgação institucional do município pelas esferas estadual e federal.

A ACTUP, com cerca de 13 associados, atua não apenas na oferta de roteiros de turismo, mas, também, com o resgate (preservação/difu-

são) cultural e a busca do desenvolvimento e manutenção da atividade turística. Segundo Alexssandro Simão (ED/2018), presidente da organização há nove anos, a associação oferta cursos, promove exposições e palestras e tem dentre as suas principais dificuldades o conhecimento para realização de projetos, a captação de recursos e acesso à mão de obra qualificada. Também conforme o presidente, o desenvolvimento de parcerias e a conquista de novos mercados são as principais ações realizadas pela gestão atual objetivando o desempenho organizacional.

O Iphan, autarquia federal pertencente à estrutura do Ministério da Cultura, possui um escritório técnico em Cachoeira com sete funcionários, atua na fiscalização e educação patrimonial, oferta cursos e oficinas. No conjunto das principais dificuldades enfrentadas, segundo o entrevistado Marcelo Faria (ED/2018), então chefe do escritório técnico da cidade, é possível citar o trabalho de desmistificar o papel fiscalizador do organismo frente à comunidade local, o acesso a recursos públicos e conhecimento para realização de projetos. A preocupação com a qualificação dos gestores e funcionários é a principal ação realizada para o melhor desempenho institucional.

Na rede de Cachoeira destacam-se ainda como vértices presentes no grupo dos Top 20, em todos os indicadores de centralidade, a Associação de Capoeira Moleketu, organização com muitos vínculos com grupos e capoeiristas estrangeiros; a Prefeitura Municipal; a Cali, organização que, em parceria com a iCONTENT, empresa pertencente à Rede Bahia, realiza a FLICA, anualmente, há oito anos. Esse evento internacional compreende atividades como mesas literárias, a Fliquinha, voltada para o público infanto-juvenil, intervenções artísticas, lançamentos de livros e enfrenta, como desafio mais expressivo, conforme Emanuel Mirdad (ED/2018) sócio da Cali, a captação de patrocinadores, dada a inexistência de grandes empresas em Cachoeira e o interesse empresarial em financiar eventos de responsabilidade social nas cidades em que estão localizadas ou em áreas urbanas de extrema visibilidade.

O grupo dos que constam dentre os Top 20 em todos os indicadores na cidade baiana é também formado pelo Licor de Roque Pinto. Fabrico fami-

liar existente há aproximadamente 50 anos, mantendo a tradição de repasse do conhecimento artesanal geracionalmente. Essa organização tem como principal desafio o acesso à mão de obra qualificada e suas ações centrais visam ao desempenho empresarial, ao desenvolvimento de parcerias, à qualificação de gestores, funcionários e do trabalho de conquista de novos mercados.

Dentre as instituições públicas presentes entre os vinte vértices de maior expressão, em pelo menos um indicador, destacam-se a UFRB e a SECULT-BA. A universidade federal, com um centro na cidade, o Centro de Artes, Humanidade e Letras (CAHL), desponta dentre os 20 colocados nos indicadores de centralidade de proximidade, intermediação e geodésica, mas necessita ampliar suas conexões com os atores da rede, de forma a elevar sua centralidade de grau. A SECULTBA, organismo da estrutura do governo do estado, localiza-se na Capital, e mantém presença no conjunto dos 20 nós mais expressivos em proximidade e intermediação – Tabela 16.

Tabela 16 – Ranking nos Indicadores de Centralidade na Rede do Turismo Cultural de Cachoeira Os 20 vértices mais expressivos nos indicadores

Vértice	Grau	Proximidade	Intermediação	Geodésica
Casa de Barro	1	2	1	1
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT)	2	6	3	3
Muleketu, Associação de Capoeira	3	20	5	9
Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP)	4	3	2	4
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	5	1	4	2
Rádio Olhe a Pititinga	6	n.c	7	n.c
Irmandade da Boa Morte	7	14	15	10
Casa do Samba	8	8	n.c	7
Cine Theatro da Cachoeira	9	n.c	13	17
Fundação Hansen Bahia	10	4	12	5

Samba de <i>Criolo</i>	11	n.c	n.c	n.c
Pousada do Convento	12	11	11	16
Supermercado Pereira	13	17	6	n.c
Terreiro Ventura	14	n.c	n.c	19
Instituto Cultural Afro-Brasileiro (Identidade Brasil)	15	15	n.c	11
Prefeitura Municipal da Cachoeira	16	13	14	13
Cachoeira Literária Produções e Edições Ltda. (CALI)/ iCONTENT/ Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	17	7	9	12
Grupo de Apoio ao Menor Gota de Esperança (GAMGE)	18	9	n.c	15
Licor Roque Pinto	19	12	10	20
Núcleo Arte	20	n.c	8	n.c.
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULTBA)	n.c	5	n.c	6
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	n.c	10	19	8
Jomar Lima (produtor cultural)	n.c	16	n.c	n.c
Instituto Roque Araújo	n.c	18	n.c	n.c
Pousada Labarca	n.c	19	17	n.c
Feira Livre	n.c	n.c	16	n.c
Pousada Casarão	n.c	n.c	18	n.c
Clube Regatas do Paraguaçu	n.c	n.c	20	n.c
Grupo Afro Barroco Gêge Nagô	n.c	n.c	n.c	14
Davi Rodrigues (produtor cultural)	n.c	n.c	n.c	18

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Nota: n.c- não está contido entre os 20 vértices mais expressivos no indicador.

Em Ouro Preto, distintamente de Cachoeira, duas organizações – a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Secretaria de Turismo, In-

dústria e Comércio (STIC) – ocupam, respectivamente, o primeiro e segundo lugares em todos os indicadores de centralidade da rede. Na liderança absoluta e na segunda posição de maior relevo, a UFOP e a STIC são os vértices que apresentam um maior número de atores da rede a eles conectados. São os nós mais centrais, podem interagir rapidamente com todos os outros, controlar a comunicação na rede, tendem a atuar como ponto de referência para outros vértices e possuem mais ampla capacidade de negociar contatos com os demais.

Conforme as métricas de centralidade, a UFOP e a STIC possuem parceiros com muitas conexões, influentes, e também estabelecem relações com atores mais débeis, sem muitos contatos, que dependem destas organizações para a realização de diversas ações na rede. Esses dois movimentos – vizinhos poderosos e, ao mesmo tempo, conexões com débeis – ampliam o poder destas instituições na rede de turismo cultural de Ouro Preto.

Em posição próxima a estes dois nós encontra-se a PMOP, cujo papel nesta rede, principalmente – considerando-se os diversos organismos do turismo cultural a esta vinculados, dentre os quais a própria STIC – pode ser compreendido como mantendo características semelhantes aos dois líderes, travando conexões e apoiando atores da rede. Em reforço a esta leitura do papel desses atores e, mais especificamente, da PMOP na rede local, conforme informações do Secretário de Turismo, Indústria e Comércio, a Prefeitura Municipal apoia anualmente 465 eventos em Ouro Preto, alguns dentre esses realizados por organizações aqui apresentadas (GUERRA, ED/2018) – Tabela 17.

Tabela 17 – Ranking nos Indicadores de Centralidade na Rede do Turismo Cultural de Ouro Preto Os 20 vértices mais expressivos nos indicadores

Vértice	Grau	Proximidade	Intermediação	Geodésica
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1	1	1	1
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	2	2	2	2
Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	3	5	3	5

Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	4	9	12	3
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio (SMCP)	5	n.c	8	n.c
Festival de Inverno	6	18	7	n.c
Museu Casa Guignard	7	n.c	15	17
Hotel Solar do Rosário	8	n.c	18	n.c
Associação Comercial de Ouro Preto (ACEOP)	9	n.c	20	n.c
Inst. do Patrimônio Hist. e Artíst. Nacional (Iphan)	10	3	13	4
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	11	13	14	10
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	12	4	4	6
Sistema de Museus	13	7	n.c	9
Restaurante Conto de Réis	14	11	5	16
Museu Casa dos Contos	15	8	11	8
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH Regional Circuito do Ouro (ABIH)	16	6	n.c	7
Casa do Folclore	17	20	n.c	13
Restaurante O Passo	18	n.c	19	n.c
Pousada dos Ofícios	19	n.c	n.c	n.c
Convention and Visitor Bureau (C&V Bureau)	20	n.c	n.c	n.c
Associação Amigos do Reinado (AMIREI)	n.c	10	n.c	15
Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP)	n.c	12	9	19
Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG)	n.c	14	n.c	11
Coletivo Du Veloso	n.c	15	10	n.c

Museu Casa dos Inconfidentes	n.c	16	n.c	12
Afro Turismo	n.c	17	n.c	n.c
Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	n.c	19	n.c	18
Teatro Casa da Ópera	n.c	n.c	6	n.c
Colcha de Versos	n.c	n.c	16	n.c
Restaurante Bené da Flauta/ Hotel Colonial	n.c	n.c	17	n.c
Paróquia do Pilar	n.c	n.c	n.c	14
Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões	n.c	n.c	n.c	20

Fonte: Pesquisa direta (2018)

Nota: n.c- não está contido entre os 20 vértices mais expressivos no indicador.

Os demais atores da rede de Ouro Preto presentes dentre os Top 20 em todos os indicadores de centralidade, à exceção do Restaurante Conto de Réis, mantém como traço comum o fato de serem organismos públicos (estaduais, como FAOP, federais, como IFMG, Iphan e Museu Casa dos Contos) ou de fomento (caso da ADOP). A Fundação de Arte de Ouro Preto, conforme Sandra Fosque Sanches (ED/2018), Diretora de Promoção e Extensão Cultural, é pioneira no Brasil, no trabalho de restauro de bens móveis. Atua nos mais diversos segmentos do turismo cultural, como nas áreas de música, teatro, artes plásticas, resgate cultural, museu, festas populares, gastronomia, e desenvolve atividades como cursos, oficinas, exposições, palestras e outras. Realiza anualmente dois seminários temáticos: Preservação do Patrimônio, que se encontra na sua 12.^a edição, com duas versões internacionais, e Arte Hoje, que busca discutir a arte contemporânea, estando na 10.^a edição. A FAOP mantém uma biblioteca, um curso técnico, primeiro da América Latina a ser reconhecido, em restauro e conservação de bens móveis. Suas principais dificuldades são a captação de recursos e a atração de mão de obra qualificada.

O Iphan, autarquia federal, conforme o chefe do escritório técnico de Ouro Preto, André Souza (ED/2018), tem como objetivo central proteger, valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural brasileiro. Além do acesso a recursos públicos, as principais dificuldades enfrentadas pelo escritório da cidade mineira referem-se ao desenvolvimento de parcerias, conhecimento para realização de projetos, comunicação com a comunidade, mazelas urbanas e falta de representação de profissionais de engenharia, artes e arqueologia. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto (IFMG), outra autarquia federal, articula-se com a rede do turismo cultural através, sobretudo, dos cursos técnicos profissionalizantes ministrados, a exemplo do de gastronomia.

Ainda na esfera federal, destaca-se o Museu Casa dos Contos de Ouro Preto, uma entidade que, conforme o gestor Leonardo Lopes (ED/2018), não possui personalidade jurídica, estando atrelada ao Ministério da Fazenda, recebe cerca de 150 mil pessoas por ano, segundo o gestor, número possivelmente abaixo do fluxo atual da organização museológica recordista de público na cidade, o Museu da Inconfidência, que, em 2015, foi visitado por 161 mil pessoas (IBRAM, 2015). A Casa dos Contos é uma referência na rede do turismo cultural de Ouro Preto, com o objetivo de salvaguardar acervos culturais importantes para o estudo histórico da humanidade, preservar a memória do ciclo do ouro, arquitetura barroca, promover as artes e a cultura nacional. Essa organização, além de inserida no Sistema de Museus, de atuar como um centro cultural, realizar palestras, exposições, oficinas e outros eventos, mantém parcerias para o desenvolvimento de projetos sociais, a exemplo da realizada com a STIC, no projeto Meraki, que objetiva a inclusão de pessoas em vulnerabilidade social via compartilhamento de conhecimentos, saberes e fazeres e valorização de elementos da cultura local.

A ADOP, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), segundo Gabriel Tropa (ED/2018), Coordenador do Comitê de Parceiros há 14 anos, propõe fomentar a economia de Ouro Preto e, em decorrência, o turismo enquanto atividade econômica, mantendo

a preocupação com a valorização e preservação da cultura. Em parceria com a UFOP esta organização esteve à frente da administração do centro de convenções da universidade por cerca de cinco anos. Foi responsável pela administração da obra de restauro do Paço da Misericórdia, Centro de Artes e Fazeres, entregue em outubro de 2017 ao município.

Premiada com medalha de honra por serviços prestados à comunidade, a ADOP promove cursos direcionados à qualificação da mão de obra para o turismo, a exemplo do de arrumadeira e recepcionista e de conhecimento e elaboração de Plano de Negócios, em parceria com o Sebrae. Essa organização foi também responsável pela realização do projeto do Jardim Botânico, compreendendo um território que se estende da rodoviária à igreja do Rosário, e pela administração, em parceria com a empresa Vale, do horto botânico “Vale dos Contos”, por cerca de 3 a 4 anos. Hoje a ADOP conta com quase 40 parceiros, entre honorários e pagantes, e as suas principais dificuldades são a captação de recursos e de ingresso de novos associados.

O restaurante Conto de Réis, existente há cerca de trinta anos, conforme sua proprietária, Ana Paula Mausur (ED/2018), objetiva mostrar a cultura de Minas Gerais aos visitantes de Ouro Preto, através da gastronomia local. Participa da Rede de Ouro Preto, citada anteriormente, junto com um grupo de bares, restaurantes e meios de hospedagem. É a única empresa privada de Ouro Preto a despontar no grupo dos Top 20 em todos os indicadores de centralidade, revelando o seu poder sobre a rede.

As redes do turismo cultural das cidades históricas de Cachoeira e Ouro Preto apresentam aspectos similares e diferenciados. Nas duas, o organismo municipal de gestão do turismo (SMCT e STIC) apresenta posição de relevo, assim como a autarquia federal responsável pela preservação e proteção do patrimônio cultural, Iphan. Essa ampla participação do órgão municipal de gestão do turismo indica uma dependência expressiva de parte dos componentes da rede em relação ao poder público. São, em geral, grupos culturais tradicionais cuja manutenção está a cargo de comunidades, muitas delas de baixa renda, que atravessam

inúmeras dificuldades e os mantém, sobretudo, pela religiosidade, pela fé nas suas devoções, pelo amor às suas tradições, a exemplo do congado, pastorinhas, samba de roda, capoeira, agremiações carnavalescas, celebrações como a Festa da Irmandade da Boa Morte, a Festa de N. S. do Rosário e Santa Efigênia, artesãos, artistas plásticos e outros.

Grupos muitas vezes não privilegiados e nem prestigiados pelas políticas públicas, contando com ações pontuais, descontínuas e que não prezam pela sua manutenção, proteção e difusão. Não em raras oportunidades, quando contratados, em eventos e apresentações, são remunerados por valores inferiores aos pagos a outras organizações, em geral externas ao município, porém, de elevada projeção midiática. Grupos muitas vezes não percebidos localmente como os grandes representantes do patrimônio imaterial local. Não valorizados como capazes de atrair fluxos significativos de visitantes, ainda que o seu objetivo central esteja distante deste propósito, mesmo com ampla capacidade de despertar o interesse de visitantes e residentes.

Em ambas as redes, as empresas privadas demonstram uma atuação ainda restrita, quando considerado o conjunto dos indicadores de centralidade, excetuando-se a Cali/iCONTENT/Flica e Licor Roque Pinto na cidade baiana e o restaurante Conto de Réis na mineira. Em Ouro Preto, predominam as organizações públicas e de fomento nas posições centrais e em Cachoeira, unidades que têm a cultura como vetor central para ações sociais desenvolvidas, como Casa de Barro e Muleketu. A UFOP desempenha papel de ampla expressão na rede de Ouro Preto, enquanto em Cachoeira, a UFRB aparece dentre os Top 20 em três indicadores analisados, mas não consta nessa relação no que se refere à centralidade de grau, ou seja, ao número de ligações que estabelece com outros atores na rede do turismo cultural da cidade.

Observa-se a existência de subgrupos ou *clusters* que vem se consolidando em cada uma dessas redes, com tendências ao fortalecimento dos atores que os integram. Estes podem ser resultantes de agrupamentos empresariais, como a Rede de Ouro Preto, ou compos-

tos por organizações culturais, a exemplo do samba de roda de Cachoeira (e do Recôncavo), do Sistema de Museus e do *cluster* formado pelos grupos de congado, irmandades, Casa do Folclore e outros na cidade mineira, por associações de artesanato, etc.. Entretanto, falta um elo de ligação que possibilite uma interação entre redes empresariais existentes ou que podem ser estimuladas, e *clusters* culturais.

O setor empresarial, seja em Ouro Preto, seja em Cachoeira, necessita despertar para a potencialidade do patrimônio imaterial e apoiá-lo, promovê-lo. Para isso faz-se necessária a construção dessa articulação, o que pode ser realizado por organismos públicos com representatividade local, a exemplo das secretarias de turismo e cultura, do Iphan, das universidades. É preciso aproximar e fortalecer laços na rede. Esse é um caminho em que todos tendem a ganhar.

Não há porque transformar o patrimônio imaterial com vistas ao turismo. Cabe a cada organização cultural e, mais uma vez, ao destino, decidir quais as transformações lhe são pertinentes e se transformações são pertinentes. Mas é preciso mostrar ao setor empresarial, sobretudo em Ouro Preto, onde circula um fluxo de visitantes de maior poder aquisitivo e percebe-se a existência de amplo desconhecimento acerca dessas tradições, que, mesmo para esse segmento, assim como para os mais diversos turistas, as celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres de comunidades tradicionais podem suscitar expressivo interesse. Primeiramente é preciso informá-los sobre a sua existência, assim como apoiar os grupos responsáveis nas suas ações e criar uma infraestrutura necessária a sua realização.

Tanto em Cachoeira como em Ouro Preto, são necessárias ações em parceria entre os três elos da rede: poder público, empresários e comunidades. Com esse fortalecimento toda a cadeia do turismo cultural tende a ganhar e pode assim, contribuir de forma mais expressiva para o desenvolvimento local.

Turismo e desenvolvimento: reflexões finais

O desenvolvimento local é um fenômeno mais bem delineado nas concepções teóricas – não uniformes, mas detentoras de propósitos similares – do que nas práticas observadas nos distintos territórios. Se os seus objetivos mais óbvios forem compreendidos enquanto a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, aumento dos seus níveis de autoconfiança e organização irá pressupor mudança e reconstrução social, valorização dos recursos do território, fortalecimento das suas instituições e organizações, das redes de parcerias travadas pelos atores locais, dentre outras ações. Em suma, tende a ser um processo individualizado, que considera as características físicas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais de cada território.

Diante de um fenômeno tão complexo, há que se indagar: poderá o turismo contribuir com o desenvolvimento?

Essa é uma discussão antiga, iniciada no meio acadêmico há longas décadas, com amplas contribuições das diversas correntes das ciências sociais. Uma alternativa possível ao tratamento dessa questão é, primeiramente, evidenciar a percepção do turismo enquanto uma atividade econômica dentro do modo de produção capitalista.

Uma atividade que, nas últimas décadas, assumiu um amplo campo de atuação, articulada com setores como hospitalidade, agenciamento, transportes, comunicação, entretenimento, esportes, gastronomia e eventos. Sofreu, simultaneamente, os efeitos da globalização e da regionalização, segmentou-se, recorreu aos diferenciais dos territórios na conformação das suas novas modalidades, e tornou-se elemento fundamental à competitividade de centros urbanos, em especial dos espaços privilegiados de concentração criativa, simbólica e produtiva.

Como um segmento dessa economia em transformação, o turismo cultural vem alcançando papel de destaque, pela sua franca expansão, constitui-se em um dos grandes responsáveis pelo incremento do

turismo mundial. Entretanto, dado o caráter multifacetário e multissetorial desta atividade, que envolve o território e os valores e construções simbólicas das comunidades que o ocupam, estabelecendo estreitas relações com cultura, ambiente, e recursos locais, não necessariamente consideradas positivas pelos atores territoriais, pode-se perceber que o seu caminhar em direção a contribuições mais efetivas para desenvolvimento não poderá prescindir de um maior protagonismo dos atores, organizações e instituições locais na definição dos modelos e mecanismos que pretendem adotar no processo de desenvolvimento deste segmento da economia.

Essa constatação decorre da presente análise, de uma matriz teórica com as principais correntes analíticas do papel do estado no turismo urbano cultural e dos modelos de gestão territorial propostos para a atividade. Os resultados aqui demonstrados indicam a necessidade de um maior protagonismo dos atores locais nas definições pertinentes ao turismo, caso almejem resultados mais amplos para o conjunto do destino turístico.

Neste livro, um estudo comparado das realidades do turismo cultural de Cachoeira, na Bahia, e Ouro Preto, em Minas Gerais, não se pretendeu apresentar um modelo ideal para a gestão territorial do turismo a ser utilizado pelas cidades estudadas. Buscou-se mecanismos que possibilitem que, a partir de um conjunto de experiências e proposições, estas tenham novos elementos para refletir sobre os caminhos adequados para seu desenvolvimento turístico. Foram apresentadas, inicialmente, conceituações sobre o desenvolvimento local, referencial central para o estudo, compreendido enquanto um processo que requer a participação ativa dos agentes territoriais. Em seguida, analisados modelos de gestão turística enquanto uma base fundamental para a compreensão do turismo cultural nas cidades em foco.

Optou-se ainda por dar visibilidade à voz dos protagonistas do turismo cultural dos destinos selecionados, levantar, através de pesquisa direta, o perfil das organizações deste segmento, seus principais desafios, ações

realizadas para o desempenho organizacional, suas avaliações em relação à importância e atuação dos poderes públicos e proposições para melhoria da atividade. Buscou-se, assim, investigar a percepção de um conjunto expressivo de atores/organizações locais quanto às redes de parceria intraorganizacionais travadas e o papel dos poderes públicos nessas redes. A análise de redes tornou-se um subsídio fundamental porque propiciou conhecer as alianças entre parceiros considerados pelas unidades entrevistadas como de relevo para a atividade que desenvolvem, bem como a conformação de cada rede, seus atores centrais, os mais influentes e poderosos e as fragilidades apresentadas.

A presente análise do turismo urbano cultural, nas cidades históricas de Cachoeira e Ouro Preto, propiciou identificar que, apesar das diferenças e particularidades destas cidades, essa atividade ainda defronta-se, em cada uma delas, com uma série de entraves que dificultam a sua expansão e possível contribuição para o desenvolvimento. São demandas atreladas à socioeconomia local e também à forma de gestão desse segmento econômico que, nos dois casos, não é visto como prioritário. São cidades dotadas de um amplo leque de ativos ou recursos que podem vir a ser utilizados pelo turismo cultural, mas em grande parte, encontra-se subaproveitado, requer ações de preservação, valorização e difusão.

De forma geral, as unidades em análise, localizadas em Cachoeira ou em Ouro Preto, são geridas por homens, atuam no turismo cultural exercendo atividades vinculadas, com maior destaque, à cultura e à preservação e à difusão cultural, gastronomia, hospedagem e dança. Embora se defrontem com diversos entraves ao seu funcionamento, como acesso à mão de obra qualificada, conhecimento para realização de projetos ou desenvolvimento de parcerias, o acesso a recursos, públicos ou procedentes de outras fontes, é o maior problema enfrentado. Como mecanismo para a melhoria do desempenho organizacional recorrem, mais intensamente, à qualificação do gestor, adotando, em grande parte, poucas ações para a qualificação do corpo funcional e raramente buscam apoio político para o desenvolvimento das suas atividades.

As organizações aqui em exame consideram a gestão pública extremamente importante para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais. Contudo, a avaliação da ação dos poderes públicos no turismo cultural, tanto de Cachoeira quanto de Ouro Preto, revelou certo descontentamento. Esse foi também expresso na análise da existência de cooperação dos poderes públicos com as organizações do turismo cultural com o objetivo de aprimorar o desempenho da atividade e das áreas de maior atuação desses poderes no turismo cultural de cada localidade. Essa última questão, formada por um conjunto de tópicos, descortinou a insatisfação dos entrevistados para com a ação pública (federal, estadual e municipal), seja em Cachoeira ou em Ouro Preto, porém, de modo mais acentuado no sítio histórico da Bahia. De forma geral, a pesquisa detectou, nas duas urbes, a percepção da gestão pública como de extrema importância para o turismo cultural e também a existência de avaliações pouco favoráveis à sua ação, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual ou municipal, no que se refere à atuação direta na atividade ou na cooperação para com o desempenho das organizações que a compõem.

A cidade baiana, com um patrimônio material significativo, herança dos seus períodos gloriosos no ciclo do açúcar e, em parte, preservado pelo declínio econômico ao qual foi submetida desde meados do século XIX e, mais acentuadamente, a partir da segunda metade do século XX, é também detentora da tradição cultural da sociedade escravista, com um amplo patrimônio imaterial de matriz africana. Mas, apesar da importância dos seus bens de natureza material e imaterial, o turismo cultural deste centro urbano conta com apoio restrito de organismos de fomento, públicos ou de outra natureza, e ampla desassistência no tocante ao aparato público de apoio – segurança, limpeza, qualificação das vias, divulgação e outros. Em Ouro Preto, cidade dotada de amplo acervo cultural, antiga capital do Estado de Minas Gerais, há um aparato significativo de instituições de apoio ao turismo ou à cultura, entretanto, as ações ainda estão direcionadas, sobremaneira, ao patrimônio material. Há uma carência expressiva de uma atuação pública efetiva na valoriza-

ção dos bens de origem africana, assim como no apoio aos mais diversos grupos culturais, além de ações direcionadas à qualificação do espaço urbano para o turismo.

Como um aporte a mais para que essas cidades possam pensar o seu turismo, o recente estudo procura ouvir das organizações indicadas, pelos próprios agentes locais, para a pesquisa de campo, informações referentes à rede do turismo cultural de Cachoeira e de Ouro Preto, enfatiza as parcerias e centralidades, e também as proposições que indicam para o desempenho dessa atividade.

Concernente às parcerias observou-se que, no sítio baiano estas são estabelecidas, principalmente, devido à necessidade das organizações de interagir com fornecedores, de intercambiar e veicular informações, inclusive via virtual. No mineiro, por razões similares, bem como pela motivação relacionada ao repasse de recursos materiais (empréstimo de sala, equipamento, veículo para deslocamento de grupos, etc.) e excetuando-se a relação com os fornecedores. Nas duas cidades, as organizações ainda estabelecem laços restritos para o desenvolvimento de projetos coletivos e, de forma ainda menos expressiva, para apoio financeiro, dificuldade central enfrentada pelas unidades analisadas.

O estudo de centralidade permitiu identificar que as redes do turismo cultural das cidades históricas de Cachoeira e Ouro Preto apresentam aspectos similares e diferenciados. Nas duas, o organismo municipal de gestão do turismo apresenta posição de relevo, assim como a autarquia federal responsável pela preservação e proteção do patrimônio cultural. A posição da autarquia é facilmente compreendida, por tratar-se de cidades patrimônio, onde a interferência desse órgão tende a ser significativa. A ampla participação do órgão municipal de gestão do turismo, que a princípio poderia ser percebida como uma intensa atuação governamental, quando interpretada com fundamento nas demais informações coletadas na pesquisa, indica uma dependência expressiva de parte dos componentes da rede em relação ao poder público. São, em geral, grupos culturais tradicionais cuja manutenção está a cargo de comunidades, muitas delas de

baixa renda, que os mantém atravessando inúmeras dificuldades. Grupos muitas vezes não privilegiados e nem prestigiados pelas políticas públicas, contando com ações pontuais, descontínuas e que não prezam pela sua manutenção, proteção e difusão.

Em ambas as redes, as empresas privadas demonstram uma atuação ainda restrita, quando considerado o conjunto dos indicadores de centralidade, com poucas exceções. Em Ouro Preto, predominam as organizações públicas e de fomento nas posições centrais e em Cachoeira, unidades que têm a cultura como vetor central para ações sociais desenvolvidas. A Universidade Federal de Ouro Preto desempenha papel de ampla expressão na rede local, enquanto em Cachoeira, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, instituição mais recente, embora apareça dentre os Top 20 em três indicadores analisados, não consta nessa relação no que se refere à centralidade de grau. Portanto, o número de ligações que estabelece com outros atores do turismo cultural da cidade, indica que sua atuação nesta rede ainda requer maior fortalecimento.

Observa-se a existência de subgrupos ou *clusters* que vem se consolidando em cada uma dessas redes, com tendências ao fortalecimento dos atores que os integram. Esses agrupamentos podem ser empresariais, como a Rede de Ouro Preto. Esse grupo, ainda informal, atua, sobretudo, de forma virtual, apoia eventos, disponibiliza informações para empresários e comunidade ou compostos por organizações culturais, a exemplo do samba de roda de Cachoeira (e Recôncavo), do Sistema de Museus e do *cluster* formado pelos grupos de congado, irmandades, Casa do Folclore e outros na cidade mineira, por associações de artesanato, etc. Entretanto, falta um elo de ligação que possibilite uma interação entre redes empresariais existentes, ou que podem ser estimuladas, e *clusters* culturais.

Seja em Ouro Preto, seja em Cachoeira, o setor empresarial necessita despertar para a potencialidade do patrimônio cultural, sobretudo, o imaterial, e apoiá-lo, promovê-lo. Para isso faz-se necessária a construção dessa articulação, o que pode ser engendrado por organismos públicos

com representatividade local, a exemplo das secretarias de turismo e cultura, do Iphan, das universidades. É preciso aproximar e fortalecer laços na rede. Esse é um caminho em que todos tendem a ganhar. Nem todas as unidades empresariais ou culturais destas cidades desejarão tornar-se parte de uma rede. Este processo pode ser demorado, irá requerer o estabelecimento de laços de confiança e solidariedade entre os participantes. Mas, seja em Cachoeira, seja em Ouro Preto, ações em parceria entre os três elos da rede – poder público, empresários e sociedade civil organizada – podem conduzir ao fortalecimento de toda a cadeia do turismo.

Os atores entrevistados indicaram também um conjunto de propostas por eles consideradas como fundamentais para o melhor desempenho da atividade. Em Cachoeira, destino em que parte expressiva das organizações pesquisadas revelou ser a mão de obra qualificada, uma das suas principais dificuldades – e proposição central – é a capacitação para o turismo cultural, seguida pela melhoria da estrutura e da oferta para o segmento, com novas opções para os grupos culturais, através de ações de melhoramento na segurança, sinalização, limpeza, estradas, equipamentos e serviços e da implantação da Casa da Cultura e Mercado de Arte. Foram também indicados: articulação em rede e união das empresas, organizações culturais, sociais e do poder público, apoio e valorização do samba de roda, Patrimônio Imaterial da Humanidade, dos grupos e bens culturais.

Em Ouro Preto, a proposta que angariou um maior número de adeptos foi a articulação em rede, com criação de fórum de discussão e união das organizações culturais e turísticas e do poder público em prol do turismo cultural. Observa-se que esta indicação, aqui salientada, desponta dentre as propostas prioritárias nas duas cidades. Em seguida aparecem no sítio mineiro, a capacitação para o turismo cultural, e não exclusivamente direcionada aos trabalhadores, mas, também aos comerciantes, gestores e outros; a acessibilidade e mobilidade urbanas, com ordenamento do trânsito e definição de áreas de estacionamento no núcleo central da cidade, com destaque para a Praça Tiradentes; e a confecção de

um Plano de Turismo Cultural Participativo com propostas de descentralização da atividade e articulação com outros setores.

Em síntese, o estudo realizado nos dois espaços urbanos serviu para indicar que, no Brasil, mesmo em cidades históricas consideradas patrimônio nacional ou mundial, o turismo cultural não é percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais. De uma forma geral, as gestões públicas ainda necessitam apoiar intensamente esta atividade. Faz-se importante ressaltar também que, independentemente do Estado, as organizações locais podem iniciar – e estão iniciando – movimento de formação e fortalecimento das suas redes sociais. Essas redes, hoje já uma realidade, além de contribuírem para os resultados alcançados pelo turismo, quem sabe poderão vir a estruturar-se de forma a possibilitar ao destino uma participação mais efetiva nas diretrizes e propostas para a atividade.

Como mencionado, as redes podem se formar naturalmente ou impulsionadas por organizações, a exemplo de uma universidade. Espera-se que essas e outras cidades brasileiras compreendam a importância das ações em parceria para o fortalecimento das suas organizações e do seu turismo cultural e percebam que esse movimento depende, sobretudo, do protagonismo dos atores locais. Sem conhecimento, articulação e cobrança aos organismos competentes, será muito difícil alterar a realidade. Quiçá este possa ser um possível caminho para que o turismo traga maior contribuição para o desenvolvimento local de espaços urbanos do Brasil.

Referências

ALVARES, Daniela Fanton; LOURENÇO, Júlia Maria Brandão Barbosa. *Planejamento, Competitividade e Gestão do Turismo em Ouro Preto*. Disponível em: <file:///E:/Users/Lucia/Downloads/Dialnet-planejamento-CompetitividadeEGestaoDoTurismoEmOuroP-5018506.pdf>. Acesso em 05/05/2018.

ARAÚJO, Hiram. *Carnaval: seis milênios de história*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.

BAHIA. *Perfil socioeconômico do município de Cachoeira*. Salvador: SEI, 2018. [Web log post]. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2904902.pdf. Acesso em 05 nov. 2018.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). *Festa da Boa Morte*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011(Cadernos IPAC, 2.)

BAHIA, OBEC. *Dimensão Econômica da Capoeira em Salvador: Cadeias Produtivas, Modelos de Organização da Produção e Internacionalização*. Projeto de pesquisa. Salvador: Observatório da Economia Criativa da Bahia, 2017.

BAHIA, Secretaria de Turismo do Estado. *Prodetur Nacional – Setur divulga ações do programa aprovadas pelo BID*. Salvador: Setur, 26/04/2017. Disponível em: <http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/noticias/prodetur-nacional-setur-divulga-acoes-do-programa-aprovadas-pelo-bid/>, acesso em 05/12/2018.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Indicadores Municipais*. 2016. Salvador: SEI, Cachoeira. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2904902.pdf. Acesso em 20/11/2018.

BARABÁSI, A.L. Emergence of scaling in random networks. *Science*, 1999, v. 286, p. 509-512.

BONACICH, Phillip. *Power and Centrality: A Family of Measures*. Chicago: University of Chicago Press. *American Journal of Sociology*, vol. 92, n. 5, p. 1170-1182, mar. 1987.

BORGATTI Stephen P.; FOSTE Pacey C. *The Network Paradigm in Organizational Research: A Review and Typology*. USA: Journal of Management 2003, 29(6), p. 991–1013.

BRACHER, Carlos (depoimento). *Ouro Preto Olhar Poético*. Filme de Blima Bracher. Brasília: Ministério da Cultura, Sirius Cultura, 2016.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto N°. 9.725, de 12 de Março de 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/66749468. Acesso em 20/03/2018.

BRASIL, IBRAM, Portal. *Sistema de Museus de Ouro Preto testará metodologia de revisão do PNSM*. Disponível em: [Phttp://www.museus.gov.br/sistema-de-museus-de-ouro-preto-testara-metodologia-de-revisao-do-pnsm/](http://www.museus.gov.br/sistema-de-museus-de-ouro-preto-testara-metodologia-de-revisao-do-pnsm/)). Acesso em 02/02/2019.

BRASIL, IBRAM. *Visitação aos museus do IBRAM*. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/RELATORIO-VISITACAO-2011-2015.pdf>. Acesso em 08/01/2019.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Blogspot*. Disponível em: <http://iphanba.blogspot.com/p/iphan-ba.html>, acesso em 11/03/2019.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário Nacional de Referências Culturais*. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Lista de bens registrados atualizada*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20Atualizada.pdf>. Acesso em 11/03/2019.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Roda de Capoeira*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em 07/02/2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: Orientações Básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Brasília: 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_p.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Destinos Indutores*: Política de desenvolvimento do turismo nos destinos. Brasília: MTur, 2007. Disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/acontece/download_acontece/AirtonPereira_Destinos_Indutores_manhx_0408.pdf. Acesso em 22/11/2018.

BRASIL, PROGRAMA MONUMENTA. Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/monumenta>, 2014. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL, UFOP. *Diagnóstico de demanda turística da cidade de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP/Núcleo de Estudos Avançados em Turismo (Nupetur/UFOP), 2006.

BRASIL, UFRB. *Portal UFRB*. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/ensino/40-lei-de-acesso-a-informacao/102-apresentacao-e-historia>. Acesso em 11/03/2019.

CACHOEIRA, Prefeitura Municipal de Cachoeira. *Anteprojeto do Plano Municipal de Cultura de Cachoeira 2014/2024*. Disponível em: cachoeira.ba.io.org.br/contasPublicas/download/668953/119/2014/7/publicacoes/790A53F4-9B0E-6235-B44485F6F88AC154.pdf. Acesso em 08/03/2019.

CACHOEIRA, Prefeitura Municipal de Cachoeira. Lei n. 1140/2015 e Plano Municipal de Cultura . *Diário Oficial do Município*. Cachoeira, 03/11/2015, Ano 8, N. 148. Disponível em: www.cachoeira.ba.io.org.br. Acesso em 08/03/2019.

CACHOEIRA, Prefeitura Municipal de Cachoeira. Lei n. 1150/2016. *Diário Oficial do Município*. Cachoeira, 11/01/2016, Ano 9, n. 445. Disponível em: <http://www.cachoeira.ba.io.org.br/diarioOficial/download/119/445/0>. Acesso em 09/03/2019.

CACHOEIRA, Prefeitura Municipal de Cachoeira. *Diário Oficial do Município*. 11/03/2019, Decreto N. 35/2019. Disponível em www.doem.org.br/ba/cachoeira/pesquisar. Acesso em 21/03/2019.

CACHOEIRA: em previsão de gastos para 2019 prefeito destina R\$ 4 milhões para festas. *Cachoeira*: recôncavo online. Cachoeira, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: www.reconcavoonline.com.br. Acesso em 03 de março de 2019.

CACHOEIRA: Prefeito vai pagar quase meio milhão de reais para dois artistas no São João. *Cachoeira*: recôncavo online, 08 de maio de 2019. Disponível em: www.reconcavoonline.com.br. Acesso em 16 de maio de 2019.

CAMPUS, M. M.; GUIMARÃES, M. V. A. F.; FERREIRA, L. J. A., ALVARES, L. M. A. de R (2017). *Estudo da rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. Campinas: TransInformação

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução: Roneide Venancia Majer. Atualização para a 6. edição: Jussara Simões. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 698 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1). Título original: *The rise of the network society*.

CHAVOYA Gama; MORALES Hernandez; RENDÓN Contreras. Talpa de Allende, San Sebastián del Oeste y Mascota. Escenarios emergentes del turismo, apuntes sobre desarrollo local. **Revista Turydes**: Turismo y Desarrollo, n. 24, junio. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/tureydes/24/talpa-allende.html>. Acesso em 18/10/2018.

CIDADE de Ouro Preto decreta calamidade financeira. *O LIBERAL* (b). Ano XXXI, n. 1313, 01/11/2018, p. 1.

CLUSTER do Entretenimento, Turismo e Cultura da Bahia. *Uma visão compartilhada do futuro*. Salvador: jul. 2004, 118 p. Mimeo.

COUTO, Douglas. *Mariana é campeã em ações de preservação*. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br:3002/noticia/3462/mariana-e-campea-em-aco-es-de-preservacao>, 2017. Acesso em 06/02/2019.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CUNHA, M. *Redes semânticas baseadas em títulos de artigos científicos*. Salvador: SENAI/CIMATEC, 2013.

DIAS, Paola Helena Publio. *Turismo de Experiência*: instrumento de alavancagem econômica e social para a cidade de Cachoeira. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2017.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987.

FADEL, Fernanda. *O que é que a baiana tem?* Tem Dalva Damiana de Freitas, “Doutora do Samba”. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2016/10/26/o-que-e-que-a-bahia-tem-tem-dalva-damiana-de-freitas-doutora-do-samba.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 05/03/2019.

FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. *Um museu no meio do caminho*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FGV ONLINE. *Análise SWOT*. Disponível em: ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/docs/analise_swot.doc. Acesso em 10/11/2018.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. (org.). *O Conjunto do Carmo de Cachoeira*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2007.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. *Varia História*, Belo Horizonte, n.29, p.39-51, jan. 2003.

FREEMAN, Linton. *A Set of Measures of Centrality Based on Betweenness*. Cambridge: Sociometry, 1977, vol. 4, n 1, p. 35-41.

FURTADO, Celso. *Os desafios da nova geração*. Revista de Economia Política, vol. 24, n. 4 (96), out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/96-1.PDF>. Acesso em 23/10/2018.

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. *Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002, 152 p. (Coleção Selo Turismo).

GLOBO.COM. *Tragédia em Brumadinho: 165 mortes confirmadas, 160 corpos identificados e 155 desaparecidos*. Transmitido ao vivo em 11/02/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/ao-vivo/barragem-da-vale-se-rompe-em-brumadinho-na-grande-bh.html>. Acesso em 13/02/2019.

GOBBO, S. *Aplicação da teoria de redes no contexto de uma rede de médicos com vínculos profissionais em unidades de saúde públicas e privadas*. São Paulo: USP, 2016.

GONÇALVES, Marilene. *Festa D’Ajuda*. Devoção, irreverência e identidade. Cachoeira: 2012, versão digital.

GRAMMONT, Anna Maria de. *Hotel Pilão*. Um incêndio no coração de Ouro Preto. São Paulo: Total Engenharia, Sesi FIEMG, Arcádia Mineira, Vitrine Comunicação, Editora Giordanus, 2006.

GRAMMONT, Anna Maria de. *Ventajas y Desventajas del Crecimiento Económico y Turístico en Ciudades Históricas Brasileñas: El caso de Ouro Preto – Patrimonio Cultural de la Humanidad*. 2013. Tesis (doctoral) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Departamento de Economía Aplicada (Política Económica), Universidad de Málaga, Málaga, 2013.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. Tradução Edite Sciulli. Coleção Turismo Contexto. São Paulo: Contexto, 2001. 296 p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HANNEMAN, Robert. *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales*. Califórnia: Universidad de California Riverside, 2001.

IANNI, Octavio. *Globalização e Neoliberalismo*. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v.12, n.2, 1998. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf, acesso em 23/10/2018.

JANSEN-VERBEKE, Myriam; LIEVOIS, Els. Análise de recursos históricos para o turismo urbano em cidades europeias. In: PEARCE Douglas; BUTLER Richard (orgs.). Tradução de Edite Sciulli. *Desenvolvimento em turismo*. Temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 135-155.

JORNAL Grande Bahia (2018). PRODETUR define intervenções náuticas na Baía de Todos-os-Santos. [Web log post]. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/06/prodetur-define-intervencoes-nauticas-na-baia-de-todos-os-santos/> Acesso em 5 nov. 2018.

JUSTIÇA bloqueia R\$ 5 bilhões da Vale após rompimento de barragem em Brumadinho. Ao todo R\$ 6 bilhões da mineradora foram bloqueados. O outro pedido de bloqueio foi feito pelo governo do estado. *GLOBO.COM*. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/26/justica-bloqueia-r-5-bilhoes-da-vale-apos-rompimento-de-barragem-em-brumadinho.ghtml>. Acesso em 13/02/2019.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. *Princípios do Marketing*. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1995.

LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. Campinas: Papirus, 1991. 122 p.

LEMOS, Paulo (org.). *Guia Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora Graphar, 2017.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1987. 288 p.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória*. O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997. (Coleção Perspectivas)

MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1987. Disponível em: [http://www.collectors.com.br/CS\)6/cs06_03zp.shtml](http://www.collectors.com.br/CS)6/cs06_03zp.shtml). Acesso em 06/02/2019.

NASCIMENTO JÚNIOR; MORAES, A. C. R. Território na Geografia de Milton Santos. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v.28, n 1, 171-176, jan/abr/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v28n1/0103-1570-sn-28-1-0171.pdf>. Acesso em 29/10/2018.

NONATO, Fabiana. *Participação Social: o desenho institucional do Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto*. Viçosa: Revista de Ciências Humanas, v. 17, n.1, p. 47-59, jan./jun., 2017.

NORTH, Douglass. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NUNES, Avelãs. *Uma Introdução à Economia Política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OURIQUES, H.R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea, 2005.

OURO PRETO, ACEOP. *Perfil Socioeconômico 2018*. ACEOP, Fecomércio, Sesc, Senac, 2018.

OURO PRETO, Casa dos Conselhos, Prefeitura Municipal de Ouro Preto. *Conselhos Municipais de Ouro Preto, Informações Gerais*. Novembro, 2018 (arquivo virtual).

OURO PRETO. *Ouro Preto atinge o 1º lugar no ranking provisório de ICMS Cultural*. Jornal Ponto Final On Line. Disponível em <http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5886/ouro-preto-atinge-o-1-lugar-no-ranking-provisorio-de-icms-cultural>, de 28/06/2018. Acesso em 06/02/2019.

OURO PRETO, Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. *Indicadores do Turismo de Ouro Preto, 2017*. Ouro Preto: PMOP, 2017.

OURO PRETO, Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. *Pesquisa Carnaval 2017*. Ouro Preto: PMOP, 2017.

OURO PRETO, Prefeitura Municipal. Lei N. 569, de 20/06/2011. *Casa do Conselho 2018*.

OURO PRETO, Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. Ouro Preto, *Plano Municipal de Turismo 2017-2027*. Ouro Preto: PMOP, 2017.

PAIVA, Carlos Magno de Souza; SOUZA, André Henrique Macieira de. (org.). *Manual para quem vive em Casas Tombadas*. 1ª Ed. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2018.

PANROTAS, 2009. *Cluster Bahia lança livro com estratégias para Salvador*. Disponível em https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/servicos/2009/07/cluster-da-ba-lanca-livro-com-estrategias-para-salvador_49238.html. Acesso em 10/11/2018.

PARA conter despesas, prefeito de Ouro Preto anuncia cortes no próprio salário. *O LIBERAL (a)*, Ano XXXI, n. 1312, 26/10/2018, p. 1.

PEREIRA, Hernane Borges de Barros; FADIGAS, Inácio de Souza. *Têoria de Redes: Centralidade e Prestígio*. Notas de aula, 2016.

PIRES, Elson Luciano Silva *et al.* *Governança Territorial: conceitos, fatos e modalidades*. Rio Claro: UNESP-IGCE: Programa de Pós-graduação em geografia, 2011.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Compus Ltda, 2000.

QUEIROZ, Clécia Maria Aquino de; ARAÚJO, Rosângela Costa. *O samba de roda e sua salvaguarda: novo cenário na gestão cultural do patrimônio imaterial*. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>. Acesso em 03/11/2018.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. *A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador*. 2005. 632 f. Tese (Doutorado) – Universidad de Barcelona, Espanha, 2005.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. *Turismo urbano, gestão pública e competitividade*. Salvador: Fapesb, 2007, p.555.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de; SANTANA, Joseane Duarte de; PEREIRA, Kamilla Santana. Festa de Nossa Senhora D’Ajuda: dos primórdios à atualidade. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 13, 2017, Salvador. *Anais*. Salvador: UFBA, 2017.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de; SILVA, Carlota de S. Gottschall, SANTANA, Mariely Cabral. *Diagnóstico Cultural – Levantamento Preliminar do INRC na área de influência do empreendimento Estaleiro Enseada do Paraguaçu*. Relatório Técnico. Salvador: Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP)/Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2013.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. *Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano*. Salvador: Programa Monumenta, UNESCO, 2009.

RABAHY, Wilson Abrahão. *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Baurueri, São Paulo: Manole, 2003.

SANTOS, Adilson Pereira dos. *Os reflexos de Durban em Ouro Preto e sua repercussão na UFOP*. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2015.

SEN, Amarthya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHARPLEY, Richard. *Tourism Development and the Environment: Beyond*

Sustainability? Richard Sharpley. London: Eartscan, 2009.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwing. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003, p. 17-32.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 15 p.

STRAFORINI, R. *Tramas que Brilham*: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII. 2007. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TINOCO, Dandara. *MG: Municípios mineradores deixam de recolher R\$ 8 milhões mensais*. O Globo, 10 de abril de 2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/mg-municipios-mineradores-deixam-de-recolher-8-milhoes-mensais-1905394>. Acesso em 27/11/2018.

VERA REBOLLO, Fernando J. (Coord.). *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel Geografia, 1997. 443p.

VERA REBOLLO, Fernando J. La variable territorial en los procesos de desarrollo turístico. In: *Arquitectura y turismo: planes y proyectos*. Barcelona: UPC, Dep. de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 1996, p. 87-98.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis – Methods and applications*. Cambridge University Press, 1994.

WERKEMA, Mauro Guimarães. *Ouro Preto na História: protagonismos, paradigmas, revisões*. 1ª Ed. Ouro Preto: Livraria e Editora Graphar, 2018, 303 p.

WORLD Tourism Organization Business Council (WTOBC). *Public-Private Sector Cooperation*. Enhancing Tourism Competitiveness. Madrid: WTOBC, 2000, 289 p.

Anexos

Anexo A – Relação dos entrevistados e datas das entrevistas por ordem alfabética

Cachoeira

ABDELHAFEZ, M. A. G. *Mobeb Abdelhafez Gabr Abdelhafez*: depoimento [08/05/2018]. Proprietário Horus Bistrô Egípcio. Entrevistadoras: Maísa Alves, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ALMEIDA, R. P. *Raimundo Pereira de Almeida* (Mundinho): depoimento [23/05/2018]. Proprietário do Artesanato Mundinho. Entrevistadoras: Cláudia Lacerda e Ivanea Santos. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ANDRADE, C. S. *Camila Santos Andrade*: depoimento [13/06/2018]. Idealização e Organização da Produções Artísticas e Culturais (Mulher de Bigode Filmes e Produções). Entrevistadora: Fernanda Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ARAÚJO, R. P. *Roque Pereira de Araújo*: depoimento [20/05/2018]. Diretor e Proprietário – Presidente do Instituto Roque Araújo de cinema e audiovisual. Entrevistadores: Ivanea Santos e Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

BARCELAR, A. *Alan Barcelar* (Diácono): depoimento [16/06/2018]. Assistente Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

BERNARDO, J. L. A. *José Luiz Anunciação Bernardo*: depoimento [24/04/2018]. Presidente da Sociedade Cultural Orfeica Lira Ceciliana. Entrevistador: Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

BOUZAS, R. M. *Rita Maria Bouzas*: depoimento [18/06/2018]. Gerente Geral da Pousada do Guerreiro. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CALMON, S. *Sine Calmon*: depoimento [14/05/2018]. Proprietário da Morrão Fumegante Produções Artísticas. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Camila Vieira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CASAI, D. R. *Davi Rodrigues Casais*: depoimento [19/04/2018]. Proprietário do Ateliê Davi Rodrigues. Entrevistadoras: Cristiane Almeida, Jasmim Alves. Salvador: [s.n.], 2018.

CERQUEIRA, R. F. *Rosevaldo de Freitas Cerqueira*: depoimento [30/05/2018]. Proprietário da Barraca Deus é Fiel. Entrevistadora: Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CEZIMBRA, R. F. C. *Reinaldo Ferraz Campos Cezimbra*: depoimento [30/04/2018]. Proprietário do RV Hospedagem e Gastronomia (Casa de Avani). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Cristiane Almeida, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CONCEIÇÃO, E. J. *Edvaldo de Jesus Conceição*: depoimento [11/06/2018]. Presidente Executivo e Ogã Responsável da Sociedade Cultural da Roça do Ventura (Terreiro Roça do Ventura). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CONCEIÇÃO, J. L. *Jomar Lima da Conceição*: depoimento [17/04/2018]. Diretor Técnico da Fundação Hansen Bahia. Entrevistadoras: Alile Falcão e Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CORDARO, R. A. *Rosângela Aparecida Cordaro*: depoimento [24/04/2018]. Presidente do Instituto Cultural Afro-Brasileiro (Identidade Brasil). Entrevistadora: Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CORREIA, A. C. N. *Ana Cristina Nascimento Correia*: depoimento [17/05/2018]. Proprietária do Restaurante Cantinho da Nêga. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Camila Vieira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

COSTA, A. S. *Adimar Silva Costa*: depoimento [18/06/2018]. Gestor do Sereia do Paraguaçu. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CRUZ, A. O. *Almir Oliveira da Cruz* (Mimo Escultor): depoimento [05/05/2018]. Proprietário e gestor do Ateliê do Atelier do Mimo. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CRUZ, J. C. *José Conceição da Cruz* (Artesão Zé Cruz): depoimento [06/07/2018]. Proprietário do Artesanato Zé Cruz. Entrevistadoras: Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

CRUZ, U. O. *Ubirajara Oliveira da Cruz* (Billy Oliveira): depoimento [05/06/2018]. Gestor e Artesão do Ateliê e Galeria Luz do Sol. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

DIAS, P. H. P. *Paola Helena Publio Dias*: depoimento [07/05/2018]. Proprietária e Gestora da Paola Mandalas. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Joseane Duarte de Santana. Cachoeira: [s.n.], 2018.

FARIA, M. S. *Marcelo Santos de Faria*: depoimento [06/07/2018]. Chefe do escritório Técnico do Iphan Cachoeira. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Máisa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

FERREIRA, C. O. *Carlos Osvaldo Ferreira (Badinho)*: depoimento [18/05/2018]. Diretor e Ator do Núcleo Arte. Entrevistadores: Eunice Magalhães, Gleiciene Karla, Máisa Alves e Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

FIGUEIREDO, F. L. *Fábio Leão Figueiredo*: depoimento [09/06/2018]. Músico do Quinteto Paulo e Léia. Entrevistadoras: Máisa Alves e Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

P. FILHO, E. S. *Edson da Silva Pereira Filho*: depoimento [25/04/2018]. Diretor MP Empreendimentos Turísticos Hoteleiros Ltda. (Pousada do Convento). Entrevistadora: Iasmin Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

FRANCO, C. R. G. *Carlos Roberto Gomes Franco*: depoimento [14/05/2018]. Presidente da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Camila Vieira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

FREITAS, A. M. *Any Manuela de Freitas*: depoimento [16/04/2018]. Gestora da Associação Cultural do Samba de Roda de Dona Dalva Daminianna de Freitas. Entrevistadoras: Alile Falcão e Cristiane Almeida. Salvador: [s.n.], 2018.

GOMES, F. M. *Flávio Martins Gomes*: depoimento [05/06/2018]. Coordenador de Esportes da Aprendendo com Esporte. Entrevistadoras: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

GONÇALVES, C. P. S. *Calíandra Pereira dos Santos Gonçalves*: depoimento [15/05/2018]. Gestora e Recepcionista da IDM Pousada e Hotelaria (Pousada 13 de Março). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Fernanda Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

JESUS, M. G. *Marcelino Gomes de Jesus*: depoimento [09/05/2018]. Presidente e Diretor da Fundação Casa Paulo Dias Adorno. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

LEITE, A. C. *Alan Chagas Leite*: depoimento [15/06/2018]. Gestor e Proprietário da ACL Viagens. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Maísa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

LIMA, R. S. *Romélia dos Santos de Lima*: depoimento [05/07/2018]. Gestora do Raízes do Ébano. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Maísa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MACEDO, L. O. O. *Luiz Odilon Oliveira de Macedo*: depoimento [11/07/2018]. Treinador de Esporte. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Maísa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MAHIN, L. *Luísa Mahin*: depoimento [14/05/2018]. Coordenadora de Projetos da Casa de Barro Ações Culturais. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MALUF, R. C. A. *Rita de Cássia Abreu Maluf*: depoimento [30/05/2018]. Fundadora e Organizadora do Grupo de Apoio ao Menor Gotas de Esperança (GAMGE). Entrevistador: Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MARQUES, L. C. *Luciana da Cruz Marques*: depoimento [19/06/2018]. Presidente da Associação Samba de Roda Esmola Cantada. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MASCARENHAS, J. M. C. *Julia Marta Correias Mascarenhas*: depoimento [18/06/2018]. Professora e Gestora do Grupo Opunu Vonzu. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MAYAN, M. A. R. *Manoel Antonio Rodrigues Mayan*: depoimento [30/04/2018]. Proprietário do Restaurante Dom Pepe. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Maísa Alves, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

MIRIDAD, E. *Emanuel Mirdad*: depoimento [12/06/2018]. Sócio da Cali e coordenador Geral da FLICA. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2018.

MOREIRA, M. C. *Menezes Conceição Moreira*: depoimento [01/06/2018]. Terreiro de mãe Filhinha. Entrevistadoras: Grasielle Mota, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

NERI, I. P. S. C. *Ivanildo Paulo Santana da Conceição Neri*: depoimento [06/06/2018]. Proprietário da Rádio Web Olha Pititinga. Entrevistadoras: Cláudia Lacerda e Ivanea Santos. Cachoeira: [s.n.], 2018.

NERI, I. P. S. C. *Ivanildo Paulo Santana da Conceição Neri*: depoimento [06/06/2018]. Proprietário do Restaurante Maktub. Entrevistadoras: Cláudia Lacerda e Ivanea Santos. Cachoeira: [s.n.], 2018.

O. JÚNIOR, E. S. Eraldo de Souza Oliveira Junior (Pirulito): depoimento [18/05/2018]. Artista Plástico. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, E. M. J. *Edna Maria de Jesus Oliveira*: depoimento [10/05/2018]. Proprietária do Restaurante Sol e Lua. Entrevistadores: Grasielle Mota e Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, J. C. *Joelson Conceição Oliveira*: depoimento [29/05/2018]. Proprietário do estabelecimento Por Dentro do Boxe (AEBMAR). Entrevistadores: Grasielle Mota, Marcos Oliveira, Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

PELEGRINE, M. A. V. *Maria Aparecida Vasconcelos Pelegrine*: depoimento [22/05/2018]. Diretora de Patrimônio da Irmandade Nossa Senhora D' Ajuda. Entrevistador: Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

PIMENTEL, E. M. *Edna Maria Pimentel*: depoimento [12/07/2018]. Gestora da Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira (Restaurante Rabuni). Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Máisa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

PINHO, A. L. J. *Anderson Luiz de Jesus Pinho*: depoimento [12/07/2018]. Prior Administrador da Ordem Terceira do Carmo. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Máisa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

PINTO, R. F. *Rosival Ferreira Pinto*: depoimento [07/05/2018]. Proprietário do RP Licores (Licor de Roque Pinto). Entrevistadora: Sida da Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

PINHO, R. S. *Ricardo Santos de Pinho*: depoimento [30/05/2018]. Proprietário da Cantina Lua Cheia. Entrevistador: Eunice Magalhães, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

RIBEIRO, A. B. *Alentícia Bertozza Ribeiro*: depoimento [30/05/2018]. Proprietária da Empresa Artesanato da Família Santos. Entrevistadoras: Eunice Magalhães, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ROCHA, R. *Raimundo Rocha*: depoimento [14/07/2018]. Vice-presidente da Liga Cachoeirana de Desportos. Entrevistadores: Grasielle Mota, Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

RODRIGUES, C. J. *Carlos José Rodrigues (Balainho)*: depoimento [11/07/2018]. Diretor e Músico da Orquestra do Bala. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Máisa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ROSÁRIO, C. S. B. *Cleudson Sá Barreto do Rosário*: depoimento [13/06/2018]. Proprietário da Ideal 3 – consultoria e serviços turísticos. Entrevistadoras: Eunice Magalhães, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ROSÁRIO, C. S. B. *Cleudson Sá Barreto do Rosário*: depoimento [11/04/2018]. Secretário de Cultura e Turismo. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Alile Falcão, Cláudia Lacerda, Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

ROSÁRIO, N. S. B. *Ney Sá Barreto do Rosário*: depoimento [01/06/2018]. Proprietária do BN Artesanatos. Entrevistadoras: Grasielle Mota, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

S. FILHO, F. R. *Fábio Rodrigues da Silva Filho*: depoimento [19/04/2018]. Coordenador do Cineclube Mário Gusmão. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTANA, A. S. *Atanagildo Soares de Santana (Tanú Forró)*: depoimento [14/06/2018]. Cantor do Grupo Tanú Forró. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, C. P. *Carlos Pereira Santos*: depoimento [01/06/2018]. Proprietário da Barraca Tudo com Deus. Entrevistadoras: Grasielle Mota, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, C. S. *Cirmeire da Silva Santos*: depoimento [18/07/2018]. Diretora da Vereda das Flores. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, D. S. *Daniel Santana dos Santos*: depoimento [02/05/2018]. Sócio proprietário do RMD Empreendimento Turísticos e Hoteleiro

LTDA (Pousada e Restaurante Pai Thomas). Entrevistadora: Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, D. F. D. *Dijandira Firmino Dias Santos*: depoimento [25/05/2018]. Proprietária da Pousada Casarão. Entrevistadoras: Gleiciene Karla, Máisa Alves e Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, E. V. *Elisângela Vale dos Santos* (Mama): depoimento [26/04/2018]. Gestora e Equede da Associação de Nossa Senhora Aparecida (Terreiro Guarani de Oxossi). Entrevistadoras: Cristiane Almeida, Marli Silva, Grasiela Mota. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, F. S. S. *Flávio dos Santos dos Santos*: depoimento [13/07/2018]. Diretor da Orquestra do Reggae. Entrevistadores: Grasiela Mota, Iasmin Alves, Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, I. C. *Itanara Conceição dos Santos*: depoimento [29/05/2018]. Presidente da Associação Cultural Iemanjá (Festa de Iemanjá ACYO). Entrevistadoras: Eunice Magalhães, Gleiciene Karla. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. N. *Jeilza do Nascimento Santos*: depoimento [18/05/2018]. Proprietária do Jeilza Drink's Restaurante. Entrevistadores: Iasmin Alves, Grasiela Mota, Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. N. G. *Jorge Nego Gomes Santos*: depoimento [15/05/2018]. Fundador e Coordenador Geral do Muleketu, Associação de Capoeira. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Fernanda Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. N. G. *Jorge Nego Gomes Santos*: depoimento [15/05/2018]. Fundador e Líder Musical do Samba de Criolo (Pedra Noventa Organizações e Eventos). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Fernanda Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. O. *Josevaldo Oliveira Santos*: depoimento [01/05/2018]. Gerente do MP Empreendimento Turísticos e Hotelaria LTDA (Cachoeira Apart Hotel). Entrevistadora: Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. R. A. José Raimundo Alves dos Santos (Zé Miúdo): depoimento [30/05/2018]. Proprietário do Bar e Restaurante PQTRLV. Entrevistador: Marcos Oliveira. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, M. A. S. *Maria Aparecida da Silva Santos*: depoimento [30/04/2018]. Proprietária da Hospedaria de Cida. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Cristiane Almeida, Maísa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, V. P. *Valmir Pereira dos Santos*: depoimento [12/04/2018]. Administrador do Centro Cultural Boa Morte. Entrevistadoras: Alile Falcão e Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SANTOS, V. P. *Valmir Pereira dos Santos*: depoimento [24/04/2018]. Idealizador e Músico do Grupo Gêge Nagô. Entrevistadora: Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SILVA, A. S. Antônio dos Santos da Silva: depoimento [17/05/2018]. Líder Religioso do Grupo Seguidores de São Jerônimo (Terreiro Icimemô). Entrevistadoras: Alile Falcão e Fernanda Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SILVA, C. G. *Celestino Gama da Silva*: depoimento [30/04/2018]. Proprietário e gestor do Ateliê do Louco Filho. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Cristiane Almeida, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SILVA, L. E. P. *Luiz Eduardo Passos da Silva*: depoimento [30/07/2018]. Administrador do Aclamação Hotéis e Turismo Ltda. Entrevistadora: Alile Falcão. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SILVA, P. J. *Pedrinho de Jesus da Silva*: depoimento [04/07/2018]. Gestor do Ylé Axé Otá Lomim. Entrevistadora: Maísa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SILVA, R. A. F. *Roberto Araken Falcão e Silva*: depoimento [28/06/2018]. Diretor do Clube de Regatas do Paraguaçu. Entrevistadoras: Iasmin Alves, Marli Silva. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SIMÃO, A. *Alexssandro Simão*: depoimento [07/05/2018]. Presidente da Associação de Guias e Condutores de Turismo do Paraguaçu (ACTUP). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Joseane Duarte de Santana. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SOUZA, A. A. S. *Alex Antonio dos Santos Souza*: depoimento [20/06/2018]. Diretor do Travessia Filmes. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SUZART, S. G. *Samir Guimarães Suzart*: depoimento [24/04/2018]. Coordenador do Cine Theatro Cachoeirano. Entrevistadora: Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

SUZART, S. G. *Samir Guimarães Suzart*: depoimento [24/04/2018]. Produtor Cultural e Co-criador do Grupo EX-13. Entrevistadora: Cristiane Almeida. Cachoeira: [s.n.], 2018.

TEIXEIRA, A. R. M. A. *Ana Rosa Marques Araújo Teixeira*: depoimento [30/05/2018]. Fundadora e Organizadora do Cachoeira DOC. Entrevistadores: Camila Vieira e Wagner Souza. Cachoeira: [s.n.], 2018.

THOMAS, C. A. S. *Cristina Alicia Solimando Thomas*: depoimento [26/04/2018]. Proprietária da Pousada e Espaço de Arte Labarca. Entrevistadoras: Cristiane Almeida, Máisa Alves. Cachoeira: [s.n.], 2018.

Ouro Preto

ADEODATO, W. M. *Willian Magalhães Adeodato*: depoimento [13/09/2018]. Diretor Executivo do Instituto de Turismo de Ouro Preto e do Circuito do Ouro (*Convention & Visitors Bureau – C&V*). Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ADEODATO, W. M. *Willian Magalhães Adeodato*: depoimento [13/09/2018]. Gerente do Premium Hostel. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AIALA, F. M. *Fabrizio Magalhães Aiala*: depoimento [01/10/2018]. Proprietário e Gerente da Pousada e Empório dos Meninos Ltda. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ALVES, V. C. C. P. *Vanilda Cláudia Costa de Paula Alves*: depoimento [20/09/2018]. Proprietária do Bar e Restaurante Cores, Flores e Sabores. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AMORIM, J. H. C. B. *Jacira Helena De Carvalho Barros Amorim*: depoimento [30/08/2018]. Proprietária Casa da Chita. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ANGOLA, Z. M. *Zezinho Menino de Angola*: depoimento [12/09/2018]. Protetor Espiritual do Centro Três Poderes. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ARAÚJO, I. L. L. *Irielle Louise de Lima Araújo*: depoimento [18/09/2018]. Proprietária Estúdio de Arte e Dança Irielle Louise. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ARAÚJO, R. C. *Ricardo Correa de Araújo*: depoimento [24/09/2018]. Proprietário e Gerente do Pouso Chico Rey. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AZEVEDO, A. P. *Ana Paula Azevedo*: depoimento [04/09/2018]. Administradora da Fundação Antônio Francisco Lisboa. Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AZEVEDO, M. J. G. *Maria José Germano de Azevedo (Ica)*: depoimento [17/09/2018]. Coordenadora Grupo de Pastorinhas da Ica. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AZEVEDO, M. J. G. *Maria José Germano de Azevedo (Ica)*: depoimento [17/09/2018]. Ex-Coordenadora da Casa de Cultura Padre Faria. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

AZEVEDO, M. J. G. *Maria José Germano de Azevedo (Ica)*: depoimento [17/09/2018]. Professora do Grupo Mulheres Bordadeiras. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BADARÓ, J. O. *Joyce Oliveira Badaró*: depoimento [19/10/2018]. Moradora da Associação República Bico Doce. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BATISTA, J. R. G. *Joaquim Roberto Gomes Batista*: depoimento [18/09/2018]. Guia de Turismo Autônomo – (Guia Autônomo Manteiga). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BATISTA, W. O. S. *Waldiney Oliveira Santos Batista*: depoimento [12/09/2018]. Maestro da Sociedade Musical Senhor Bom Jesus das Flores (Banda Alto da Cruz). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BENTO, L. A. *Luciano A. Bento*: depoimento [15/10/2018]. Vocalista da Banda K@SAHARA. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BORGES, I. S. *Ingrid da Silva Borges*: depoimento [24/09/2018]. Diretora Executiva do Sistema de Museus de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BORGES, S. A. S. *Silvânia Aparecida dos Santos Borges*: depoimento [29/08/2018]. Presidente e Capitã do Congado de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Graças. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

CAMILO, C. M. *Cinara Maria Camilo*: depoimento [26/10/2018]. Gerente da Pousada Laços de Minas. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

CAMPO, R. A. *Robson Alex Campo*: depoimento [10/09/2018]. Maitre do Passo Bar e Restaurante. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

CERRI, O. *Olivia Cerri*: depoimento [21/09/2018]. Gerente da Agência Descubra Gerais Turismo. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

COSTA, E. F. *Estácio Fonseca da Costa*: depoimento [30/08/2018]. Presidente do Instituto Trampolim. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

COSTA, F. T. *Fernanda Tropic Costa*: depoimento [21/09/2018]. Sócia Proprietária da Pousada dos Ofícios. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

COSTA, M. A. *Márcio Araújo Costa*: depoimento [05/11/2018]. Gestor Voluntário do Uai Hostel. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

COTA, R. M. M. *Rita Maria Moraes Cota*: depoimento [27/09/2018]. Secretária da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

DEMARCHI, L. B. *Luanda Batista Demarchi*: depoimento [17/08/2018]. Coordenadora do Curso de Gastronomia IFMG. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

FERNANDES, A. *Atilana Fernandes*: depoimento [24/08/2018]. Diretora da Organização Cultural Ambiental (OCA). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Angélica Pereira Dias e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

FERREIRA, E. E. *Eduardo Evangelista Ferreira*: depoimento [19/08/2018]. Gestor da Mina do Veloso. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

FORTES, G. *Gélcio Fortes*: depoimento [28/09/2018]. Coordenador do Museu Casa Guignard. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

FRAZÃO, R. N. *Raimundo Nonato Saraiva Frazão*: depoimento [20/09/2018]. Diretor da Associação Brasileira de Hotéis (ABIH) Regional Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

FRAZÃO, R. N. *Raimundo Nonato Saraiva Frazão*: depoimento [20/09/2018]. Gerente da SR Hotéis Ltda. (Hotéis Luxor Ouro Preto). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

G. FILHO, B. C. *Benedicto Camilo Guimarães Filho*: depoimento [18/09/2018]. Sócio e Ator da Estandarte Cia de Teatro. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GOMES, V. P. *Vicente de Paula Gomes*: depoimento [24/09/2018]. Apoio e Divulgação da Corporação Musical Senhor Bom Jesus de Matosinhos (Banda do Rosário). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GOMES, V. P. *Vicente de Paula Gomes*: depoimento [24/09/2018]. Toca-dor de Viola e Cantor da Associação Cultural Viola de Folia. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GONÇALVES, B. S. *Bruno da Silva Gonçalves*: depoimento [01/10/2018]. Morador da Associação Cultural República dos Deuses. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GUARILHA, H. X. *Hugo Xavier Guarilha*: depoimento [29/08/2018]. Gestor e Produtor Cultural da Pró-Reitoria de Extensão UFOP. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GUERRA, Felipe. *Felipe Guerra*: depoimento [17/08/2018]. Secretário de Turismo, Indústria e Comércio. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

GUIMARÃES, K. G. F. *Kedison Geraldo Ferreira Guimarães*: depoimento [20/08/2018]. Capitão do Grupo de Congado Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

HIPÓLITO, M. J. D. *Marcelo José Dias Hipólito*: depoimento [31/08/2018]. - Serviço De Guia de Turismo. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

KNUPP, M. E. C. G. *Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp*: depoimento [13/09/2018]. Pró-Reitor de Extensão Universidade Federal de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

LIMA, E. R. *Ercília Rocha de Lima*: depoimento [27/09/2018]. Gerente da Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

LIMA, H. M. *Hernani Mota de Lima*: depoimento [17/09/2018]. Diretor do Museu de Ciência e Tecnologia da Escola de Minas. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

LOPES, L. *Leonardo Lopes*: depoimento [23/08/2018]. Gestor da Casa dos Contos de Ouro. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

LORRENE, J. *Júlia Lorrene*: depoimento [24/09/2018]. Gerente Geral do Pouso dos Viajantes. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

LUSTOSA, D. C. *Deise Cavalcante Lustosa*: depoimento [29/08/2018]. Diretora da Unidade Museológica do IBRAM. Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MACIEL, A. M. *Antônio Maurício Maciel*: depoimento [23/10/2018]. Proprietário do Bar Barroco. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MANSUR, A. P. *Ana Paula Mansur*: depoimento [29/10/2018]. Proprietária do Restaurante Conto de Réis. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MARTINS, Z. M. C. *Zumira Maria Campos Martins*: depoimento [11/09/2018]. Coordenadora da Casa da Ópera Teatro Municipal de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MATTOS, Y. *Yara Mattos*: depoimento [27/08/2018]. Coordenadora e Mediadora das Atividades do Eco Museu de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MELO, F. *Fernando Melo*: depoimento [27/09/2018]. Gestor da Equipe Audax Clínica do Pedal. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MORAES, M. C. *Maria do Carmo Moraes*: depoimento [25/09/2018]. Gerente Geral da Pousada São Francisco de Paula. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MORAES, R. C. *Ricardo Campolim Moraes*: depoimento [22/08/2018]. Coordenador da Empresa Carla Geruse Contijo Campolim Moraes (Studio ID – Investigações em Dança). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MOREIRA, A. *Adriana Moreira*: depoimento [21/09/2018]. Produtora da TV UFOP. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MOREIRA, E. H. *Eduardo Henrique Moreira*: depoimento [13/09/2018]. Produtor de Áudio Visual da Macaca Filmes. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MOREIRA, M. J. M. *Maria José Mol Moreira*: depoimento [18/09/2018]. Proprietária da Colcha de Versos. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MOREIRA, Z. A. *Zaqueu Astoni Moreira*: depoimento [21/08/2018]. Secretário de Cultura e Patrimônio. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NEVES, C. L. *Cláudio Luiz Neves*: depoimento [14/09/2018]. Proprietário da *Grand Tour* Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NEVES, J. B. *João Bosco Neves*: depoimento [21/08/2018]. Presidente da Liga das Escolas de Samba de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NEVES, M. A. *Maria Agripina Neves*: depoimento [10/09/2018]. Irmã e Mestre de Novças Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NIQUINI, C. C. *Carla Caldas Niquini*: depoimento [27/09/2018]. Sócia, Proprietária e Auxiliar Administrativa do Casarão do Rosário Ltda. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NIQUINI, M. A. *Marco Aurélio Niquini*: depoimento [19/09/2018]. Gerente da Casa Grande Hospedagem. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

NORONHA, W. O. *Wilson Oliveira Noronha*: depoimento [28/08/2018]. Agente Cultural do Departamento de Promoção Cultural e Patrimônio Imaterial (Casa do Folclore). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, A. A. L. *Anna Amélia Lopes de Oliveira*: depoimento [22/10/2018]. Proprietária da Pousada Nello Nuno. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, C. J. A. *Carlos José Aparecido de Oliveira*: depoimento [30/08/2018]. Administrador do Museu de Arte Sacra de Ouro Preto. Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, C. J. A. *Carlos José Aparecido De Oliveira*: depoimento [03/09/2018]. Administrador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar. Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, H. A. *Helenice Afonso de Oliveira*: depoimento [19/09/2018]. Coordenadora do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OLIVEIRA, N. G. *Nilson Gonçalves de Oliveira*: depoimento [12/09/2018]. Vice-Presidente do Grêmio Literário Tristão de Ataíde. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PALAZZI, S. *Solange Palazzzi*: depoimento [29/08/2018]. Colaboradora da Pastoral Afro-Brasileira Ouro Preto Descendente. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PALAZZI, S. *Solange Palazzzi*: depoimento [28/08/2018]. Tesoureira da Comissão Oupretana de Folclore. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PASSOS, P. *Philipe Passos*: depoimento [22/08/2018]. Gestor da Empresa Cecília Versiani Passos e Filhos Ltda. (Hotel Colonial). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PASSOS, P. *Philipe Passos*: depoimento [22/08/2018]. Gestor da Empresa Cecília Versiani Passos e Filhos Ltda. (Restaurante Bené da Flauta). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PENNA, J. A. *Jorge Adilbo Penna*: depoimento [27/08/2018]. Presidente do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

R.FILHO, T. *Temístocles Rosa Filho*: depoimento [15/10/2018]. Colaborador pelo Fórum da Igualdade Racial (FIROP) na Casa da Cultura Negra de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

R.FILHO, T. R. *Temístocles Rosa Filho*: depoimento [20/08/2018]. Coordenador Hip-Hop da Associação Cultura de Rua (A Rede). Entrevistadora: Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

R. FILHO, T. R. *Temístocles Rosa Filho*: depoimento [20/08/2018]. Diretor Geral do Programa Travessias. Entrevistadora: Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

RAMOS, M. X. *Marcelino Luciano Ramos* (Xibiu): depoimento [12/09/2018]. Gestor, Ator e Diretor da Xibiu Contador de Estórias e *Causus*. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

REIS, T. V. *Thiago Vitor Reis*: depoimento [22/08/2018]. ContraMestre da Associação Desportiva e Cultural Ouro Preto Capoeira Angola. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

RESENDE, M. T. *Maria Tereza de Resende*: depoimento [25/09/2018]. Supervisora do Serviço Social da Indústria (FIEMG). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

ROCHA, L. F. R. *Laura Fernanda Rodrigo da Rocha*: depoimento [24/08/2018]. Coordenadora e Docente do Projeto Capoeira na Escola. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

RODRIGUES, A. M. X. *Anicélia Maria Xisto Rodrigues*: depoimento [29/08/2018]. Presidente Banda de Congado Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SÁ, M. A. F. C. *Maria Aparecida Ferreira Correa de Sá*: depoimento [01/10/2018]. Proprietária da Empresa Vela de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SAMPAIO, E. Q. *Elenice Queiroz Sampaio*: depoimento [17/10/2018]. Gerente do Restaurante Forno de Barro. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANCHES, S. F. *Sandra Fosque Sanches*: depoimento [24/08/2018]. Diretora de Promoção e Extensão Cultural Fundação de Arte de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, D. A. *Deolinda Alice dos Santos*: depoimento [28/08/2018]. Irmã e Sócia da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, D. A. *Deolinda Alice dos Santos*: depoimento [28/08/2018]. Irmã e Sócia da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Perdões. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, D. A. *Deolinda Alice dos Santos*: depoimento [28/08/2018]. Sócia do Zé Pereira do Clube dos Lacaios. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. M. *Janaina Maria dos Santos*: depoimento [04/11/2018]. Proprietária da Mina de Santa Rita. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, R. *Robson Santos*: depoimento [22/08/2018]. Secretário Municipal de Esportes e Lazer. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, S. F. *Sidnéa Francisca dos Santos*: depoimento [17/08/2018]. Sócia Fundadora do Coletivo Du Veloso. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, D. A. *Douglas Aparecido da Silva*: depoimento [14/09/2018]. Gestor e Idealizador do Afro-turismo Roteiro Ativista Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, E. M. *Edson de Melo Silva*: depoimento [16/10/2018]. Guia de Turismo Credenciado (Guia Bolinha). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, F. A. G. *Francisco de Assis Gonzaga da Silva*: depoimento [27/08/2018]. Diretor Musical e Idealizador do Grupo Candonguêro. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, F. S. *Flaviano Souza e Silva*: depoimento [11/09/2018]. Gerente de Projetos do Instituto Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, K. M. *Kilder de Melo Silva*: depoimento [18/10/2018]. Proprietário e Gerente Geral da Empresa Kilder de Melo Silva. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, N. B. *Natan Borges da Silva*: depoimento [26/09/2018]. Proprietário da Matrix TUR. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVA, N. M. *Nelson Marcos da Silva*: depoimento [20/08/2018]. Presidente da Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVÉRIO, K. *Kátia Silvério*: depoimento [30/08/2018]. Presidente da Associação Amigos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e de Santa

Efigênia. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SILVÉRIO, M. P. N. *Marília de Paula Nogueira Silvério*: depoimento [10/09/2018]. Proprietária da Mina Du Veloso Arte e Artesanato. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SOUZA, A. H. M. *André Henrique Macieira de Souza*: depoimento [17/08/2018]. Chefe do Escritório Técnico do Iphan de Ouro Preto. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Maria Cristina de Meira Nazareno. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SOUZA, D. C. M. *Dhavisson Cristian Márcio de Souza*: depoimento [22/10/2018]. Gerente Geral da Empresa Ouro Radical Turismo. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SOUZA, I. S. *Izabel Salvas de Souza*: depoimento [19/09/2018]. Gerente do Vicente Neves Tropic (Restaurante Chafariz). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

TRINDADE, G. Z. M. *Geraldo Zuzu Magela da Trindade*: depoimento [05/11/2018]. Coordenador do Zuzu Arte & Artesanato. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

TROPIA, E. A. M. *Eduardo Augusto Magalhães Tropic*: depoimento [31/08/2018]. Proprietário e Gestor Casa de Alfonso Atelier Fotográfico. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

TROPIA, G. *Gabriel Tropic*: depoimento [13/09/2018]. Coordenador do Comitê de Parceiros da Agência de Desenvolvimento Ouro Preto (ADOP). Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

TROPIA, G. *Gabriel Tropic*: depoimento [13/09/2018]. Proprietário do Restaurante Casa do Ouvidor. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

UGALD, A. L. *Jaime Antônio Lopes Ugald*: depoimento [31/08/2018]. Presidente da Feira de Expositores do Lago de Coimbra. Entrevistadoras: Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Angélica Pereira Dias. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

VALADARES, M. C. *Márcia da Conceição Valadares*: depoimento [25/09/2018]. Presidenta do Fórum da Igualdade Racial de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

VALADARES, P. R. *Paulo Roberto Valadares*: depoimento [28/08/2018]. Artista Plástico e Proprietário da Galeria de Artes Valadares. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

VIANA, L. C. A. *Luiz Cláudio Alves Viana*: depoimento [10/09/2018]. Guia de Turismo da Empresa Individual Luiz Viana. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

VIANA, L. C. A. *Luiz Cláudio Alves Viana*: depoimento [10/09/2018]. Membro da Organização e Baterista da Banda Rosa Norte. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

VIANNA, S. *Sônia Vianna*: depoimento [26/09/2018]. Proprietária do Brumas Hostel. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

Outros depoimentos qualificadores

ALMEIDA, C. L. S. *Cláudia Luisa da Silva Almeida*: depoimento [13/01/2019]. Presidente do Congo Libertação de Ituiutaba. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2019.

ANDRADE, F. *Flávio Andrade*: depoimento [14/09/2018]. Professor da UFOP, Ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, Ex Vice-Prefeito de Ouro Preto. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

BATISTA, C. A. *Cláudia Aparecida Batista*: depoimento [13/01/2019]. Capitã do Moçambique Luz Divina de Campos Altos. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2019.

CAMPO, *Anelita de Cássia Rodrigues*: depoimento [17/09/2018]. Secretária da Casa da Cultura de Padre Faria. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

CERQUEIRA, A. *Adriano Cerqueira*: depoimento [17/10/2018]. Professor da UFOP. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

MARQUES, C. Clarício Marques: depoimento [03/01/2019]. Maestro da Esmola Cantada de Cachoeira e da Filarmônica Minerva Cachoeirana. Entrevistadora: Clécia Maria Aquino de Queiroz. Salvador: [s.n.], 2019.

OLIVEIRA, L. B. *Luciano Batista de Oliveira*: depoimento [17/10/2018]. Ex-morador da República Baviera. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

OSWALDO, A. *Ángelo Oswaldo*: depoimento [25/10/2018]. Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

PASSOS, R. A. *Rodrigo Alvarenga dos Passos*: depoimento [13/01/2019]. Primeiro Capitão da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2019.

PEREIRA, A. O. *Agnaldo de Oliveira Pereira*: depoimento [13/01/2019]. Chefe dos Caboclos do Cerro. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2019.

RAMOS, M. *Marcelo Ramos*. Coordenador do Curso de Turismo da UFOP: depoimento [16/08/2018]. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

SANTOS, J. Jefferson dos Santos: depoimento [04/11/2018]. Proprietário da Mina de Santa Rita. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2018.

XISTO, A. *Antônio Xisto* (Capitão Xisto). Capitão do Congo de Miguel Burnier: depoimento [13/01/2019]. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Ouro Preto: [s.n.], 2019.

Anexo B – Relação dos entrevistadores/pesquisadores discentes por ordem alfabética

Cachoeira

Alile Falcão e Silva

Camila Vieira

Cláudia Lacerda

Cristiane Almeida

Eunice Barbosa C. P. Magalhães

Fernanda Silva

Iasmin Guimarães Alves

Ivanea Santos

Joseane Duarte de Santana

Maísa Oliveira Alves

Marcos Oliveira de Jesus

Marli da Silva D. Araújo

Gleiciene Karla Alves Cerqueira

Grasiele Mota Amorim

Wagner Souza

Ouro Preto

Angélica Pereira Dias

Maria Cristina de Meira Nazareno

Supervisora de pesquisa - Cachoeira

Sida da Silva

Sobre a Autora



Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (1983), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1993), doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona (2005) e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Turismo Cultural e Urbano, nas áreas da Economia da Cultura e Criativa. Autora de livros e artigos e consultora independente, atua principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento territorial, turismo, desenvolvimento urbano, economia da cultura, economia criativa.

Agradecimentos

Este livro originou-se de uma pesquisa impossível de ser realizada sem a existência de uma ampla rede de instituições, parceiros, colaboradores cujas ações foram imprescindíveis. Dentre esses destacam-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), financiador da investigação; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que me liberou para o Estágio Pós-doutoral; o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PP-GIEL) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que aceitou o meu projeto; a Professora Dra. Diomira Faria, com a sua decisiva assistência, orientação e acompanhamento; os entrevistados em Cachoeira e em Ouro Preto, cuja disponibilidade de tempo, ideias, informações, propostas, avaliações e reflexões foram centrais para os dados, análises e interpretações apresentadas. Cumpre citar os pesquisadores/entrevistadores, meus companheiros na itinerância: em Cachoeira, participantes do Grupo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Cultura e Turismo (Grupo Descut), coordenado por mim na UFRB e em Ouro Preto, às duas pesquisadoras da UFOP. Já Sida da Silva, assistente social, vice-coordenadora do Descut, colaborou – assim como os pesquisadores baianos e a orientadora –, na formulação do questionário, na realização de uma entrevista e na coordenação dos pesquisadores em campo, na Bahia. Por seu turno, Felipe Torres se responsabilizou pela tabulação dos dados da pesquisa. Estes organismos e atores, as demais pessoas aqui mencionadas, não são responsáveis por qualquer equívoco presente neste livro, mas foram fundamentais para sua construção.

Registro os meus mais sinceros agradecimentos à Professora Deolinda Alice dos Santos, uma das minhas entrevistadas em Ouro Preto, por me apresentar a cidade, seus habitantes, sua cultura, seu turismo, por sua generosidade de profunda conhecedora da cultura mineira, ouopre-

tana e pelo seu imenso prazer de compartilhar, sem qualquer temor ou resistência (e não apenas comigo, mas com todos que têm a oportunidade e a bênção de cruzar o seu caminho), seu amplo conhecimento da cidade por ela tão intensamente amada. Ênfase ainda a satisfação diante de sua amizade, carinho e companheirismo durante toda minha estadia na urbe mineira. Um agradecimento especial é igualmente destinado às entrevistadas Márcia da Conceição Valadares – por seu interesse, dedicação, afetividade e incentivo –, a Dona Maria Moreira e a sua filha Kátia, pela recepção carinhosa e amizade construída. A Matilde Arcanjo, amiga ouropretana por me apresentar aspectos centrais da cidade e a Francisca Diana, Professora da UFOP. Ela me recebeu carinhosamente na sua residência ou “meu lar” em Ouro Preto durante a pesquisa. Essas pessoas tornaram-se para mim muito especiais, para além do trabalho de investigação.

Quero agradecer, em adição, à Professora Alissandra Carvalho, da UFOP, a Verônica, Jaine e Lara, respectivamente funcionária e estagiárias da Casa do Pesquisador UFOP. Elas me acolheram temporariamente com muita presteza, carinho e simpatia. A Ercília Rocha de Lima, entrevistada, gerente da Associação Comercial, Empresarial de Ouro Preto porque compreendeu a importância deste trabalho de pesquisa e disponibilizou sala para a sua realização, embora fosse desnecessário. Aos Professores José Eduardo e Adriano Cerqueira, da UFOP e à Silvana Peixoto, da Casa dos Conselhos de Ouro Preto, pelas informações encaminhadas. Ao coordenador editorial da Graphar, Paulo Lemos, que me apresentou e disponibilizou livros sobre Ouro Preto, fundamentais para este estudo. A Anna Grammont que me concedeu cópia da sua tese de doutorado e exemplares dos livros de sua autoria publicados sobre Ouro Preto. Ao Professor e Pró-reitor adjunto de graduação da UFOP, Adilson Santos, que me presenteou com o seu livro *Os reflexos de Durban em Ouro Preto e sua repercussão na UFOP* (2015).

Outrossim, agradeço a Clécia Queiroz, minha irmã, por me disponibilizar cópia da entrevista realizada para seu doutorado com Clarício Marques, Maestro da Esmola Cantada de Cachoeira e da Filarmônica Minerva Cachoeirana e ao Professor Hernane Pereira, do Doutorado Mul-

ti-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Ele me permitiu assistir, como ouvinte, às suas aulas de Análise de Redes Sociais, possibilitou acesso a um conhecimento fundamental para realização deste trabalho.

Finalmente, muito obrigada também ao meu marido Sérgio Villarroel, a meu filho Felipe, pelos diálogos e apoio incondicional, a minha mãe Euponina Aquino, por compreender as razões para a distância, aos parentes, amigos e a tantas outras pessoas que, direta ou indiretamente, sem mesmo sabê-lo, contribuíram com este livro.

O desenvolvimento local é um fenômeno mais bem delineado nas concepções teóricas do que nas práticas observadas nos distintos territórios. Se seus objetivos mais óbvios forem compreendidos como promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, aumento dos seus níveis de autoconfiança e organização irão pressupor mudança e reconstrução social, valorização dos recursos do território, fortalecimento das suas instituições e organizações, das redes de parcerias travadas pelos atores locais e outras ações. Em suma, trata-se de um processo individualizado, baseado em características físicas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais de cada território. Diante de um fenômeno tão complexo, pode-se indagar: Contribuirá o turismo com o desenvolvimento? Qual o papel reservado às políticas públicas neste processo? Quais os atores centrais nas redes de parcerias das organizações do turismo cultural e qual o posicionamento das organizações governamentais em cada rede? O presente livro, fruto de pesquisa em duas cidades brasileiras, Cachoeira, no Recôncavo Baiano e Ouro Preto, em Minas Gerais, utiliza-se de uma abordagem inovadora, procura aprofundar essas questões e dar visibilidade a vozes de atores de um conjunto de organizações do turismo cultural.



ISBN 978-85-5971-117-2

